

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

ILSYANE DO ROCIO KMITTA

**DESCORTINANDO OS PANTANAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM PARAÍSO ÀS
AVESSAS ENTRE O LIMITE DAS ÁGUAS E DOS HOMENS**

Dourados/MS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

ILSYANE DO ROCIO KMITTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Dourados/MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

K75d	<p>Kmitta, Ilsyane do Rocio. Descortinando os pantanais: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens. / Ilsyane do Rocio Kmitta. – Dourados, MS : UFGD, 2016. 334f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Pantanal. 2. Transformações ambientais. 3. Desenvolvimento econômico. 4. PRODEPAN e Transpantaneira. 5. Planície natural e modificada. I. Título.</p> <p>CDD – 918.17</p>
------	--

ILSYANE DO ROCIO KMITTA

**DESCORTINANDO OS PANTANAIS: A CONSTRUÇÃO DE UM PARAÍSO ÀS
AVESSAS ENTRE O LIMITE DAS ÁGUAS E DOS HOMENS**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFMG

_____, em _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite (UFMG)

1º Examinador:

Dr. Robert Wilton Wilcox (NKU -Northern Kentucky University/EUA)

2º Examinador:

Prof.ª Dr.ª Ludmila de Lima Brandão (UFMT)

3º Examinador:

Prof.ª Dr.ª Ana Maria Colling (UFMG/CAPES)

4º Examinador:

Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi (UFMG)

À Manho e a Lala, gratidão por toda uma vida.

Para Irio, João Alfredo e Maeme com a certeza de que “a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros, etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”.

(Manoel de Barros)

Águas

(Manoel de Barros)

Desde o começo dos tempos águas e chão se amam.

Eles se entram amorosamente

E se fecundam.

Nascem formas rudimentares de seres e de plantas

Filhos dessa fecundação.

Nascem peixes para habitar os rios

E nascem pássaros para habitar as árvores.

Águas ainda ajudam na formação das conchas e dos

caranguejos.

As águas são a epifania da Natureza.

Agora penso nas águas do Pantanal

Nos nossos rios infantis

Que ainda procuram declives para correr.

Porque as águas deste lugar ainda são espraiadas

para o alvoroço dos pássaros.

Prezo os espraiados destas águas com as suas

beijadas garças.

Nossos rios precisam de idade ainda para formar

os seus barrancos

Para pousar em seus leitões.

Penso com humildade que fui convidado para o

banquete destas águas.

Porque sou de bugre.

Porque sou de brejo.

Acho que as águas iniciam os pássaros

Acho que as águas iniciam as árvores e os peixes

E acho que as águas iniciam os homens.

Nos iniciam.

E nos alimentam e nos dessedentam.

Louvo esta fonte de todos os seres, de todas as

plantas, de todas as pedras.

Louvo as natências do homem do Pantanal.

Todos somos devedores destas águas.

Somos todos começos de brejos e de rãs.

E a fala dos nossos vaqueiros carrega murmúrios

destas águas.

Parece que a fala de nossos vaqueiros tem consoantes

líquidas

E carrega de umidez as suas palavras.

Penso que os homens deste lugar

são a continuação destas águas.

AGRADECIMENTOS

Sempre pensei a escrita de uma tese como a montagem de um mosaico, aqueles que compostos por muitas peças revelam no final um quadro que longe de ser perfeito traz no resultado a beleza e o encantamento dos olhos que o contemplam, a sensibilidade das mãos que manusearam cada peça acertando o encaixe. Em muitos momentos, mãos inseguras separavam peças que não se encaixavam, mas melindrosamente foram uma a uma sendo colocadas em seus lugares, mesmo apresentando os sinais de desgaste pelo manuseio. E, nessa constituição, outras mãos contribuíram e cada uma delas trouxe e compôs a parte do quadro que lhe foi atribuído. E, antes mesmo da apresentação do quadro final, elas surgem, pois, sem elas, não haveria margem para o encantamento.

Aqui, agradeço humildemente aos deuses pela minha alma indomável e espírito livre, pelos meus desalinhamentos, pela gratuidade da escrita na construção da minha história.

Ao meu orientador, Prof. Eudes Fernando Leite, que por uma década metamorfoseando historicidades no tecer e entretecer da vida, de orientação e de amizade, mostrou-me que toda História carece do lapidar das arestas, da sensibilidade no ver e da perspicácia do apreender.

Ao professor Robert Wilcox pela amizade, incentivo, sugestões e leituras do texto e por me fazer acreditar que era possível seguir apesar das adversidades. Gratidão sempre e obrigada por se fazer presente e participar da banca de defesa.

À Prof.^a Ana Maria Colling, pelas longas conversas, viagens, livros e leituras, pela participação na banca de qualificação, juntamente com a Prof.^a Regina Horta Duarte e o Prof. Losandro Tedeschi, aos quais estendo minha gratidão.

À Prof.^a Ludmila de Lima Brandão que prontamente aceitou compor a banca de defesa e adentrar nesse “universo de Silvérios”, acompanhada pelo prof. Robert Wilcox, Prof.^a Ana Maria Colling e Prof. Losandro Tedeschi.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD pela colaboração em mais uma etapa da minha formação.

Aos amigos Elizandra e Glaiton que trouxeram para o meu mundo a pequena Sarah, alimentando minha confiança e encanto pela vida.

Aos amigos-irmãos André Cândido e Danilo Leite Moreira pela amizade, viagens, café, chocolates e risadas nos momentos mais tensos e inquietantes da escrita. É isso, sempre!

Às “meninas” do grupo de corrida de rua, em especial Sandra Arósio pela amizade, companheirismo e apoio nos momentos de incertezas; pela força e perseverança em todos os trajetos percorridos cujo lema foi “desopilar para não pirar”.

À Marlene Mourão, por ceder os direitos de uso da gravura datada de 1979 e que compõe seu quadro de trabalhos sobre o Pantanal.

Aos colegas da turma de 2012, pelos momentos ímpares de teorias e inquietudes. Colegas editores da REHR pelo aprendizado e trabalho realizado.

E aqui, de maneira especial, agradeço àqueles que além de me ajudar na composição do quadro final, seguraram firmes minhas mãos cansadas, ampararam minha cabeça no desalento e pacientemente estiveram ao meu lado dando a medida do encantamento. Gratidão infinita a minha família – Irio, João Alfredo e Maeme –, meu alicerce, perseverança e amor incondicional.

A todos e a todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização da pesquisa e da escrita desta tese, meu reconhecimento e minha gratidão, pois são as pequenas peças que promovem a harmonia da obra final.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar os aspectos modificadores e delineadores da planície pantaneira nas últimas décadas do século XX, compreendendo o recorte temporal de 1950-1990. Aspectos esses que envolvem tanto as transformações ambientais no Pantanal quanto a inserção de atividades econômicas e de programas governamentais como o PRODEPAN e a construção da Transpantaneira. Para tanto, partimos da ideia inicial de que as ações de ocupação da planície pantaneira se deram de maneira incisiva e agressiva e provocaram alterações significativas nos ecossistemas, no ciclo das águas, bem como balizou a relação entre o homem e a natureza nos pantanais. As transformações ambientais levam à compreensão de questões que envolvem o conflito de interesses em uma área dita de proteção ambiental envolvendo a comercialização da natureza que figura como elemento de negociação para fins turísticos, aliado ao processo de modernização, gerando redirecionamentos que englobam a economia, a política e a cultura. Com essa perspectiva, analisamos as transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais que afetaram significativamente o curso natural das águas e das áreas inundáveis nos períodos das chamadas grandes enchentes.

PALAVRAS-CHAVE: Pantanal; Transformações Ambientais; Desenvolvimento econômico; PRODEPAN e Transpantaneira; Planície Natural e Modificada.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the aspects and modifiers eyeliners lowland in the last decades of the twentieth century, including the time frame of 1950-1990. These aspects involving both the environmental changes in the Pantanal as the insertion economic and government programs activities like PRODEPAN and Construction Transpantaneira. The starting point was the initial idea that the occupation of shares of plain Pantanal have taken incisively and aggressive and caused significant changes in ecosystems in the cycle water and buoyed the relationship between man and nature in wetlands. Environmental changes lead to the understanding of issues involving conflict of interest in an environmental protection area of involving the marketing of nature that figure as part of trading for tourism, coupled with the modernization process, generating redirects that include the economy, politics and culture. With this perspective, we analyze the economic, social, cultural and environmental factors that significantly affect the natural course of water and wetlands during periods of major floods calls.

KEYWORDS: Pantanal; Environmental changes; Economic development; PRODEPAN and Transpantaneira; Natural Plain and Modified.

Lista de Mapas

Mapa 1 – BIOMAS – BAP (Porção Brasileira)	91
Mapa 2 – Sub-regiões da Área Fisiográfica do Pantanal	92
Mapa 3 – Planície e Planalto	155
Mapa 4 – Planície e Planalto	156

Gráficos e tabelas

Tabela 1 – Sub-regiões da Área Fisiográfica do Pantanal	93
Gráfico 1 – Níveis Máximos e Mínimo do rio Paraguai – 1900-2000	303
Gráfico 2 – Níveis Máximos e Mínimo do rio Paraguai – 1942-1963	304
Gráfico 3 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai – 1964-1973	305
Gráfico 4 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai – 1974-2000	306
Gráfico 5 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai - 1950-2000	307
Gráfico 6 – Nível Máximo do rio Paraguai – 1900-2000	308

Fotos e imagens

Foto 1 – Porto de Corumbá, MT (1900)	59
Foto 2 – Porto de Corumbá, MT (1920)	59
Foto 3 – Vista Parcial do Porto de Corumbá, MT	60
Foto 4 – Roosevelt e Rondon (1913)	75
Foto 5 – Onça abatida por Roosevelt no Pantanal (1913)	79
Foto 6 – Porto de Ladário – Ramal Ferroviário da NOB (1960)	118
Foto 7 – Alcyr de Barros Rondon com seu Cesna 140 – Fazenda São Roque	125
Foto 8 – Curral Australiano – Fazenda Guanandi (1970)	132
Foto 9 – Sacha Siemel: Caçador de Onças no Pantanal	144
Foto 10 – Peles de Jacaré	145
Foto 11 – Caçada de onça no Pantanal	146
Foto 12 – Represamento das Águas pela Transpantaneira	195
Foto 13 – Sede da Fazenda São João da Camargo Corrêa	201
Foto 14 – Arne Sucksdorff no Pantanal – 1975	205
Foto 15 – Turismo na Transpantaneira	209
Foto 16 – Acampamento de pescadores em Coxim	212
Foto 17 – Morro do Urucum 1950 – Corumbá, MS	230
Foto 18 – Corumbá em 1959-1960	233
Foto 19 - 1932 - Enchente em Corumbá - Revista O Malho	250
Foto 20 - Construção de Curral – Fazenda na Nhecolândia	251
Foto 21 – Enchente de 1977 – Corumbá, MS	255
Foto 22 – Ladeira Cáceres, Vila dos Marítimos – Corumbá, MS	256
Foto 23 – Encontro das Águas do São Lourenço com o Paraguai – 1979	257
Foto 24 – Fazenda Santa Aninha de propriedade de Francisco Espirito Santo	281

Lista de Acrônimos e Siglas

BAP – Bacia do Alto Paraguai

CAMAT - Cooperativa Agrícola do Mato Grosso

CFE - Conselho de Fiscalização e Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

CIDEPAN - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal

CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

CODEPAN - Conselho de Desenvolvimento do Pantanal

DERMAT – Departamento de Rodovias do Mato Grosso

DETUR -Departamento de Turismo do Mato Grosso

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EDIBAP – Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

FAMATO - Federação da Agricultura de Mato Grosso

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INAMB - Instituto de Preservação e Controle Ambiental

NOB -Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai

PIN - Programa de Integração Nacional

PNUD - - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO -Programa de Desenvolvimento do Cerrado

POLONOROESTE -Programa de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil

PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso

PRODEGRAN -Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UPAN - União Protetora do Ambiente Natural

SUMÁRIO

Resumo.....	10
Abstract.....	11
Mapas.....	12
Gráficos e Tabelas.....	13
Fotos e Imagens.....	14
Lista de Acrônimos e Siglas.....	15
Sumário	16
Apresentação.....	18
Capítulo I – Da Laguna de Los Xarayes ao Pantanal	34
1.1 Pelos meandros do colossal anfiteatro dos falsos dourados.....	34
1.2 A construção da Laguna de los Xarayes.....	49
1.3 Do desconhecido ao incerto: a construção de uma paisagem exótica.....	58
1.4 Conhecer para modelar e dominar: um olho na natureza e outro no papel.....	67
1.5 Ciência, êxtase e repulsa legitimando diferenças.....	80
1.6 O lugar, a natureza, as águas e os homens.....	84
Capítulo II – Paisagens em Construção: um mosaico composto por águas, cascos, fagulhas e simbolismos	95
2.1 O passado como um trampolim para o presente.....	95
2.2 O indelével conflito entre homem e natureza.....	109
2.3 Tuiuiús e marrequinhas: descortinar espaços para legitimar territorialidades.....	135
Capítulo III – O Pantanal como Nova Fronteira Econômica Nacional.	157
3.1 O Pantanal do PRODEPAN: de fronteira econômica ao abandono.....	157
3.2 Transpantaneira: a utopia da modernização no caminho das águas.....	190
3.3 Descortinando os pantanais: a descoberta de um paraíso às avessas.....	204
	221
Capítulo IV - Naturezas Construídas: entre o limite das águas e dos homens	
4.1 Por entre dobras, laços e promessas.....	221
4.2 Desalinhamento de águas e de homens.....	246
4.3 Artimanhas de um paraíso para “aqueles que vêm de fora”	262
4.4 Sapiência de Silvérios: “O Pantanal? Eu acho que o Pantanal é isso aí.”	266

Considerações Finais.....	309
Referências	316
Fontes.....	330
Jornais.....	333
Entrevistas.....	333

APRESENTAÇÃO

Após uma década de estudos e leituras, percebemos que toda pesquisa, mesmo que sutilmente, tem suas origens nas experiências e nos desafios que nos são impostos cotidianamente. Esta pesquisa foi gestada por inquietações sobre temáticas que envolvem a relação do homem com a natureza numa região singular e secular – o Pantanal. Direcionamos as leituras em busca de respostas que nos lançavam no incomensurável universo da pesquisa, mas a inquietação vinha justamente do fato de que muitos dos autores que escreveram e estudaram os pantanais, esbarraram na mesma questão que tanto nos incomoda: Será mesmo o Pantanal um paraíso ecológico? Ou, quiçá, apenas o resultado, o produto da exploração de uma região que camufla suas cicatrizes com um exuberante espelho d'água que ainda hoje atrai olhares curiosos e aventureiros. Desse modo, o presente estudo é o resultado de um projeto que teve seu marco inicial em 2006, e que traz para a historiografia sul-matogrossense uma leitura sobre o Pantanal, permitindo entender, ao menos em parte, não apenas a construção do mito geográfico da Laguna de los Xarayes¹ ou Mar de Xarayes, mas também a constituição, a invenção de um pseudoparaíso, denominado Pantanal.

Na elaboração e nos desdobramentos desta pesquisa, partimos do princípio de que é de relativa importância o entendimento do processo de formação e das modificações pelas quais a planície pantaneira passou em meados do século XX, optando assim pelo recorte temporal de 1950-1990, que marca um período de desenvolvimento de várias atividades que atuaram de maneira mais incisiva e por que não dizer mais agressivas aos ecossistemas² pantaneiros, promovendo significativas alterações nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, afetando consideravelmente o ciclo das águas. Um período marcado pela inserção de vários projetos governamentais visando aquecer a economia e fomentar o progresso para a

¹ Muito da construção do mito geográfico sobre o Pantanal foi tratado por Maria de Fátima Costa na obra “História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII” (1999), quando a autora apresenta o mito criado a respeito da região inundável e as primeiras narrativas pantaneiras. Para estudos sobre a origem histórica do termo Pantanal sugerimos a leitura de: COSTA, M^a de F. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999; e NOGUEIRA, Albana Xavier. O que é Pantanal. São Paulo: Brasiliense, 1990.

² Em conformidade com Ab' Saber, pesquisador que mais se dedicou ao estudo da geomorfologia do Pantanal, não temos apenas um ecossistema no Pantanal, mas pelo menos três ou quatro, sendo: tipo amazônico do norte com a presença da vitória régia; ao sul certos tipos de palmeira que indicam que a vegetação do Chaco se estendeu; e os cerrados e cerradões seguindo para leste; e ainda pode-se considerar um quarto ecossistema encontrado a bordo oeste do Pantanal para os lados da Bolívia composto por vegetação genuína da caatinga. (AB' SABER, 1988, 2006)

região provocando profundas modificações ambientais lapidando as paisagens pantaneiras.

Dois pontos-chaves nortearam esta pesquisa, o primeiro consistiu em buscar e identificar os problemas socioambientais advindos das constantes alterações promovidas no Pantanal, com base nos discursos de promover o progresso e proteger a natureza, mitigando os potenciais impactos ambientais extremamente nocivos e/ou danosos para toda a rede hídrica pantaneira; o segundo, na identificação dos objetivos dos setores governamentais e dos grupos locais, seus interesses, suas motivações e a disposição dos sujeitos envolvidos nos programas e os discursos por eles produzidos; bem como a degradação ambiental decorrente das ações praticadas ao longo dos anos de 1950-1990, a pressão antrópica, a presença do Estado, o avanço das fronteiras agrícolas em todo o Centro-Oeste. Tentamos com isso, identificar o conjunto de fatores e os objetivos cerceadores na ocupação e na ordenação da região pantaneira na construção de um território e das territorialidades dele advindas; as diferentes percepções da natureza que emergem com essa perspectiva de ordenação e a fragilidade do meio ambiente pantaneiro; a exploração dos recursos naturais disponíveis, o desmatamento e as rupturas causadas, implicando alto grau na manutenção da biodiversidade e comprometendo as dinâmicas hídrica e fitogeográfica do Pantanal.

Com esse propósito e em conformidade com Drummond, seguimos tendo por base a compreensão de que “a história ambiental quase sempre tem parentesco com a história regional na sua ênfase em processos locais ou geograficamente circunscritos, embora as regiões estudadas sejam mais ‘naturais’ do que sociais” (1997, p. 16). Assim, a pesquisa “**Descortinando os pantanais: a construção de um paraíso às avessas entre o limite das águas e dos homens**” está inserida no campo da História Cultural e dialoga com os trabalhos desenvolvidos na linha de estudo de Fronteiras, Identidades e Representações, bem como adentra com suas discussões no campo da História Ambiental, o que possibilita articular o desdobramento do eixo temático que envolve o homem, a sociedade e a natureza, ousando pisar cautelosamente no vasto campo da economia.

A opção pelo recorte temporal 1950-1990 está associada aos ciclos das chamadas grandes enchentes de 1942-1963 com duração de 22 (vinte e dois) anos com a ocorrência de 5 (cinco) anos de secas nesse ciclo; das secas de 1964-1973, totalizando 11 (onze) anos consecutivos de seca, ambos os ciclos considerados como atípicos. Ainda, o período de 1974-2000 que envolve o registro de duas grandes enchentes 1979 e 1988. Partimos do pressuposto que os níveis se mantiveram

estáveis e regulares, o que ocorreu foi uma mudança no caminho, no curso das águas, ou seja, as transformações ambientais alteram significativamente a geografia da planície dificultando o escoamento natural das águas provocando interferências, como no curso natural dos rios que formam a rede hídrica do Pantanal, como o Taquari e o Paraguai.

Um período que marca a implantação do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), a construção da Transpantaneira e o início da atividade turística no Pantanal. Períodos esses que atuaram como balizadores e como marcos referenciais das transformações ambientais que alteraram significativamente o curso das águas, a saga exploratória dos recursos naturais e o afã da construção de um paraíso às avessas. As seguidas interferências na geografia local e na sua cadeia hídrica - que manteve um nível constante de cotas máximas e mínimas – modificaram os canais de escoamento que estavam saturados e/ou tiveram seus cursos interrompidos e alterados por sedimentação, assoreamento, aterros e desvios, impedindo o escoamento das águas de forma que os resíduos e segmentos ao longo dos anos foram despontando como novos obstáculos para a absorção e distribuição das águas, formando um maior campo de espraiamento, de inundações que passaram a ser descritas como danosas, desconsiderando que no Pantanal os anos de 1950 a 1990 foi um período de intensas modificações ambientais cujas ações estavam integradas ao plano desenvolvimentista e de crescimento econômico nacional, gerando tensões entre as ações de proteção dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento econômico do país (DRUMMOND, 1999).

O interesse maior pelo tema é advindo das atividades que integraram a pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2008-2010, intitulada *Experiências vividas, naturezas construídas: enchentes no Pantanal. Porto Murtinho (1970-1990)*. Nesse caso, a pesquisa consiste em um desdobramento da temática que permite entender como se processaram as alterações ambientais na planície pantaneira e de que forma tais transformações estavam ligadas ao fenômeno das enchentes, e, também, como estas provocaram interferências nas relações do homem com a natureza tanto social quanto historicamente construída. Agregamos a tais fatores o interesse de colocar em foco uma pesquisa que apresenta a heterogeneidade do bioma Pantanal³ e de seus ecossistemas, que são específicos e característicos de cada um dos pantanais⁴.

³ São biomas continentais brasileiros: Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica; Caatinga; Pampa; Pantanal. Cada bioma constitui um mosaico de ecossistemas (PÁDUA; 2009) cujas diferenças aparecem também no que tange a situação histórica de cada um dos biomas, cujas características iniciais passaram por amplos processos de modificações, pela ação humana. **Ecossistemas** são todas as partes dos mundos físico e biológico que interagem. Em outras

As narrativas das experiências vividas, oriundas do projeto de pesquisa de Iniciação Científica (2006-2007) e do mestrado (2008-2010), bem como do projeto *História Oral e Memória: história e estórias*⁵, consistem nas fontes que auxiliam o entendimento da configuração dos espaços na planície pantaneira; nos períodos das enchentes e das estiagens; na compreensão de questões que dizem respeito às relações e às práticas sociais dos indivíduos no seu cotidiano; e nas experiências vivenciadas frente às transformações operadas ao longo do tempo com a implantação de projetos de desenvolvimento, de novos elementos e de hábitos e costumes alheios ao ambiente, como a inserção de ideologias, valores e trajetórias que atuaram como elementos agregadores estabelecendo novos laços de sociabilidade, contribuindo para um novo entendimento da relação do homem com o Pantanal. Questões que possibilitam problematizar a pesquisa com a intenção de identificar as relações e as práticas sociais, percebendo como os valores ressignificados em suas experiências de vida contribuem para a própria história do Pantanal e para o estabelecimento das relações entre natureza e sociedade, considerando que tais relações estão sempre em construção revelando um indelével conflito entre o homem e a natureza.

Apresentamos também a cultura, o *modus vivendi* e o *modus operandi*, a dimensão simbólica e o processo de resistência às mudanças e a sua aceitação pelo homem que habita os pantanais. Os aspectos a ele associados possibilita a compreensão do processo de desenvolvimento, das possíveis resistências e as suas consequências. Ademais, observamos que se alteram as relações do homem com a natureza quando ocorre uma reformulação, uma reavaliação dessa relação. Percepções e sensibilidades para com o Pantanal são traduzidas em diferentes formas e apropriações, novas estratégias e abordagens, diferentes concepções da realidade, embora a construção dessas relações esteja articulada na interação e na apropriação dos espaços de forma que estas deixam de ser naturais e passam para o plano das projeções da realidade, em um processo contínuo próprio da práxis humana.

palavras, são conjuntos de organismos e seu ambiente físico; **Biomias** são categorias de unidades biológicas baseadas em suas formas vegetais dominantes. Em outras palavras, o conceito de Bioma consiste em um sistema de classificar as comunidades biológicas e ecossistemas com base em semelhanças de suas características vegetais. (Observatório da Sustentabilidade do Pantanal, 2008)

⁴ Conforme apresentado por J. dos S. V. DA SILVA *et al.* Brasília, v.33, Nº. Especial, p.1703-1711, out. 1998, as Sub-regiões que compõem a área fisiográfica do Pantanal são Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho.

⁵ Projeto desenvolvido pelos professores Eudes Fernando Leite e Frederico Augusto Garcia Fernandes. O objetivo do projeto consistia na produção de fontes orais com pantaneiros residentes na região de Corumbá, MS. Foram gravadas e transcritas vinte entrevistas com pessoas ligadas a diversas atividades como peões, condutores, pescadores, sitiantes, barqueiros e etc.

O desdobramento da pesquisa está diretamente ligado ao uso das fontes que aqui chamamos de “fio condutor” e nos leva ao entendimento dos fatos e, de acordo com Boaventura Santos (2010), o historiador tem condições de relegar ao passado, questões que não são ou não foram questionadas pelo passado. Cabe-nos adentrar no labirinto de Clio, seguir os “fios de Ariadne” e a partir da fragmentação dos fatos e de suas delimitações pensarmos o todo e cautelosamente adentrarmos em um âmbito mais amplo de análise.

Assim, trabalhamos com textos produzidos por memorialistas como fontes, auxiliando nas análises e na investigação histórica, no entanto, salientamos que tais textos precisam ser analisados com cautela, pois em muitos casos também fazem reforçar fatos “oficialmente documentados”, validando discursos e interesses.

Muitos textos de memorialistas são carregados de juízos de valor e – como toda fonte histórica – não devem ser analisados com ingenuidade, mas sim com muita criticidade. Ponto esse que nos leva a Foucault quando este enfatiza que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (1996, p. 10). Nesse caso, a preservação de uma memória de bravura pioneira e a sua contribuição na construção de uma História para o homem e para o Pantanal.

A construção de uma memória que cultivasse em seu interior a bravura dos pioneiros trouxe elementos que auxiliaram numa bricolagem que unia lutas, sacrifícios, resignação, coragem, indígenas, negros, mameluco paulista, uma pitada de valentia e uma grande porção de oportunismo coadunando com a constituição de uma história que permite perpetuar o pioneirismo livre de qualquer atributo que desabone a conduta de seus precursores, revelando um trabalho de montagem cuidadosamente pensado no qual “recolhem-se os traços e registros do passado, para realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeça ou puzzle de peças, capazes de produzir sentido [...]” (PESAVENTO, 2005, p. 64).

É preciso, registrar o fato de que muitas obras de memorialistas têm o intuito, segundo seus autores, de preencher lacunas de memórias e são basicamente todas elaboradas e/ou redigidas “sob encomenda”, o que nos leva a refletir sobre a necessidade da construção e da constituição de uma história e de uma memória para a região e/ou para o então Mato Grosso, numa compilação de fatos que trouxessem à tona a bravura do pioneirismo⁶ e a necessidade de fixar a região no cenário

⁶ Em nota introdutória de *Lembranças* de José de Barros, publicada em primeira edição em 1959 é possível identificar como essa questão é tratada na sua reedição em 1987 por José Fragelli – presidente do Senado Federal e que se diz filho do estado de Mato Grosso, que faz

econômico-político nacional. Todo acontecimento registrado nessas obras é visto como marcante e merece destaque, levando ao reconhecimento e gerando investimentos. É sempre um volume que precede outras obras, por vezes do mesmo autor, com a continuidade e a diversidade de fatos, os nomes e os feitos, ampliando o rol de memórias, margeados por cenários hostis e desafios impostos pela natureza deletéria dos pantanais.

A seriedade da leitura, a crítica e o “confronto” com outras fontes podem e devem revelar escritos carregados de ideologias e de juízo de valor, tanto políticos quanto da produção de discursos, sobre a realidade histórica da época sobre a qual se escreveu e que balizam determinados contextos e análises atuais. Fato no qual reside a importância de uma análise detalhada, de cautela e do trato com tais fontes, visto que preservam a memória regional e de muitos grupos. Como a memória é uma base para a História, os memorialistas contribuem para narrar o vivido dos locais aos quais se referem e, dessa forma, a ciência histórica se dá quando buscamos a cientificidade nos escritos memorialísticos, analisando-os e comparando-os com as demais fontes e os relatos semelhantes, escapando da armadilha de sermos meros reprodutores de enunciados.

No decorrer da pesquisa, observamos que na historiografia sobre o Pantanal constam relatos minuciosos de viajantes sobre a natureza que englobam de forma mais incisiva a fauna, a flora e as paisagens que se formam ao longo dos rios. Nesses relatos, constantemente as enchentes são descritas como incômodas dificultando a permanência e os deslocamentos em um ambiente insalubre. Autores de diversas formações em épocas distintas como Herbert Smith (1922); Virgílio Corrêa Filho (1946;1955)⁷; Fausto Vieira de Campos (1960); Raul Silveira de Mello (1966); Rubens

toda a preleção sobre o autor que deixou um legado de ensinamentos, de luta e fé no trabalho e na honestidade para as gerações que o sucederam. Lutas essas empreendidas para estabelecer e organizar no século XIX a exploração agropastoril no Pantanal. A reedição estava pautada no fato de que seria distribuída gratuitamente a instituições e pessoas em Corumbá e a todos que tivessem interesse na leitura visando à compreensão da história dos pioneiros que com sacrifício fizeram do Pantanal uma reserva ecológica. É preciso atentar para o fato de que nesse período (1987) muito já se vinha discutindo sobre as ações e os impactos ambientais aos quais o Pantanal estava exposto, por isso a necessidade de publicações que perpetuassem e mantivessem o heroísmo e sacrifício pioneiro não como degradante e sim como responsável pela construção e manutenção do bioma Pantanal.

⁷ Virgílio Corrêa Filho possui uma considerável produção memorialística sobre o Pantanal e sobre o Mato Grosso e como sócio integrante do quadro do IHGB tinha a função de construir uma história e uma memória para esse estado, imortalizar seus heróis, registrar seus feitos e perpetuar seus nomes como modelos de virtudes através das gerações. A tarefa do autor foi preservar e construir em uma perspectiva historiográfica uma memória para Mato Grosso, cujas bases dessa memória estavam ancoradas no pioneirismo e no seu passado de glórias, de uma luta derreante com a natureza, nos longínquos sertões do Brasil, aspectos que ainda hoje perfazem a memória local e servem como baliza para as demais produções memorialistas. Sua

de Mendonça (1970); Lécio Gomes de Souza (1973); Renato Baez (1974; 1975); Lenine Póvoas (1977); Renato Ribeiro (1984); Pádua Bertelli (1988); Ronan Garcia da Silveira (1995); Hildebrando Campestrini (2009); Augusto César Proença (1989; 1992; 1997); dentre outros, trazem no bojo de suas escritas uma tendência de defesa do pioneirismo, da conquista, da necessidade de “domesticar” o espaço pantaneiro como única forma de manter sua preservação. Basicamente, em todas as obras é possível encontrar descrições minuciosas dos aspectos da fauna e da flora que compõem os pantanais e da bravura pioneira que perpetua através de gerações. Em tais descrições, as inundações são associadas somente aos deslocamentos dos rebanhos.

Na visão desses autores, as estratégias para a permanência do homem no local e as transformações ambientais operadas são descritas, sempre, como uma vitória do ser humano sobre a natureza insalubre dos pantanais. Nesse espaço, as enchentes são indispensáveis para a manutenção do equilíbrio ecológico, mas, na medida em que se processam as atividades vinculadas ao desenvolvimento, as enchentes são associadas a grandes prejuízos, perdas do rebanho, e, não como resultado, como consequência da crescente depredação da natureza pantaneira. Nesse contexto, a relação do homem com o meio ambiente, com as condições climáticas, é vista como um desafio por se tratar de uma região descrita como inviável que poderia ser vencida pelo homem, tal qual foram outras regiões com características semelhantes. Ideologia partilhada e que defendia o pioneirismo e o latifúndio como elementos básicos para o desenvolvimento e a manutenção dos ecossistemas, discurso reproduzido em muitas obras.

Encontramos alguns relatos sobre o ciclo das águas em *Pantanais Matogrossenses* de Virgílio Corrêa Filho (1946), que traz na sua apresentação a impressão de Christovam Leite de Castro, quando descreve o complexo emaranhado fluvial dos pantanais. Para este, o espriar do rio pela planície é como uma “nota dominante do concerto das forças naturais” (1946, p. 10). Descreve ainda como a água ao percorrer a planície forma lagoas e as ilhas de vegetação, ressalta que as

obra de maior destaque é *Pantanais Matogrossenses (devassa e ocupação)*, publicada em 1946 por encomenda do IHGB, cujo objetivo era fazer uma compilação de dados que favorecessem o conhecimento da região dos pantanais e suas possíveis semelhanças com as demais regiões, favorecendo um comparativo e uma integração no cenário econômico brasileiro. Em *Fazendas de Gado no Pantanal*, publicada em 1955, o pedido e/ou encomenda partiu do Ministério da Agricultura e o objetivo era fazer um registro e uma possível documentação de todos os aspectos norteadores da vida rural nacional. Uma pretensão ambiciosa que envolvia uma rede de colaboradores e a prioridade era elencar e registrar os aspectos econômicos como prioritários seguidos dos aspectos culturais e coube a Virgílio Corrêa a tarefa de elaborar tal registro no Mato Grosso, com especial atenção para as propriedades e fazendas existentes no Pantanal (TRINDADE, 2001).

pulsões periódicas do Pantanal “perturbam a adaptação do homem a terra, e ocasiona-lhe prejuízos a economia” (1946, p. 100). Nas descrições da obra *Pantanais Matogrossenses* há uma ênfase no domínio da natureza e na ação detratora das enchentes para a planície, reforçando a visão memorialística da labuta, da bravura e da conquista. É inegável, diante dos discursos, o desconhecimento das características ambientais singulares e seculares do Pantanal.

Assim, apoiamo-nos nas leituras do historiador Durval Albuquerque (2007), que vem apresentando, através de seus textos⁸, as diversas formas de ver e escrever a História, em todos os seus âmbitos, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais, possibilitando reflexões e leituras que fazem emergir uma forma de olhar o passado e analisar as fontes por ele produzidas. Sem, contudo, perder de vista o vigor da teoria e da metodologia, inerentes ao campo historiográfico. Buscamos entender o processo de mudanças e sua articulação na elaboração dos discursos e das representações construídas sobre o Pantanal. Na perspectiva da análise proposta pelo autor, é possível construir um mosaico historiográfico na junção de vários fragmentos, formando um novo painel, repleto de imagens, de sons, de experiências da labuta cotidiana do homem e suas memórias. Ponderando que nada é fixo, também o homem e suas experiências são como vidro estilhaçado, fragmentado, fazendo desse homem um sujeito histórico tal qual a própria natureza.

Ainda, na concepção de Durval Albuquerque (2007), a história não se escreve a si mesma, os fatos não se impõem ao historiador, cabe a este as reflexões, as críticas, as indagações e as análises e, dessa forma, tece os fios que entrecem os fatos e escreve a história, amparado por aspectos teórico-metodológicos, articulando saberes dos vários campos de conhecimento. Para o autor, é preciso buscar uma desnaturalização e uma descontinuidade dos objetos na história, sujeita a incertezas como analisado por Chartier (2002).

O cuidado com o uso e o engessamento dos conceitos configura-se como pano de fundo das análises, posto que “a história é também uma violência que se pratica com as armas dos conceitos, do pensamento, da razão” e, nesse sentido, observamos que “por mais bem intencionado que o historiador esteja em relação ao buquê de memórias que tenha coletado, ele terá que [sic] deflorá-lo para poder gestar a história” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 206). Portanto, essa gestação só é possível se o historiador destruir, recortar e (re)construir os fatos e, a partir da utilização dos

⁸ Ver: “A invenção do Nordeste e outras artes” (2009); “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar”(2007); “História; a arte de inventar o passado” (2007).

procedimentos inerentes, gestar a história como fruto de suas análises diante das memórias oriundas e dos processos metodológicos por ele desejados.

Tal procedimento, em conformidade com Durval Albuquerque, demonstra o cuidado e a paciência do historiador diante das fontes que se apresentam, salientando que a história é, em certa medida, um artefato que reafirma o domínio dos que escrevem sobre os que falam (op. cit.) e, por essa ótica analítica, ao se utilizar da metodologia da história oral, da memória, o pesquisador deve se atentar para o fato de que também faz parte da entrevista, tal qual analisa Portelli (2010), ou seja, são duas agendas que se abrem, chocam-se para originar uma terceira que trará a convergência, ou não, das memórias do passado expostas sobre o presente, que se articulam, aproximam-se e constituem-se um novo fragmento da historiografia, estabelecendo laços com o tempo e com a história em suas múltiplas faces, de seus encontros e desencantos.

Ao longo da pesquisa, percebemos que se ousarmos responder todas as questões propostas pelas fontes, muitas outras vão aflorar não havendo possibilidade de se responder todas as indagações. Construir uma análise sobre as enchentes nos pantanais, nesse caso, tem suas implicações, pois a maneira como tratamos as fontes é extremamente importante, colocando-nos frente ao documento, mas não refém do mesmo, aflorando a partir desse aspecto a preocupação não apenas com as fontes, mas também com os efeitos que as mesmas produzem sobre o fato e as análises advindas enquanto gestadoras da historiografia.

E, no que concerne à produção historiográfica, ao mesmo tempo em que é ampla ao tratar do Pantanal, é restrita ao tratar das enchentes, da sua antítese as secas. Assim, no trabalho de Maria de Fátima Costa (1999), encontramos elementos de relevância que contribuem para o entendimento da visão paradisíaca inicialmente construída sobre os pantanais. E, *no ritmo das águas do Pantanal*, Carolina Joana da Silva e Joana A. Fernandes da Silva (1995) fornecem elementos para a compreensão da relação entre as populações ribeirinhas pantaneiras e as flutuações das águas. Elementos que permitem a análise da relação do homem com a natureza, com o ciclo das águas e com o conhecimento que possuem do ambiente.

Como a pesquisa contempla em seu bojo a relação do homem com a natureza pantaneira, aspectos apontados na obra de Eudes Fernando Leite (2003) sobre condutores, comitivas e peões apresentam a cultura e a modernidade como elementos que permeiam a vida cotidiana do morador dos pantanais, auxiliando no entendimento das mudanças e das transformações produzidas pela modernidade e sua recepção pelo homem no Pantanal. Acrescentamos nessa análise as reflexões de Icleia Vargas

(2006) sobre território e paisagem; de Fernando Tadeu Borges (2001) e Paulo Esselin (2011) com observações sobre a economia no Mato Grosso. Com isso, verificamos que muitos dos trabalhos acima expostos apresentam pontos de análise que favorecem o entendimento das ações humanas no enfrentamento das enchentes e das estratégias criadas para a permanência do homem nos pantanais.

Já os campos de estudo como a geografia nas pesquisas de Ab' Saber (2006), no campo antropológico com Banducci Júnior (1996; 2007) e Campos Filho (2002); na literatura, com Frederico Fernandes (2002), Albana Xavier (2002) e Silva Leite (2003) oferecem dados significativos sobre as práticas culturais e da relação do homem com o meio ambiente, das práticas e dos costumes que permeiam o universo pantaneiro nas dimensões materiais e imateriais.

Constatamos também que ao longo da historiografia, o transporte sempre foi a chave das dificuldades no processo de ocupação. O período das águas dificultava o transporte isolando muitas fazendas (SILVA, 2003) e para conduzir as boiadas entram em cena as chatas ou boeiras. As carretas de bois foram muito utilizadas e os batelões que navegavam pelo rio Paraguai facilitavam o transporte e, nesse contexto, Corumbá desponta como um importante entreposto comercial. Com a implantação da ferrovia (QUEIROZ, 1997; VALVERDE, 1972), a região recebe benefícios para a economia com a valorização do rebanho bovino e das terras, associados ao fornecimento de artigos que interessavam ao mercado como couro, madeira, peles de animais e produtos das charqueadas atendendo mercados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (CORRÊA, 1999; LEITE, 2003; ESSELIN, 2011). Dessa forma, a pecuária teve um papel relevante na formação das propriedades e na fixação do homem nos pantanais. Corrutelas⁹ e pequenos vilarejos emergiam aqui e acolá acompanhando a expansão das fazendas e do rebanho bovino. Foi também responsável pela constituição política do estado de Mato Grosso.

As constantes mudanças operadas nos pantanais, como o avanço do desmatamento, estão ligadas a fatores como a “modernização” das práticas agrícolas, da pecuária e a globalização do mercado na busca por eficiência econômica máxima. Apontamos esses avanços como desencadeadores de sérios problemas socioambientais diante do avanço agroindustrial propagado pelo governo vislumbrando uma revolução desenvolvimentista no Centro-Oeste do Brasil.

Com base na exploração agressiva dos recursos naturais, resultam fatores como a privatização dos lucros e a socialização das perdas, ameaças à produção, à

⁹ Segundo dicionário Houaiss, trata-se da reunião temporária de garimpeiros em aldeias, acampamentos (expressão regionalista: Goiás).

contaminação dos recursos hídricos, às perdas de solo, ao assoreamento de rios, ao aumento das áreas alagáveis, à perda da biodiversidade, à perda da qualidade de vida e do meio ambiente, para as comunidades que dependem da saúde ambiental dos pantanais, como ribeirinhos, comunidades tradicionais, pescadores, setor de turismo e navegação, além da própria pecuária pantaneira.

Julgamos ser o tema, aqui, proposto de relativa importância para o entendimento do processo de formação e das modificações, pelas quais a planície pantaneira passou, no período que corresponde ao recorte temporal de 1950-1990. Período em que se acelera o desenvolvimento de várias atividades como agricultura, pecuária e turismo. Trata-se de um período em que o estado de Mato Grosso assume e coordena políticas e mecanismos fomentando programas com o intuito de fortalecer o desenvolvimento e a conjunção de interesse entre este e os proprietários, beneficia o agronegócio e a agropecuária, que se apresentam como base econômica da região Centro-Oeste. Os ideais que nortearam as concepções políticas do estado de Mato Grosso estavam estritamente ligados às políticas territoriais instituídas no Brasil e alicerçadas na implantação de atividades econômicas que atendessem aos diferentes grupos sociais e, conseqüentemente, trouxessem benesses para esse estado.

Como a proposta é a abordagem de uma problemática cada vez mais presente no campo da História, o desafio foi construir uma análise em que o significado da experiência vivida e os valores elaborados possam levar à percepção de que as experiências desses sujeitos históricos e sociais são significativas e relevantes para a definição das diretrizes problematizadoras do objeto de pesquisa e a constituição dos campos de análises e sua complexidade. Nesse aspecto, a paisagem é constituída dos elementos identitários, e as experiências vividas estão associadas ao lugar cujas identidades e representações são construídas historicamente, sendo resultado de processos sociais.

Sendo a pesquisa uma continuidade de trabalhos desenvolvidos no período compreendido entre 2006-2010, utilizamos as fontes referentes à temática, obtidas no Arquivo Público de Mato Grosso em Cuiabá; no Centro de Documentação Regional da UFGD; no Arquivo Público do Estado de MS, em Campo Grande; no da 17ª Cia. de Fronteira em Corumbá; com acréscimo do Arquivo da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)/MS onde foi possível localizar os relatórios de impactos ambientais e os projetos previstos para implantação nos anos de 1980-1990.

Localizamos uma bibliografia relevante sobre a temática na biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Corumbá e em Aquidauana, no Núcleo de documentação do CEUA/UFMS. O acesso à biblioteca da Embrapa

Pantanal, bem como aos seus boletins de monitoramento e de levantamento dos impactos causados nas mais diversas áreas dos pantanais, seja proveniente de ações privadas e/ou públicas, auxiliaram na análise da progressão da influência de elementos alheios ao ambiente, oriundos das atividades econômicas e turísticas. Os boletins do 6º Distrito Naval em Ladário, elaborados mensalmente, auxiliaram na análise e na elaboração de gráficos dos índices mínimos e máximos das águas nos pantanais no período de 1900-2000.

Contamos também com 20 (vinte) entrevistas transcritas, pertencentes ao acervo do projeto *História Oral e Memória*, somando-se mais quinze entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado e as demais informações relevantes em anotações no caderno de campo. Com um roteiro previamente elaborado, considerando as possíveis adequações a partir da análise das entrevistas realizadas pelo projeto *História Oral e Memória*, acrescentamos as entrevistas realizadas no decorrer de 2014, com moradores de Corumbá. A elaboração desse roteiro foi traçada, tendo como ponto de partida, as entrevistas já realizadas contemplando pontos considerados essenciais para o entendimento das principais questões e dos problemas relativos ao cotidiano dos moradores, no período das grandes enchentes e suas consequências, no que tange às modificações ambientais e se as mesmas comprometeram o nível e o espraiamento das águas.

Nessa perspectiva, a história oral é um meio, um procedimento auxiliar na produção do conhecimento histórico, interligando o tempo passado e o tempo presente através da narrativa produzida, ou seja, de acordo com Delgado “trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades” (2010, p. 16). Ainda, em conformidade com a autora, “história, tempo e memória são processos interligados” (2010, p. 17). Tais observações são pertinentes considerando que “a memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades” (op. cit.).

A mesma proposta de reflexão é apresentada por Iara Khoury, na obra *Ensaio de História Oral*, quando a autora analisa que a prática da metodologia da História Oral se constitui em significativa contribuição na construção e no reconhecimento, atuando como um instrumento de luta política e de investigação social nas mais variadas áreas do conhecimento, viabilizando projetos de pesquisas e inserindo os sujeitos, suas histórias, lugares e silêncios, possibilitando um leque amplo de análises e no desdobramento de temas e debates profícuos no campo da História, ampliando o rol das indagações sobre a realidade social e histórica, contribuindo na produção de

fontes que se entrecruzam com memória e história, em suas mútuas e múltiplas relações, do sujeito com o fato. Assim sendo, “as narrativas, embora individuais, confirmam o uso de valores simbólicos e de modos discursivos socialmente compartilhados, mesmo quando o negam” (KHOURY, 2010, p. 12-13).

Ademais, “o passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes” (DELGADO, 2010, p. 36), e conhecer as limitações das fontes e a limitação do próprio historiador, possibilita a coerência nas reflexões sobre a temática e sobre as fontes. Segundo Delgado, se por um lado, buscar recompor o passado em sua integridade é uma tarefa impossível, por outro lado “compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado” (2010, p. 36).

O uso de jornais como uma fonte para o desenvolvimento da pesquisa não tem o intuito de utilizá-los como portadores da verdade ou como instrumento para a confirmação de dados obtidos em fontes documentais e orais. Ao analisarmos as representações construídas sobre o Pantanal, contidas na imprensa mato-grossense, pretendemos levar em consideração alguns apontamentos evidenciados por De Luca tais como a identificação do público a que se destina e a problemática evidenciada nas reportagens (2005, p. 42).

A imprensa, ou seja, os jornais do período temporal, no qual está situada a pesquisa, permite verificar que a intervenção do estado de Mato Grosso e da União foi significativa para a região, no que se refere à elaboração de projetos de desenvolvimento, como o PRODEPAN, visando à integração do Pantanal nos cenários político e econômico nacionais. Nas reportagens de jornais, como *O Momento*, *Folha da Tarde*, *Correio do Estado*, *Correio de Corumbá*, *O Pantanal*, que foram localizados e pesquisados no Instituto Luiz de Albuquerque e no Centro de Documentação da Universidade Federal, em Corumbá, buscamos uma fonte auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Os jornais possibilitaram acessar dados de natureza diversa, incluindo questões como a econômica, a social, a política, a demográfica, e permitiram a análise dos múltiplos aspectos que delinearão o fato. No entanto, fizemos isso, sem a pretensão de discutir a construção do discurso jornalístico. A pesquisa no acervo digital do Jornal *O Estado de São Paulo* – “*O Estadão*”, no período de 1875 a 2000, permitiu analisar as imagens e as representações do Pantanal divulgadas pela mídia nacional no que se refere à ocorrência das enchentes e à inserção do turismo como atividade econômica rentável, seja na esfera pública, seja na privada.

Quanto à apresentação da tese, no **Capítulo I – Da Laguna de los Xarayes ao Pantanal** analisamos as impressões que constam na historiografia sobre os pantanais, nos relatos de viajantes cujas descrições mesclavam o encanto e a frustração destes diante da natureza pantaneira e suas águas. A criação e a disseminação do mito geográfico da Laguna de Los Xarayes e da forma como a constituição de tal mito contribuiu para a construção de representações sobre a região, posteriormente denominada pelos mamelucos-paulistas como Pantanal, uma planície inundável, a mais extensa e úmida, de que se tinha conhecimento e que tem na alternância dos ciclos das águas e na estiagem a garantia do equilíbrio do conjunto de ecossistemas que formam os pantanais. Para essa discussão, optamos pelos relatos de viajantes e memorialistas, buscando amparo nos estudos realizados por Costa (1999); Salsa Corrêa (1990) e Nogueira (1990). Parte das afirmações apresentadas referentes à constituição do espaço pantaneiro são encontradas nas descrições de Ab'Saber (2006) ao apresentar a formação e as características geográficas do Pantanal.

No **Capítulo II – Paisagens em construção: um mosaico composto por águas, cascos, fagulhas e simbolismos**, trazemos como objeto de discussão as transformações econômicas, culturais e ambientais e a constituição dos novos espaços e paisagens na planície pantaneira. Analisamos como o processo de desenvolvimento das atividades econômicas, em especial, a agropecuária está intimamente ligado às transformações ambientais, como no caso da remoção da vegetação nas margens dos rios Paraguai e Taquari, sendo essa a causa principal do assoreamento e dos processos de erosões, bem como de intensificação das áreas inundáveis. Assim como o período que compreende os anos de 1940-1970, quando ocorrem deslocamentos que estabelecem diferentes formas de ocupação social e espacial no Centro-Oeste do Brasil e estavam atrelados aos programas de incentivo ao desenvolvimento e à ocupação, à apropriação de áreas e recursos naturais com políticas orientadas para a obtenção de resultados cada vez mais promissores. Recursos oriundos de programas e fundos de fomento do governo federal, criados a partir dos anos de 1960, visando a modernizar setores como o da agropecuária e o da agroindústria no Brasil são amplamente aplicados no planalto mato-grossense e na planície pantaneira. Com isso, investimentos são destinados à limpeza dos campos, à formação e à melhoria das pastagens, à aquisição de maquinários e equipamentos, à construção de benfeitorias, propiciando um melhor retorno à produção e acelerando o desenvolvimento, a fim de se obter maior proveito do potencial econômico em áreas específicas do Centro-Oeste.

Coube apresentar no **Capítulo III – O Pantanal como Nova Fronteira Econômica Nacional**, quando no período de 1974-1976, o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), sob a coordenação da SUDECO, criava um polo de desenvolvimento no Pantanal do Mato Grosso, com empreendimentos que trouxeram impactos à região não apenas na economia, como também no meio ambiente e na cultura (ABREU, 2001). Outros programas de estratégias de desenvolvimento foram criados como os Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP) (BRASIL, 1979), o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) (PCBAP) (BRASIL, 1997) e o Programa Pantanal (BRASIL, 2001), todos recomendando o uso dos recursos naturais de forma mais racional, visando à sustentabilidade. Em contrapartida, a expectativa de alavancar a economia fez com que a atividade turística ganhasse corpo como novo segmento econômico no Pantanal. As possibilidades do desenvolvimento econômico e do progresso circulavam por todos os recantos do Centro-Oeste e na planície pantaneira de forma mais intensa. Surgem novas configurações das paisagens com a Transpantaneira e o turismo desponta como uma atividade tímida, contudo com o passar dos anos torna-se altamente rentável, suscitando novas representações para o espaço pantaneiro. O turismo trouxe também a preocupação de se adequar a natureza às necessidades do visitante eliminando aspectos vistos como negativos.

E para finalizar, no **Capítulo IV – Naturezas Construídas: entre o limite das águas e dos homens**, analisamos a influência e/ou interferência das transformações no ciclo das cheias e sua antítese, as secas, utilizando informações dos índices fornecidos pela régua do 6º Distrito Naval em Ladário, fazendo uma análise dos índices mínimos e máximos atingidos pelas águas e as regiões mais afetadas. Por meio das entrevistas, abordamos as mudanças na relação homem/natureza que sofre alterações significativas no decorrer do processo do desenvolvimento econômico do Pantanal, influenciando suas percepções e suas sensibilidades para com o meio ambiente pantaneiro e as interferências e as estratégias adotadas para permanência no local.

Assim, de maneira menos dogmática, enfatizamos que as muitas transformações ambientais promovidas no decorrer dos anos de 1950 a 1990, nos pantanais, geraram um impacto ambiental cujo desequilíbrio e respingos são sentidos nos ciclos das enchentes que atuando como reguladores mantêm seus índices acima da média considerada normal para o homem, embora seja uma característica inerente dos pantanais, é vista como mais prejudicial e soa como resposta da natureza, uma consequência para o desequilíbrio provocado na planície pantaneira.

Em suma, trazemos um texto por deveras extenso, porém abrangente no que tange ao entendimento, mesmo que ainda muito “raso” sobre os pantanais. As transformações deixaram marcas, algumas facilmente apagadas, outras, contudo, objetos de um conflito ora indelével ora de nuances minuciosamente lapidadas pela memória, pela história, e pelo homem em seu tempo.

CAPÍTULO I

DA LAGUNA DE LOS XARAYES AO PANTANAL

E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas (SCHAMA, 1996, p. 17).

1.1 Pelos meandros do colossal anfiteatro dos falsos dourados

Ao iniciarmos uma pesquisa e, paralelamente, o seu respectivo trabalho de escrita, experimentamos sensações de melindre e uma impressão de que temos muito mais questionamentos que propriamente respostas para nossas análises. Percebemos que fazer História, ou melhor, escrever a História exige que tenhamos em mente que construir um texto requer trazer para o presente as marcas da memória, do passado e, mais ainda, que as mesmas podem fazer vir à tona as cicatrizes dos processos, seja nas continuidades, seja em suas rupturas, que demandam silêncios e o jogo das subjetividades.

Sejam quais forem as demandas do presente, estas funcionam e atuam como lupas sobre o passado, com seus julgamentos, ideologias e equívocos, seus heróis, vilões e lutas. Bachelard faz uma análise muito precisa sobre tal fato, quando diz que “do homem o que amamos acima de tudo é o que dele se pode escrever. O que não pode ser escrito merece ser vivido?” (1997, p. 11).

Essas reflexões são pertinentes, pois, se por um lado, levam ao entendimento e à escolha do objeto e da temática como memórias, experiências vividas, transformações ambientais, da cultura, enquanto um contínuo processo de filtragem de conhecimentos e de experiências tanto dos indivíduos quanto dos grupos nos quais ele está inserido; por outro lado, quando as inovações tecnológicas emergem como subsídios desafiadores aos tradicionais métodos de pesquisa e na produção da historiografia, estas automaticamente conduzem a uma reflexão sobre os ofícios tradicionais do fazer historiográfico. Além das preocupações teóricas e metodológicas, os parâmetros a serem empregados, as demandas apresentadas, os conceitos e as teorias constantemente repensados e revisitados que fazem da História uma prática do conhecimento com uma área de atuação cada vez mais ampla e plural. Tal

estímulo pode alterar significativamente os rumos dos trabalhos historiográficos e o fazer da História, de suas funções e de seus sentidos, de temas e de abordagens, como o aqui proposto, que tangencia questões que dizem respeito às mudanças e às permanências no fazer do historiador e nas características norteadoras de seus objetos de análise, bem como a ampliação da pesquisa em História.

É preciso reconhecer, como salienta Hobsbawm (2013), que escrever História não se limita a apenas e tão somente estudar o passado, é também uma forma de escrita sobre diferentes acontecimentos, e aquele que escreve costuma escrever a partir de si mesmo, ou seja, uma escrita pensada não como uma possível verdade sobre o passado, mas de uma possível relação não de domínio, mas de compromisso; não de apropriação, mas de transformação que aponte para a multiplicidade de análises e de interpretações que moldam a sociedade e o próprio homem, histórica e temporalmente, ou conforme escreve D'Alessio:

Se acreditarmos na relação entre história, experiência vivida e historiografia como elaboração intelectual sobre essa experiência, podemos aceitar o argumento de que as metamorfoses pelas quais passa a historiografia não se devam apenas a seu movimento interno, mas são ditadas, também, pela própria história (1998, p. 15).

É notório, nesse caso, que quando escolhemos escrever sobre o Pantanal, tais sensações são mais intensas e, ao mesmo tempo, despertam para a necessidade de conhecer uma parte da nossa História cujos elementos transitam por relatos de viajantes, cronistas, memorialistas, cientistas de diversos campos do saber. Contudo, sempre traz um misto de encanto e magia, tal qual sabiamente escreve Manoel de Barros sobre as águas, “é a pura inauguração de outro universo que vai corromper, irromper, irrigar e recompor a natureza”. O poeta, mesmo driblando as palavras, nos mostra que a cultura aqui atua como um processo de filtragem de conhecimentos e de experiências tanto do indivíduo quanto da natureza. A cultura também atua como o dínamo para as interpretações e os sentidos e estabelece os vínculos entre homem e natureza.

O extravasamento e as fusões de limites propostos pelo poeta extrapola a imagem geográfica e física do Pantanal. Apresenta-o como em constante movimento e quebrando os próprios limites, livre de qualquer fronteira, ultrapassando os limites geopolíticos e culturais, surgindo como um repositório de contribuições na construção de identidades, de novos contornos, oriundos de um processo de bricolagem, revelando e estabelecendo relações entre o homem e a natureza, que ultrapassa o

limite dos sentidos e da mera significação, revelando novos olhares sobre o cotidiano pantaneiro, gerando e revelando novas percepções e limites.

Iniciamos nossas considerações sobre o Pantanal exatamente assim: ainda hoje, um ilustre desconhecido para muitos – e, em complemento, buscamos o parágrafo inicial de um texto, produzido em 2012¹⁰, ancorado em uma reportagem do Jornal Folha da Tarde de Corumbá, MT, de 12 de fevereiro de 1974, quando este periódico trouxe uma matéria abordando a necessidade de iniciativas para a preservação da natureza e da cultura pantaneira, apresentando o comentário do prof. Orlando Valverde, integrante do quadro do curso de Ecologia do Centro Pedagógico em Corumbá, que diz:

O Pantanal continua a ser um grande desconhecido e quanto mais procuramos conhecê-lo mais se acentua a nossa ignorância a respeito das múltiplas facetas desta região ainda em formação incógnita para doutos e leigos, mistério da natureza que ai está para desafiar gerações futuras (Jornal Folha da Tarde. Corumbá, MT, 12/02/1974).

Nessa perspectiva, elegemos uma palavra como base norteadora de toda a análise aqui apresentada – paciência; tal qual nos apresenta Durval Albuquerque – quando debruçado sobre a obra de Foucault – salienta que o trabalho do historiador é o de desconstrução, pois “não tem mais como resultado final a apresentação do objeto desvelado em todos os seus segredos, mostrado em todos os seus contornos sedutores”, pelo contrário, é um trabalho que exige paciência em todo o seu processo de desmontagem em que “o objeto é despedaçado em seus contornos definidos, para retornar ao indefinido, abrindo a possibilidade de um novo vir a ser” (2007, p. 153).

Ainda assim, certamente aflorará o questionamento: como pode uma parte conhecer o todo? Não seria apenas a ambição de conhecer as partes, as quais se encaixam proporcionalmente, encadeando-se sem encontrar umas às outras e mesmo sem penetrar no todo geram a compreensão e o conhecimento uma da outra. Pois é exatamente a comparação das partes que revela nossa incapacidade de conhecer o todo, de revelar o ilustre desconhecido, conforme analisado por Valverde (1974).

Assim, adentramos nesse universo de tecer e entretecer a (re)construção de parte de um fragmento da História que envolve o Pantanal e suas águas. Classificado como a maior área alagável conhecida, localiza-se na Bacia do Alto Paraguai, na

¹⁰ Texto publicado nos Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro, 2012, com o título “Singularidades no universo das águas: o Pantanal não é apenas o que cabe na tela da TV”.

porção centro-sul do Continente Sul Americano, abrangendo os estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, integrando o conjunto de áreas úmidas mundiais, situadas geograficamente em vários pontos do planeta. A área calculada do Pantanal é de aproximadamente 138.183 km², dos quais 48.865 km² (35,36%) situam-se em Mato Grosso e 89.318 km² (64,64%) no Mato Grosso do Sul, o que torna o Pantanal a maior planície inundável da Terra.

Face aos estereótipos construídos histórica e socialmente com relação ao Pantanal, o mesmo foi declarado patrimônio nacional pela Constituição Brasileira de 1988 e sítio da Convenção de Áreas Úmidas Ramsar (2001) devido à importância de seus rios, lagos, bosques e pântanos para a conservação da Bacia do Alto Paraguai (Mapa 1). Também, em 2000, foi considerado pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Reserva da Biosfera Mundial, prioritariamente, para a conservação ambiental que se interliga a um sistema maior de áreas úmidas da grande Depressão da América do Sul. Ante essa designação, foi atribuído ao Pantanal o *status* de patrimônio da humanidade.

Pesquisadores da Embrapa Pantanal, como SILVA & ABDOM (1998), descrevem a delimitação do Pantanal e suas sub-regiões considerando alguns aspectos fisiomorfológicos e geopolíticos. Assim definem a localização das sub-regiões do Pantanal em relação aos municípios que as compõem: 1. Sub-região de Cáceres: agrega as áreas dos municípios de Cáceres e Lambari D'Oeste; 2. Sub-região de Poconé: agrega as áreas dos municípios de Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger; 3. Sub-região de Barão de Melgaço: agrega as áreas dos municípios de Itiquira, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger; 4. Sub-região do Paraguai: localiza-se no oeste do Pantanal e agrega as áreas dos municípios de Poconé, Corumbá e Ladário; 5. Sub-região do Paiaguás: agrega área dos municípios de Sonora, Coxim e Corumbá; 6. Sub-região de Nhecolândia: agrega as áreas dos municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana e Corumbá; 7. Sub-região do Abobral: agrega as áreas dos municípios de Aquidauana e Corumbá; 8. Sub-região de Aquidauana: localiza-se somente no município de Aquidauana; 9. Sub-região de Miranda: agrega as áreas dos municípios de Aquidauana, Bodoquena e Miranda; 10. Sub-região do Nabileque: agrega as áreas dos municípios de Corumbá, Porto Murtinho e Miranda; 11. Sub-região de Porto Murtinho: localiza-se somente no município de Porto Murtinho.

Essa área fisiográfica é composta por 15 municípios, sendo 6 (seis) no estado do Mato Grosso ocupando 34,27% da área do Pantanal; e 9 (nove), no estado do Mato Grosso do Sul ocupando 65,73% da área do Pantanal. Corumbá (44,31%), Poconé

(10,01%), Cáceres (9,44%) e Aquidauana (9,31%) são os municípios que mais contribuem para a formação da área do Pantanal (SILVA & ABDON, 1998, p. 1706-1707). (Mapa 2; Tabela 1).

Partindo dos estudos apresentados por Oliveira (2000)¹¹ ao apresentar um quadro de análise arqueológica da constituição do que conhecemos como Centro-Oeste e pela ótica de análise do autor, o Pantanal teve durante décadas seu passado arqueológico esquecido e somente nas décadas de 1980-1990 é que desponta, considerando sua importância para estudos mais densos da pré-história sul-americana. Aspecto relacionado à “sua posição estratégica na porção central do continente, entre os diversos ambientes (Amazônia, Cerrado, Chaco e outros) dos quais tem recebido várias influências do ponto de vista ambiental”. Segundo o autor, as populações acerâmicas constituíram os primeiros grupos humanos a ocuparem a região pantaneira e, de forma mais intensa, os terraços, os diques fluviais e as planícies nas proximidades das morrarias.

Na medida em que se intensificavam as ações de povoamento na planície pantaneira, inicia-se paralelamente um processo intensivo de transformações ecológicas e ambientais, de forma incisiva e delineadora na geografia local, bem como na elaboração dos processos socioculturais dos grupos envolvidos, formando um mosaico cultural de riqueza considerável na constituição do cenário etnicolinguístico e cultural das Américas na primeira metade do século XVI (Oliveira, 2000). Um processo estreitamente relacionado às formas de estabelecimento dos grupos que ali estavam, ou seja, cada um habitava e explorava um ambiente distinto, como os canoeiros Guató que livres dominavam as áreas inundáveis e os grupos horticultores – figurando entre eles os Guarani – que exerciam seus domínios nas áreas mais elevadas.

Os estudos do autor permitem-nos entender que, inicialmente, não se podem considerar as fronteiras políticas e socioculturais, muito menos a delimitação de região, como objeto estanque de análise diante da complexidade na formação e na delimitação dos espaços e/ou das áreas que extrapolavam as chamadas fronteiras geográficas nacionais. E no que diz respeito à complexidade dos ecossistemas no Centro-Oeste esse fator contribuiu e interferiu na mobilidade e no estabelecimento dos grupos humanos levando-se em conta os elementos ambientais e as diferenças socioculturais dos grupos, especialmente porque se tratavam de grupos indígenas conforme apontado por Oliveira (2000), o que nos permite afirmar que, a princípio, o tempo de permanência dos grupos humanos em determinados espaços teve o meio

¹¹ Oliveira & Viana. Pré-História da Região Centro-Oeste do Brasil. Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología, NAYA.

ambiente como um fator determinante da permanência ou não desses grupos em certas áreas da planície inundável, estando necessariamente associados a demarcações dos espaços, à localização, à fitogeografia e à intensidade de contato entre os grupos de diversas etnias, entre as quais Guarani, Payaguá, Guató e Xarayes.

Contudo, muitos têm sido os pontos de abordagens nos estudos referentes ao Pantanal, seja em seus aspectos geográficos, físicos, arqueológicos, ecológicos, sejam nos econômicos, sociais e históricos. Essas observações são suficientes para nos levar a leituras que apresentam uma emaranhada teia de informações sobre suas etapas evolutivas que se processaram após o Pleistoceno médio ou inferior quando se formou a Bacia do Pantanal onde os efeitos dos paleoclimas secos se mesclaram com as planícies de inundações rasas e contidas em pequenos leques aluviais que atuavam como mantenedores das áreas úmidas (ALMEIDA & LIMA, 1959; AB'SABER, 2006). Ainda assim, a busca de esclarecimentos no que tange à origem e à evolução da depressão anterior relacionada aos espaços conhecidos como pantanais apresenta que essa depressão pode ser o resultado de uma reativação tectônica, classificando-se na “categoria de uma grande e relativamente complexa planície de coalescência detrítico-aluvial” (Ab'Saber, 2006, p 12-13), incluindo ecossistemas de domínio dos cerrados, do Chaco e da região periamazônica.

Para Ab'Saber (1988), foi no final do Pleistoceno que se definiram as características ambientais no Pantanal, específicas de áreas úmidas, fator que atuou como determinante para o estabelecimento de um modo de vida na planície inundável e, conseqüentemente, formaram-se os entrecidos dos ecossistemas tanto terrestre quanto aquático e subaquático. Como se trata de sub-regiões ocorre uma variação considerável entre os níveis e fluxos das águas e a variação nos períodos de inundações cujo pulso nas terras baixas é responsável pela riqueza da biodiversidade e a drenagem e/ou o escoamento das águas se processam através dos corixos, vazantes, córregos e baías.¹² Segundo o autor,

¹² As vazantes são depressões entre as cordilheiras, mesmo longas são pouco profundas e desempenham a função de vias de escoamento temporário das baías no período das enchentes. Algumas vazantes podem ser temporárias e outras permanentes. Corixos constituem-se por pequenos cursos de água predominantemente perenes interligando as baías próximas. Com canais mais estreitos e profundos, seu poder erosivo supera ao das vazantes. As baías são áreas deprimidas de terreno, lagoas encontradas em praticamente toda a região do Pantanal, com formas e dimensões diversas, apresentam-se cheias de água, muitas têm água salobra e recebem a denominação de salinas. Em períodos de estiagem, secam, formando os barreiros. As baías podem ser temporárias (abastecidas por água das chuvas) ou permanentes ou lagoas marginais (proximidade de rios). Próximo a Serra do Amolar estão localizadas as baías de grandes dimensões como a Mandioré, Vermelha, Guaíba, Uberaba, chegando a cerca de 30 km em sua maior dimensão, como no caso da Uberaba.

Temos 4 feixes de componentes de ecossistemas, que entraram nas áreas pantaneiras por diferentes regiões. Além disso, temos também 4 tipos de equipamentos de lagos e de transições entre lagos e planícies submersíveis e que tem toda a sua diversidade como a água rasa, como a água de média profundidade e como região de colmatagem e processo (AB'SABER, 1989, p. 111).

Aspecto esse, com base na afirmação do autor, que permite analisar sua fitogeografia¹³ composta por um mosaico nada complexo, mas portador de um sistema de organização e de ordenação natural do espaço passível de compreensão que leva à desclassificação do espaço enquanto “complexo do Pantanal”. Desse modo, muitas das velhas e fantasiosas ideias sobre a formação do Pantanal pode, em certa medida, ser relegado aos arquivos ou submetido a análises criteriosas que levam ao entendimento de que o Pantanal pode ser classificado como uma grande bacia tectônica quaternária, pela ótica geológica e também como uma ampla e complexa planície de inundação, ou mesmo como uma orla de transição entre o Chaco Central e os cerrados¹⁴ (Ab'Saber, 1977a, 1977b).

Em conformidade com Ab'Saber (2006), a história disponível refere-se propriamente mais as classes dominantes e produtoras do que a sociedade total do Pantanal e seu entorno (op. cit., p. 13), pois, quando falamos em uma rede urbana e ribeirinha no Pantanal, é preciso considerar os setores peripantaneiros e extrapantaneiros quando se trata de relações econômicas, políticas e sociais que atuam como suporte e/ou base de toda sua economicidade. Nesse sentido, para o autor, há muito o que se estudar e o intuito de tal ação deve ser o de restaurar, se isso for possível, o legado do passado em uma área dinâmica, natural e de preservação que apresenta grande vazão, caso contrário,

Praticamente nada terá sido feito no campo de sua autêntica historiografia, enquanto não se fizer uma história total, incluindo corretamente o passado e o cotidiano do homem residente na vastidão

¹³ Segundo Dicionário Houaiss, é o estudo da distribuição geográfica dos vegetais e dos fatores históricos e biológicos que a determinaram; botânica geográfica, geobotânica.

¹⁴ O Cerrado é um dos seis grandes biomas brasileiros. Com uma vegetação que possui diversas variações fisionômicas ao longo das grandes áreas que ocupam do território do país e corresponde, grosso modo, ao Planalto Central. O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, estendendo-se por uma área de 2.045.064 km², abrange quatro estados do Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e mais o Distrito Federal; dois estados da região Sudeste: São Paulo e Minas Gerais; três estados da região Nordeste: Bahia, Maranhão e Piauí; três estados da região Norte: Tocantins, Pará e Rondônia. Também é cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul e tem índices pluviométricos regulares que propiciam a grandeza e a riqueza de sua biodiversidade; contudo, é menor que a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica (PÁDUA, 2009).

dos pantanais, homem esse que, mais do que em outras regiões, permanece um tanto isolado das regiões social e economicamente mais dinâmicas do país (Ab'Saber, 2006, p. 13).

Nesse sentido, no que tange a sua formação, a análise do autor mostra que “a Bacia do Pantanal é um repositório de informações a recuperar” (op. cit., p. 29) e salienta que a mesma se originou pós-superfície cuiabana velha, ou seja, é resultado de uma sedimentação pós-pediaplano cuiabano, sendo também fruto de uma reativação tectônica quebrável, em outras palavras, trata-se de um sistema de falhas contrárias à inclinação primária da topografia regional. Resumindo, trata-se, em última instância, de um “compartimento tectônico originado por falhas geomorfologicamente contrárias [...] em uma área que sofreu previamente uma grande movimentação tectônica” (Ab'Saber, 2006, p. 31) onde a água sempre esteve presente no acomodamento dos depósitos sedimentares na forma de lagos rasos de maior ou menor volume de água e duração, quer temporais, quer permanentes. O autor defende a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a história da formação geológica e os processos climáticos do passado para a região, que contribuíram para a formação de uma das mais importantes bacias detríticas quaternárias do país, e pontua também que os conhecimentos até hoje obtidos são fragmentados e incompletos (op. cit., p. 30).

Encontramos ideia similar à proposta por Ab'Saber nos estudos referentes ao sistema climático elaborados por Tarifa, enfatizando que “qualquer análise do sistema climático do Pantanal não estaria razoável se não levasse em conta os processos ligados ao ciclo hidrológico” (1984, p. 5).

E prosseguindo em suas análises no que tange à hidrologia, esse autor salienta que:

é essencial levar em conta as possíveis interações entre os processos de transferência de massa ligados ao escoamento superficial e sub-superficial da Bacia e aqueles de natureza da atmosfera. Principalmente em função da extensa área de acumulação de superfícies líquidas, e que alteram o perfil hídrico do solo e, conseqüentemente influem decisivamente nas condições micro, topo e locais do clima (TARIFA, 1984, p. 5).

Nessa perspectiva, ao nos referirmos à grande planície inundável denominada Pantanal, falamos de uma região que abriga várias sub-regiões formadas por diferentes unidades de paisagens, que, tal qual um mosaico, é formada pela composição de diferentes partes que se completam, sendo essas partes suas quatro

regiões fitoecológicas, constituídas pelas florestas estacionais decíduas, florestas estacionais semidecíduas, savanas e savanas estéticas (SILVA; ABDON, 2000), com características geológicas e hidrológicas específicas, em uma vasta área situada no interior da América do Sul, que no século XV foi objeto de disputa territorial pelas coroas espanhola e portuguesa e, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, divide o território entre os dois reinos ibéricos onde o processo de colonização se deu de forma mais intensa nas áreas litorâneas.

Crosby, ao escrever sobre a expansão biológica europeia, analisa que todos os povos, através dos tempos, expandiram-se geograficamente. No entanto, foram os europeus que fizeram isso de forma mais ampla, ultrapassando áreas e limites próximos e adjacentes, rompendo e ultrapassando fronteiras, ou seja, “os europeus, ao contrário, parecem ter brincado de pular carniça por todos os quadrantes do globo” (2001, p. 13). Um processo de conquista e colonização bem mais complexo, que não nos cabe expor aqui.

O Pantanal torna-se território dos espanhóis que buscavam incessantemente e ansiavam encontrar riquezas minerais, atraindo assim viajantes europeus que conquistavam a região do Prata, dando início ao trânsito das informações e à construção de um cenário fabuloso sobre as terras conquistadas. Local em que as representações construídas não se configuram como simples imagens, categorizadas como falsas ou verdadeiras de uma realidade, mas sim produzem brechas, rupturas sociais incorporadas pelos grupos em categorias mentais socialmente diferenciadas, configurando-se em matizes de classificações e de julgamentos. Não será inadequado, aqui, utilizarmos a expressão de Crosby quando este pontua que para os europeus “as Américas e a Austrália eram edens, aos quais Deus acrescentou Adão e Eva muito tardiamente” (2001, p. 29). Ainda, segundo o autor, “cada éden tem a sua serpente”, algumas mesmo invisíveis, papel muito bem desempenhado pelos europeus. Segundo o autor, em 1780, “o pioneiro do pampa foi uma espécie de Midas botânico, que mudava a flora ao toque de sua simples presença” (2011, p. 169).

Pádua escreve que quando os europeus ensaiaram seus primeiros passos em território brasileiro se depararam com um “conjunto impressionante de mangues, restingas, florestas, savana e outras estruturas complexas produzidas pela dinâmica da natureza”, mas, contrariamente à concepção que muitos possam ter, esse conjunto não se configurava como “um paraíso intocado pela mão humana” o que significa dizer, ainda conforme o autor, que “bem antes da chegada dos europeus, portanto, o meio ambiente dessas regiões já era ao mesmo tempo uma construção natural e cultural” (2009, p. 118-119).

Em princípio, parece uma análise simples, no entanto, está longe de ser ambígua e imprecisa, pois não podemos pensar os pantanais como uma representação do éden, como uma extensão, um espaço geográfico, uma área de transição apenas, pois todas as representações foram constituídas e delineadas pelos interesses dos grupos que as forjam historicamente. Ao analisar a relação estabelecida pelo colonizador com a natureza no Brasil, Pádua salienta que:

A tendência da cultura colonial foi louvar a variedade e riqueza da natureza brasileira em termos mais sintéticos e genéricos, repetindo conceitos como a “bondade dos ares” e a “pureza das águas”, assim como realizando inventários unificados de espécies úteis da flora e fauna. Pode-se dizer que de maneira geral, a cultura colonial apresentou uma valorização bem maior das espécies isoladas do que das áreas naturais nas quais elas se inseriam. O interesse por elementos específicos que pudessem gerar riqueza comercial ou valor de uso obscureceu em grande parte a visão das paisagens biológicas como todo e, mais ainda, a percepção de como a geografia dessas paisagens era em si mesma muito diferenciada de suas manifestações (PÁDUA, 2009, p. 119-120).

Pela assertiva de Pádua, entendemos que se todo evento classificado como histórico é predominantemente produzido pelos homens e pelas suas relações sociais, são elas que determinam o grau de conflitos e/ou consórcios em torno da sua estrutura organizacional. Nesse sentido, as práticas e as atividades humanas sejam individuais e/ou coletivas não podem ser reduzidas apenas e tão somente a um aspecto da realidade, ou seja, nunca uma prática econômica pode ser desprendida, desligada de um conteúdo sociopolítico e sociocultural e de suas respectivas análises. Portanto, todo evento histórico é social, cultural e simbólico, político e econômico, e necessita de formas de linguagens e símbolos para estabelecer dada comunicação com a sociedade, seja para seu domínio, seja para seu controle.

E em conformidade com Durval Albuquerque (2007), se escrever História é também mediar temporalidades, ao exercermos uma atividade de produção entre natureza, sociedade e culturas em tempos distintos, baseando-se nos indícios que o passado oferece e que se apresenta como acontecimento dado, exige rompermos com a dicotomia realidade/representação e incluirmos no real sua representação ou as lutas de representação, e que, segundo Bourdieu (1989), tanto a realidade quanto o passado e o tempo presente são lugares de lutas constantes, permanentes e definidoras, de reconhecimento e portadores de simbologias. Ou seja, não podemos utilizar o passado como um sofá confortável, mas como um trampolim para o presente. Logo, as lutas de representação têm tanta importância quanto às lutas econômicas

para a compreensão de mecanismos pelos quais os grupos tentam impor sua concepção de mundo e os seus valores de domínio, o que não foi diferente para nossos colonizadores.

Não obstante, todo o processo de colonização do chamado novo mundo foi marcado por conflitos e o extermínio de muitas etnias indígenas. Tanto a coroa espanhola quanto a portuguesa ancoraram suas bases de conquista na apropriação e na exploração dos territórios utilizando-se de violência em todas as instâncias do processo exploratório-colonizador, que se iniciou no litoral e seguiu nas epopeias bandeirantes que adentravam os sertões em territórios que abrangiam Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Amazonas, distantes do litoral e ricamente exploráveis. A imagem de riquezas fabulosas expunha a região pantaneira e fomentava a cobiça que gerava a necessidade de mantê-la oculta para garantir o domínio, assim,

durante séculos foi um lugar escondido, inicialmente por que a sua imagem de riquezas fabulosas o colocava como objeto de cobiça disputado por espanhóis e portugueses [...] As bandeiras paulistas e o ouro cuiabano, mesmo transformando-o em caminho fluvial, procuram também mantê-lo em segredo, por ser um território conquistado [...] o fato de ser ocultado lhe garantiu sobreviver com uma geografia fantástica e assim permanecer até o final do Séc. XVIII (COSTA, 1999, p. 31).

Pelo rio Paraguai¹⁵, os conquistadores adentravam a região do Prata seguindo para as regiões andinas¹⁶ em busca de riquezas que, misturadas a sonhos e a conflitos, (re)nomearam rios lagos, baías, etnias indígenas, chegando finalmente a um lugar com uma vastíssima extensão de águas, entrecortada por canais e rios, onde circulavam e habitavam diversas sociedades indígenas. Basicamente, o Pantanal que temos hoje é o resultado dessa construção fragmentada, que faz com que sua história também se fragmente, e, de certa forma, podemos dizer que tal condição está atrelada ao ritmo de suas águas, que se unem e se espraiam, sem limites pré-definidos. O Pantanal que vemos não é de todo natural, o que vemos é o resultado da ação antrópica há milênios e com a chegada do colonizador à América, quando tais ações

¹⁵ O rio Paraguai tem suas nascentes na Chapada dos Parecis e atravessa o Pantanal pela orla ocidental em um leito instável, podendo ser dividido em três segmentos sendo das cabeceiras a Corumbá – 1.250 km; de Corumbá à foz do rio Apa – 535 km; do rio Apa segue até o estuário platino – aproximadamente 2.275 km.

¹⁶ Caminho percorrido por exploradores como Aleixo Garcia em 1523; Juan de Ayolas em 1538; Cabeza de Vaca em 1542; Domingos de Irala em 1542-1543; Ñuflo Chaves em 1557; Rui Diaz Melgarejo em 1560, a serviço da Coroa Espanhola.

se acentuaram. Inicialmente, podemos dizer que “os conquistadores e colonizadores não gostaram do Pantanal. Nos séculos XVI e XVII, os espanhóis e os portugueses tinham lugares melhores para se estabelecer” (DOUROJEANNI, 2006, p. 55).

Na procura pela riqueza, os espanhóis encontraram e nominaram a Laguna de los Xarayes que passou a ser a peça central do cenário dourado das Américas. Para Lécio Gomes, a dedução, nesse caso, é de que a primeira designação de Mar de Xarayes e, posteriormente, de Laguna de los Xarayes adveio da impressão que o espaço inundável causou aos navegantes “pelas inundações exorbitantes que submergiam completamente as baixas plagas e por informações imprecisas e exageradas de aventureiros” (SOUZA, 1973, p. 29).

Enrique de Gandía faz uma análise e/ou relato que permite entender como foram sendo construídas as representações sobre Xarayes por viajantes europeus. Para o autor, trata-se de mais um dos focos de ilusão que recebeu o nome de El Dorado.

La Laguna de los Xarayes fue confundida con la Laguna de Guatavitá, com el lago Parime y com el Titicaca. Los inciertos conocimientos geográficos de la época, la oscuridad de las relaciones y la falta de crítica de los geógrafos y cronistas, fueron los culpables de esta confusión. Para que el desconcierto fuese completo la mezcla resultante de los cuatro lagos era designada con el nombre del Dorado. Así vemos, por ejemplo en un mapa de 1598, la laguna de los Xarayes con el título de laguna del Dorado, y en la carta de DE LISLE, de 1700, los Xarayes aparecen contiguos al “Pays des Amazonas” (GANDÍA, 1946, p. 214).

Foram os espanhóis os primeiros exploradores do território – que posteriormente seria denominado Mato Grosso de forma mais incisiva com Aleixo Garcia em meados do século XVI¹⁷. Estudos abrangentes, apresentados por Maria de Fátima Costa (1999), exploram esses fatos e apresentam um cenário amplo. Explorações essas que colocavam os aventureiros no limite de suas resistências e contribuíram ainda mais para delinear não apenas um mito geográfico, mas também a elaboração de lendas e mitos, como os das Amazonas e do El Dorado.

¹⁷ Costa (1999) escreve que “Hermando de Ribera foi o comandante da expedição de 1543, por ordem de Alvar Nuñez, adentrou as terras inundadas da Bacia do Alto Rio Paraguai. Foi nessa expedição que Schmidl esteve em Xarayes. E é nessa *Relación*, e não no texto de Cabeza de Vaca, que as Amazonas são descritas com suas riquezas e suas cidades. Contudo, o seu narrador também não esteve nesse lugar, descrevendo-o a partir do que ouviu no transcurso da sua fascinante viagem” (p. 73).

Sonhos de riquezas marcam desde o início a conquista da região da bacia do alto Paraguai. Certezas de riqueza marcam a presença dos primeiros viajantes. Sonhos e certezas levaram à morte muitos deles; riquezas e mortes alternaram-se nas entradas das terras aquáticas do Pantanal (COSTA, 1999, p. 33).

Em tais condições, na medida em que os espanhóis adentravam a região, foram construindo um mito geográfico. E na expedição espanhola de Aleixo Garcia, em 1524, alcançando as margens do Aquidauana, foi que os primeiros exploradores subiram o rio Paraguai e chegaram ao sul de Mato Grosso, e adentrando em áreas alagáveis se depararam com a vastidão de água espalhada. E assim seguiam

iban em busca de lãs Amazonas, anduvimos continuamente ocho dias, de dia y de noche, com el água hasta las rodilas, y a veces la cintura, sin poder salir de ella, Si habíamos de enceder lumbre, armábamos sitio com palos em alto, donde poneria, y muchas veces la comida, la olla y la lumbre, y aun quien la cocia, se caian em el água y nos quedabamos sin comer. Los mosquitos nos molestaban tanto que no nos dejaban hacer nada (GANDÍA, 1946, p. 213-214).

Nesse contexto, aflora misticamente a Laguna de los Xarayes,¹⁸ fruto do desconhecimento geográfico da vastidão inundada. Em sua descrição sobre a Laguna de los Xarayes, Schmidl faz com que esta seja portadora de sensações oníricas que resultam na configuração de paraíso terrenal, o que difere da descrição de Cabeza de Vaca¹⁹, na qual Xarayes não aparece como lugar paradisíaco, consistindo apenas em mais um território indígena a ser conquistado e explorado, difere também das descrições de Hermano de Ribera e de Ruy Díaz de Gusmán que se atêm a analisarem o comportamento das mulheres indígenas e de como são tratadas nos grupos e pelo grupo, apresentam o lugar como ameno, assemelhando-se em partes com a descrição de Schmidl, sem atribuir a esse território características de um reino encantado. Assim, nos primeiros registros,

a região se dimensiona como um país fluvial e lacustre, no qual a sazonalidade das águas, entre cheias e secas, define paisagens e ocupação. Pode ser salubre e paludoso, abundante e inóspito. É um lugar densamente habitado por índios coletores, caçadores, pescadores e agricultores, tanto por bravios – alguns até antropófagos –, como por

¹⁸ Tal nomenclatura está associada a um grupo indígena que fora descrito como dócil pelos exploradores, que, também, classificaram a região e descreveram os ciclos das águas.

¹⁹ Cabeza de Vaca fez a descrição mais capciosa e completa sobre os pantanais analisando os ciclos das águas, os hábitos e os costumes de um grupo indígena que habitava a região inundável, aos quais chama de naturais da terra. (Ver descrição completa em Costa 1999, p. 99-100).

outros extremamente doces como os Xarayes, mas todos adaptados às constantes mudanças. A singularidade do ambiente, sua sazonalidade impõe-se, ritmando a conquista (COSTA, 1999, p. 75).

Complementando o cenário, Antônio de Herrera nomina o espaço geográfico em tela de “Laguna”, e, assim, esta adquire lugar na cartografia espanhola e europeia, afirmando ser não apenas um mito geográfico e atribuindo a primeira identidade e as primeiras representações para essa planície inundável. Proeza semelhante também realizada pelos jesuítas que incluíram em sua cartografia a representação da Laguna de los Xarayes, acrescentando em seu interior a Ilha dos Orejones ou Ilha Paraíso (COSTA, 1999). Foram também os jesuítas que atribuíram às águas da laguna a maternidade do rio Paraguai, e “tendo Xarayes como centro, tais imagens invadiram o imaginário americano europeu, consolidando os contornos daquela região inundável, imagem criada e multiplicada pelos conquistadores espanhóis” (op. cit., p. 19).

Percebemos que, na medida em que o território se torna penetrável possibilitando explorações e ações mais intensas de colonização, as descrições saem da faixa que denominamos aqui como ilusórias e passam a contemplar aspectos do cotidiano dos exploradores que se deparam com elementos de uma natureza vista como deletéria e que precisava ser dominada para atender os intentos e os desejos de riqueza dos bravos aventureiros.

Vamos buscar elementos para essa discussão em Enrique de Gandía que, ao escrever sobre o mito do El Dorado, pontua que “La Historia de la conquista de America es la historia de sus mitos y leyendas y la febre del oro, el único movil de todas las empresas y de todos los descubrimientos” (1946, p. 108). E, em conformidade com o autor, muito se tem escrito sobre a evangelização do gentio como ideal que animava os conquistadores espanhóis em suas intermináveis expedições. Para o autor, tal argumento revela uma farsa, posto que muitos dos que escreveram a esse respeito não conheceram ou aprofundaram suas análises, pois, ainda que muitos documentos revelem que os espanhóis conquistaram as terras e os gentios com o propósito de propagar a fé, esses mesmos documentos revelam nas entrelinhas a busca incessante pela riqueza, e o ânimo dos conquistadores foi o ouro, a grande ilusão que acompanhou todo o processo de conquista e de exploração cujo imaginário de riquezas estava ancorado nas descrições bíblicas do paraíso perdido que perfaziam o imaginário medieval renascentista (op. cit., p. 109-110) e cujas notícias se multiplicavam por toda a Europa.

Durante o século XVI, muitos e incansáveis aventureiros e navegantes se lançaram sobre as águas do Oceano perseguindo o sonho de riquezas. Uma

verdadeira obsessão que acompanha a conquista do Novo Mundo e modela as representações do *El Dorado*, que se aplica a diferentes fontes inconsistentes e notícias que se espalhavam percorrendo muitas léguas na propagação da riqueza infinita do Novo Mundo. Muitas dessas notícias se amalgamaram sobre o mesmo mito, comum em todas as histórias e o nome “Dorado” se aplicou em muitas descrições que de algum modo se relacionavam com a sua origem primeira, denominando todas as áreas auríferas das Américas, ampliando ainda mais os rumores de riquezas infinitas, envolta em mistérios que permeavam o imaginário dos viajantes (GANDIA, 1946, p. 125). El Dorado deixa de ser uma lenda, um mito e se converte em um lugar, substituindo todo e qualquer nome, convertendo-se num fantasma de Humboldt²⁰ (COSTA, 1999, p. 63), representando tudo que fosse foco de ilusão e de esperança de riqueza (GANDÍA, 1946, p. 133). Um impulso necessário para superar obstáculos no processo de conquista.

Observa-se também que o *El Dorado* “no tuvo en realidad importancia mayor – em sus causas y efectos – que la de tantas otras leyendas y espejismos que lo rodeaban” (op. cit., p. 133) e, ainda, muito de seu nome e fama é decorrente da falta de uma análise mais crítica de muitos cronistas e historiadores, como analisado por Gandía.

Ao escrever sobre os tipos e os aspectos do Pantanal, Laucídio Rondon enfatiza que “os primeiros civilizados que navegaram pela planície inundada julgaram-se descobridores de um grande mar de água doce” (1972, p. 10). Fragmento de texto esse que nos remete às imagens construídas pelos espanhóis que cruzaram a Laguna de los Xarayes acalentando o sonho de riquezas. Refletindo sobre isso, questionamos: Seriam os espanhóis os civilizados aos qual o autor se refere? Seria Xarayes o grande mar de água doce? Seria essa a primeira representação atribuída ao Pantanal, ou se trata apenas do desconhecimento geográfico? Seria esse o primeiro discurso referente à construção de uma região e a seus desbravadores?

Avaliamos as muitas limitações com as quais nos deparamos ao escrever sobre os pantanais, considerando que a relação do homem com a natureza é o elo

²⁰ Alexander Von Humboldt viajou como pesquisador naturalista para as Américas em 1799. Registrou em seus diários, de maneira meticulosa, todas suas experiências de pesquisa, impressões cotidianas e medições, utilizando-se de sextantes, barômetros, lunetas e termômetros. Tais registros e ensaios científicos totalizaram 3.442 paginas, distribuídas em nove volumes. Seu feito principal foi assumir uma postura crítica no que se refere ao colonialismo e a escravidão, defendendo a igualdade entre as raças. Suas posições políticas o colocaram frente a conflitos com os governantes prussianos no início do Século XIX. Uma de suas características eram as grandes elucubrações, que para muitos não faziam sentido. Humboldt realiza seus estudos em universidades como Frankfurt e Gottingen e tem seu trabalho precocemente conhecido no meio científico europeu.

inicial de análise que rompe necessariamente com a ideia primeira que fazemos do Pantanal. Como conhecer então essa relação? Como adentrar nesse universo transmutável que não sucumbe à beleza estética da representação apresentada como real?

Para obtermos parte dessas respostas, é preciso conhecer e entender a dinâmica das sociedades humanas em seus distintos processos históricos temporais. Dessa forma, não teremos apenas uma história nas formas que nos permitem o entendimento de que o conhecimento histórico não cabe apenas em um modelo único de escrita e explicação. Encontramos ideia semelhante em *Caminhos e Fronteiras*, quando, ao descrever a relação homem-natureza, o autor analisa o imaginário europeu edificado sobre o Novo Mundo. Pontuando que são os pensamentos e os olhares europeus, apoiados nos mitos clássicos e medievais, descortinados e atribuídos aos viajantes e aventureiros, que tinham a imaginação repleta de construções do exótico, que envolviam a natureza e as sociedades indígenas. Sérgio Buarque chama a atenção para o fato de que são esses olhares diferenciados para o novo, para o desconhecido, que lentamente revelam um cenário ora harmônico ora de conflitos (HOLANDA, 1994, p. 67-69). É a contradição que leva ao mitológico, do retorno ao éden, um mistério que poderia ser decifrado, atraindo homens e seus sonhos de riqueza.

Em *Visões do Paraíso*, o mesmo autor analisa a imagem do éden como elemento balizador do processo de conquista, do eterno retorno ao paraíso terrenal, onde imprimia traços comuns e duradouros e a necessidade da construção de paraíso com base nas escrituras sagradas, em que a transposição dos mitos, das “visões medievais do Paraíso” (HOLANDA, 2010, p. 227) influencia as formas de ver e descrever paisagens e lugares, forjando realidades e produzindo diferenças, numa junção de fragmentos nos quais o “paraíso perdido fosse fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens” (op. cit., p. 230), possibilitando a releitura dos mesmos mitos.

Portanto, os espaços constitutivos das representações sobre a planície inundável são articuladores de entrelaçamentos histórico-culturais e se configuram no locus de ação, das experiências vividas e das suas particularidades, o que permite o uso das representações como uma forma de conhecimento produzido no mundo e da vida que conseqüentemente se adapta e se configura nos espaços e nas práticas discursivas do explorador-colonizador.

1.2 A construção da Laguna de los Xarayes

As narrativas e os relatos dos conquistadores como Schmidl e Guzmán contribuem para a constituição de imagens idílicas que sutilmente vão lapidando as imagens do paraíso terrenal, construindo assim interpretações que dão sentido para tais representações.

Serge Gruzinski, quando analisa que desde o início da colonização do Novo Mundo²¹ as imagens estiveram sempre presentes marcando os espaços, afirma que “a colonização aprisionou o continente numa rede de imagens que não parou de se ampliar, desdobrar e modificar ao ritmo dos estilos das políticas, das relações e das oposições encontradas” (2006, p. 15). Prossegue pontuando que tal fato faz emergir a “América como um fabuloso laboratório de imagens”.

A influência dos relatos é perpetuada nas descrições de determinados lugares como Xarayes, fator que garante a permanência de um conjunto de imagens geradas pelo espírito aventureiro e heroico dos desbravadores, de seus criadores. Basicamente, o que ocorre é uma colagem de informações e descrições que permitem reelaborar uma nova leitura do mesmo fato com pequenos acréscimos trazidos pela experiência do narrador, que traz elementos oriundos do seu conhecimento e aplica nas descrições estabelecendo critérios e parâmetros, como ocorre na descrição de Guzmán que “vai costurando retalhos de várias notícias que circulavam de uma parte a outra da América Meridional entre os conquistadores espanhóis” (COSTA, 1999, p. 123). Tais descrições originaram uma colagem de fatos que se metamorfoseando foram se confundindo na medida em que avançaram as expedições.

O que chama a atenção em tais narrativas não é a construção de imagens ou mesmo a relação dos exploradores com as sociedades indígenas, mas sim o fato de que a natureza é valorizada por ganhar configurações do éden onde a mobilidade das paisagens e das águas é apenas a moldura dos relatos. Tais observações são suficientes para mostrar que as imagens e seus contornos movediços, conforme pondera Gruzinski, são produtos históricos e não podem ser apenas e simplesmente entendidas, definidas em termos abstratos, posto que nos leva ao entendimento de que “a história dos imaginários que nasceram no cruzamento das expectativas e das respostas, na junção das sensibilidades e das interpretações, no encontro das fascinações e dos vínculos suscitados pela imagem” (2006, p. 17), revelam que

²¹ O autor faz uma análise criteriosa da política das imagens implementadas na América Latina durante o processo de ocupação e de colonização espanhola e da forma como o uso dessas imagens emoldurava o imaginário de longa duração. Como os ídolos e réplicas, a criação demiúrgica, estão ligados na constituição desse imaginário que se edificou na América Latina entre os séculos XVI a XX. Seu peso político, estratégico e cultural na estruturação das sociedades indígenas, negras e brancas.

inicialmente as características de lugar inóspito, lacustre, habitado por toda espécie de insetos não aparece e o enquadramento de nuances deletérias é ignorado, o que nos permite entender a construção de um paraíso isenta de elementos que desabonem as descrições de seus narradores, não revelando suas fraquezas, e conseqüentemente, garantindo tanto sua permanência quanto a continuidade e a obtenção de recursos e investimentos para as expedições.

Os homens, enquanto partícipes da história e de sua temporalidade, atuam como agentes modificadores produzindo acontecimentos, discursos e mudanças a eles associadas, ou mesmo instrumentalizando resistência que impedem a concretização de tais modificações e/ou mudanças, podendo também admitir que construam referenciais como também os destruam; reafirmem ou contestem o poder (DELGADO, 2010). São os homens que produzindo e conferindo configurações, identidades e crenças, criando e reelaborando uma nova imagem, descortinam um novo imaginário que seja capaz de produzir sentidos com reflexo de pensamento edenizador, despertando um misto de curiosidade e repulsa, de fascínio e exotismo, e uma presença incômoda da qual não se pode libertar. Uma metamorfose de imagens paradisíacas e infernais que postulam oferecer novas referências e interpretações, dissolvendo imaginários iniciais que vão cedendo ao projeto de conquista, operando o que Gruzinski (2006, p. 38-39) chama de “mentalização cultural”. Mudanças que se processam e desaparecem em nomenclaturas convencionais, mas que, ainda assim, trouxeram consigo e “tivera o mérito de tentar desvendar o mistério daquilo que ninguém conhecia” (op. cit., p. 39). Seria esse o caminho percorrido pela desconhecida Laguna de los Xarayes até chegar ao ilustre e desconhecido Pantanal ao qual se refere Orlando Valverde?

Seguindo nessa perspectiva, ponderamos que o Pantanal seguiu durante muito tempo – dois séculos aproximadamente – denominado de Laguna de los Xarayes. Inundável, porém repleta de riquezas, configurando-se em espaço privilegiado e desconhecido aos olhos dos europeus, especialmente dos espanhóis, como berço de origem do caudaloso rio Paraguai.

Um mito geográfico construído que figurou na cartografia europeia, na qual a região alagada, inicialmente, é denominada como Laguna de los Xarayes e vai adentrando no imaginário de viajantes aventureiros como Irala, Cabeza de Vaca e Ulrico Schmidl, Hernando de Ribeira²², embora tenha sido Antônio de Herrera o

²² Conforme apresentado por Costa (1999), tais informações podem ser buscadas: Antonio de Herrera em *História General de los hechos Castellanos en las islãs y tierra-firme del mar oceano 91601-1615*); e *Relacion de 1542 de Domingo Martinez de Irala acerca de los*

primeiro a chamar a planície de lagoa – fato atribuído às águas e à junção das diversas lagoas que gradualmente começaram a fazer parte do imaginário europeu-ocidental como também dos mapas, nos quais as narrativas dos viajantes delineavam os contornos cartográficos, e obviamente, muitos deles em nada pareciam com o real, apresentando erros de localização e, em contrapartida, aceleravam a construção da natureza como idílica e das representações no que tange a sua abrangência e tamanho (COSTA, 1999).

Para exemplificar, segue a passagem descrita por Neves no que se refere às observações do jesuíta Quiroga sobre os indígenas e sobre Xarayes.

Os portugueses, que navegavam por Xarayes desde Cuiabá até Mato Grosso, disseram que em algumas arvorezinhas que há, nos alagadiços de Xarayes, se deixavam ver alguns índios, mesmo que poucos. Não sabem de que nação sejam. Podem ser algumas relíquias dos Xarayes (2007, p. 205).

Em sua viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá, Smith observa que quando as águas crescem toda a terra fica de molho, fica encoberta pelas águas por dias, meses formando uma “grande trança de terra, água e lama, canais e lagos, ilhas e banhados” (1922, p. 262) que o autor conhece como pantanais e que, no entanto, é conhecido pelos geógrafos como Xarayes. Analisando a geografia, Smith observa que “defronte da serra dos Dourados, os pantanais são muito largos, estendendo para E, talvez uns 400 kilometros [sic], sem um só ponto de terra alta que os interrompa” (op. cit., p. 269).

Como em períodos de inundações a área fica toda encoberta por um período que corresponde a cinco meses aproximadamente – março a agosto – e continua com parte encoberta no período das vazantes em face do sistema de pequenos lagos, revelando pequenas extensões de terra, é provável que isso tenha ocorrido durante os séculos XVI-XVIII, quando os mamelucos paulistas começam a atravessar a vasta extensão de água em suas lentas e pesadas canoas percorrendo longas distâncias, levando-os às “inconclusões” geográficas.

Quanto à “origem” da Laguna de los Xarayes, é possível afirmar que a entrada dos exploradores pelo Pantanal se dava em períodos alternados de cheias e secas, o que justifica o fato do limitado conhecimento geográfico sobre o curso do rio Paraguai que, em períodos de cheias, extrapolava suas margens e revelava caminhos fluviais alternativos o que facilitava a mobilidade por meio das águas; no período das secas

descubrimientos que iba haciendo cuando fué navegando Paraguay arriba por orden del gobernador Cabeza de Vaca, desde el 18 de diciembre de 1542. In: Anales de La biblioteca, tomo VIII, 1912; 339-344.

tais caminhos se tornavam não identificáveis e de difícil acesso, gerando especulações e contradições geográficas. O que chama a atenção é que praticamente em todos os relatos as descrições se referem aos *pantanaes*, o que indica, mesmo de forma incerta, que os viajantes atentaram para o fato de que se tratava de vários espaços com características específicas marcantes em cada um e que, somados, formavam Los Xarayes, a qual aos poucos foi se despidendo de suas paisagens e perdendo sua singularidade aos olhos dos europeus, sendo reduzida ao conhecido, ao familiar, de fácil interpretação, como se os olhares que a ela se voltavam não trouxessem mais as chaves do desconhecido, e sim fossem meros portadores da fechadura de um imaginário, de imagens padronizadas que se encaixavam perfeitamente, que impressionavam pelo que representavam: um reservatório de recursos múltiplos que estava estreitamente associado às imagens produzidas; legitimando o processo de colonização dito de cunho civilizacional que projeta uma identidade de múltiplos saberes, portando um olhar ocidental que permitisse ler e reconhecer nas paisagens os traços do homem e sua visão de mundo, suas relações com a natureza, provocando olhares ora passionais, ora de conotações negativas, exibindo uma referência que se desdobra e se multiplica em inúmeras interpretações de exotismo, estranheza e familiaridade.

Se Xarayes era uma sociedade indígena, tais inconclusões fazem o topônimo e o lugar tomarem forma na construção das narrativas que passam a ser lapidadas nomeando um lugar de geografia ainda indefinida cuja paisagem, móvel pela ação das águas, dificulta ainda mais o reconhecimento do curso do rio Paraguai criando subterfúgios que alimentam e orientam os sentidos da conquista, que precisam ser adornados com cidades encantadas gestadas no paraíso terrenal favorecendo o impulso da conquista. E nas enchentes são as baías que se abrem para o rio, não se distinguindo lagos e sangradouros e o próprio rio Paraguai, em determinados trechos, torna-se uma “enfiada de lagos”, sendo a única diferença o canal que corre entre eles, diferindo assim de outros rios em apenas um ponto que é justamente o fato de que “durante as enchentes anuais, as terras aluviais são primeiro cobertas de água que em muitos lugares corre delas para o rio” (SMITH, 1922, p. 270).

Ademais, foram as incursões dos bandeirantes paulistas, em busca de riquezas minerais e para o aprisionamento de indígenas, que marcaram o início de uma ocupação não indígena mais intensa, descortinando os mitos e apresentando a real necessidade de se conhecer os pantanais. Foi quando os portugueses e, posteriormente, os monçoeiros adentraram pela planície inundável cujo avanço se deu através das rotas bandeirantes que avançaram para além dos limites do Tratado de

Tordesilhas, que aflora a denominação Pantanal, questão essa associada ao fato de que os portugueses conheciam o mito geográfico da Laguna de los Xarayes, mas seus interesses estavam centrados na facilidade do deslocamento e no reconhecimento mais pormenorizado da região.

Ao escrever sobre a visão dos conquistadores para o Novo Mundo, em *Amazônia: as vozes do rio*, Pizarro pontua que, quando se trata dos portugueses que já haviam adentrado pela Costa Ocidental da África, o Novo Mundo não era a primeira terra que encontravam, pois “bem distante de especulações e, em boa parte, dos preconceitos, a atitude dos portugueses era mais aberta para o desenvolvimento de um pensamento científico” (PIZARRO, 2012, p. 71). Desse modo, fizeram da região caminho para suas conquistas definindo como campos alagados com várias lagoas e sangradouros, aparecendo o Pantanal como uma invenção luso-brasileira em meados do século XVIII, conforme citado por Costa: “Pantanal chamam os cuiabanos a umas vargens muito dilatadas que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá” (1999, p. 19).

A região ficou praticamente escondida por séculos como uma forma de proteção contra a cobiça de portugueses e espanhóis, o mesmo procedimento de ocultação seguido pelos bandeirantes em nome da conquista, fator esse que contribuiu para manutenção de sua geografia até os anos finais do século XVIII Costa (1999). Encontramos observações semelhantes em Lécio Gomes em sua *Retrospectiva Histórica do Pantanal*. Para esse autor, a área que denominamos Pantanal permanecia ignota ou mesmo palmilhada de forma muito tímida, mas apenas na periferia, pois, até então, “o famoso mar de Xaraés [sic] era de modo privativo atravessado pelas intrépidas monções que descendo o Taquari subiam pelo Paraguai, São Lourenço e Cuiabá” (SOUZA, 1984, op. cit., p. 199). Acrescenta ainda que tais monções eram atacadas, inesperadamente, pelos Paiaguás que lhes impunham pesados ônus como a perda de muitas vidas.

Os mamelucos paulistas, ao percorrerem a região nas monções do século XVIII, atribuíram um nome e conseqüentemente forjaram e/ou fabricaram uma imagem constitutiva dos pantanais, que passam a ter associadas as características fitogeográficas e hidrológicas a sua representação cartográfica, na medida em o Pantanal adquire formas, contornos e limites, a Laguna de los Xarayes vai esmaecendo e nada mais é que as águas espraçadas do rio Paraguai no horizonte luso-brasileiro.

Novas imagens vão se constituindo e ampliando os campos alagados, embora, muito do mito fabuloso ainda hoje seja encontrado, no emaranhado de lendas e mitos

que preservam em seu interior seres transcendentais e seres encantadores como o maozão, o minhocão e a mãe d'água²³. Conseqüentemente, se até 1850 a imensa planície alagável do Mato Grosso não era definida e/ou denominada como Pantanal, o mesmo vai sendo construído pelos portugueses que o delimitam, trazendo à tona para o imaginário luso-brasileiro um universo mítico. O Pantanal se sobrepõe e desfaz o mito geográfico dos espanhóis, redesenhando uma nova paisagem geográfica, no entanto as configurações do imaginário europeu persistem como a moldura de um quadro cuja tela preserva o registro da fabulosa Laguna que tanto encantou os espanhóis e hoje atua como pano de fundo do mosaico das águas espriadas.

Se na descrição dos primeiros narradores, conforme analisado por Costa (1999, p. 136), Xarayes não aparece como um lago, uma lagoa, a mutação se deu através das interpretações feitas das narrativas, originando um lugar associado a uma etnia indígena, ou seja, embora não figure como uma lagoa tem sua origem imbricada nessas interpretações nas quais o rio Paraguai é como que a chave desse mito, aquela pequena parte que faltando, faz emergir a grande diferença, ou seja, suas margens são camufladas pelas águas no período das enchentes, impossibilitando o total reconhecimento do seu curso, fomentando uma geografia e uma cartografia tão fantasiosas e imprecisas quanto suas águas.

Se Antônio de Herrera foi o primeiro a descrever Xarayes, tendo como fontes as narrativas e os escritos de Cabeza de Vaca, é perfeitamente possível que o próprio Cabeza de Vaca tenha guardado nas entrelinhas de seus comentários a imprecisão nas suas descrições, o que possibilita analisar que este fez suas próprias incursões pela planície inundável no período de águas altas. Portanto, Herrera dá o tom da interpretação e da identificação da Laguna de Los Xarayes, condicionada pelas análises proposta por Cabeza de Vaca que sugere a existência geográfica e cartográfica da Laguna de Los Xarayes, passando esta a constar em mapas. No entanto, não pode passar despercebido o fato de que os exploradores nominaram os lugares por onde passavam de acordo com seus conhecimentos, trazendo, nesse caso, elementos da sua cultura e do seu cotidiano para estabelecer tais relações associativas como ocorreu com os Orejones comparados com os Orelhões, sociedade indígena peruana (COSTA, 1999, p. 139).

²³ Sobre mitos e lendas do Pantanal ver FERNANDES, F. A. G. Entre histórias e tererés: o ouvir da literatura pantaneira. São Paulo: Editora UNESP, 2002 e SILVA LEITE, M. C. Águas Encantadas de Chacororé: Natureza, Cultura, paisagens e mitos do Pantanal. 1ª edição. Cuiabá: Cathedral Unicen Publicações, 2003. 156p (Coleção Timbaré de estudos mato-grossenses: v.4)

Tais associações enriqueciam a cartografia e revelavam mitos. Voltamos a Gruzinski quando o autor pontua que:

O Ocidente pouca olhares sucessivos sobre o objeto figurativo ou não da América. A imagem que os europeus perseguem e que os obceca aparece a partir de então como uma nação que eles carregam consigo, uma categoria que fixam [sic] nas coisas e cujos contornos emergem ao longo de suas ações de observadores e descobridores (2006, p. 52).

São as águas “escondidas” nas entrelinhas das narrativas e na cartografia que permitem a construção de uma representação móvel de Xarayes, e tanto as gravuras quanto as descrições revelam a inconstância das narrativas no que se refere a sua localização. É possível que, em princípio, Xarayes é o rio Paraguai espriado que se mostra vaidoso para os cartógrafos dos séculos XVI-XVIII que colocando sua imagem no centro da América Meridional, leva-nos a observar que, nesse sentido, as enchentes não são descritas porque fazem parte do sistema e/ou do curso das águas do rio Paraguai, levando os jesuítas a acreditarem que Xarayes era a mãe desse rio, representação essa não passível de correção, pois na medida em que se processam alterações na cartografia, tais alterações tornam também a sua representação imutável, fazendo dela um referencial para as narrativas onde Xarayes é o ponto referencial para o conhecimento e/ou desconhecimento das fronteiras.

A lapidação da imagem constitutiva da sua representação é definida como peremptória e resultaria na vasta planície inundável e sua cadeia de rios e lagoas, sendo o rio Paraguai a espinha dorsal do Pantanal, como braço forte para os deslocamentos. Pantanal passa a nomear “uma área alagada, com contínuo movimento, sem estagnação [...]” (BERTELLI, 1984, p. 23), que sofre a influência do próprio rio Paraguai e de alguns de seus afluentes que atribuem aos pantanais características seculares.

A produção de registros científicos através dos anos, balizados pela busca e pela descoberta do exótico, atendeu aos mais variados interesses definindo em parte os parâmetros da chamada civilização e o progresso que tanto ansiava o Mato Grosso; e, necessariamente, contribuiu para a construção não apenas das representações sobre o espaço pantaneiro, como também articulou a criação de uma identidade para o Mato Grosso que era visto por muitos viajantes como o “confim do mundo”. Até meados do século XIX, Mato Grosso era marcado por intempéries climáticas e pelo isolamento geográfico, quando também se encontrava ausente a tipologia urbana tão conhecida e a natureza vista como intocada significava a ausência

do homem civilizado, ocupado apenas pelos indígenas que, na visão do europeu, não incorporavam nenhum signo civilizacional. Cabe observar que localização espacial e contato civilizacional estavam concatenados na construção das representações e do imaginário dos viajantes que percorreram o Mato Grosso no decorrer do século XIX e das décadas iniciais do século XX.

Muitos dos elementos constantes nas narrativas produzidas pelos viajantes refletiam de algum modo suas leituras, seus temores e suas fantasias, e conseqüentemente ao chegar ao desconhecido encontra o que procura, já está delineado em sua mente, cujas lendas, monstros e homens são portadores ao mesmo tempo do real e do mítico. O discurso e as representações construídas são os “da experiência direta, do testemunho, porém a realidade que enxerga e que acredita enxergar, ou está certo de que alguém próximo a ele enxerga, está enquadrada nos ecos da bagagem transportada por sua cultura” (PIZARRO, 2012, p. 68).

Em meados do século XVIII, os espanhóis se utilizaram da representação do mito de Xarayes para designar a planície pantaneira; para os portugueses paulistas ela já tinha perdido a pose de dama misteriosa e recebe a nomenclatura de Pantanal, composto por lagoas e sangradouros, águas lodosas e insetos insuportáveis tanto quanto o calor que favorecia sua reprodução. As águas são rotas que permitem a circulação das monções, os relatos agora são mais práticos, didáticos, com rotas e percursos que facilitam a navegação e o acesso produzindo uma nova geografia para a região dos pantanais. Essa imagem, podemos concluir, só existe no olhar, na medida em que se possa alterar, modificá-la, ser substituída, transformada, dividida, embora seja tanto “a visualização de um pensamento dualista (paraíso/inferno) que opõe a verdade à mentira, o bem ao mal, como a demonstração de um imaginário que privilegia as articulações figurativas” (GRUZINSKI, 2006, p. 74).

Ocorre uma mudança de cenário cuja composição e variáveis como topologia, zoologia, acéfalos, hermafroditas, mulheres sensuais e guerreiras cedem seu lugar para mosquitos, indígenas bravios, a força das águas e o limite do homem dimensionado pela insegurança e pela persistência do viajante. As viagens eram programadas para os períodos de águas baixas, facilitando o pernoite dos viajantes e o rio Taquari passa a ser a nova rota. E na composição desse novo cenário, Xarayes perde a maternidade do rio Paraguai e passa a ser a irmã rebelde.

Todo o processo de exploração, de colonização e de povoamento foi marcado por conflitos e a natureza, que se mostrava deletéria e austera, também se apresentava promissora. Conflitos indelévels entre homem e natureza que deixaram sua herança na política e na economia do Mato Grosso, em razão do próprio processo

histórico que envolvia as disputas pela fronteira e, conseqüentemente, o controle sobre a mesma.

Desse modo, a posse e a demarcação dos espaços estão ligadas às simbologias, aos rearranjos e as dinâmicas a ele associadas, não sendo meramente resultado de um reordenamento espacial, mas econômico e político, de cultura e de poder, impregnados de valores cuja pretensão é estabelecer uma promissora realidade territorial.

1.3 Do desconhecido ao incerto: a construção de uma paisagem exótica

A descoberta do ouro em Cuiabá atraiu um considerável contingente populacional que procurava se estabelecer no entorno das minas, e muitos engenhos de cana, a lavoura e a pecuária são novos elementos que contribuiram para o assentamento de pequenos povoados atrelado ao garimpo do ouro que movia muitos homens em busca de riqueza fácil. Concatenada a esses fatores está a fronteira indígena, atuando como uma barreira, e a violência gerada pelos conflitos e confrontos entre os bandeirantes e as sociedades indígenas como Bororo, Paiaguá, Guató, Guaicuru e Kadweo. Muitas dessas etnias, vistas como entraves pelo colonizador chegaram à extinção. Vítimas da resistência do processo de invasão e de ocupação de seus territórios, alguns grupos foram “empurrados” e afastados para áreas de pouco ou nenhum valor econômico, vitimados pela conquista e pelas epidemias. Com o esgotamento das minas, a região voltou ao seu estado de inanição e permaneceu esquecida por longos anos.

No que tange a Corumbá, os registros apontam que foi por volta de 1524 que Aleixo Garcia faz uma incursão exploratória em busca do ouro, mas foi somente em meados dos anos de 1770, com o objetivo de fixar domínios, que Portugal, por intermédio de seu Capitão General da Capitania de Mato Grosso, constitui o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, com a configuração de um destacamento militar. O povoado é transferido da ponta de Ladário em 1859 para o local onde hoje é Corumbá. Após a abertura da navegação pelo rio Paraguai, é que se rompe o isolamento da região e foi instalada em 1861 a Alfândega no porto auxiliando na fixação dos domínios do Império na fronteira oeste. Foi elevado à categoria de Vila em 1862 com uma infraestrutura precária e muitas epidemias pela falta de água potável e saneamento.

Como havia sido instalado o livre trânsito pelo rio Paraguai, barcos de vários países atracavam no Porto de Corumbá (Fotos 1, 2 e 3), disseminando doenças e, por

consequente, as epidemias. A situação se agravava no que se refere às questões econômica e social em função das enchentes periódicas do rio Paraguai. O comércio era o grande centralizador da economia e, em sua grande maioria, a população servia como mão de obra no porto.

Foto 1 – Porto de Corumbá, MT (1900)



Fonte: Sérgio Cruz em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 08 de dezembro de 2015 com a seguinte legenda: 8 de dezembro de 1886: epidemia de cólera dizima população de Corumbá.

Foto 2 – Porto de Corumbá, MT (1920)



Fonte: Paulo Ferro em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 13 de janeiro de 2016 com a seguinte legenda: Porto Geral década de [19]20.

Foto 3 – Vista Parcial do Porto de Corumbá, MT



Fonte: Paulo Ferro em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 09 de outubro de 2015 com a seguinte legenda: Atualmente o local é conhecido como Prainha do Porto Geral

Em meados do século XIX e início do século XX, a partir dos discursos, das justificativas e das intervenções governamentais – para a incorporação da chamada região centro-oeste ao cenário nacional – desperta o interesse e o olhar da ciência e de forma mais expressiva de naturalistas, geógrafos, cientistas dos mais variados campos de estudo que se “aventuram” por terras mato-grossenses em prol do progresso e da civilização. Seguiam em busca do desconhecido que se apresentava como o exótico, o diferente e, ao mesmo tempo, da deletéria natureza, com sua complexidade ecológica peculiar e assustadora diante das perspectivas de representações de um “paraíso perdido”, que se revelava hostil e atrasado aos olhos daqueles que buscavam novas potencialidades econômicas pelos vastos sertões do Centro-Oeste do Brasil.

Encontramo-nos aqui diante de uma questão que leva a observar que existe, nesse caso, uma relação muito estreita entre paisagem e representação. Se, por um lado, podemos considerar as paisagens como artefatos culturais produzidos pelo homem e que, por sua vez, são historicamente transformadas e/ou modificadas pelas sociedades nas quais emergem, por outro lado, elas também são compostas por camadas de representações também historicamente construídas, ou seja, mantém

elementos tanto do passado quanto do presente das sociedades que elas compõem. Isso corroborado por Schama, quando este pontua que

[...] é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É conterrâneo da escrita, de toda nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos (1996, p. 17).

No caso do Pantanal, o relato dos viajantes, dos cientistas, dos naturalistas e dos aventureiros é de fundamental importância para a compreensão da construção de um sistema de representações e para o entendimento do espaço pantaneiro tal qual o conhecemos. Afinal, como afirma Schama “a natureza selvagem não se demarca a si mesma, não se nomeia” (1996, p. 17), portanto, é a produção dos registros científicos e dos relatos memorialistas que permitem uma leitura e uma escrita privilegiada da história norteada e balizada pelo exótico e pelo condicionamento do olhar europeu sobre uma área desconhecida que, no entanto, despertou os mais variados interesses pela sua fitogeografia, pelas suas características ambientais tão complexas e sedutoras.

Desse modo, as representações atuam como produtoras de subjetividades, de construções sociais e estão inseridas em uma relação de forças em que as representações geram as práticas, entretanto, as práticas, por sua vez, não são geradoras de representações. As práticas discursivas e/ou o discurso são sempre produzidos pelo outro e pouco revela sobre o objeto em si, mas diz tudo sobre quem o produziu. Como exemplo, retomamos as descrições de Barros Netto, quando ao falar sobre a Nhecolândia, sua história, sua gente, seus usos e costumes, assim descreve o homem que trabalha no Pantanal:

Todo homem se porta de acordo com o meio em que vive. O seu habitat, as condições em que labuta, suas possibilidades de trabalho, proximidade de centros mais populosos e, portanto, maiores possibilidades de comerciar; meios de transporte e facilidades de colocação do seu produto são fatores determinantes do progresso. E os fatores existentes, pró ou contra, formam seu caráter, dão-lhe mais ou menos ambição, mais ou menos indolência, mais ou menos crueldade, vaidade, honestidade, etc. (BARROS NETTO, 1979, p. 32).

É também em José de Barros Netto, que encontramos o registro da primeira “grande” enchente datada de 1879, na Fazenda Manga, localizada à esquerda do rio Paraguai, considerada a área mais alagável na região de Corumbá. Segundo seus relatos, sendo totalmente inundada, a Fazenda Manga, adentra “sertão” em busca de terra firme onde o “Nheco”²⁴ funda a Fazenda “Firme”, origem da Nhecolândia numa área de 600 léguas quadradas de campos naturais dos pantanais com limites ao norte pelo rio Taquari, ao sul pelo rio Negro, ao poente pelos rios Taquari e Paraguai e ao nascente por uma linha imaginária ligando os rios Taquari e Negro, separativa dos municípios de Corumbá, Coxim e Rio Verde. Esse autor descreve a Nhecolândia como

sertão bravio [...] onde reinavam as onças pintadas e pardas, a “boca de sapo”, a sucuri e a cascavel, fauna riquíssima, dispersa entre miríades de lagoas vazantes, cerrados e baixadas. Pastagem abundante e farta, quase isenta de pestes, era verdadeiramente salubre. O gado bovino encontrou uma região como se fosse seu verdadeiro habitat e os primeiros homens conheceram o Eldorado para a criação (BARROS NETTO, 1979, p. 36).

Aspectos que nos conduzem à leitura da obra “*O Território do Vazio*” de Alain Corbin. O autor, ao escrever sobre as diversas visões do mar condicionadas pela elite europeia nos séculos XVIII-XIX, analisa magistralmente tal fato quando pontua: “não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado os seus olhares, vivendo suas emoções” (1989, p. 7). Assim, como já exposto, os olhares e os discursos – como do excerto do texto de Barros Netto, atuam como definidores das interpretações e das percepções sobre o meio ambiente pantaneiro onde as análises priorizam ora os interesses científicos ora os interesses econômicos e desdobramentos definidores de um padrão de progresso e de civilização, de tempo e de espaço, do homem e da natureza. Pertinente aqui avaliarmos que as imagens em si podem gerar e inspirar desconfiança se partirmos da análise de que suas diversas e/ou várias “desmontagens”, interpretações e ilusões de significado são geradoras, por sua vez, de um imaginário ora prodigioso, conflituoso e mal controlado, quando se dissemina tal qual as próprias imagens daquilo que representam no imaginário, o qual estamos predispostos a ver.

²⁴ Joaquim Eugenio Gomes da Silva, alcunha de NHECO, nascido em São Luiz de Cáceres, filho do Barão de Vila Maria. Nheco figura como um dos pioneiros desbravadores da região dos pantanais, cuja saga se inicia com o retorno a Fazenda Manga e posterior a reconstrução da fazenda Firme em 1880, culminando com a Nhecolândia, sub-região do Pantanal que recebe esse nome em homenagem ao pioneiro desbravador.

No discurso do outro, do civilizado, era preciso construir, geográfica e socialmente, o espaço hoje denominado de Pantanal, considerado uma incógnita e perdido no tempo e no espaço do “chamado mundo civilizado”, separado de qualquer sinal de civilidade, isolado e esquecido, intocado pela mão da civilização, mas corroído pela barbárie dos bravios, e que, no entanto, preservava as matas virgens, seus rios e suas riquezas naturais, prontos para serem bravamente dominados e explorados em nome do progresso da Nação. Delimitar sua geografia era preciso tanto quanto modelá-la, cultural e historicamente, e inseri-la no cenário brasileiro do século XX.

A limitação das vias de comunicação resultava em poucos recursos e relações políticas improdutivas. Aglomerações populacionais contrastando com a natureza inerte foram argumentos utilizados, distanciando ainda mais o Mato Grosso do cenário de desenvolvimento no Centro-Oeste. No início de século XX, a vastidão territorial contrastava com a baixa densidade demográfica do segundo maior estado da República em extensão territorial, revelando e colocando em “xeque” sua precária vocação para o desenvolvimento.

No bojo desse processo civilizacional e de colonização, as intempéries climáticas, índios bravios e distâncias, em princípio incalculáveis, atuavam como empecilhos aos desbravadores que enfrentavam igualmente pernilongos, doenças e animais ferozes, seres transcendentais e perigos do esquecimento em ambiente longínquo e hostil; obstáculos esses que aos poucos foram sendo vencidos. Todavia, foram marcados pela precariedade, pela limitação dos meios de locomoção e comunicação utilizados, pela contagem do tempo e da distância percorrida mesmo contando com trens, navios, telégrafo, que permitiam um alargamento das comunicações e deslocamentos que muitas vezes não favoreciam os viajantes. Barreiras que foram paulatinamente rompidas com soluções encontradas e adequadas às necessidades exigidas para os desenvolvimentos sociopolítico e socioeconômico em terras mato-grossenses.

Retornando à leitura de Schama, a ideia de civilização estava vinculada ao domínio e ao conhecimento do mundo natural, sendo o homem responsável pela propagação da civilidade refletida na limpeza dos campos, no aumento das áreas de cultivo e no resultado da produção em escala crescente, associada à exploração e à expansão dos domínios. Nesse sentido, é preciso entender que “essa ocupação nada tem de inerentemente vergonhoso. Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto” (1996, p. 20).

Da mesma forma, Herbert Smith (1922) relata o encantamento da natureza paradisíaca e o inferno ao qual o homem era lançado quando adentrava em paragens mato-grossenses, quando precisava enfrentar nuvens de mosquitos e clima insalubre. O cenário se apresentava fascinante apenas quando o homem era turista no espaço, porque somente a ideia de morar ali causava horror, despertando o mais desprezível medo no homem.

Na análise apresentada por Smith, é compreensível que o homem e a natureza sejam postos e vistos como indissociáveis e a simbiose existente levava a estudos nos quais os habitantes da região eram componentes da terra, portanto, não seus habitantes – homem e natureza estavam (de)compondo o cenário paisagístico e de estudos. Era dever do Estado não somente colonizar a região como também “domar” e civilizar seus habitantes que, até então, em nada contribuíam para o progresso. Encontramo-nos aqui diante de uma questão muito bem analisada por Tuan no que tange à avaliação do meio ambiente, na qual, segundo o autor, para o visitante seu olhar é essencialmente estético, “é a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência.” E, ainda, por vezes tal julgamento é válido, se se considerarmos que “o visitante, frequentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (TUAN, 1980, p. 75).

Os olhares dos viajantes generalizavam tanto a natureza quanto o homem como responsável por um estado de inércia e a mestiçagem e o exotismo da natureza eram vistos como objeto de estranhamento e, ao mesmo tempo, como elementos essenciais para o estudo e a compreensão de todos os aspectos norteadores do vasto território (GALETTI, 2000). É possível pensar a ideia de construção de natureza com características de paraíso ecológico partindo do olhar inicialmente do colonizador espanhol e posteriormente do português. O espanhol traz para o novo mundo o imaginário medieval renascentista nomeando e constituindo os espaços de acordo com as suas orientações de cunhos geográfico e cultural, permeados por elementos de religiosidade, já o português alia a tais elementos a utilidade, a mobilidade e a apropriação dos espaços, dando-lhes forma, lapidando e amalgamando paisagens.

Essa construção histórica gera a ideia fundamental e majoritária de paraíso sobre a planície inundável, na medida em que se processavam os acordos concernentes à divisão territorial entre espanhóis e portugueses – acordos esses estreitamente vinculados aos interesses políticos e de defesa de territórios – onde ouro e prata funcionavam como força motriz, impulsionando e agregando valores políticos, econômicos e culturais, que somados resultavam em expedições e explorações pelas tão cobiçadas riquezas minerais que atraíam aventureiros, os quais

para atender os interesses políticos da coroa, buscavam suas riquezas e espalhavam o imaginário europeu (COSTA, 1999). Nesse contexto, os grupos indígenas que habitavam e circulavam pela região são classificados pelo olhar etnocentrista e suas crenças, seus valores e sua cultura foram relegados ao patamar da barbárie. Era preciso explorar e dominar a natureza, seus monstros e homens.

É nesse período, compreendido pelas décadas finais do século XVI até os anos iniciais do século XX, que a planície inundável vai sendo modelada e lapidada pelo olhar europeu. Os discursos historiográficos são determinados e produzidos pelos interesses dos grupos envolvidos e as representações geram formas de nominar e definir os diferentes aspectos da realidade, assim, as representações cristalizam condutas e agem nos sistemas de interpretações com o mundo e com os outros, no contato com a diferença.

O éden impoluto se transforma, revela-se e coloca o homem diante de sua criação, pois,

embora reconheçamos (como devemos) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tão pouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo, parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre a matéria bruta e a paisagem (SCHAMA, 1996, p. 20).

Através da narrativa dos viajantes, a flora, a fauna e os habitantes da planície pantaneira ganhavam formas, ora suprimindo ora exaltando as diferenças e as características ambientais norteadoras do cenário que se constitui portador de elementos díspares e de representações que em nada se assemelhavam aos aspectos geográficos e ambientais. Aspectos esses relacionados à “tendência da mente humana em organizar os fenômenos em polos opostos como vida e morte, claridade e escuridão, céu e terra, sagrado e profano” (TUAN, 1980, p. 96).

Em conformidade com Costa (1999), analisamos que os jesuítas em muito contribuíram para a construção cartográfica do Mato Grosso onde adentravam no sertão inóspito em busca dos indígenas, para os quais deviam pregar o cristianismo e promover a conversão deles. Com o propósito de proteger o território conquistado pela coroa espanhola, não somente os jesuítas como também os indígenas exerceram um papel fundamental no processo de ocupação e de colonização, em cujas missões os jesuítas se incumbiram de organizar as milícias indígenas protegendo o território, em nome da coroa.

Os mapas e as referências geográficas auxiliavam nos deslocamentos e a confecção de tais mapas se dá, inicialmente, com o auxílio das narrativas e das descrições dos viajantes que acrescentaram e/ou retiraram referenciais geográficos, incluindo um uso amplo e irrestrito de simbologias que perpassavam o universo das águas em busca do Eldorado, do paraíso terrestre, de riqueza e de mulheres guerreiras. Novamente, aspectos do imaginário tomam forma e nomeiam os elementos necessários que auxiliam na luta pela sobrevivência e pela conquista. E na representação cartográfica nos séculos XVII e XVIII, sejam elas inglesas, francesas ou holandesas, reafirmando o dito antes, figura Xarayes como a mãe benevolente das águas do rio Paraguai e a partir do século XIX Xarayes passa, talvez, a ser a irmã bastarda das águas do grande rio, ou simplesmente uma grande lagoa que ocupava o centro da América, um ponto de referência para viajantes desavisados.

Tal reflexão nos leva a “perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo” e permite a compreensão da “permanência dos mitos essenciais” (SCHAMA, 1996, p. 27). Peças sobrepostas pelas camadas de lembranças, narrativas, memórias e representações que ao mesmo tempo em que revelam contradições possibilitam a leitura do passado que reconhecendo a ambiguidade do legado dos mitos da natureza, conseqüentemente leva o homem a admitir que “a paisagem nem sempre é mero ‘local de prazer’ – o cenário com função de sedativo, a topografia arranjada de tal modo que regala os olhos” (op. cit., p. 28), posto que a memória não é a lata de lixo, mas sim atua como o ponto de equilíbrio, sugerindo a sua redenção ecológica. Para Le Goff (1992), a atenção do historiador deve se voltar para o fato de que o documento é algo produzido, mas que se ligado ao poder, ou institucionalizado, pode virar um monumento, uma referência posterior, tal qual o discurso produzido pela memória, que parte do presente para (re)inventar o passado.

Nessa perspectiva, são indispensáveis algumas reflexões sobre a memória como uma modalidade de representação social num quadro de práticas que caracterizam a sociedade, seja como tema de estudo, seja como suporte dos processos de identidades e de reivindicações. Como prática ou como representação, a memória é frágil e sua fragilidade envolve questões que esbarram na dimensão técnica cuja problemática está centrada na qualificação do juízo crítico e na sensibilidade do homem diante das informações, da dimensão existencial e de domínio, da especificidade centrada nas práticas sociais que atuam como elementos de intervenção nas suas funções e na sua eficácia, da perda de memória coletiva que pode ser produzida e artificializada, da dimensão política associada às pressões

vigentes na sociedade, no presente e na amplitude das práticas sociais da memória, pela mídia que prioriza o transitório, o efêmero.

Ainda em conformidade com Le Goff (1992), ao escrevermos sobre os materiais da memória coletiva e da memória que sobrevive ao conjunto daquilo que existiu no passado, temos a escolha efetuada pelas partes que operam o desenvolvimento temporal da humanidade, ou seja, dos historiadores que elegem um conjunto de fontes/documentos que comporão a história a ser escrita, os materiais da memória.

Se o monumento é tudo aquilo que evoca o passado, logo é um legado à memória coletiva. O documento é uma prova escrita e apresenta-se por si como uma prova histórica, um discurso produzido, portador de representações. A sua objetividade opõe-se à intencionalidade do monumento, fato esse que pede cautela do historiador ao efetuar suas análises.

1.4 Conhecer para modelar e dominar: um olho na natureza e outro no papel

O imaginário europeu, sempre portador de elementos míticos sobre a natureza, deixou marcas na construção das representações formadoras e integrantes dos mitos modernos permeados pelo etnocentrismo e modelados por ideologias de dominação, perpetuadas na constituição de uma visão de mundo extremamente hegemônica de santuários ecológicos, de natureza intocada.

Para os espanhóis, a planície inundável era portadora de simbolismos e de representações de cunho mítico, associados às possibilidades do encontro do paraíso, da prata e do ouro. Com a chegada dos portugueses, o cenário se transforma e passa a ser marcado e nominado pela utilidade do espaço e pelos resultados, a praticidade se sobrepunha ao perene e ao utópico sonho de riqueza dos espanhóis. A política e a economia da coroa portuguesa ditavam as regras dos deslocamentos, das explorações territoriais e das transformações ambientais.

Emerge, obstinadamente, a necessidade de conhecer para dominar a natureza e suas riquezas naturais. O exotismo da flora e da fauna se revela um excelente veio econômico através do comércio de peles, de penas, de aves e de carne para o mercado externo. O fortalecimento do domínio territorial tinha suas bases ancoradas na mão de obra e no aumento da capacidade de trabalho e dos lucros oriundos do comércio, aumentando o grau de exportações e de exploração, quando a planície inundável se mostra como uma importante área de acesso aos domínios espanhóis.

E, em conformidade com Neves,

As novas características das expedições sertanistas determinaram uma nova forma de relacionamento do colonizador com o território explorado. A necessária regularidade das monções exigia que se estabelecesse um controle sobre os caminhos. Este controle implicava, sobretudo, no conhecimento e demarcação dos cursos dos rios, assinalando-se os diversos acidentes que facilitassem ou dificultassem a navegação; exigiria, também, o estabelecimento de pousadas fixas que pudessem abastecer as monções de gêneros alimentícios, cujo transporte era difícil e dispendioso, em viagem tão longa (2007, p. 51).

É o olhar e as narrativas dos portugueses que modelam a planície inundável, dando-lhe não apenas formas através das descrições do ambiente e demais aspectos majoritários da natureza, como também lhe atribuindo o nome de Pantanal. As características singulares e seculares da flora e da fauna, aliadas ao universo das águas, e os desafios impostos pelos deslocamentos no transcurso dos rios são gradualmente associados e somados ao imaginário português que povoa a planície com seus signos e lendas herdados dos espanhóis acrescidos das estratégias para o enfrentamento e o domínio da natureza e das águas.

O Pantanal deixa de ser a imaginária Laguna de los Xarayes e torna-se passagem obrigatória para se chegar às riquezas minerais como as minas em Cuiabá. Aníbal Amorim assim registra tal fato:

os paulistas iniciaram as suas “entradas” pelo interior da capitania em busca das suas riquíssimas jazidas auríferas. A ambição do ouro foi que descobriu e desbravou Mato Grosso. Os bandeirantes não viam obstáculos diante de si. Atravessavam rios, combatiam índios, venciam as febres. Domavam a natureza (1913, p. 467).

Agora, a natureza se mostra mais selvagem e hostil, as águas mais intensas, os rios mais caudalosos e assustadores e aos poucos os mistérios do universo das águas perde seu encantamento e ganha contornos geográficos e paisagísticos em conformidade com a sua utilização. O novo mundo se modela e se transforma, reorganiza a planície de acordo com as características de cada um dos grupos indígenas ali encontrados e, dessa maneira, o século XX apresenta o Pantanal como resultado da junção dos cursos dos rios, da sua lenta drenagem e dos seus ciclos de cheias e secas. Para os mamelucos paulistas, o Pantanal estava associado às áreas alagadas comparadas e consideradas inicialmente como pântanos, ou seja, áreas de permanente inundaçãõ.

O Pantanal que aparece nos registros científicos instiga as expedições e as explorações, atraindo, cada vez mais, estudiosos de vários campos do saber, pois era

preciso conhecer cada detalhe, cada aspecto norteador, balizador da região pantaneira. Era preciso não apenas olhos na natureza, era preciso olhos no papel e efetuar registros cada vez mais precisos sobre as características ambientais, o nível e a variação do ciclo das águas, sua periodicidade e sua área de abrangência, as condições econômicas mais adequadas e as estratégias para o desenvolvimento e o aproveitamento da planície. Não há como negar a assertiva de que:

Essas expedições, geralmente oficiais, eram organizadas com o objetivo de reconhecer as potencialidades da terra e a possibilidade de instalação de um sistema produtivo que pudesse gerar lucro, mas as descrições da terra, embora feitas sem muita parcimônia, continham informações extremamente importantes sobre o Sul da Capitania de Mato Grosso, a situação das vilas, dos povoados, das guarnições militares, das relações dos colonos com os nativos, enfim, outras informações que permitiram dar um quadro geral da Província, com esclarecimentos importantes sobre o conjunto da sociedade local (ESSELIN, 2011, p. 35).

Dessa forma, ocorre um interesse e um aumento no financiamento das expedições com o compromisso de elaborar estudos e análises meticolosas, criteriosas sobre o Pantanal. Na perspectiva dos olhares de naturalistas, cientistas e demais viajantes foram atribuídas características específicas sobre a natureza nos pantanais, organizando-as e catalogando-as em função dos referenciais exigidos pelas ciências. Aqui, buscamos a análise de Ana Pizarro sobre o olhar e o discurso do viajante-cientista sobre a Amazônia. Para a autora, “o discurso do viajante cientista [...] projeta na região o olhar dicotômico da modernidade: por um lado, percebe a grandeza, e, por outro, observa, classifica, anota, difunde, informa às academias de ciências da metrópole” (2012, p. 101). Percebemos que o mesmo ocorre com a planície inundável. É o viajante-cientista o elo entre a civilização, a modernidade e o conhecimento que fazem ver o Pantanal.

Descrever, nominar, coletar, catalogar, classificar, registrar são ações na ordem do dia associadas à elaboração e à projeção de delicadas pinturas e gravuras que reproduziam a natureza pantaneira que aos poucos vai ganhando a aura de graciosidade e de exotismo, retornando ao seu quadro fabuloso e mítico. Localizar e nominar rios, identificar grupos indígenas, traçar parâmetros comparativos com outras áreas de características ambientais semelhantes estavam estreitamente ligados ao compromisso de estabelecer e registrar a periodicidade e a alternância das águas e das secas, estabelecendo e classificando atividades potenciais para seu

aproveitamento, além de assimilar a posição estratégica da planície na linha fronteiriça com o Paraguai.

São as experiências e as expectativas humanas que vão compor de forma mais intensa o ideário e o imaginário pantaneiro que, posteriormente, compõem o mosaico sociocultural dos pantanais. Longe de eliminar os aspectos fabulosos, os estudos desenvolvidos e os registros de caráter científico são incorporados na construção do paraíso ecológico denominado Pantanal, que perde o seu significado primeiro de pântano. A ideia de paraíso contrastando com a deletéria natureza que vai aos poucos sendo dominada e reordenada em seus arranjos naturais e singulares. A ciência atua como ponto de equilíbrio para o entendimento da complexidade que se apresentava, transmutando-se a cada ciclo das águas e, aliadas a esse fator, vieram também a perseguição e a captura dos indígenas com o propósito da civilização; a caça em busca de peles, penas e carnes exóticas; a exploração de madeira para abastecer o comércio europeu; e a ocupação da terra.

A construção do Pantanal vinha atender também a construção da cartografia brasileira, e todas as informações referentes à exploração da região Centro-Oeste eram minuciosamente registradas atendendo os interesses políticos e econômicos, que balizavam a continuidade da colonização e a exploração territorial dos chamados sertões. A expedição Langsdorff foi a que melhor atendeu os interesses estabelecidos percorrendo regiões que abrangiam o Centro-Oeste, Sudeste e Norte do Brasil com pintores como Rugendas e Hércules Florence, além de zoólogos, desenhistas, cientistas, botânicos designados para o êxito da expedição financiada pelo governo russo.

Ao escrever sobre o Pantanal, Hércules de Florence observa que:

Em alguns lugares, o que dá a conhecer as margens são as plantas e árvores a surgirem de dentro d'água. O país é uma planície imensa que começava a ser inundada pelo transbordamento do Paraguai, em cujas cabeceiras já haviam caído chuvas. É aí que começa o vasto *Pantanal* que se estende de norte a sul, desde a embocadura do Jauru até a do Taquari, 45 léguas portuguesas, no meio das quais correm os rios Jauru, São Lourenço e Taquari, limitados ao ocidente por uma serra paralela ao curso do Paraguai (FLORENCE, 1977, p. 98).

Ao percorrerem os sertões Brasil afora no século XIX, os viajantes europeus, como Florence, D'Alincourt, Castelnau e Saint Hilaire tinham o foco de seus interesses voltados para o estudo e a pesquisa que envolvia a botânica, a antropologia, a zoologia, a geomorfologia e as demais áreas de estudos, como por exemplo, a arte e a

linguística. Seus relatos contemplavam a ideia primeira de isolamento, o difícil acesso e a incivilidade.

Descrições semelhantes foram feitas por Bartolomé Bossi em seu relato de viagem pelos rios Paraná e Paraguai. Trata-se de um relatório de viagem pela província de Mato Grosso trazendo anotações da exploração de uma grande parte de um território descrito como deserto. Logo na introdução, o autor faz uma advertência ao seu leitor sinalizando que este não deverá esperar na sua escrita o estilo “elevado” que fazia a fama de muitos viajantes, mas que encontrará em suas palavras uma verdade tida como desnuda, isenta de contos fantásticos que geram dúvidas. A proposta era a escrita de um texto sem “historietas” cuja função era de encher numerosas páginas. Descrever da viagem apenas aquilo que poderia ser útil; apontando a forma como observou, pois, as observações careciam de estudos mais adequados e das muitas abstrações feitas pela ciência. O viajante procedia de tal forma como agradecimento à cordialidade com que foi recebido pelo Presidente da Província de Mato Grosso. Agindo assim, acreditava o autor em sua obra, caso merecesse algum mérito, fosse pela rigorosa exatidão com que descreveu os pormenores sem a preocupação de “adorná-la” com o que chama de vazios literários dos quais podem falar aqueles que se dignarem a ler sua obra.

No entanto, no decorrer da leitura, é possível observar que o autor demonstra seu intuito, ou revela os objetivos pelos quais se pôs a caminho. Em seu relato recorre várias vezes à possibilidade e ao desejo de encontrar ouro e outros minerais, questiona as pessoas que encontra em pequenos vilarejos e indígenas com quem mantém contato. Revela uma intencionalidade que anseia por atingir e nas entrelinhas dos relatos é fácil observar certo descontentamento por não ter conseguido atingir tal intuito. Todas as menções que faz à natureza são cenarizadas por descrições que levam à constituição de uma paisagem e de um cenário idílicos, representação de paraíso que carece da apropriação humana. E a pedido de Levergér, seguia anotando as coordenadas de latitude e longitude para registro e auxílio de futuras expedições.

Em suas primeiras observações sobre o rio Paraguai – quando chegando na confluência dos rios Paraná e Paraguai – observou que o rio seguia por um rumo primitivo, que, logo na entrada, apesar da sua insignificância comparativa com os demais rios, como por exemplo o Paraná, era de muito mais curso que este. Registrando também que na maior parte do seu curso, o rio Paraguai apresentava uma imagem, representativa para a imaginação, de uma bela pintura de um espetáculo encantador. Suas pequenas ilhas e costas cobertas por bosques de flores

silvestres, aves coloridas, aromas que enchem o ar em uma combinação perfeita de perfume e cores.

Na chegada em Corumbá, as observações se intensificam e se voltam para a utilidade dos pantanais, observando que as campinas intermediárias em ambas as costas são pitorescas, seus terrenos são uma espécie de pampa verde e infinito que poderiam alimentar milhões de vacas, pois já na costa ocidental começam se a ver algum gado que anda por esses campos privilegiados. Para tanto, bastava que o governo e as empresas facilitassem a navegação a vapor, colocando esta ao alcance das classes industriais e a propagando dando a conhecer tais venturosas regiões e suas possibilidades de comércio, estimulando a colonização, dando vida social a essas regiões onde repousava uma natureza robusta. Para Bossi, os povos que aqui viviam, nesse interior de Brasil, tinham razão em esperar uma revolução saudável de seu destino e essa revolução começava a se iniciar tal qual um crepúsculo de civilização do século em meio à escuridão de sua existência.

Era assim, uma forma de o governo levar a ação da vida moderna e promover o progresso em uma região inexplorada e que continha tesouros infinitos, onde a natureza se apresentava majestosa, primitiva e próspera, bastando apenas o olhar mais apurado da civilização para descobrir seus tesouros escondidos, fazendo deles seu patrimônio. Nas palavras de Bossi, “o especulador e o agricultor também encontrarão na descrição de minha viagem ao alto Paraguai, informes exatos dos ricos e variados produtos dessa bela região da América, em uma época em que o espírito de empresa, e a avidez pela exploração de todos os ramos do comércio, formam o caráter distinto do nosso século” (1863:312). No ângulo de visão de Bartolomé Bossi, a província de Mato Grosso era rica, próspera, virgem, tudo ali convida o “estrangeiro” para o trabalho, tudo desperta, legítima prometendo uma verde esperança.

Aspectos que simplificavam e reduziam suas observações em virtude do condicionamento de interpretação e as constantes simplificações a que submetiam suas análises, seus argumentos e seus relatos sobre a região, qualificando e quantificando os sertões. Mas, ao mesmo tempo, tais registros vinham acompanhados de descrições detalhadas da localização, das condições climáticas e demais apontamentos necessários para o registro geográfico de localização e de ocupação tal qual procederam outros viajantes, como Florence e Castelnau.

Entre os anos de 1900-1906 coube à Comissão Rondon²⁵ ligar a fronteira do Paraguai a dois pontos distintos e estratégicos do Mato Grosso – Porto Murtinho e Bela Vista – e a fronteira da Bolívia por Corumbá e Coimbra, fixando pontos estratégicos das forças militares também em São Luiz de Cáceres, realizando assim o reconhecimento e a exploração do território. Trabalho esse acompanhado por descobertas científicas que desvendavam e revelavam ainda mais os pantanais, fato que permitia e facilitava a execução de estudos geográficos mais precisos de coordenadas e de pontos que posteriormente serviriam como base para operações geodésicas, além da classificação e da catalogação da natureza pantaneira e dos grupos indígenas que por ela circulavam e nela habitavam.

Todo esse trabalho da Comissão Rondon resultou que, após seis anos de estudos e de registros, a vasta região do sul do Mato Grosso, incluindo praticamente toda a área que compreende os pantanais, tornasse-se uma região conhecida, não apenas do ponto de vista geográfico como também “quanto à população, riquezas naturais do solo, capacidade de produção, recursos e vias de comunicação” (BERTELLI, 1984, p. 42-43).

Em conferência realizada em São Paulo²⁶, expondo um resumo das principais correções geográficas que deveriam ser efetuadas na carta do Brasil, após os estudos da Comissão das Linhas Telegráficas, Rondon faz uma análise despida de qualquer encantamento sobre a planura dos pantanais. Ele diz:

Quem vae subindo o Paraguay, acaba, no fim de algum tempo, por sentir-se fatigado diante da monotomia daqueles campos baixos e uniformes do Pantanal, que constitue a admirável Bacia hydrographica do famoso formador do estuário do Prata. E a planície continúa a desenrolar-se impiedosamente, a perder de vista, sem apresentar um relevo que nos faça pensar nas forças que, agindo ora com ímpetos prodigiosos, ora com uma lenta pertinácia inflexível, vem através das edades movimentando a superfície da terra, e refazendo-a sempre de novo como um animal em pleno período de desenvolvimento (O Estado de São Paulo, 16/05/1911).

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas que seguiu do Mato Grosso ao Amazonas, de acordo com Duarte, apesar das agruras, inseria-se em um projeto maior “de interiorização da presença do Estado republicano brasileiro, no qual se mesclavam estratégias de integração do território pelo estabelecimento de

²⁵ Sobre o assunto ler o texto “A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões; espaço, telégrafo e civilização” de Laura Antunes Maciel, publicado em Projeto História, São Paulo, (18) maio, 1999. p. 167-189.

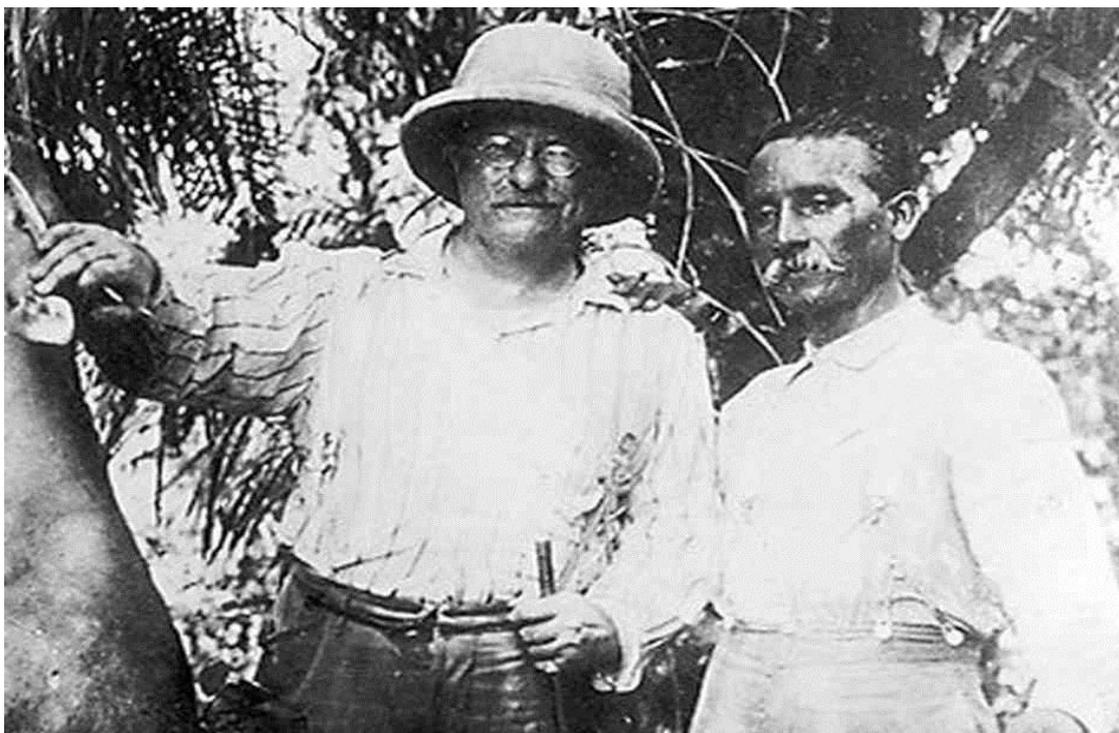
²⁶ Jornal o Estado de São Paulo, quarta-feira; 16 de maio de 1911. Painel “No sertão brasileiro”.

comunicação e, também, as de criação de condições para sua vigilância” (2010, p. 46). O que significa dizer, a nosso ver, que o discurso produzido por Rondon tinha suas bases na fragilidade do homem, apresentando um cenário de abandono e de desolação de muitas etnias indígenas pela expropriação das terras. Discursos e registros produzidos por uma comissão formada com uma finalidade técnica, que incluía geólogos, antropólogos e botânicos, revelaram resistência e tenacidade para atingirem seus objetivos se utilizando da benevolência e das contradições para a dilatação das fronteiras e do território nacional. A exploração científica em si era a própria estratégia de controle.

A obra *Nas selvas do Brasil* registrou as informações e as análises de Theodore Roosevelt (Foto 4) sobre os aspectos da natureza no Brasil, quando da expedição científica realizada juntamente com Rondon. Tal expedição foi classificada pelo editor do prefácio da segunda edição de 1948, Apolônio Salles, Ministro da Agricultura, como sendo de “interesse científico e, sobretudo, o sabor exquisito da aventura em terra estranha” realizada por um estadista ilustre por regiões desconhecidas, em busca de exemplares zoológicos, e explorando a geografia e as zonas ainda não conquistadas pela civilização. Um estadista que se dizia um observador inteligente da terra e do homem, acompanhado por um padre, dois naturalistas e um explorador ártico, juntando-se a eles Rondon e auxiliares. Ampliando-se o grupo, a expedição tomou um caráter de exploração geográfica, no oeste do Mato Grosso e do Amazonas. Coube também ao editor do prefácio da segunda edição datada de 1948 uma observação e a comparação da visão política de Roosevelt e de Vargas.

Segundo o editor, “dir-se-ia que o grande estadista americano anteviu o que o hoje Presidente Vargas, com visão não menor das necessidades sociais do país, está aí a indicar, como solução para nossa desorganização agrícola e para a penúria que reina soberana na maior parte dos recantos agrícolas do Brasil” (1948, p. IX). Abrimos aqui um parêntese, para lembrar que, em 1933, Getúlio Vargas criou o Conselho de Fiscalização e Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), com o objetivo e a função de monitorar e de controlar as pesquisas e as expedições realizadas em território brasileiro, atuando nos campos político e intelectual, cujos membros estavam a serviço do Estado e eram cuidadosamente selecionados em meios intelectual e científico como uma forma de garantir e de monitorar as pesquisas que estavam sendo realizadas, exercendo também o controle sobre a exportação e a exposição de espécies e da cultura nacional, especialmente a indígena, dando as cartas no jogo que envolvia as disputas culturais e a constituição do patrimônio científico nacional.

Foto 4 – Roosevelt e Rondon (1913)



Fonte: Sérgio Cruz em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 15 de dezembro de 2015 com a seguinte legenda: 15 de dezembro de 1913; Expedição Roosevelt-Rondon chega a Corumbá.

O CFE atuou de 1933 a 1968 na elaboração dos registros das expedições científicas no Brasil. Os temas centrais nos registros de licença envolviam expedições fotográficas, botânica, arqueologia, pintura artística, agronomia, zoologia, antropologia e, extrapolando o interesse científico, também envolvia caça, aventuras e curiosidades paisagísticas. Os registros mais reservados envolviam as ciências naturais e, em sua maioria, pedidos de norte-americanos para filmagens e coleta de espécies da flora e fauna, de etnias indígenas no Centro-Oeste do Brasil.

Retornando às observações, Roosevelt pondera: “há minas, quedas d’água e abundância de solos ricos. Breve, essa zona será cortada por estradas de ferro, oferece, pois, todas as possibilidades de colonização. É uma zona de grande futuro” (1948, p. IX). Visão essa considerada sensata e profética, resultando no apoio e nos elogios ao Serviço de Informação Agrícola que estava cerceando a expedição.

No entanto, no prefácio escrito por Roosevelt, em setembro de 1914 (1ª edição), de modo mais pragmático, pontua que se trata de um “relatório sobre o reconhecimento zoo-geográfico do sertão brasileiro”. Acrescenta, ainda, que o título oficial da expedição foi dado pelo governo brasileiro e que, quando partiu em expedição, sua intenção primeira era a de estudar mamíferos e aves para o Museu Americano de História Natural, sendo essa finalidade da expedição ampliada mediante

a proposta do Ministro das Relações Exteriores, a fim de abranger caráter geográfico e zoológico, ficando, portanto, toda a expedição financiada pelo governo brasileiro. O interesse do Museu Americano era coletar e registrar coleções das zonas que dividiam as cabeceiras dos rios Paraguai e do Amazonas. O intuito em ampliar a expedição era de tornar o Brasil mais conhecido no exterior com uma proposta de exploração e de mapeamento de zonas interiores do país.

As observações feitas por Roosevelt são pontuais elencando aspectos e elementos compositores do cenário dos viajantes; no entanto, tece uma observação sobre o trabalho de Rondon com os indígenas culminando na afirmação “mas, na América do Sul, o cristianismo é antes de tudo na dignidade mais do que uma teologia. Representa os indispensáveis primeiros passos para fugir da selvageria” (1948:48). Finaliza a observação registrando que “nos rincões mais selvagens e pobres, o homem está dividido em duas categorias; cristãos e índios” (op. cit., p. 49). Nas entrelinhas, subjaz a categorização da barbárie contrapondo aos dogmas que abrem caminho para civilidade, submissão e controle, a uma violência velada.

Os animais e uma grande parte da fauna são descritos por Roosevelt como inimigos vulgares, em comparação ao tormento e à ameaça de insetos, mosquitos, carrapatos e formigas venenosas. Insetos transmissores de febres, disenterias, inanição e esgotamento pela fadiga, é o Pantanal na estação das chuvas, é o rio Paraguai que se alarga em forma de lagos em alguns pontos e “rola por todas as direções pela planície pantanosa infundável, cuja superfície é quebrada aqui e ali por pequenas colinas” (op. cit., p. 57). Sob a ameaça de tempestade faz sua descrição em tons poéticos:

E o rio rolava, em curso largo, suas águas amareladas como ouro líquido sob a luz do céu flamejante; e os montes longínquos pareciam projetar reflexos de púrpura sobre os pauis. Como cintas verdes, as margens do rio eram lambidas pelas águas espumejantes que fugiam do leite; e, em frente, à medida que singrávamos em reta, surgia a noite tropical, sombria e vasta (ROOSEVELT, 1948, p. 57).

Ao registrar os hábitos e os costumes dos viventes locais, a biologia de pássaros, os animais e os peixes, os répteis, Roosevelt mostra a importância de fazer tais registros em campo, o que torna seu trabalho bem mais valioso que meramente colecionar espécies, ao mesmo tempo, registra que matar jacarés, capivaras e onças, atear fogo no capim seco são elementos que fazem parte da expedição. Faz uma descrição do tucano como sendo esquisito e enfatiza que nunca tinha visto nenhuma outra ave de atitude tão jocosa e grotesca como essa, e finaliza “o tucano é por

natureza, grotesco”. Refere-se aos pantanais como lodosos, extensões lamacentas, faz comparações entre a fauna brasileira, a americana e a africana, sempre colocando a brasileira em desvantagem. Tece suas observações quanto à avifauna pantaneira, definindo-a como riquíssima e que precisa ser mais conhecida, ressaltando que aqui faltam livros que tratem da biologia de animais silvestres. Enaltece o destemor e a agilidade dos vaqueiros, denominados como notáveis. Embora ressalte que a cor da pele daquela gente indicava claramente sua origem indígena e negra, observa que alguns revelavam fortes traços de sangue branco, mas, seus pés descalços eram duros como chifres (op. cit., p. 87-104).

No Pantanal, registra Roosevelt, por todos os lados se estendia um pântano vasto, sombrio e desolador e uma viagem através da qual revelava minas, quedas d’água e abundância de solos ricos, oferecendo todas as possibilidades de colonização, revelando-se uma zona de grande futuro. Há no decorrer do texto contradições como aquelas que dizem respeito aos pantanais, pois se num primeiro momento o registra como inóspito, agora o classifica como de grandes possibilidades.

Contrariamente ao exposto, analisa que as planícies pantanosas mesmo quentes são saudáveis e que, em alguns lugares, os mosquitos não incomodam ou constituem perigo. Região que oferece grandes possibilidades para a pecuária, paraíso para as aves aquáticas, de pássaros e mamíferos, ideal para o trabalho de naturalistas, oferecendo um campo de ação ainda virgem, evitando-se o sacrifício de algumas espécies pelo simples prazer de matá-las. Há uma inversão no foco das observações a partir de sua passagem por Corumbá, onde fica hospedado, e percebemos que enaltece o pioneirismo quando diz:

o nosso hospedeiro e seu filho nos faziam lembrar aqueles melhores tipos de fazendeiros norte-americanos, verdadeiros representantes da valentia e da desportividade e também expoentes das atividades comerciais, bem como excelentes servidores da nação (ROOSEVELT, 1948, p. 99).

O curioso é que mantém a descrição do vaqueiro:

os vaqueiros eram do tipo com o qual já estávamos bastante familiarizados: pele bronzeada, magros, mal-encarados, chapéus deformados, camisas e calças surradíssimas, avental de couro com franjas e pesadas esporas nos pés descalços. São excelentes cavaleiros e laçadores e não tem medo de homens nem de feras (ROOSEVELT, 1948, p. 117).

Descrição que difere da anterior e também quando se reporta aos camaradas como “gente mais pobre, quase em farrapos” e enfatiza que

no armazém se encontravam pilhas de peles de onça, puma, jaguatirica, jaguarundi, jaguar e uma grande pele de lobo vermelho. Eram adquiridas dos vaqueiros e dos índios mansos, por preços de acordo com a cotação de cada uma, na medida em que iam sendo retirados (ROOSEVELT, 1948, p. 118).

O que não consta nos relatos de Roosevelt são os acertos de bastidores que nortearam a expedição pelos pantanais. Esses detalhes são apresentados por Rondon, em conferência realizada no Teatro Phoenix no Rio de Janeiro, cujo conteúdo foi transcrito na íntegra pelo jornal o Estado de São Paulo²⁷. Sobre as aventuras de Roosevelt nas caçadas (Foto 5), assim escreve Rondon

Além das cortezias que então se trocaram entre brasileiros e americanos, ficou também assentado que o Sr. Roosevelt, no dia imediato ao que chegasse a Corumbá, partiria para a Fazenda das Palmeiras, no rio Taquary, em cujas terras faria as suas primeiras caçadas de onça. Dessa fazenda iria a do Firme, ainda com o mesmo propósito de matar onças. Do Firme retrocederia a Corumbá, para entrar no rio Cuyabá, onde se acha a fazenda São João, na qual será esperado pelo Presidente de Mato Grosso, Dr. Costa Marques, que lhe oferecia caçadas de onça, porco do mato, anta, além de um rodeio de seis mil reses, em plena campanha raza [...] (O Estado de São Paulo – 06/10/1915).

E segue-se o roteiro pelos pantanais sempre com foco nas caçadas, sendo o primeiro animal abatido um tamanduá, que sucumbiu com um tiro certeiro de Roosevelt, que se regozijou pela qualidade da pele do espécime abatido.

O mais curioso ainda é a contradição na descrição do tucano no Amazonas – que difere em muito da apresentada anteriormente ao descrever o tucano no Pantanal. Suas descrições sobre o tucano do Amazonas são mais detalhadas e trazem parte de reflexões sobre o papel dos naturalistas e dos exploradores. Vejamos a descrição: “enormes tucanos, de corpo verde-negro luzidio, garganta branca, fronte vermelha, coberteiras e cauda vermelhas e amarelas e vastos bicos pretos e amarelos, piavam no alto” (op. cit., p. 271) e finaliza “no jantar tivemos um tucano e alguns periquitos de ótimo sabor” (op. cit., p. 272). Conclui seus registros com a seguinte observação: “a genuína exploração das selvas é tão perigosa quanto a guerra. A conquista da

²⁷ Jornal o Estado de São Paulo, quarta-feira; 06 de outubro de 1915. Painel “No sertão brasileiro”.

natureza bravia demanda supremo vigor, resistência e ousadia, e cobra dos conquistadores pesada taxa de saúde e de vida” (op. cit., p. 281).

Foto 5 – Onça abatida por Roosevelt no Pantanal (1913)



Fonte: Sérgio Cruz em Memória de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 21 de dezembro de 2015 com a seguinte legenda: 21 de dezembro de 1913: ex-presidente norte americano mata onça no Pantanal de Corumbá.

Tais registros (re)produziam os sentimentos e as emoções desses homens ao adentrar em um ambiente inóspito, selvagem, mítico e desconhecido e, ao mesmo tempo, portador de riquezas e de exotismo que extrapolavam os padrões civilizacionais instituídos e tidos como parâmetros de vida para o dito civilizado. O compromisso com a ciência – mesclado, tangenciado pela subjetividade, aceitação, êxtase e repulsa pela natureza deletéria dos pantanais, pelo outro, pelo diferente – gerava contradições e ambiguidades nas suas análises. A necessidade dos registros científicos despertava no cientista o desejo da fuga, mas o desafio imposto ao homem desperta no estudioso o desejo da aventura e de vencer os desafios superando seus limites.

Nesse ponto, buscamos amparo em Todorov (1993), quando este analisa que é o encontro do “eu” com o “outro”, com o diferente daquilo com o qual estamos habituados e que nos fazem olhar para o “eu” e encontrar as diferenças, sem darmos margem para as aproximações balizadas por valores divergentes e diferentes dos nossos referenciais etnocêntricos constituindo um olhar hegemônico não aceitando outro padrão referencial e exigindo, inicialmente, o entendimento de como classificamos os termos “nós” e “outros”. Quando nos referimos ao NÓS, estamos nos

referindo ao grupo ao qual pertencemos, seja cultural, seja socialmente. Ao usarmos a expressão OUTROS, designamos aqueles que não fazem parte do grupo do qual falamos.

Em outras palavras, a pluralidade de imagens construídas pelo ideário europeu gerou a ideia do que entendiam por sua natureza e desse modo “se no continente americano foi erigida a imagem da alteridade – uma alteridade funcional ao pensamento europeu e seu mundo colonial, não uma mera referência –, este Outro persistiu na história” (PIZARRO, 2012, p. 31). É a partir dessa situação, que os dois sistemas culturais foram construídos ancorados em um *status* colonial em limites periféricos marcados pela complexidade das teias de relações convergentes e divergentes, de reconhecimento e de estranheza, bem como de desenvolvimentos paralelos atuando como fatores que permitiram e articularam processos culturais e de imaginários de estruturas semelhantes delineando imaginários singulares e específicos para cada um dos diferentes espaços.

Partindo desse entendimento, encontramos elementos essenciais para a análise de como tratamos a relação entre a diversidade dos povos e a unidade humana, com base no princípio de que os homens são iguais e, ao mesmo tempo diferem entre si. Nessa perspectiva, as diferenças afloram na medida em que adentramos nos aspectos universal e particular, em que as discussões são importantes para analisarmos que os problemas gestados pela diversidade, em âmbito particular, adentram e se transformam em um problema mais amplo quando ressignificados e teorizados, assim, são os discursos os legitimadores das diferenças que produzem a errônea ideia de “superioridade”. Partindo dessa análise, entendemos que todo discurso revela uma autoridade explícita sobre o outro (TODOROV, 1993) e, nessa perspectiva, fixa as diferenças, anula-se a possibilidade do não julgamento das diferenças biológicas e estereotipadas que atuam como estigmatizadoras através das gerações.

1.5 Ciência, Êxtase e Repulsa Legitimando Diferenças

O cenário mítico elaborado pelos viajantes e exploradores do Pantanal desconsiderava que não se tratava de espaços vazios, esquecidos à revelia, mas que existiam grupos populacionais e/ou sociedades indígenas que traziam em seu bojo toda uma bagagem cultural específica da região, e conseqüentemente seus signos e simbologias eram portadores de elementos da natureza imbricados e não dicotômicos

revelando práticas culturais inerentes a cada sociedade concatenada com a sua visão de mundo, leitura essa expressa na descrição dos vaqueiros.

A construção de um sistema simbólico que atua e interage com o imaginário delinea o espaço pantaneiro, transforma e tangencia as relações do homem com a natureza, com o ambiente em si e com os elementos margeantes deste e o rio Paraguai integra o imaginário pantaneiro e as cidades que foram erigidas em seu entorno, encontram e/ou tem no rio, sua identidade. Nesse sentido, o rio constitui-se elemento importante ao longo da História de Mato Grosso, no que diz respeito às fixações populacionais no entorno de suas margens. Ao relatar esses fatos, verificamos que eles estão intimamente ligados à água, ao rio que se espraia pelos pantanais e que tanto confundiu os exploradores. A água, por sua vez, exerce um fascínio que ultrapassa a ideia do apenas morar próximo às margens do rio, leva o viajante a buscar uma classificação para a planície alagável, atribuindo a ela características ora de paraíso, revelando encantamento, ora de inferno, desalento e repúdio.

Se, por um lado, o imaginário sobre a natureza, conforme analisado por Schama (1996), está fincado sobre densas camadas de memórias que precisam ser escavadas, desgastadas, lapidadas para que possamos fazer, assim, uma análise mais coesa do processo de constituição da natureza e dos referenciais utilizados, por outro lado tal aspecto está solidamente ancorado no imaginário ocidental que traz toda a ideia de edenização da natureza. É preciso, segundo o autor, reconhecer o legado ambíguo da natureza e perceber que

quando os imperativos do ambiente se revestem de uma aura sagrada e mítica e, segundo se diz, passam a exigir uma dedicação maior e mais firme que aquela que os hábitos da humanidade em geral proporcionam, é que a memória pode ajudar a restabelecer o equilíbrio (SCHAMA, 1996, p. 29).

Entretanto, seria ingenuidade pensar que as sociedades permaneceram incólumes às ressignificações dos mitos e que o pensamento e/ou o imaginário não evoluiu, não se transformou, imputando aos mitos um novo sentido, transfigurando-os e os transportando a outras paragens como aconteceu com os espanhóis e os portugueses com relação ao Pantanal e cujas imagens foram sendo reelaboradas pelos “brasileiros” que as classificaram e as adaptaram ao cenário ecológico natural, permitindo assim um equilíbrio entre o real e o imaginário, conforme apontado por Bachelard (1997) e Juremir Machado (2001). Em adição a esse sentido, vinculando e

estabelecendo formas simbólicas no cenário das representações compartilhadas e vivenciadas pelas sociedades levando à apropriação dos mitos que, por sua vez, atuam como articuladores de todas as representações sociais, nas mais diversas categorias sem descartar sua historicidade, visto que não basta apenas a simples designação, mas faz-se necessário compreender o processo de formação do mítico em sua complexidade e sua permanência no espaço temporal, associado à própria produção social da realidade.

A construção dos mitos imaginários pela planície inundável atinge a própria nomenclatura desta que inicialmente foi cunhada como Laguna de lós Xarayes, Mar de Xarayes, Lagoa de Xarayes, e recai sobre a nomenclatura Pantanal que não pode ser pensado e entendido como pantanal no sentido literal da palavra.

É possível afirmar que a construção da Laguna de Los Xarayes e, posteriormente, do Pantanal, está intimamente imbricada com a visão de mundo do europeu que, pelo prisma das suas crenças e balizada pelo medo, forjou não apenas os limites geográficos do novo mundo, mas também deixou a herança de suas forças imaginativas e conforme pontua Juremir Machado se, por um lado, “todo imaginário é real. Todo real é imaginário”, o que nos leva a pensar que o homem é, de certa forma, movido por uma estrutura que agrega e envolve valores e sensibilidades; assim, por outro lado:

Todo imaginário é um desafio, uma narrativa inacabada, um processo, uma teia, um hipertexto, uma construção coletiva, anônima e sem intenção. O imaginário é um rio cujas águas passam muitas vezes no mesmo lugar, sempre iguais e sempre diferentes (2001, s/p).

Entender o significado e/ou conceito de imaginário é fundamental para que possamos dar continuidade às análises propostas. Apesar de muito utilizado pelas Ciências Humanas, conforme aponta Michel Maffesoli²⁸, o imaginário é uma realidade. No entanto, expressa diferenças e semelhanças quando em relação à cultura, à ideologia, à apropriação individual de um patrimônio social. Segundo o autor, o imaginário é sempre colocado em oposição ao real que seria o portador de verdades, contrapondo ao imaginário que seria a ficção, sem consistência (2001, p. 74). Caso o imaginário seja entendido como uma fonte que serve de alimento aos indivíduos ou grupos, é possível observarmos a diferença entre imaginário e cultura, que antropologicamente é definida como um conjunto de elementos e de fenômenos, todos

²⁸ Entrevista concedida a Juremir Machado em que Maffesoli faz uma cartografia da noção de imaginário definido como uma relação entre objetividade e subjetividade, publicada na Revista FAMECOS. Porto Alegre, n.15, agosto de 2001.

possíveis de descrição, contrariamente ao imaginário que se caracteriza como portador de transfiguração.

E, no que tange ao estudo dos processos de construção de representações, imagens ou forjamento identitário, é preciso considerar as relações de forças objetivas, materiais e simbólicas, e os esquemas práticos, implícitos, contraditórios, confusos, graças aos quais os agentes classificam os outros agentes e apreciam a sua posição nessas relações objetivas e, as estratégias simbólicas de apresentação e de representação de si que eles opõem às classificações e às representações que os outros lhe impõem. Assim, as lutas no domínio da imposição simbólica buscam, através das representações, produzir a existência daquilo que enuncia, ou seja, de fazer existir a coisa nomeada (PESAVENTO, 2005).

No caso do Pantanal, tanto a construção das representações quanto as lutas a respeito da identidade, nesse processo de conhecimento e/ou reconhecimento – das identidades – e a objetivação do discurso – das representações – não dependem apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém, ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado e na objetividade do grupo a que ele se dirige, não se configurando como uma relação de recepção passiva, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros desse grupo, assim como nas propriedades materiais ou imateriais que eles têm em comum. Seria ingênuo pensarmos que tais elementos não estão sobrepostos em um tabuleiro cujas peças trazem marcas e signos do poder ali instituído, mesmo que esse não esteja visível, e que articuladas num plano simbólico revelam a construção de uma área cultural específica.

Para uma melhor compreensão, buscamos a análise de Roger Chartier (2002), que ressalta que se, por um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; por outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública, a exposição de pessoa ou coisa. Por esse viés, temos, na primeira acepção, a representação como instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma imagem capaz de trazê-lo à memória e pintá-lo tal como é. Segundo o autor, as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. As representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, e só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos que têm por objetivo a construção do mundo social e, como tal, a definição contraditória das identidades, tanto a do outro como a sua.

A construção de um sistema simbólico que atua e interage com o imaginário delinea o espaço pantaneiro, transforma e tangencia as identidades e as relações do homem com a natureza, com o ambiente em si e com os elementos margeantes deste, constituindo e construindo representações. Assim, se se considerarmos que o uso da linguagem não é inocente, que ela é portadora de significados, que está permeada por símbolos, obteremos a produção e a evocação de imagens idílicas e fugidias da natureza pantaneira que, por deveras, não condizem ao lócus ao qual se refere. Destarte, são naturezas construídas pela ótica dos discursos de interesses econômicos, portadores de intenções pré-estabelecidas obviamente portadoras de relações intrínsecas de poder.

1.6 O lugar, a natureza, as águas e os homens

As possibilidades de interrogações sobre o passado aumentam, quando o meio ambiente atua como porta de entrada para a compreensão e o estudo das sociedades e, também, constitui um grande potencial de construção do conhecimento histórico, revelando o vínculo da sociedade com seu tempo, seus usos, suas apropriações e suas representações da natureza construída e as singularidades dos espaços, como ainda suas formas de interação com o mundo natural.

Partindo dessa prerrogativa, o espaço geográfico da planície pantaneira é o resultado de processos interacionais do homem com a natureza há centenas de milhares de anos, quando em processos contínuos de apropriações e de transformações modelaram e redirecionaram funções no referido espaço geográfico, fazendo com que este adquirisse feições do vivido, do construído e do apropriado, ao longo dos anos, obtendo novas funções e diferentes maneiras de uso, passando as formas adquiridas a revelar e a representar as diferentes temporalidades e os diferentes contextos históricos, os quais aproximam essas transformações aceleradas e remodeladoras.

As interrogações ajudam a perceber que os mesmos espaços foram, histórica e temporalmente, adquirindo diferentes significações, adquiriram e enfrentaram valores diferentes de acordo com os interesses advindos de cada época, passando por adequações que contemplam uma demanda inerente a cada período, e as alterações dos espaços devem ser entendidas como uma alteração da natureza e como forma de manutenção da memória dos grupos sociais, como projeções de ideologias e símbolos de apropriação. Observações que nos levam a entender a importância de território associado a um espaço vivido, sendo sinônimo de apropriação de um conjunto de

percepções, projetos e representações ligado aos aspectos culturais e sociais dos grupos nele inseridos²⁹.

Nessa perspectiva, onde encontrar os elos necessários para escrever sobre a relação do homem com a natureza, quando, em meados de século XX, essa passa a integrar a categoria de mercadoria, de objeto de câmbio de uma sociedade que passa a privilegiar o consumo gerando um afastamento e, ao mesmo tempo, o estreitamento dessas relações em escala cada vez menor com a sociedade? Como falar de percepções e de sensibilidades do homem para com a natureza, com base em reflexões sólidas, e ao mesmo tempo usar a sensibilidade como forma de amenizar as modificações processadas fortalecendo, ainda mais, as reflexões sobre tais relações fazendo um registro não somente cultural, mas também econômico e político? Como apresentar uma possível versão dos fatos, delineando e tangenciando a escrita e a análise de um texto que consideramos adequados, mostrando a partir dele a necessidade e a importância da preservação do Pantanal, não como um objeto estanque, mas tal qual objeto de análise riquíssimo em interpretações, seja no campo da História, seja em outros campos do saber?

E as interrogações não cessam e pressionam para a construção de um texto que lance mais inquietações que concretudes de análises. Assim, como alijar o homem da natureza em tais análises? Como violentar a biodiversidade do Pantanal com ações contínuas que retomam aos anos 1960-1970, quando o ciclo das águas foi negligenciado, subestimando-se a natureza, expulsando moradores e comprometendo a memória de homem e de mulheres e, ainda, comprometendo as novas gerações, a memória de um povo que decifra e codifica a natureza que se encontra no processo incessante de mudanças? Assim, tanto o homem quanto as paisagens, que passam por transformações constantes e condicionadas às inundações e às secas que influenciam nos ciclos ecológicos e migratórios de passagem e permanência em função das constantes mudanças, nunca serão os mesmos.

Seguindo essa ótica de análise, a constituição do território vai ao encontro da proposta por Raffestin (1993). Segundo o autor, pode ser compreendida a partir da delimitação dos espaços, resultado da ação antrópica visando a territorializar os espaços. Portanto, o estudo e a busca de explicações sobre uma determinada sociedade, uma determinada região, devem estar relacionados aos dados elementares

²⁹ Uma discussão mais abrangente e ampla sobre a noção de território e desterritorialização, e subjetividades, ver GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

da história, ou seja, o espaço e o tempo, que por sua vez estão conectados por realidades ao mesmo tempo estruturais e palpáveis no vivido, as chamadas estruturas espaço-temporal possibilitando o entendimento de que ocorrem mudanças no espaço durante um determinado período de tempo, portanto, ocorre um entrelaçamento de tempo e espaço.

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior à ação formadora de práticas manifestas por sua vez, norteadoras do apoderamento dos espaços onde o território é apoiado nestes e se inscreve no campo de poder, definidor das territorialidades, posto que território seja uma categoria geográfica de apropriação e de identidades sendo dinâmico e mutável, mantendo relações de apropriações e modelando as relações entre si. Não é possível pensar a territorialidade senão a partir da cultura, da economia, do modo de vida, da organização social, das experiências vividas favorecendo e auxiliando a construção da identidade dos grupos e as relações de poder com as representações e as simbologias oriundas das lutas pelo poder e sua manutenção.

A análise apresentada pelo autor nos conduz aos estudos produzidos por Arruda (2000), quando este pondera como pensar e explicar a sociedade baseando-se na dicotomia da civilização e da barbárie, ou seja, os chamados sertões estigmatizados pelo atraso e pela necessidade de controle e a ideia de civilização, extremamente etnocentrista e europeizante, em face de uma diversidade de culturas e a reprodução de relações de dominação, de poder, de construção ideológica que perduram historicamente, de representações culturais construídas através da dinâmica das transformações do meio ambiente, da natureza, constituindo-se paisagens que aos poucos vão descortinando as diferenças, ou seja, trata-se de um “processo de transformação das paisagens, de construção e reelaboração de representações sobre o território e populações”. Tais processos de transformações estavam diretamente ligados à forma de explicar o país, quando falar em “sertões” significava, entre outras coisas, dialogar com significados atribuídos à natureza na construção de identidades e memórias (2000, p. 14-18).

Seria ingênuo pensar que sempre existiram relações harmônicas do homem com a natureza, e que essas foram marcadas pela diversidade do ambiente tanto no passado quanto no presente. No passado, marcadas pelas lutas de sobrevivência em climas frios e secos, pelas longas distâncias, pelas caminhadas em busca da caça e da coleta, tempo esse que não se apresentava, tanto quanto no presente, isento das relações que envolvem e se inscrevem no campo do poder.

A exploração dos recursos minerais e naturais, que marcaram os séculos iniciais da conquista e intensificaram os processos de transformações ambientais, foi seguida pela ocupação dos espaços, despontando os primeiros proprietários de extensas áreas tomadas por guarnições e fazendas auxiliadas pela intensa mobilidade nas fronteiras. Despontava não apenas os primeiros proprietários, como também os grandes latifúndios cujo reflexo se centrava na política. Inaugura-se um novo ritmo da conquista,

um ritmo que já não é o da simples energia individual livre de expandir-se, que regula toda sua atividade. A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos, em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e jurídicas, as normas de vida social e política, as imposições frequentemente caprichosas dos governantes (HOLANDA, 1976, p. 117).

A reflexão que fazemos aqui é que na medida em que se processa a ocupação do território constituem-se os laços e as raízes identitárias, e os limites e as fronteiras se rompem, podendo ser alterados favorecendo e fortalecendo, através da ocupação, da instrumentalização e da materialização do território e das identidades cerceadas por espaços físicos, concretos com uma organização socioespacial e sociopolítica. Era preciso inovar, modernizar e tais transformações estavam ancoradas em padrões europeus e americanos, trazendo também a atualização e os novos significados atribuídos à natureza em prol de uma integridade territorial tão necessária quanto à ocupação ampla do espaço territorial ainda pouco conhecido, constituindo-se uma incógnita no processo de integração e de ocupação (ARRUDA, 2000, p. 19-20).

O território passa a ser o objeto da apropriação somada à obtenção dos recursos minerais e naturais dele advindos. Apropriação que aos poucos estabelece vínculos criando e reforçando a relação do homem com a natureza, seja na floresta tropical, seja no Pantanal. A mesma apropriação se dá no âmbito do vivido quando o homem passa a escrever sua história e a demarcar seus limites, estabelecendo e rompendo relações de identificação com o território, com o espaço habitado e com os demais membros que perfazem sua rede de relações pessoais, econômicas e políticas, que tendem a seguir, adaptar e criar as regras para seu cotidiano e também fora dele, respeitando o limite das forças localmente impostas.

Portanto, nas décadas iniciais do século XX, no Mato Grosso, a ordem era conhecer e captar recursos – incluindo as áreas mais longínquas e inóspitas –, para acompanhar as mudanças que se processavam motivadas pelos crescentes impulsos

e desdobramentos da economia em níveis nacional e global. A inserção de novas tecnologias exigia investimentos e novas áreas para atividades que justificassem os valores envolvidos nos custos de produção, sendo a exploração da natureza e dos recursos naturais parte integrante da agenda de investimentos, não apenas transformando o meio ambiente nas novas áreas, como também as relações sociais e culturais. A floresta precisa ser conquistada, o solo cultivado e a planície cercada. No centro de tais reflexões está a constante mudança pelas quais passa a relação do homem com a natureza e suas implicações no processo constitutivo das identidades e memória. O processo de medição e de mapeamento concatenado com a construção de seus discursos legitimadores “assentavam-se basicamente em idéias força, como civilização e barbárie, progresso e atraso, identificando nos grupos indígenas e moradores daquelas regiões, os inimigos do avanço da moderna civilização” (ARRUDA, 2000, p. 21).

Se conhecer era a palavra de ordem, a promoção do Pantanal através da difusão de imagens em âmbito nacional promovia o exotismo do lugar e a garantia a circulação de curiosos viajantes, estrangeiros e brasileiros, que alimentavam suas aventuras com caçadas que resultavam no abate de muitos animais, como os descritos nos diários e nos relatórios de viagens dos exploradores em meados do século XIX. Diversão alternativa que rendia fotos e troféus que, posteriormente, seriam exibidos acompanhados de longos relatos regados por atos de bravura e de resistência à natureza inóspita do Pantanal do século XX.

Novas representações emergiam sobre o espaço pantaneiro motivando a reelaboração das memórias e seus desdobramentos, *a posteriori*, de como seriam usadas as representações constituídas sobre esse espaço geográfico e como dele se utilizariam os discursos no que concerne à historiografia regional. A questão que aflora de tais desdobramentos é a seguinte: quais são os componentes e os procedimentos que integraram esses discursos e como atendem as demandas de um poder pressuposto? Ou, recorrendo a Bourdieu, qual foi o campo de luta simbólica instituído?

Portanto, conceber o Pantanal como imóvel implica a concepção de um espaço de dominação que não articula e não produz espaços diferenciados de lutas e de estratégias tanto de dominação política como simbólica. É afastar o que denominamos de região como parte de um processo de movimentação histórica, cabendo aqui questionar os saberes que lhe deram forma, identidade, que a definiram e a demarcaram, dando-lhe visibilidade, que a nomearam e a distinguiram, dando-lhes características (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58). Nesse contexto, e conforme analisado por Zorzato, foram os estereótipos construídos sobre o Mato Grosso que

serviram de base para a busca e a construção de imagens e de representações para a região, através de alguns aspectos que envolviam a estruturação social e étnica, na escrita de uma obra civilizadora que registrasse o papel dos civilizadores do sertão, a consolidação e defesa das fronteiras geográficas e não podemos deixar de acrescentar o pioneirismo, fator legitimador da supremacia.

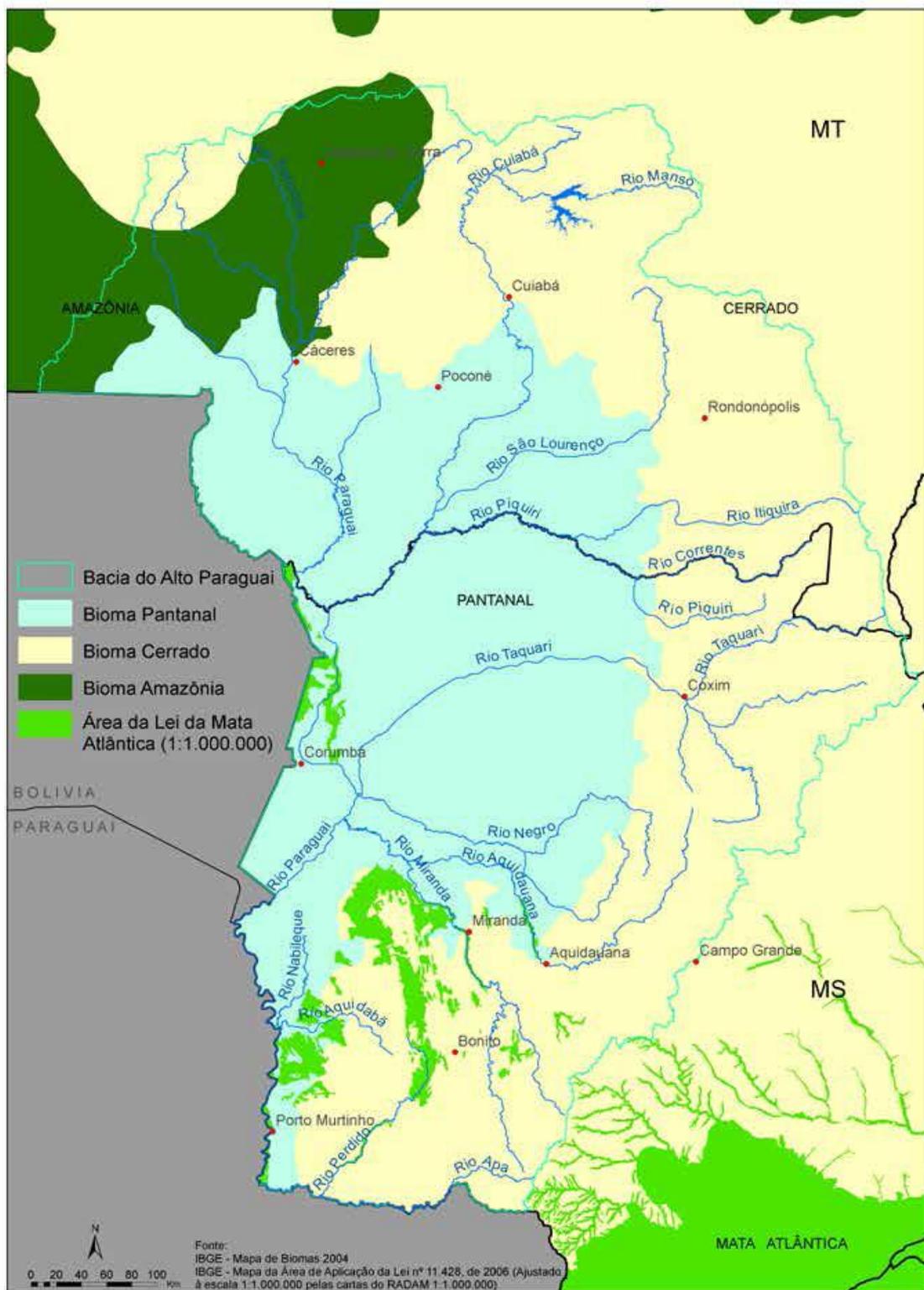
As junções de tais fatores constituíram a brasilidade mato-grossense que levaria à conquista impulsionando “a exploração das riquezas naturais adormecidas em regiões inóspitas” (ZORZATO, 2000, p. 422), ou, conforme analisado por Virgílio Corrêa (1946), cabia ao homem dominar a natureza deletéria dos pantanais e escrever sua História. O desafio maior consiste em não sucumbir ao discurso de construção e sim desconstruí-lo. Se, segundo Certeau (2001), o espaço é produzido pelo homem, através de operações que orientam e circunstanciam, tangenciando seu funcionamento, é também um espaço que precisa ser compreendido por meio da constituição das espacialidades que abarcam todo um sistema de símbolos, de discursos, de crenças e que modelado pela ação do homem que ali vive é mensurado em suas memórias e narrativas, das suas práticas e costumes que perfazem os agenciamentos entre a visão de mundo particular e a do outro que, gradativamente, é inserido nessa rede de espacialidades e de simbologias. Portanto, trata-se de declarações articuladas através do conhecimento de práticas discursivas, o que significa dizer que “todo discurso é ideológico, na medida em que não é inocente, pois foi emitido por um sujeito em condições particulares e parte de um lugar específico de enunciação” (PIZARRO, 2012, p. 30).

O Pantanal que hoje conhecemos, conforme descrito ao longo deste capítulo, é o resultado de milênios de antropização. Inicialmente, nossos conquistadores, exploradores e colonizadores não gostaram do que viram pelos pantanais, havia lugares mais atrativos e menos insólitos que uma planície alagável que era utilizada como área de passagem em busca de riquezas minerais. Se no século XVIII as bandeiras paulistas e a descoberta do ouro o reconfigurou, fazia-se necessário criar uma fronteira viva contra os invasores e as doações de terras feitas pela coroa portuguesa articularam as primeiras fazendas onde o gado crioulo, o cavalo e o porco mateiro contribuíram para os impactos ambientais que, progressivamente, mudaram a fisionomia dos pantanais. A dispersão de sementes oriundas de seus hábitos alimentares e a compactação do solo emergem como um problema ambiental aliado às enfermidades e à competição pela alimentação à medida que aumentam os rebanhos. É possível analisar que até meados do século XX as mudanças aconteceram, mas os impactos ambientais não eram tão intensificados, mesmo com a

utilização do fogo para renovar as pastagens e a introdução de novas raças, mais produtivas, no rebanho bovino.

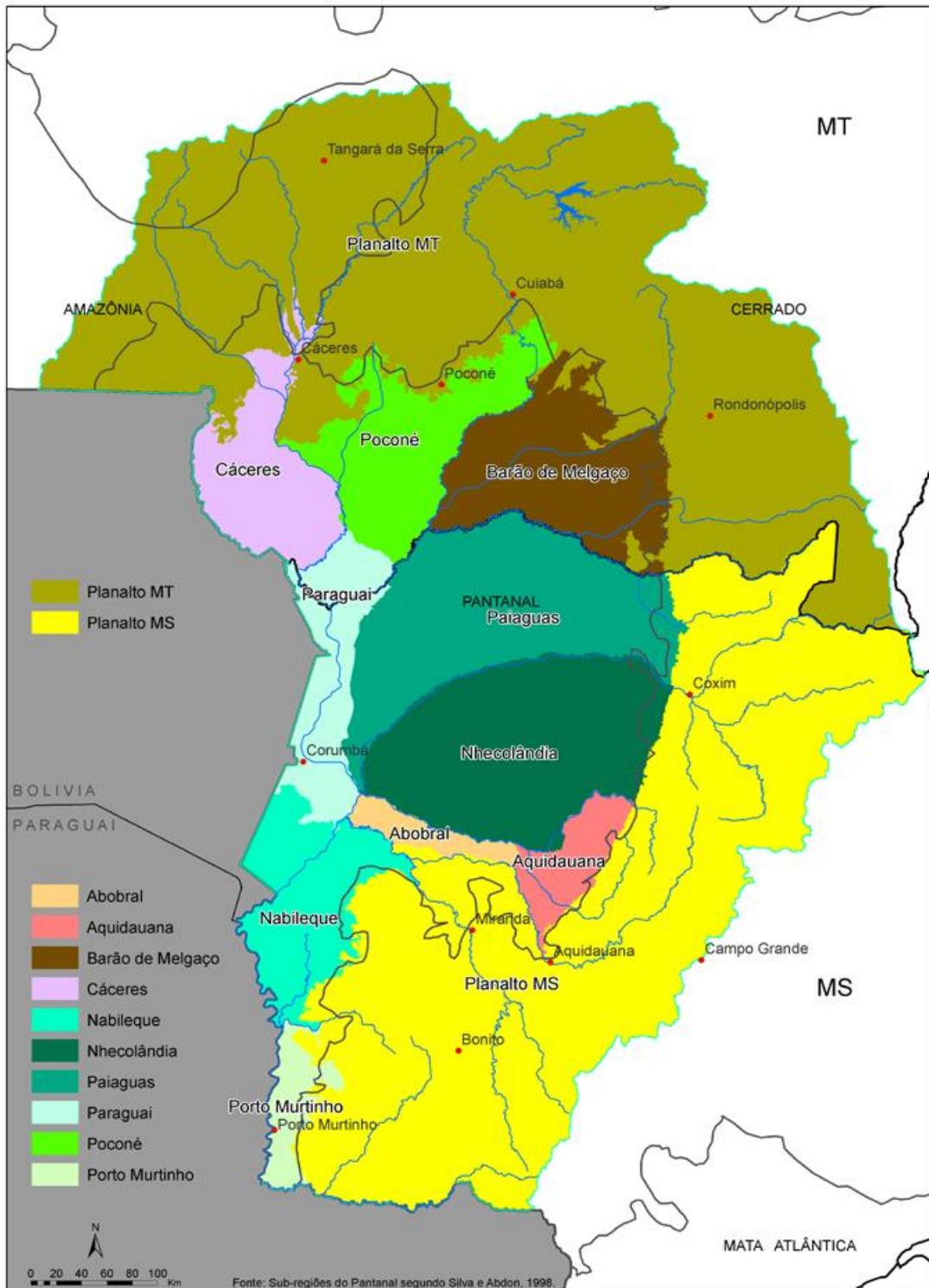
As mudanças mais incisivas, mais substanciais, ocorrem em meados do século XX com a entrada mais significativa de investimentos, sejam privados, sejam públicos, oriundos dos programas governamentais, provocando e gerando impactos mais agressivos ao meio ambiente como o desflorestamento e o assoreamento. Impactos ambientais que incidem na hidrologia pantaneira. Questões essas que serão trabalhadas no decorrer dos próximos capítulos.

Mapa 1 – BIOMAS – BAP (Porção Brasileira)



Fonte: Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de análise: 2002 a 2008. Iniciativa: CI – Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundación AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil. Brasília, 2009.

Mapa 2 – Sub-regiões da área fisiográfica do Pantanal



Fonte: Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2002 a 2008. Iniciativa: CI – Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundación AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil. Brasília, 2009.

Tabela 1 – Sub-regiões da área fisiográfica do Pantanal

Sub-regiões	Características	Área Km ²	%	Municípios
Cáceres	Características: Solos arenosos ou arenoargilosos com concreções de ferro em áreas inundáveis de relevo plano. Área de inundação de 3 a 5 meses. Concentração de fauna. Vegetação de savana e floresta estacional. Potencial para preservação, turismo e pecuária.	12.456	9,01	Cáceres e Lambari D'Oeste
Poconé	Características: Solos arenosos ou arenoargilosos com concreções de ferro em áreas inundáveis de relevo plano. Área de inundação de 3 a 4 meses. Vegetação de savana. Área de reprodução de avifauna e de recepção e deposição de sedimentos. Pecuária extensiva em pasto nativo, pesca profissional e turismo. Potencial para preservação e turismo.	16.066	11,63	Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger
Barão de Melgaço	Solos arenosos ou arenoargilosos com concreções de ferro em áreas inundáveis de relevo plano. Áreas inundáveis de 3 a 4 meses. Fauna residente em presença de ninhais. Área de recarga de aquíferos. Turismo e pecuária extensiva. Potencial para preservação e turismo.	18.167	13,15	Itiquira, Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger
Paraguai	Solos arenosos ou arenoargilosos com concreções de ferro em áreas inundáveis de relevo plano. Grande incidência de baías e longo período de inundação por mais de seis meses; grandes áreas permanentemente inundadas. Vegetação de floresta estacional semidecidual, savana e formações pioneiras (ecótono). Alta concentração de fauna. Área de reprodução em sistema de piracema para as espécies de: pintado, pacu, cachara, barbado, dourado e curimatá. Contém o Parque Nacional do Pantanal e a Estação Ecológica Taiamã. Pecuária com pasto nativo. Turismo cultural e esportivo (pesca)	8.147	5,90	Poconé, Corumbá e Ladário
Paiaguás	Solos arenosos profundos e hidromórficos em relevo de planície. Inundação de 3 a 4 meses ao ano. Concentração de fauna e vegetação de savana. Área de recarga de aquífero. Pecuária extensiva com pastagem nativa e modificada. Potencial para pecuária em pasto nativo e para ecoturismo rural.	27.082	19,60	Sonora, Coxim e Corumbá

Nhecolândia	Solos arenosos profundos e hidromórficos em relevo de planície. Inundação de 3 a 4 meses ao ano. Concentração de fauna com vegetação de Savana. Área de recarga de aquífero. Pecuária extensiva, pasto natural e modificado. Potencial para pecuária em pasto nativo e para ecoturismo rural.	26.921	19,48	Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana e Corumbá
Abobral / Negro	Solos argilosos e siltosos em relevo e planície. Área de inundação por mais de 6 meses. Área de deposição de sedimentos finos de instabilidade dos leitos fluviais. Alta concentração de fauna e presença de capões de matas com sítios arqueológicos. Vegetação de savana e formações pioneiras. Pecuária com pastagem nativa e turismo. Potencial para turismo e pesca.	2.833	2,05	Aquidauana e Corumbá
Aquidauana	Solos arenosos ou arenoargilosos com concreções de ferro em áreas inundáveis com relevo de planície. Área de inundação de 3 a 4 meses. Concentração de fauna. Vegetação de savana. Pecuária extensiva. Potencial para preservação.	5.008	3,62	Aquidauana
Miranda	Solos argilosos de baixa permeabilidade em relevo de planície, com inundações de 4 a 6 meses ao ano. Vegetação de Savana Gramíneo-Lenhosa e Paratudal (tabebuia). Atividades com rizicultura irrigada e pecuária extensiva com pasto nativo e turismo recreacional e pesqueiro.	4.383	3,17	Aquidauana, Bodoquena e Miranda
Nabileque	Solos argilosos com alto teor de sódio em relevo de planície com período de inundação acima de 6 meses. Vegetação de Savana Estépica Gramíneo-Lenhosa e ocorrência de Carandazais, com concentração de fauna. Atividade de pesca profissional e esportiva e pecuária extensiva em pastagens nativas.	13.281	9,61	Corumbá, Porto Murtinho e Miranda
Porto Murtinho	Solos hidromórficos e argilosos, com concentração de sódio, em relevo de planície. Área de inundação de 4 a 6 meses. Vegetação de Savana Estépica com ocorrência de aves chaquenhas. Atividade de pesca e esportiva. Potencial para pesca e preservação.	3.839	2,78	Porto Murtinho

Tabela elaborada por Ilyane R. Kmitta com base nos dados apresentados por: SILVA & ADBON. Pesq. Agropec. Bras., Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998; GALDINO, S. Impactos ambientais e socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari - Pantanal / Sérgio Galdino, Luiz Marques Vieira, Luiz Alberto Pellegrin, editores técnicos. - Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 2006.

CAPÍTULO II

PAISAGENS EM CONSTRUÇÃO: UM MOSAICO COMPOSTO POR ÁGUAS, CASCOS, FAGULHAS E SIMBOLISMOS

Levar aos “sertões” o transporte da palavra e das mercadorias significava expandir o “raio civilizador” do litoral ao interior desconhecido. É evidente que, além de “levarem” a civilização, ferrovia e telégrafo, eram, também, “criadoras de terras”, produziam valor para o espaço, tornavam rentável, comercializável algo que antes era apenas espaço vazio e improdutivo (MACIEL, 1999).

2.1 O passado como um trampolim para o presente

O Pantanal enquanto espaço adquiriu valor na medida em que foi sendo organizado, ou pôde ser reorganizado a partir de relações que identificavam propriedades e correlatas classes de utilização da natureza pantaneira, bem como suas utilidades econômica, social, política ou simbólica. A pecuária que movimentava a economia do estado de Mato Grosso foi vista e descrita por memorialistas e por pioneiros como a responsável por descortinar o Pantanal econômica e culturalmente para o mundo. No entanto, as estratégias e as atividades implantadas visavam a responder e a atender os interesses e os objetivos de determinado grupo ou conjunto de indivíduos, hoje denominados pioneiros, capazes de mobilizarem recursos para se apropriarem do espaço e desfrutarem de sua utilização. A esse processo de apropriação, podemos denominar de territorialização. Entendemos o território, aqui, como uma realidade cultural e histórica, concomitante com a definição espacial, portanto, é uma forma socioespacial diacrônica e sincrônica ao mesmo tempo, favorecendo ou limitando os processos sociais (COSTA, 2010).

As pessoas vivem, ao mesmo tempo, os processos e os produtos territoriais, porém de uma forma diferenciada conforme sua territorialidade particular ou singular e sua classe ou grupo social, e são portadoras de forças sociais e políticas distintas. Logo, trata-se de relações entre indivíduos que buscam modificar ou consolidar tanto as relações sociais como as relações com a natureza, de tal maneira que essas modificações sejam adequadas a todos os seus contextos – político, econômico, social, cultural. Do mesmo modo, conforme Pádua, ao escrever sobre produção, consumo e sustentabilidade, “o mundo natural não é um palco neutro e estático para os conflitos humanos. Esses conflitos ocorrem através do mundo material e, ao exercerem um impacto modificador sobre o mesmo, podem gerar processos de

erosão, ou mesmo de destruição, da capacidade de sobrevivência ecológica da sociedade” (PÁDUA, 2005, p. 173).

Claude Raffestin (1993) define três tipos de relações mantidas com os recursos naturais: exploracionismo, preservacionismo e conservacionismo. Segundo o autor, a mobilização dos recursos pressupõe exploração, inventário, avaliação e análise do custo/benefício antes da decisão sobre o início da exploração econômica. Essa análise se faz considerando as redes econômicas e políticas que são relativas a esse contexto.

Na exploração econômica, têm-se ainda os contextos técnicos e jurídicos envolvendo uma estratégia complexa, em que intervém um conjunto de indivíduos ou grupos que fornecem, uns aos outros, os elementos necessários à concretização de seus objetivos e obtenção de benefícios. O exploracionismo, por sua vez, tem como prerrogativa produzir o máximo possível sem avaliar ou preocupar-se com o esgotamento, com a exaustão dos recursos, caracterizando-se, portanto, em um comportamento autocentrado, admitindo apenas a regulação do mercado, ou seja, enquanto favorável às exigências e às demandas de mercado a exploração prossegue. O exploracionismo recorre a uma informação funcional que interessa a todas as técnicas de valorização, em qualquer nível, restringindo-se basicamente aos custos e aos benefícios, respondendo por uma lógica econômica costumeira que privilegia os recursos do presente em detrimento dos recursos para o futuro. Ainda, segundo Raffestin, esse processo caracteriza as fases que permeiam o crescimento econômico, especialmente na etapa de industrialização; ademais, nos três tipos “as relações de produção e de propriedade dão então origem a relações de poder muito dissimétricas, tanto com as coisas como com os homens” (RAFFESTIN, 1993, p. 235).

Partindo de tal assertiva, observamos que com o fim da Guerra do Paraguai e a liberação da navegação, a reestruturação das fazendas e dos núcleos urbanos, bem como a economia do Mato Grosso, processa-se amparadas na isenção de impostos sobre produtos de consumo, de importação e de exportação de matéria-prima, de mercadorias e de produtos industrializados. A ocupação das fronteiras estava associada ao estímulo, à imigração e ao desenvolvimento portuário, como no caso de Corumbá que fazia ligação com Cuiabá e Cáceres.

Com a melhoria nas condições do transporte advém um fluxo mais intenso de mercadorias e melhoria nas comunicações. Na composição desse quadro, para Corumbá “a liberação da navegação trouxe importantes contribuições para o crescimento urbano. A cidade pode estabelecer importantes relações comerciais intra e extra-nacionais” (LEITE, 2003, p. 57). Todo o escoamento da produção do Pantanal,

oriunda da pecuária e da comercialização de seus recursos naturais, processava-se através do porto de Corumbá³⁰.

Ao escrever sobre as condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX, Queiroz (1997) pontua que, nos anos iniciais, a área do Mato Grosso pode ser compreendida em três grandes porções sendo o norte pertencente à Amazônia; o sul pertencente à Bacia Platina; a porção central, repartida entre as bacias platina e amazônica. O sul do Mato Grosso estava dividido em duas formações principais: planalto e o baixo Paraguai, que compreende o Pantanal. Segundo o autor, a população do planalto, em sua maioria, era formada por sitiantes e posseiros, no entanto, no baixo Paraguai já despontavam centros populacionais como Miranda, Aquidauana, Nioaque e Corumbá (1997, p. 116). Muitos processos de surgimento de povoados estavam ligados aos discursos motivadores de ocupação do solo brasileiro, especialmente aqueles distantes dos polos de desenvolvimento nacional em que era necessária uma integração desses espaços na construção do extenso território brasileiro. A permanência da falta de acesso a esses locais longínquos se constituía em um grande problema não apenas econômico, como também geopolítico, tanto para a região como para o país (NEVES, 2007, p. 22).

Diante de tais fatores, são muitas as indagações que afloram. Questões relativas à ocupação e à utilização de uma área como o Pantanal cuja atividade única consistia na pecuária extensiva aliada à dispersão e a não concentração da população. Como organizar fazendas e povoados, dotá-los de mecanismos de comunicação para a transposição das longas distâncias, das enchentes, da precariedade no acesso e no transporte e o considerável isolamento frente às demais regiões do Brasil? Como estabelecer novas formas de economia e de políticas que, juntas, tangenciassem todo o processo de ocupação? Qual era a importância de se fixar núcleos nas margens dos principais rios navegáveis e qual o papel específico de cada um desses povoados para a economia?

O processo de ocupação estava estreitamente ligado ao estabelecimento de organização econômica e política para o Mato Grosso concatenado em âmbito

³⁰ Conforme analisado por Figueiredo, “além das embarcações maiores, dezenas de vapores menores, paquetes, lanchas, chalanas e chatas faziam o movimento no porto de Corumbá, que contava com dois estaleiros para reparo e também a construção de barcos. Dali, as embarcações menores redistribuíam as mercadorias e as informações com destino a Cuiabá, Cáceres, Barra do Bugres, Porto Esperança, Miranda, Aquidauana, Coxim e também Porto Suarez. Desses portos, para outros núcleos desprovidos de rede fluvial, as mercadorias eram transportadas no lombo de burros ou em carros de boi” (1994, p. 133).

nacional com a proteção das fronteiras³¹, mas como esses fatores estavam integralizados e como atuavam isoladamente na expansão econômica capitalista em escala nacional? Qual o papel, a função do Pantanal nesse processo? Questões facilmente incorporadas nos discursos e na disseminação de ideologias, em que se atribui ao pioneirismo a preocupação inicial com a preservação do meio ambiente pantaneiro e ao mesmo tempo responsável pelo seu pleno desenvolvimento econômico, questão que gera inquietação, posto que revela a utilização de uma prática discursiva produtora de representações.

Essas são algumas questões, para as quais buscamos respostas nas assertivas de Foucault, quando o autor escreve:

Suponho que em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p. 8-9).

Muito mais que a sociedade em si são os discursos produzidos e as pressões exercidas sobre ela que podem nos dar as respostas para tais indagações. Ainda em conformidade com Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p. 10). Sabedores de que a essência do conhecimento histórico é as ações humanas e as contradições que são traduzidas no fato histórico, o passado nos chega como um discurso, produzido pelo homem, não sendo possível restaurar o real e o vivido em sua integralidade sendo a memória passível de erros, esquecimentos e silêncios.

Contrariamente, a pecuária de corte, considerada a principal atividade econômica da região, teve seu início juntamente com o processo de ocupação mais intensa dos pantanais. Todo espaço foi pensado e organizado de forma que propiciasse a formação de fazendas e grandes propriedades, reduzidos núcleos urbanos e baixa densidade populacional. As dificuldades de acesso e de deslocamentos na estação das chuvas favoreceram essa organização espacial que perpassa o isolamento e as grandes distâncias, especialmente no período das chuvas, fator que pode ser percebido na forma como as fazendas permaneceram até meados

³¹ Como forma de garantir a segurança das fronteiras e frear as investidas indígenas e a estagnação da Capitania de Mato Grosso, foram fundados entre os anos de 1775 e 1781 os fortes de Coimbra e Miranda e os núcleos de Corumbá, Cáceres e Poconé (FIGUEIREDO, 1994).

de século XIX, praticando uma economia fechada de subsistência e de criação extensiva de gado que encontrava pouco ou nenhum mercado pela dificuldade do transporte que era basicamente fluvial, enfrentando a precariedade e os limites impostos pelas corredeiras e cachoeiras.

Em determinados trechos de acesso, estradas eram precariamente abertas pelos fazendeiros e facilitavam a condução do gado nas comitivas e a circulação de carros de boi que ligavam o Pantanal, inicialmente aos mercados de Minas Gerais e de São Paulo. No entanto, tais obstáculos não impediam a inserção do gado do Pantanal, mesmo com características tão peculiares, nos mercados nacionais. Foi com a introdução de uma pecuária mais intensiva que se aceleraram os processos econômicos, respondendo os discursos de ocupação e de aproveitamento da região pantaneira aliada à degradação ambiental, à erosão e ao assoreamento comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas, fatores alijados dos discursos do pioneirismo.

Ao escrever sobre as principais características que delineavam o Mato Grosso, nos séculos XIX e XX, Queiroz salienta que a

vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros (situados no litoral atlântico; precariedade das vias de comunicação existentes no interior da própria região e entre ela e os ditos centros; população não- indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade. Tais especificidades configuraram uma sociedade que se poderia talvez considerar como “gelatinosa” [...] e, ademais, dotada de débil aparato estatal local – e é nesse contexto que adquire particular relevância o papel aí desempenhado pelo Estado nacional brasileiro, com vistas a garantir a segurança das fronteiras externas e a integridade territorial (2003, p. 20).

Com efeito, foi com a reestruturação político-econômica pós-guerra e o crescimento dos núcleos urbanos que aumentou o índice de ocupação no entorno dos pantanais acelerando a incorporação e a abertura de novas áreas para a pecuária.³²

³² Portugueses, colonizadores e exploradores como José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza, João Pereira Leite e André Alves da Cunha se apropriavam de grandes faixas de terras que margeavam o rio Paraguai, onde Leonardo Soares funda a Fazenda Jacobina – esta compreendia a área de dezesseis sesmarias – que consistia na mais importante fazenda no Mato Grosso no Brasil Colonial e Império. A fazenda contava com 60 mil cabeças de gado e uma área de 200 mil ha e foi da Fazenda Jacobina que saíram os “povoadores, pioneiros” como Joaquim José Gomes da Silva, que se estabelecendo em Corumbá adentrou pelos pantanais fundando as fazendas: Firme, Palmeiras, Barranco Branco e Piraputanga. (CORRÊA FILHO, 1926).

Muitas dessas propriedades pertencentes e adquiridas pelo capital estrangeiro³³ intensificavam a concentração fundiária já existente e orientavam as políticas territoriais (QUEIROZ, 2003).

Segundo Figueiredo (1994), nas décadas finais do século XIX, os conhecimentos que margeavam a criação e a manutenção do rebanho bovino eram muito rudimentares, em campos indivisos com pastagens brutas, cujo trabalho básico consistia em reunir o gado bravo, conduzir as vaquejadas, separar, castrar e marcar. Nos barreiros, o gado encontrava o sal necessário lambendo e comendo barro, bebendo água, em períodos de longas secas, em contrapartida o pisoteio compactava o solo intensivamente, dificultando a absorção da água. Consta nos registros, para esse período, a reorganização da fazenda Firme – próxima ao encontro dos rios Taquari e Negro – que logo passou a absorver várias áreas ao seu entorno totalizando 176.853 ha³⁴, formando a Nhecolândia³⁵, composta por parentes e pessoas do relacionamento e da confiança dos proprietários, os quais desenvolvendo laços de “boa vizinhança”, que consistiam em nada mais que o domínio da terra e da mão de obra empregada. Mesmo dispendo de pouco ou nenhum recurso financeiro tinham a possibilidade de acercar-se de pequenos lotes perfazendo no conjunto uma grande área, que inicialmente serviu para constituir capital juntamente com os recursos advindos do próprio desbravamento.

Segundo Banducci (2007), além de contar com a ajuda de parentes vindos do norte de Mato Grosso, Nheco contava também “com a força de trabalhadores de

³³ Fernando Borges (2001) cita as seguintes empresas: *Brazil Land Cattle and Packing* (763.508 hectares em Corumbá) e mais três propriedades em Mato Grosso; a empresa *The Brazilian Meat Company* (500.000 hectares em Aquidauana); Fomento Argentino Sud-Americano (726.077 hectares em Corumbá); Empresa Franco-Brasileira (duas propriedades no Pantanal sul, uma em Miranda com 242.456 hectares e outra em Corumbá, com 172.352 hectares); *A Sud-Américaine Belge S/A* (177.060 hectares em Corumbá); a empresa *The Miranda Estância Company* (com 219.506 hectares controlou em Miranda) e a Sociedade Anônima Rio Branco (549.156 hectares em Corumbá 549.156).

³⁴ A título de conhecimento no Mapeamento das unidades de paisagem das sub-regiões da Nhecolândia, realizado pela Embrapa Pantanal, “observou-se a ocorrência de áreas savânicas sazonalmente inundáveis (41%), áreas savânicas não inundáveis (16%), áreas de campo sazonalmente inundáveis (15%) e áreas florestais não inundáveis (10%)”. A região é, portanto, constituída por aproximadamente 60% de vegetação de savanas que são formadas por estratos de vegetação arbustiva e herbácea. A análise do mapa permitiu constatar que a maioria das savanas está localizada em áreas sazonalmente inundáveis, onde a dinâmica de inundações varia em função da intensidade e distribuição das chuvas (2011, p. 7). As principais áreas de pastagens na sub-região da Nhecolândia compreenderam as áreas savânicas sazonalmente inundáveis (41%) e as áreas de campo sazonalmente inundáveis (15%), porém, o uso dessas áreas para pastejo depende do grau de inundações (2011, p.10).

³⁵ A sub-região da Nhecolândia, compreendendo 19,5% da planície pantaneira, agrega áreas dos municípios de Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana e Corumbá (SILVA; ABDON, 1998).

origem diversa [índigenas da região, negros e mestiços do Norte e do Centro Sul pantaneiro]”, e nesse sistema de compadrio consolidou-se a produção bovina “sob o domínio pastoril e sob o controle de basicamente duas famílias: os Gomes da Silva e os Barros cujos descendentes detêm, até hoje, a posse de parte considerável das terras do local” (BANDUCCI, 2007, p. 17).

Encontramos apontamentos a esse respeito em Virgílio Corrêa Filho ao escrever sobre a Nhecolândia e seus pioneiros no que tange ao poder pecuniário dos destes e a possibilidade da aquisição das terras. Condição essa que, nas palavras do autor, “pouco a pouco, porém foram melhorando as circunstâncias, à medida que se povoava a região, com parentes e amigos do pioneiro, que lhe atendiam aos insistentes convites para se fixarem nos promissores campos vizinhos” (1955, p. 27). Constituindo o que Alves denomina de “a grande obra histórica de um conjunto de pioneiros” (2004, p. 35), o que nos leva a identificar em muitos escritos e relatos memorialistas a autofagia³⁶.

Aspectos encontrados em manuscritos e apontamentos de José de Barros³⁷ revelam a estruturação política e a aquisição de propriedades pelos pantanais como forma de estabelecer e de ordenar a exploração agropastoril por seus descendentes e agregados. Segundo Queiroz, em muitos casos, a manutenção dos domínios herdados estava concatenada com as políticas territoriais, onde

O domínio do território constituiu para essas classes uma importante fonte de legitimação de seu domínio sobre a sociedade, e o dogma da unidade e da integridade serviu frequentemente de pretexto para o esmagamento de movimentos contestatórios [...] (2003, p. 21).

Proeza semelhante também ocorreu no Campo dos Descalvados, quando a política nacionalista implantada por Vargas no Estado Novo impulsiona e favorece o desmembramento de latifúndios que se desdobram em dezenas de fazendas administradas por diferentes pessoas, transferindo efetivamente a posse para terceiros, mas mantendo o quadro original praticamente inalterado, eliminando um latifúndio incômodo e improdutivo em sua totalidade, que resulta em dezenas de fazendas produtivas e aptas a receberem investimentos e recursos governamentais,

³⁶ Autofagia como a incompatibilidade de um princípio com suas condições de enunciação, suas consequências ou suas condições de aplicação. cf. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

³⁷ Obra memorialística “Lembranças” de José de Barros publicado em 1959. Ver texto de LEITE, Eudes Fernando. “Lembranças para meus filhos e descendentes”, cf. LEITE, Eudes F. Uma Memória para o Pantanal: “Lembranças” de um papabanana. In: *Revista Diálogos*. Maringá, Vol. 2, no. 16. maio-agosto, 2012, p. 677-706.

para explorar a capacidade das pastagens com a multiplicidade de cercas formando múltiplos cercados para abrigarem os rebanhos (Revista Brasil Oeste, 1964-1965).

Em paralelo a esses acontecimentos, o rebanho bovino aumentava consideravelmente inviabilizando o avanço e a apropriação de novas áreas na composição da Nhecolândia, ou seja, enquanto os rebanhos ainda não somavam um número significativo e a criação de bovinos se dava no molde extensivo os pioneiros e seus descendentes avançavam para outras áreas, e na medida em que foi aumentando o rebanho diminuiu-se a disponibilidade das áreas para ocupação. Desse modo, aumenta-se a produção do rebanho e diminui-se a reprodução das propriedades, inviabilizando novas posses. Por sua vez, os descendentes buscavam campos de formação como direito, medicina e agronomia fazendo das cidades seu ambiente e exercendo funções administrativas e públicas, mantendo vínculos familiares e fortalecendo vínculos políticos e econômicos, favorecendo o trânsito de interesses e de ideologias do grupo envolvido. E, nas fazendas, passou-se a utilizar a mão de obra contratada sazonalmente, quando nos picos do trabalho com o rebanho, produzindo relações sociais e de trabalho diferenciadas e mesmo de estranhamento entre empregado e o agora patrão, que não conta mais com a confiança de seus parentes e agregados.

Criam-se associações como o Centro de Criadores da Nhecolândia que estabelece normas e regras – como a lei seca – para a convivência e a permanência dos empregados nas fazendas, com isso aprimora-se e se permite a manutenção da unidade e a progressiva autonomia entre os criadores da região, compreendida entre os rios Taquari, limites de Corumbá com Coxim, Negro, Miranda e Paraguai. Entre os investimentos do Centro de criadores, constava a construção de regos d'água, escavações em busca de água em períodos de secas (1936-1938), a construção de pontes como forma de manter o “desbravamento” sem o custeio do município de Corumbá e do estado de Mato Grosso, mantendo assim o “progresso material e a moral” da Nhecolândia, revelando assim inflexões discutíveis tangenciando o mérito de suas intenções e de empoderamento.

Verificamos a ocupação das áreas inundáveis por aventureiros em busca de riquezas como couro e penas, e com entusiasmo, chegavam mais criadores para ocupar novas áreas onde “a qualidade e a imensidão daquela terra, palco de guerra” era propícia para a atividade pastoril com recursos naturais vistos como inesgotáveis e provenientes de suas inundações tão benéficas para investimentos agropastoris. Gradativamente, as transformações operadas no meio ambiente se processaram através e pela formação e introdução de espécies alheias ao ambiente; pela

introdução e cruzamento de raças como o zebu, pela exploração da madeira, pelo desmatamento, pela comercialização de penas, peles e couros, pela exportação de espécies da fauna e flora – plantas ornamentais, em escala acelerada.

Consta nos estudos de Alves (2004) que foi a partir das primeiras décadas do século XX que na Nhecolândia passou a se utilizar, além das trincheiras de taquara, os cercamentos dos campos para amearhar o gado para uma venda mais sistemática como forma de aumentar o capital, coincidindo com a compra do primeiro automóvel em 1925 para a fazenda. Curiosamente, nos relatos de José de Barros consta uma viagem que fez de caminhão saindo da sua fazenda até Corumbá em outubro de 1937, quando registra ter observado ao longo do caminho os vestígios de uma grande estiagem e a travessia do gado para as margens do rio Paraguai para não morrer de sede, pois muitas aguadas, baías estavam todas secando e para janeiro de 1938, no registro de suas lembranças, escreve “continua a escassez de chuvas torrenciais; as que aqui caem são de manga e intervaladas de grande calor” (1987, p. 88). Faz constar o primeiro registro de uma estiagem prolongada que permitiu o tráfego de caminhão e automóvel o que aponta para a abertura de estradas – um elemento modificador da paisagem pantaneira – cuja finalidade não seja apenas uso de carros de boi e condução de boiadas.

As inundações, por um lado, atuavam como limitadoras, mas, por outro lado, possibilitavam o cultivo de forragens e de pastagens usadas como suplemento alimentar do rebanho no período das chuvas – das enchentes³⁸, que renovavam pastagens e abasteciam rios, córregos e baías garantindo a saciedade do rebanho, aguçando ainda mais a avidez pela pecuária. Com a abertura de novas áreas, a ação do desmatamento cresce nas cordilheiras onde predomina a savana florestada característica específica das sub-regiões da Nhecolândia, de Corumbá e de Aquidauana. Alargando os campos de pastagens e, conseqüentemente, a área de espraiamento das águas, inundando áreas até então inalcançadas pelas águas. As cordilheiras, também conhecidas como terra firme são como microrrelevos, uma espécie de duna eólica, geralmente dispostos em aproximadamente 4 (quatro) metros ou mais acima do leito de várzeas e rios e de aproximadamente 2 (dois) metros ou mais acima do solo dos campos. A vegetação das cordilheiras consistia em compactos

³⁸ No levantamento realizado por Silva & Abdon (1998) no que se refere ao desmatamento do Pantanal até o ano de 1990, “as limitações impostas pelas inundações periódicas ou pela baixa fertilidade da maioria dos solos do Pantanal, é raro [*sic*] a implantação de culturas agrícolas nessa região; as áreas desmatadas são convertidas em pastagens cultivadas, destinadas à suplementação alimentar do rebanho bovino no período de cheia ou, em alguns casos, são utilizadas como maternidade ou para o plantel das fazendas. Porém, há solos férteis nas sub-regiões de Miranda e Nabileque (sul do Pantanal), a partir da várzea do rio Miranda”.

bosques de novateiros, figueiras, jenipapos e ingazeiros alinhados com ligeiras elevações arenosas acompanhando os rios e os corixos que atuando como fluxo de água intermitente alimentavam os rios e lagoas no período das cheias. A vegetação atuava como reguladora, ou seja, nas cheias impedia o espriar das águas e na seca como fator atenuante do vento, evitando os danos da erosão eólica, além de ser um viveiro natural de aves; com o desmatamento e com a implantação de pastagens cultivadas que se adaptam melhor nas cordilheiras por se tratar de solo mais arenoso ocorre um desequilíbrio que dificulta a manutenção do sistema ecológico e hidrológico causando uma sobrecarga nas cordilheiras.

Conforme as subdivisões da área fisiográfica³⁹, muitos dos centros populacionais integram as sub-regiões do Pantanal e foram erigidos no entorno e em áreas dos pantanais onde a pecuária despontava como uma atividade produtiva de forma mais intensiva. Segundo Queiroz (1977), inicialmente as condições do rebanho, mesmo incerto em termos quantitativos e associados aos processos denominados primitivos da criação, ocupavam campos, cerrados e os pantanais e em áreas mais limpas contrastava com os currais, os cercados e a introdução de novas espécies de pastagens. Ainda, segundo o autor, “o gado bovino do Pantanal não era exportado, sendo abatido e consumido, inclusive pelas charqueadas ali estabelecidas” (op. cit., p. 118), ou seja, a aquisição e a ampliação das propriedades estavam atreladas à instalação das charqueadas e/ou dos saladeiros que margeavam o rio Paraguai, sendo a produção escoada com facilidade pela bacia platina. O baixo custo do investimento e a mão de obra disponível aliados à dificuldade de muitos fazendeiros em comercializarem resultavam na aquisição – pelos saladeiros –, do rebanho para abate com preços muito baixos, compensando o investimento e os lucros na comercialização do produto – o charque, que nos portos argentinos e uruguaios alcançava um preço que também se estendiam sobre a comercialização do couro, atingindo assim preços mais elevados que o do próprio animal em pé.

Para Figueiredo, “essas empresas desenvolveram a atividade pecuária em caráter, de fato exploratório, abatendo indiscriminadamente os rebanhos, inclusive sem poupar matrizes” (1994, p. 129). Somente a partir de 1910-1930, a pecuária se sobressai de forma mais intensa com um aumento considerável do rebanho bovino no Pantanal Sul, adentrando nos mercados nacional e internacional, entretanto, muito da natureza pantaneira já havia passado por um denso processo de modificações e de alterações consubstanciais no que tange a sua “paisagem original”.

³⁹ Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões, estudos apresentados por Silva & Abdon (1998), apresentados na Tabela 1.

A reestruturação da geoeconomia nacional direciona as negociações que se voltam para o Sudeste. Ocorre a falência de empreendimentos como as charqueadas, mas a pecuária encontra, nesse realinhamento da economia, meios capazes e eficazes para seu desenvolvimento com a comercialização do gado em pé para o sudeste e o melhoramento dos rebanhos, abrangendo novas áreas, acentuando a degradação de forma mais intensa no cerrado e na planície pantaneira, já bastante conhecida nacional e internacionalmente pelas particularidades que apresentava na pecuária.

Conjunta e curiosamente emergem os primeiros registros das chamadas “grandes enchentes”, observando-se que nas décadas iniciais do século XX, os registros que constam das enchentes são ainda pouco expressivos, como nos apontamentos de José de Barros e nos registros de Rondon, quando em 1905 as águas atingiram em maio do referido ano a marca de 6,62 metros. Posteriormente, encontramos o registro de 1937 como o ano de seca mais intensa e de 1941 como o mais chuvoso, quando as águas em Corumbá atingiram 4,87 metros, sendo considerada uma enchente extraordinariamente alta. Consta ainda o registro de cheia em 1935, conforme segue:

É interessante o fenômeno das cheias no rio Paraguai. As chuvas caem sobre o imenso tabuleiro que é o Pantanal e passando algum tempo o rio vai captando os excessos das quedas pluviométricas. Enche-se e transborda, devolvendo ao próprio Pantanal o que este lhe deu em demasia. O lençol líquido se espraia e cobre tudo. As cheias não coincidem em todo curso do rio. Dependem das chuvas que caem aqui e acolá [...]. No entanto, maior cheia foi-me dado observar em 1935, quando Porto Esperança estava mais ou menos submerso e Corumbá parecia uma ilha em meio de um oceano de águas doces (CIDADE, 1943: 5).

E, desse modo, lentamente as paisagens se modelam, alterando-se momento a momento espaço-temporalmente. Uma mudança de cenário onde cada movimento se revela único aos olhos de um bom observador capaz de perceber as sutilezas da natureza, quando esta se apresenta num cenário idílico no período das águas e estanque na estiagem, quando os rios exercem as funções de margens do quadro a ser apresentado. Concomitante a esse fato, emergem diferentes discursos e outros atores na composição do mosaico de memórias e de cicatrizes para os pantanais.

Nesse contexto, de forma mais ampla, ocorrem transformações na economia nacional, que, envolvendo grandes concentrações latifundiárias e um monopólio defendido pelo Estado, foram responsáveis em propiciar condições e regularização

dos processos de produção que envolvia a comercialização e as vendas de terras que originavam uma maior arrecadação de rendas para o Estado e cujas regularizações estavam vinculadas à legitimação de grandes áreas no Mato Grosso para implantação da agricultura e, no Pantanal, para ampliação da criação do rebanho bovino. Muitas áreas se constituíam em domínios particulares de poucas famílias até 1974, quando após a enchente se inicia um processo de fragmentação das grandes propriedades.

As alterações provenientes do desmatamento das florestas nativas como no Cerrado⁴⁰ e no Chaco e o aumento do rebanho bovino afetam os rios formadores da cadeia hídrica pantaneira causando compactação do solo e assoreamento aliados à remoção da vegetação nativa, substituída por pastagens mais apreciadas pelo bovino, modifica também a estrutura dos solos alterando o ciclo de reprodução de muitas plantas nativas que atuam no processo de infiltração da água no solo alargando as áreas de espraiamento e lenta absorção e, em rios como o Taquari, o depósito de sedimentos provoca o desvio de canais naturais do rio.

Os avanços da degradação ambiental se acentuam com a gradativa expansão da cultura da soja no planalto. Essa expansão se dá em função de uma estratégia acumulativa de capital em níveis mundial, nacional e local que, gerando excedentes para a exportação, alinhada aos incentivos governamentais definia programas de integração⁴¹ nessa região de fronteira oferecendo a opção da aquisição de grandes propriedades. Em sua grande maioria, o produtor que chegou ao planalto, foi migrante

⁴⁰ Sendo o segundo maior bioma brasileiro, o Cerrado se constitui e compõe um dos seis grandes biomas e se estende por uma área de 2.045.064 km² ao longo das grandes áreas que ocupam do território do país e corresponde grosso modo ao Planalto Central, sendo cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Com características específicas, sua vegetação possui variações fisionômicas abrangendo no Centro-Oeste os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal; dois estados da região Sudeste: São Paulo e Minas Gerais; três estados da região Nordeste: Bahia, Maranhão e Piauí; três estados da região Norte: Tocantins, Pará e Rondônia. Uma grande parte do Cerrado já foi destruída com o avanço do agronegócio, implantação de rodovias e de cidades, pecuária intensiva, atividade madeireira (ilegal e sem controle), monoculturas da soja e do arroz, desmatamento para fabrico do carvão, e grandes queimadas extinguem sua vegetação, colocando várias espécies em risco de extinção, bem como comprometendo a nascente de rios. Estudos mostram que o Cerrado é atualmente o bioma mais ameaçado que a Amazônia.

⁴¹ As políticas públicas federais implementaram diversos programas de desenvolvimento, tais como: Marcha para o Oeste – décadas de [19]50 e [19]60; Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (Prodoeste), criado em 1971; Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), entre 1974 e 1978; Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (Prodegran), criado em 1975; Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), criado em 1975; Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil (Polonordeste), entre 1981 e 1985; Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – Prodeagro, iniciado em 1992; e Programa Pantanal, iniciado em 2000. Em 1967 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que passou a planejar a ocupação no estado de Mato Grosso por meio de diversos projetos de desenvolvimento (Alves Júnior, 2003) implementados por alguns dos programas citados acima. Esta superintendência teve seus projetos efetivados entre 1975 e 1990. (GALDINO et. al, 2006, p 126).

com experiência em depredação ambiental no Paraná e Rio Grande do Sul, buscando lucro fácil sem grandes preocupações com a questão ambiental. Financiados com subsídios para aquisição de maquinário, equipamentos e biocidas atendia-se a dois mercados: de máquinas e equipamentos e de agrotóxicos, viabilizando lucros e excedente o que tornava inviável pensar em questões como assoreamento e deflorestação; com riscos de romper os tentáculos dessa cadeia economicista na fronteira agrícola do Centro-Oeste na qual o Pantanal se encontra praticamente sitiado por ela, e mais, sendo responsável pela produção pecuária para atender o mercado interno e exportador.

No que tange à agricultura intensiva, Schama pondera que as

demandas provocaram mais inovações tecnológicas, que, por sua vez, ao exaurir os recursos naturais, impulsionaram o ciclo exasperado de exploração, fazendo com que toda a história da sociedade sedentária esteja contaminada pela manipulação da natureza (1996:24).

Como consequência dessa expansão os rios da planície passam a receber as descargas de pesticidas e fertilizantes, com alto teor poluidor comprometendo sua piscosidade. No que tange ao aproveitamento total da região, esta apresentava na pecuária a média regional de apenas uma cabeça por dois hectares, indicando assim para os investidores um potencial de aumento e diversificação do rebanho; e a agricultura, cujo aproveitamento e ocupação das áreas disponíveis e o processo produtivo se dava de forma desordenada, era vista como incompatível para a obtenção de um maior aproveitamento dos espaços e dos recursos naturais disponíveis. Atividades que, na medida em que se intensificavam, portavam, geravam e imprimiam modificações ao meio ambiente, alterando as paisagens da natureza pantaneira. A mesma ótica de análise é encontrada nos estudos de Salsa Corrêa (1999).

Estudos como os apresentados por Queiroz (1997; 2003) sobre os principais produtos de exportação de Mato Grosso para o período classificam esses produtos em dois grupos: extrativos e da pecuária. A exploração visava à obtenção de vantagens absolutas com a extração de produtos nativos e a utilização das vastas pastagens naturais. Os principais focos da economia se centravam na exploração de produtos como a ipecacuanha, erva-mate, borracha, e da pecuária (o gado em pé e o charque) nos pantanais. Acrescentamos nessa discussão outros dados como a baixa densidade populacional e as análises apresentadas por Edgar Kuhlmann (1954) sobre a

vegetação de Mato Grosso, descrevendo esse estado como sendo o segundo em área no Brasil.

Prosseguindo sua análise sobre o solo e o relevo, Kuhlmann salienta que como tem o estado de MT a maior parte de sua extensão recoberta pelo cerrado, a consequência é uma “maior porção de solos pobres”, os melhores solos sendo encontrados mais ao sul e sudeste do Mato Grosso. De acordo com o autor, a alta precipitação e a porosidade dos solos resulta na laterização⁴², comum em climas tropicais, fatores que elevam a propensão a erosões e a assoreamentos (KUHLMANN, 1954, p. 79).

Com base em tais observações, é possível analisar que muitos dos aspectos mencionados na análise de Kuhlmann (1954), de Corrêa (1990) e de Borges (2001) são voltados para as características geográficas ressaltando as diferenças no que concerne ao aproveitamento dos espaços, reafirmando a existência de vastas áreas não ocupadas, como no caso dos pantanais, que se configuravam como uma extensa área aproveitável, cuja única função de aproveitamento era para a pecuária que emergia como a principal geradora da devastação ambiental comprometendo os ecossistemas dos pantanais com os resíduos oriundos de um maior aproveitamento de áreas no planalto, gestando uma gradual e significativa alteração na relação do homem para com o meio ambiente em questão.

Coube também a Kuhlmann uma análise concisa sobre as marcas deixadas pela atividade de mineração que “sem base agrícola, o garimpo deixa em sua passagem taperas, núcleos humanos decadentes e estagnados”. O impacto visual é desolador, acrescenta-se o assoreamento e a contaminação dos rios, o desvio dos cursos d’água, a erosão descaracteriza a paisagem natural e compromete o ciclo natural reprodutivo de peixes e plantas. As consequências das atividades mineradoras são sentidas em todas as regiões que dela fizeram uso. No entorno dos locais onde se encontravam as minas, a pecuária, a lavoura de subsistência e os engenhos de cana contribuíram para a ocupação desordenada e povoamento do território (KUHLMANN, 1954).

A notícia da disponibilidade e do acesso às terras ao norte do estado de Mato Grosso impulsionaram e moveram tanto o estado quanto os chamados homens de negócios para investimentos no planalto e na planície – no Pantanal, “uma nova

⁴² Solo vermelho das regiões tropicais, produto residual da meteorização de rochas preexistentes, que contém alto teor de óxidos de ferro e hidróxido de alumínio, podendo apresentar-se com aspecto terroso e poroso ou sob a forma de rochas densas e endurecidas; laterita, ferralito (Dicionário Eletrônico HOUAISS, 2009).

atividade chegada ao Mato Grosso, como provedora de alimento para os envolvidos na mineração, se transformaria em produtora de riquezas para os fazendeiros e para o Estado” (LEITE, 2003, p. 17), delineando perspectivas animadoras para o desenvolvimento de atividades colocando-o no cenário econômico nacional ao apresentar um quadro crescente e favorável ao agronegócio e ao extrativismo no planalto e para pecuária na planície, emoldurando um ritmo frenético de degradação ambiental com grandes áreas desflorestadas onde a planície se tornou o berço de resíduos oriundos do planalto.

2.2 O indelével conflito entre homem e natureza

Apontar os contrastes desse conflito indelével entre homem e natureza supõe considerar, por exemplo, que a pecuária de corte é a atividade econômica mais rentável e desde os anos finais de 1950 vem registrando índices de crescimento em seus mais variados níveis e esferas, embora seja, também, pelo padrão de ocupação geográfica estabelecido, a mais danosa mediante impactos ambientais de médio e longo prazos para a região e para a cultura pantaneira.

Não obstante, a atividade agropecuária inicialmente teve grande contribuição e atuou como mola propulsora para o desenvolvimento da economia nos pantanais; no decorrer foi a utilização demasiada de muitas áreas pela atividade agropecuária a causadora de uma grande parcela da degradação ambiental e danos à biodiversidade.

A utilização da planície pela pecuária se estendeu para áreas do planalto, das bordas da Bacia do Alto Pantanal e áreas inundáveis estabelecendo um padrão de ocupação geográfica que se desdobrou em áreas que demandam desmatamento e queimadas provocando impactos ambientais irreversíveis, como o assoreamento e o desvio de curso de rios como o Taquari. Sobre as intervenções na calha do rio Taquari, Padovani, Vieira e Assine, destacam que

Desde há muito tempo, pecuaristas, pequenos produtores e pescadores profissionais promovem intervenções de abertura ou fechamento de arrombados do Rio Taquari no seu cone aluvial. Nas épocas de estiagem, alguns arrombados foram abertos para levar água para o gado, como ocorreu na década de 60 e começo de 70 na região da fazenda Taiamã, onde até hoje pode se verificar o testemunho de uma obra civil para desviar as águas do Rio Taquari para o campo. Cabe ressaltar que essa obra foi planejada e executada sob os auspícios do Programa Especial para o Desenvolvimento do Pantanal - Prodepan, instituído pelo Governo Federal (Brasil/Minter). Nas últimas décadas, tem predominado o fechamento de avulsões, principalmente pelos

pecuaristas, com a finalidade de proteger suas terras contra as inundações (2006, p. 194-195).

Ainda, segundo os autores, no processo de fechamento de avulsões⁴³, são usados sacos com areia e até mesmo dragas, além de galhos e troncos com a finalidade de formar barreiras e fechar as avulsões, assim como constam relatos de que pescadores provocam a abertura de arrombados⁴⁴ facilitando a captura de peixes, sendo apontados por pecuaristas como os grandes responsáveis pela reabertura dos arrombados que foram fechados pelos pecuaristas.

É notório que já nos anos iniciais de 1980 as muitas crises que passaram a afetar os pecuaristas são decorrentes de problemas ambientais aliados aos problemas gerenciais como o não cumprimento de leis trabalhistas e a divisão/subdivisão e comercialização de propriedades, que se dá de maneira mais intensiva após a estiagem de 1963 culminando com a enchente de 1974, fechando um período de 10 anos de seca. Fatores que, diante do descompasso no capital, levaram os pecuaristas a buscar solução para o aumento da produtividade viabilizando maior rentabilidade acirrando ainda mais as práticas agressivas e pouco ou nada sustentáveis, desencadeando um processo produtivo deletério para a natureza pantaneira.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, a área ocupada por pastagem perfaz um total de 170 milhões de hectares por região, e o Centro-oeste totaliza 35,7%, sendo os principais rebanhos localizados no Mato Grosso do Sul⁴⁵, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, utilizando um sistema de produção extensivo em grandes propriedades, associados, em alguns casos ao sistema semiextensivo e o intensivo com técnicas de confinamento. Nos anos finais de 1990, registrou-se o aumento de propriedade de médio porte (entre 5 a 8 mil hectares) e, segundo dados do relatório de produção pecuária municipal do IBGE (2003), Corumbá detém o maior

⁴³ Deslocamento violento de certa porção de terra, que se desloca de uma propriedade para se juntar ou crescer a outra.

⁴⁴ Com a intensificação do assoreamento do Rio Taquari no Pantanal, principalmente no seu baixo curso, grande volume d'água passou a verter sobre as suas margens, inundando áreas localizadas topograficamente abaixo do nível do leito rio. Essas águas, ao transporem as margens do rio, fizeram com que, em alguns locais, ocorresse o rompimento dessas margens. Esses locais são denominados regionalmente de "arrombados". Os arrombados mais conhecidos são o do "Zé da Costa" - surge na década de 1980, e o do "Caronal" - surge na década de 1990 (Galdino, 2006. p. 39). O arrombado consiste no surgimento de pequenos canais que evoluem formando rios. A sub-região do Paiaguás é a mais afetada.

⁴⁵ Municípios com grandes rebanhos bovinos: Sub-bacia do rio Taquari: Camapuã – MS: 745 mil cabeças; Rio Verde de Mato Grosso – MS: 495 mil cabeças; Coxim – MT: 466 mil cabeças. Sub-bacia do rio Paraguai: Corumbá – MS: 1 milhão e 533 mil cabeças; Cáceres – MT: 710 mil de cabeças. Outras sub-bacias: Aquidauana – MS: 617 mil cabeças; Santo Antônio do Leverger – MT: 425 mil cabeças e Porto Murtinho – MS com 612 mil cabeças (IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal 2001; Diagnóstico Analítico, 2003).

rebanho nacional, aproximadamente 1.841.186 cabeças, lembrando que a formação inicial desse rebanho se dá a partir dos anos iniciais de 1960.

Nos pantanais, os ecossistemas são singulares, frágeis, vulneráveis, específicos em cada sub-região, necessitam de muita cautela no uso, carecendo de proteção diante da ação antrópica que exerce pressão mais intensa sobre elas. Seu uso demanda o desenvolvimento de atividades e, em paralelo, estudos que viabilizem tanto a continuidade dessas atividades quanto a preservação do Pantanal, sem, contudo, leva-lo à exaustão, ignorando o fato de que o manejo e o uso inadequados levam à erosão laminar que consiste na perda de solo superficial e da vegetação que atua como camada protetora e absorvente de nutrientes para sua regeneração.

Não se trata de descartar, em absoluto, a importância da utilização do Pantanal para o desenvolvimento de atividades econômicas como a pecuária e o turismo, ou mesmo de agricultura em áreas adjacentes, o que não se pode desconsiderar é que 66,9% do desmatamento nos pantanais ocorreram no estado do Mato Grosso do Sul, que detém a maior proporção do Pantanal. A título de exemplo, dentre os municípios que possuem a maior área em desmatamento no interior da planície pantaneira são Rio Verde de Mato Grosso, Porto Murtinho, Santo Antônio de Leverger e Corumbá, e se não bastasse tal fato, associado a isso e tem-se que as maiores áreas atingidas são da savana florestada – cerradão; da savana arborizada – cerrado, campo-cerrado; da floresta estacional semidual – mata seca, mata calcária; e da savana estépica florestada – mata chaquenha, mata (SILVA et. al., 1998, p. 1744), de áreas consideradas abrigo de variados habitats.

Estudos realizados entre os anos de 1986 e 1994 por pesquisadores da EMBRAPA Pantanal constataram que grande parte das espécies vegetais do MS estavam ameaçada em decorrência da ampliação e da limpeza dos campos para pastagens. Pertinente registrar que na tentativa (quando há) de recomposição da vegetação afetada pelo pastoreio ocorre a insistência da plantação de espécies alheias, exóticas ao ambiente, comprometendo ainda mais essas áreas.

No planalto, ocorreu um desmatamento desordenado em função da ocupação e da utilização do solo para a agricultura baseado na monocultura (Mapas 3 e 4). Silva e Abdon (1998) registram que dos desmatamentos efetuados na Bacia do Alto Paraguai (BAP) até 1997, em totalidade no planalto chegou a 110.304,80 km², ou seja, 93,75% em áreas de vegetação do cerrado e 6.887,07 no Pantanal – 6,25%, portanto do total de 138,183 km² de área do Pantanal foi de 4,98% e no planalto chegando a 46,22%, desmatamento em ambas as áreas registrado até 1994. As sub-regiões mais atingidas foram Nhecolândia com 1.904,45 km² – 27,67%, Poconé com 1.168,62 km² –

16,98% e Paiaguás com 1.006,19 km² – 14,62%. Juntas, contribuíram com 59,27% do desmatamento nos referidos pantanais, interferindo significativamente em outras sub-regiões (SILVA e ABDON,1998). Nas bordas do Pantanal, a pressão do desmatamento é de grau mais elevado, o impacto é gerado do entorno para a planície. A vegetação arbórea no Pantanal é de aproximadamente 30%, ou seja, 41.454,90 km² e o registro de desmatamento é de 16, 6% dessa área registrados até 1994.

A leste, na abrangência dos municípios de Rio Verde, Santo Antônio de Leverger e Coxim, soma-se o registro de um acentuado processo erosivo no rio Taquari⁴⁶ que já atingiu um grau elevado e considerado irreversível em algumas áreas margeantes (ADAMOLI, 1995) formando um leque aluvial de 50.000 Km² assoreando muitos leitos d'água e compondo muitos outros; e também em áreas que margeiam o rio Itiquira que já sofre com os resultados de um processo gradual de contaminação por biocidas e pelo assoreamento. Tais processos alteram habitats e inundam a vegetação nativa num processo de espraiamento cada vez mais amplo.

Em 1988, o Ministério do Meio Ambiente, em seu primeiro relatório sobre a biodiversidade em áreas vulneráveis, indica que a preservação dessas áreas reverte em benefícios para áreas agricultáveis, aliando qualidade ambiental à produtividade. Dentre os fatores destacamos o elevado estoque de organismos que atuam no controle biológico natural; participação ativa de organismos vivos na manutenção dos ciclos naturais de água, energia, nitrogênio e carbono dentre outros; polinização; associações simbióticas; resistência genética; novas espécies de importância econômica (Primeiro Relatório Nacional para Convenção sobre Biodiversidade Biológica, Brasília: MMA, 1998).

Portanto, a ação antrópica nos pantanais se inicia no momento em que os grupos humanos passam a ocupar determinadas sub-regiões e a partir dessa ocupação desencadeiam ciclos sequenciais e recorrentes que suscitam certa regularidade em suas atividades com a finalidade de prover sua subsistência colocando em prática sua capacidade perceptiva e de adaptação ao meio ambiente, ou, conforme pondera Yi Fu Tuan, “o meio ambiente natural e a visão de mundo estão

⁴⁶ Até o ano de 2000 já havia sido desmatado 62,04% da área da BAT, sendo que somente no período de 24 anos, 56,44% de toda a Bacia do Alto Taquari foi desmatada, correspondendo à supressão da vegetação natural em 15.827 km; de 1976 a 1984 foram desmatados 19,08% da Bacia do Alto Taquari e de 1984 a 1994 mais 33,40% de sua área, decrescendo bastante entre 1994 e 2000, com incremento de apenas 3,96%. Segundo o autor “o desmatamento na Bacia do Alto Taquari pode ser comparado com o período de implantação dos planos regionais para o aumento das fronteiras agrícolas na região Centro-oeste, os quais tiveram início na década de 70 e acarretaram na BAT um contínuo e acelerado processo de extinção da vegetação nativa. No entanto, entre 1984 e 1994 ocorreu a maior explosão de desmatamento na bacia, sem que houvesse alteração nos programas em andamento (GALDINO et.al, 2006, p.130).

estritamente ligadas [...]. Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural” (1980, p. 91).

Amparando a análise, recorreremos a Keith Thomas que, em sua obra *O homem e o mundo natural*, analisa que histórico-temporalmente ocorreu “uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor” (1998, p. 18). Segundo o autor, as modificações foram se consolidando na medida em que a natureza estava cada vez mais subjugada, deixando de se apresentar como deletéria e de representar uma ameaça ao homem, resultando em uma natureza domesticada, mas não completamente dominada e suprimida (op. cit., p. 326).

Encontramos ideia similar em Simon Schama ao salientar que para muitos historiadores “foi o Renascimento e as revoluções científicas dos séculos XVI e XVII que condenaram a terra a ser tratada pelo Ocidente como uma máquina que nunca quebraria, por mais que o homem usasse e abusasse” (1996, p. 23). E, ainda segundo o autor, foram autores como Donald Worster dentre outros que “realizaram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria”, e, dessa maneira, através de seus estudos e pesquisas, devolveram “à terra e ao clima o tipo de imprevisibilidade criativa convencionalmente reservada aos atores humanos”, prossegue salientando que “esses escritores criaram histórias nas quais o homem não é tudo” (SCHAMA, 1996, p. 23).

Estamos diante de uma questão delicada, pois, ao analisarmos uma região em seus aspectos social, sua estruturação política, econômica, cultural e ao agregarmos nas discussões as relações entre homem e natureza, suas percepções, sua visão de mundo, a maneira como esse homem produz seus discursos no que tange ao meio ambiente, percebemos que muito do que acreditamos ser apenas elaborações discursivas sobre a natureza revelam a influência e os interesses políticos e/ou econômicos sobre a ação humana, seja direta ou indiretamente, moldando assim o meio ambiente e tangenciando a relação entre homem e natureza, suscitando a busca e a compreensão da concepção de natureza ao longo da História.

A título de exemplo, para “ilustrar” nossa assertiva, citamos um fragmento de José de Barros Neto, ao se referir aos hábitos e ao caráter do homem que habitava e conquistava os pantanais:

A necessidade instintiva de conservação do homem na sua luta pela sobrevivência, moldava-lhe leis próprias, costumes e regras especiais forjados pela criação de gado naquela região peculiar onde as condições ou o comportamento atmosférico, especialmente quanto às

precipitações, iam exigindo dele, normas de comportamento, tanto morais como de ordem física, tais como postura, andar, hábito de acocorar-se, cruzar os braços transversalmente ao peito, etc. Notava-se ainda a postura não ereta e sim, sempre apoiada em uma das pernas como a descansar a outra. Esse costume não está bem esclarecido, mas, supõe-se que seja devido ao calor, á areia aquecida pelo sol abrasador (o pantaneiro sempre andou descalço até a metade deste século) ou, segundo outros, talvez, por uma fraqueza generalizada das pernas motivada por deficiência de fundo vermitório, ou por imitação pura e simples (1979, p. 37).

Com base nesse pequeno excerto de texto, é possível percebermos como foi tecida a historicidade das práticas discursivas e econômicas e de que maneira elas se articulam e estão relacionadas aos contextos cultural, intelectual e do meio ambiente para a sequencial constituição dos pantanais, como já vinha ocorrendo, inicialmente com espanhóis, portugueses, bandeirantes, cientistas e aventureiros. A ação antrópica aliada à exploração dos recursos naturais, minerais e a introdução de espécies alheias ao ambiente e atividades como a caça, a pesca atuam como molas propulsoras para a elaboração de mitos tanto quanto para o desenvolvimento da economia e, ainda, como moeda de negociação no estreitamento de alianças políticas moldando diferentes territorialidades.

É preciso considerar igualmente que, conforme pondera Porto-Gonçalves ao escrever sobre *a globalização da natureza e a natureza da globalização*, “o controle do território coloca-se como fundamental para garantir suprimento da demanda sempre em ascensão dos recursos naturais” (2011, p. 287), que se inicia com a implantação de técnicas visando a um maior controle do espaço e, nesse controle, a tecnologia configura e constitui as diferentes territorialidades, contribuindo para a manutenção das relações sociais e de poder. Nesse caso, a existência dos recursos naturais independe da ação humana, e “não está disponível de acordo com o livre arbítrio de quem quer que seja”, e nessa perspectiva “a mobilidade desses recursos quando explorados socialmente obedece às relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 287-288).

Todas as alterações provocadas pelo processo de “colonização pioneira” com práticas de exploração incisivas, no decorrer do tempo, comprometeram os ecossistemas e a sobrevivência de algumas espécies da flora e da fauna pantaneira, gerando um desequilíbrio ecológico, comprometendo a biodiversidade, e que avaliadas como “incipientes” provocaram transformações ambientais consideráveis, mas, que inicialmente foram imperceptíveis e/ou negligenciadas pelo homem ou vistas apenas pelo prisma da conquista da natureza deletéria pelo homem. Encontramos em

*Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*⁴⁷, de Virgílio Corrêa Filho, ponderações a esse respeito quando o autor escreve:

Mas, as observações de mudanças, não raras presenciadas durante a vida de uma geração de fazendeiros, evidenciam o alteamento gradativo, embora moroso, das terras do Pantanal. Outra causa da transformação da paisagem resulta da presença do gado cujo pisoteio pouco e pouco se aproxima dos brejos, de começo inacessível. Frequentemente os rios se flanqueavam de pindaivais apaulados e as baías se orlavam de pirizais intransponíveis, que não poderiam os cavaleiros penetrar, sem o risco de serem sepultados em terreno lamacento (1955, p. 9).

O que o autor chama de alteamento gradativo das terras está associado ao processo de erosão que acumula finas camadas de detritos transportados pelas inundações provenientes da devastação das áreas. Acrescenta, ainda, ao longo de suas ponderações, que a facilidade na aquisição de terras favoreceu a formação de extensas propriedades – vencendo o temor pelas ações e investidas dos indígenas – mantendo um trabalho em conjunto cujo objetivo era saber, persuadir e conduzir homens capazes de povoar e de implantar atividades agropastoris. Fato evidenciado por José de Barros em *Lembranças*. Identificamos a fazenda Jacobina e a sub-região da Nhecolândia como exemplos de dois grandes latifúndios comandados por uma forma de administração praticamente senhoril decorrente das condições geográficas e econômicas de um governo particular que dispensava a assistência em âmbito social, ou seja, a produção agrícola, a pecuária, a extração de madeira, a caça. Alambiques, teares, alfaiates, carpinteiros fornecendo o necessário para a manutenção e o controle

⁴⁷ A obra citada fazia parte da série “documentário da vida rural”, iniciada na década de 1950, cuja finalidade era apresentar um cenário sobre as fazendas de gado no Pantanal. O objetivo principal da referida série era registrar e efetuar um levantamento sistemático sobre as condições econômicas da região em âmbito nacional, as condições tanto econômicas quanto políticas e sociais. O propósito era apresentar as características e variações na criação do gado numa área singular como o Pantanal e comparar com as demais áreas do território nacional de acordo com as condições ambientais, aliadas à formação social e à diversidade apresentada nas áreas onde se desenvolvia e se investia na pecuária. A série “encomendada” e publicada pelo Serviço de Informação Agrícola atendia os anseios do público interessado que abrange a imprensa intelectual e os técnicos, estimulando assim a continuidade da série com o objetivo de levar a “conhecer o Brasil rural” e suas condições de trabalho e de produção. É visível ao iniciar sua escrita a preocupação do autor em situar geograficamente o Pantanal, as características específicas de cada um dos pantanais e do regime hídrico e dos aspectos de cada uma das sub-regiões e sua contribuição na composição do todo. Para Virgílio Correa, foi Rondon quem devassou os segredos do Pantanal, quando na medição e na instalação das linhas telegráficas. Salientamos que apesar das condições nas quais a obra foi gestada, a mesma apresenta elementos pertinentes a nossa pesquisa.

dos empregados e sua família mantendo a propriedade em contínuo e pleno funcionamento, evitando qualquer interferência exterior ao sistema ali existente.

A desagregação de muitos latifúndios, incluindo a Nhecolândia tem seu início nos anos 1950 com a valorização das terras e com o aumento da densidade demográfica. Muitos iniciaram o processo de desagregação das terras com a morte dos “seus pioneiros” cujos herdeiros não manifestaram vontade na continuidade dos trabalhos e passaram a atuar apenas como gerentes e administradores.

No que tange às grandes propriedades que se constituíram e se mantiveram, Corrêa Filho salienta que:

Entre os descendentes dos pioneiros, já se incluem médicos, engenheiros, advogados, veterinários, agrônomos, todos empenhados em concorrer para o engrandecimento do Pantanal afamado, onde se deparam inúmeras lagoas de água salgada. Embora nem sempre morem em suas fazendas, cuidam de dotá-las de habitações confortáveis, onde possam estanciar alguns meses. Nos restantes, permanecem em Corumbá, onde constituem o grupo de grandes capitalistas, interessados nas charqueadas próximas que lhes garantam o consumo das boiadas e em outros empreendimentos industriais (1955, p. 41-42).

Trata-se de profissionais, fazendeiros e investidores para os quais o desmatamento era necessário e a extinção de espécies nativas estava associada à expansão e à limpeza das áreas para agricultura e para a pecuária; aos índices de investimento, produção e retorno; à invasão biológica nociva às espécies nativas; às pastagens artificiais; à limitação dos recursos naturais; à introdução de plantas e animais exóticos; à caça por diversão; às queimadas que aos poucos destruíram os habitats naturais, levando à extinção e ao decréscimo de muitas espécies. Essa era a forma de “engrandecer o Pantanal”. Conforme citado, mesmo que em reduzidas proporções, trata-se de

capitalistas litorâneos que afluem para aquelas paragens, decididos a povoá-las de gado diferente, sem desprezar as exigências da vida confortável a que se acham azeitados. Constroem com capricho as sedes das fazendas, dotadas de pistas para avião, e de harmonia com os vizinhos da mesma procedência, estendem os fios telefônicos de intercomunicação, que lhes suavizam a permanência no Pantanal, quando porventura lá se encontrem em visitas rápidas ou mais demoradas (CORRÊA FILHO, 1955, p. 43).

É possível identificar na obra de Virgílio Correa elementos concernentes à análise de que a partir dos anos de 1950 não se fala mais em ocupação dos pantanais

e sim da sua utilização enquanto uma área produtora de dividendos e investimentos em detrimento de seus ecossistemas.

Sendo o próprio autor – Virgílio Corrêa Filho –, o artífice de obras que compunham uma coleção que retratava pormenorizadamente os pantanais em todos os seus possíveis ângulos de visão, o autor, por solicitação do Conselho Nacional de Geografia, publicou em 1946 a obra *Pantanais Matogrossenses [sic] (Devassamento e ocupação)* constituindo o terceiro livro do autor para a coleção da Biblioteca Geográfica Brasileira e a obra *Fazendas de Gado no Pantanal Matogrossense [sic]*, publicada em 1955, por solicitação do Serviço de informação Agrícola.

Em ambos os casos, a pretensão era divulgar pesquisas pelo crivo colecionista, estabelecendo uma pretensa história das diferenças nacionais, agregando e aproximando regiões vistas como “desconhecidas” e portadoras de contradições e de especificidades como na cultura, na natureza, na constituição dos espaços, na economia, na política, que não seguindo uma fórmula de ordenamento, dificultava a constituição de uma identidade de uma história, em que, de certa forma, a natureza delineava e tangenciava as particularidades da cada região formando um conjunto cujos elementos diferiam entre si, mas que somados constituíam o mesmo território evidenciando as discrepâncias internas do país. Para sanar essas dificuldades, a proposta era de reunir e produzir documentos que propiciassem uma leitura do país e, ao mesmo tempo, estabelecer uma classificação das potencialidades de cada região, a fim de possibilitar conhecer e investir em relações comerciais e de comunicação, bem como preservar e enaltecer o feito de seus filhos ilustres e formar uma coleção que contemplasse todos esses anseios e, ainda, fazer o inventário dos grupos indígenas.

Trata-se da elaboração de ampla informação e de referenciais que, além de classificar e explorar os aspectos da agropecuária, mineração, engenhos, sítios, fazendas, alcançava em sua abrangência aspectos peculiares das atividades do meio rural, o trabalho, a cultura. Aspectos esses ligados à expansão econômica que suscitava a abertura de áreas cada vez maiores para produção e “domesticação” da natureza.

Para um melhor entendimento, recorremos a Porto-Gonçalves. Segundo o autor,

as fronteiras, os limites territoriais, se colocam como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará relações de pertencimento e estranhamento (um nós e um eles) assim como

relações de dominação e exploração através do espaço pela apropriação/expropriação de seus recursos (2011, p. 288).

A Amazônia e as florestas do Mato Grosso funcionavam como um chamariz para novos empreendimentos que contemplavam a extração de madeiras, o preparo do solo para o plantio em larga escala e o Pantanal acenava com a possibilidade de grandes dividendos oriundos da criação de bovinos, recebendo investimentos e contribuindo para as exportações com a produção da carne e seus derivados. Investimentos que associados à ferrovia Noroeste do Brasil (Foto 6) articulavam a circulação de mercadorias e pessoas e o escoamento de produtos, elevando gradativamente os índices de investimentos e produção. Alavancando assim a incorporação de novas áreas para a pecuária, sendo que na região de Corumbá o capital estrangeiro perfazia grande parte dos monopólios produtores e comerciais (BORGES, 2001, p. 79).

Foto 6 – Porto de Ladário – Ramal Ferroviário da NOB (1960)



Fonte: Tadeu Martinez em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 03 de maio de 2015 com a seguinte legenda: Porto de Ladário e ramal ferroviário da NOB – 1960.

Cabe aqui a ressalva feita por Queiroz (2011) sobre a construção da Noroeste do Brasil. Para o autor, sua construção ligava definitivamente “o litoral atlântico brasileiro aos confins do Extremo Oeste”, com seus trilhos chegando até Porto

Esperança, mas não em Corumbá, conforme previsto, representava e assumia no trecho sul-mato-grossense “um sentido predominantemente político-estratégico, tanto que foi assumida desde o início pelo governo federal [...]”, ou seja, configura-se como a construção “de um caminho literalmente produzido em função de uma fronteira” (2011, p. 130). A finalização da construção da NOB se dá em 1950, quando seus trilhos chegam até Corumbá e seguiram até Santa Cruz de La Sierra na Bolívia; seguindo também um ramal até Ponta Porã fronteira com o Paraguai, consolidando dessa forma seu papel político-estratégico e reforçando “a integração do Extremo Oeste ao mercado nacional brasileiro” (QUEIROZ, 2011, p. 131).

Os discursos produzidos nos anos de 1940-1960 seguiam e acenavam com otimismo, portavam simbolismos, defendiam e emolduravam o nacionalismo com cargas consideráveis de representações sobre um processo político-econômico moderno e inovador, atendendo os anseios de diversos grupos inseridos nesse círculo e que visavam a uma expansão das fronteiras produtivas, de forma intensa no Norte e Centro-Oeste brasileiros, marcando assim um espaço histórico e que com estratégias políticas construíram através de discursos a expansão das fronteiras agrícolas.

O inexplorado território do Mato Grosso, que até os anos de 1950 não apresentava grandes e expressivas transformações, tem no processo de intensificação da venda de terras devolutas e nos contratos de exploração e colonização resultados benfazejos para sua economia fortalecendo também sua política na qual as dificuldades de comunicação e de transporte estimularam o improvisado de redes de comunicação justificadas pela ambição postulada na produtividade do solo e no desenvolvimento econômico do estado. Nos pantanais, a fragmentação das grandes propriedades resultava no acesso a cada vez mais extensas e propícias áreas que se multiplicavam consideravelmente tais quais os títulos de concessão conferidos ou circunscritos a um pequeno número de requerentes, na flagrante desproporção da área concedida.

A ocupação dos espaços ociosos aparecia nos quadros políticos ancorados pelas posições políticas e ideológicas que visavam à construção da segurança interna nas fronteiras pelas vias da colonização e da ocupação com vistas ao desenvolvimento econômico e o fortalecimento da economia nacional. Para Arruda, “esta forma de explicar o país recorre a elementos que foram utilizados no século XIX, que continuam presentes no século XX, para definir a ‘essência’ do que seria o Brasil. Destes, a natureza foi o recurso mais utilizado para caracterizar a identidade nacional” (2000, p. 18).

A consolidação e a fixação do homem na região estavam associadas às iniciativas do governo do estado que respondia com a construção de estradas formando uma rede de rodovias que interligavam gradativamente os municípios como também ligava o estado a outras regiões do país. Investimentos na pecuária com o cercamento de propriedades, a construção de estábulos e a melhora do rebanho aliado ao fomento agrícola federal resultavam na perspectiva de fazer do Mato Grosso o novo celeiro de grãos do Brasil e o maior produtor de carne para exportação, posto que o governo estivesse investindo incondicionalmente no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste onde os pioneiros e colonizadores facilmente encontraram um ambiente propício e promissor para dar continuidade às suas atividades laborais. Em conformidade com Esselin, “há uma tendência generalizada entre os integrantes das camadas médias da sociedade de comprar terras e bois. Quer com isso ganhos e ascensão social, uma forma de status que a pecuária garante” (2011, p. 11).

Novamente, estamos diante de um quadro de discursos, nada inocente, que se mantém e atua como construtor de uma imagem em diferentes momentos históricos, precedendo um ponto de vista cuja abordagem modela uma região e imagens manejadas que em muito “têm a ver com a construção desses discursos e com a forma como eles expressam a relação do homem com a natureza, com o meio ambiente. Eles revelam, ao mesmo tempo, a dualidade paraíso inferno, que de alguma maneira está presente em toda discursividade” (PIZARRO, 2012, p. 35).

É preciso uma criteriosa reflexão sobre alguns aspectos delineadores da planície pantaneira nas últimas décadas do século XIX até meados do século XX. Reflexões e análises sobre aspectos que envolvem tanto as transformações ambientais quanto a inserção de atividades econômicas como a agropecuária. Outro aspecto a ser considerado quando analisamos a composição modeladora dos ecossistemas e, conseqüentemente, da paisagem nos pantanais, é a de que nas últimas décadas, muito se tem falado sobre a progressiva exploração ambiental e a importância das intervenções tanto públicas quanto privadas para a preservação e a manutenção dos biomas. O que significa dizer que “a ideia de bioma unifica um conjunto de ecossistemas que tem identidade física e ecológica” e conseqüentemente “cada bioma, na verdade, constitui um mosaico de ecossistemas” (PÁDUA, 2009, p. 122). A capciosa exposição dos ecossistemas da planície pantaneira, nos anos 1960, oriunda de uma política desenvolvimentista estimulando sua ocupação vinculada aos deslocamentos que estabeleceram novas formas de ocupação social e espacial no Centro-Oeste do Brasil revelava uma ação antrópica que desvendando diferentes

espaços, expressões simbólicas e culturais, modificou e formatou as paisagens em função da economia.

Como os biomas estão interligados, as mudanças ocorrem não apenas no bioma Pantanal, elas estão concatenadas com a situação histórica de cada um dos biomas brasileiros que sofreram uma violação acentuada oriundas das pressões da antropização, que, por sua vez, está ancorada nas estruturas organizacionais que definindo o grau de intensidade de suas ações também pode definir vínculos e identidades com o meio ambiente em questão e, portanto, “não apenas a economia, mas também a memória dos indivíduos e dos grupos sociais está relacionada com o ambiente vivido. A paisagem é o elo necessário entre sociedade e natureza” (PÁDUA, 2009, p. 126).

Como negar a pertinência da assertiva de Schama quando este escreve sobre a permanência dos mitos da natureza revisitados histórica e temporalmente e, segundo o autor, “é claro que os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos”. Prosseguindo, o autor salienta que “a identidade nacional [...] perderia muito de seu fascínio feroz sem a mística tradição paisagística particular: sua topografia mapeada, elaborada e enriquecida como terra natal” (SCHAMA, 1996, p. 26), elementos constituintes da tradição e da história. Buscamos amparo para nossas análises em Sachs, quando escreve que “o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural” (SACHS, 2002, p. 32).

Para Icleia Vargas (2006), foi após a década de 1960 que o Pantanal passou a ser visto como uma região rica em sua biodiversidade e quando muitas práticas adotadas para o desenvolvimento de atividades econômicas passaram a ser questionadas. Há um redirecionamento de olhares que buscam uma nova reconfiguração de mitos na gestação de uma simbiose perdida, de simbologias e de representações, que posteriormente seriam lapidadas e comercializáveis pelo turismo.

Os anos de 1950-1960 foram vistos como de grandes mudanças e com o retorno de Vargas ao poder vem a proposta e a perspectiva da “criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento econômico” que figurava como um grande impasse para a industrialização do país. A perspectiva política era olhar para dentro do Brasil reforçando o papel das empresas públicas, bem como o fortalecimento de empreendimentos vistos como estratégicos para uma economia capitalista que, para além de captar recursos privados com incentivos aos investidores, devia gerar

confiança na economia e, para isso, era preciso “criar áreas novas na burocracia para geri-las de forma ágil e isolada das pressões políticas”, pois de fora viriam os empréstimos públicos e privados, a tecnologia e os investimentos diretos ou indiretos para áreas consideradas prioritárias pelo governo (LEOPOLDI, 1994, p. 161-162). Os moldes para a implantação dessa infraestrutura não apresentavam nenhuma novidade, apenas aparavam as arestas seguindo os mesmos modelos políticos organizacionais aplicados desde o século XVII, com vistas ao alcance do progresso e modernização – conforme analisado por Pádua no que tange aos riscos e às oportunidades dos biomas brasileiros – que se iniciam com a monocultura da cana, do algodão e do café e mais uma vez “o mito da natureza inesgotável, relacionado à existência concreta de uma fronteira florestal aberta ao avanço da ocupação econômica, estimulou o estabelecimento de formas descuidadas e parasitárias de tecnologia de produção” (PÁDUA, 2009, p. 130).

A proposta da independência econômica e financeira do país alicerçada em estratégias de incentivo à produção e à industrialização, deixando claro qual era o lugar do Estado, do capital privado e do capital estrangeiro em setores prioritários como energia, exploração do petróleo, refinarias e usinas hidrelétricas concatenadas com o desenvolvimento da agricultura, da industrialização de alimentos, fertilizantes e maquinários. A proposta de uma industrialização vertical, nesse caso com Vargas, dependia do estabelecimento de relações internacionais para a obtenção de empréstimos e de recursos para modernização como equipamentos e créditos para a infraestrutura em áreas prioritárias para o governo, bem como a obtenção de trocas comerciais e assistência técnica.

É notório e inegável que a criação da Comissão Mista Brasil-EUA, em 1950, que ficou sob os cuidados do Ministério da Fazenda e tinha por finalidade produzir trabalhos e estudos visando ao reaparelhamento econômico com recursos do Banco Mundial e a posterior criação do BNDE (Lei nº. 1626, de 20 de junho de 1952), estava estreitamente ligada à obtenção de matérias-primas estratégicas pelos EUA e a obtenção de assistência técnica em seu processo de industrialização pelo Brasil (LEOPOLDI, 1994, p. 167-169). Nos anos de 1950, o foco central de todos os debates orbitava em torno do processo de desenvolvimento econômico do país e o envolvimento do estado se dava nos setores culminantes para a aceleração do processo como nas áreas de produção de combustível, alimentos, energia e transporte, que constantemente emergiam como pontos de estrangulamento, retardando o processo expansionista industrial.

Nesse emaranhado de ações e de propostas, mais uma vez, “os complexos biomas brasileiros não foram valorizados em toda a sua potencialidade, mas considerados, em geral, como obstáculos ao desenvolvimento da economia e da civilização” (PÁDUA, 2009, p. 131). As prioridades estavam centradas na manutenção do nascente mercado internacional subsidiado com a exploração dos recursos naturais em escala ampla e abastecimento irrestrito.

A adoção de um modelo de produção euro-americano trouxe o aumento da produtividade, mas, em contrapartida, a utilização de agroquímicos sem o devido conhecimento dos ecossistemas acarretou danos observáveis em longo prazo como o empobrecimento dos solos, o decréscimo e a extinção de espécies concatenadas com a crescente e dependente utilização de biocidas com altas taxas de toxicidade na produção de grãos. Intensificação essa que ocorre nos anos de 1960 com recursos e subsídios governamentais, como meta para elevar os índices de produção e de dependência financeira.

O projeto modernizador implantado nos anos de 1970 entra em uma fase de gerir, produzir e circular em grande escala toda a produção cujo padrão regulador adere a mais tecnologias, produtos e insumos, políticas agrárias específicas que impulsionando a produção empurravam produtores/investidores para áreas rentáveis e de baixo custo. Áreas como as encontradas no Norte e no Centro-Oeste que apresentavam uma vegetação de cerrado, solo pobre, utilizadas somente pela pecuária extensiva, mas que poderiam ser facilmente adaptáveis e incorporadas ao agronegócio contribuindo na expansão das fronteiras agrícolas e econômicas. Estratégia adotada pelo governo brasileiro como fórmula para a ampliação da produção aliada à migração, especialmente de paranaenses, paulistas, mineiros e gaúchos na abertura de áreas do Centro-Oeste para a produção da soja, que se adaptou facilmente ao solo e ao clima do planalto e do cerrado, bem como do milho e da braquiária.

Para o mesmo período, a crise do petróleo exige a adaptação e o uso de tecnologias e de estratégias para o escoamento e a circulação dos produtos e, em 1975, o POLOCENTRO proporciona a viabilização dos recursos necessários e das condições para a manutenção de uma agricultura competitiva no planalto cuja área plantada atinge o patamar de 84% e a produção da soja supera índices chegando a 106%, conforme o censo agropecuário do IBGE de 1970-1980. Nos pantanais, as pastagens cultivadas passaram de 11 milhões para 29 milhões de hectares em 1980, resultado da introdução da brachiaria em substituição à vegetação natural, adentrando num crescente processo de desgaste da vegetação natural.

Nos anos de 1980-1990, a ocupação do planalto e adjacências atinge proporções elevadas baseada no modelo capitalista do uso de recursos naturais com vista apenas para o interesse econômico-financeiro almejando a globalização, que de acordo com Pádua vinha ao encontro de uma

enorme ilusão ideológica presente na noção de que o mundo está se “globalizando”. O que é chamado de globalização de fato corresponde ao modo de vida de 20% a 40% da população mundial. O comércio global, a internet, os avanços tecnológicos são apropriados por essa minoria, apesar de modificar o conjunto do ambiente global, degradando o ambiente de toda a humanidade. É fundamental lembrar que pelo menos 40% dos seres humanos estão totalmente alijados do padrão de vida dito “globalizado” (PÁDUA, 2005, p. 182).

A política agrícola de 1960-1980 visava somente o mercado externo de grãos, a especulação agrícola e a monocultura, gerando a simplificação dos ecossistemas pelo desconhecimento da vulnerabilidade e da diversidade destes resultando em uma degradação ambiental com danos irreversíveis pela prolongada utilização de agroquímicos, além dos conflitos sociais pela posse da terra. O Pantanal se tornou o palco de intensa expansão econômica que, no amplo processo de globalização, integra a economia mundial e desperta tardiamente para a conscientização e a manutenção do equilíbrio ecológico e da preservação do bioma, herdando o ônus da modernização – o desequilíbrio ecológico de seus ecossistemas.

É possível observar que houve um redimensionamento da economia e do sistema produtivo no estado cujas ações estavam voltadas especificamente para a pecuária na planície pantaneira. É mais que evidente que os “novos” proprietários que chegaram ao Pantanal, trazendo grandes investimentos, aparelhamento e renovação do rebanho, sedes construídas que abrigavam em seu interior a parte administrativa com pistas de pouso, facilidade nas comunicações, no transporte com uso de aviões monomotores (Foto 7) e nas técnicas de produção, desfrutavam de benefícios concedidos pelo estado que norteavam as taxas e os impostos.

Foto 7 – Alcyr de Barros Rondon com seu Cesna 140 – Fazenda São Roque



Fonte: Geraldo Albanezze em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto postada em 09 de maio de 2015 com as seguintes informações de Roberto Rondon Kassar: Fazenda São Roque Pantanal do Rio Negro, na foto Alcyr de Barros Rondon.

Reformam-se propriedades mantendo-se as características iniciais dos grandes latifúndios – posto que mesmo a divisão e/ou desagregação geram grandes propriedades – seja através da compra e venda ou judicialmente por posse. Ribeiro registra que para as décadas de 1940, 1950 e 1960, o Pantanal era portador do status de grande curral e que

ali adquiriram propriedades grandes personalidades do mundo econômico, tais como: Sebastião Camargo, da Camargo Corrêa, uma das maiores firmas de engenharia nacional; Sebastião Paes de Almeida, o rei do vidro plano; Luiz Antonio de Barros, sobrinho de Adhemar de Barros; Tião Maia, do Frigorífico T. Maia; um grupo da antiga Cruzeiro do Sul; e assim muitos outros, até o presidente João Goulart. Um grupo francês e um alemão da Krup; Lancia, italiano fabricante na Itália dos carros Lancia. Sem contar os grupos Laucídio Coelho e Etalvío Pereira, verdadeiros marcos da pecuária matogrossense; bem como inúmeros fazendeiros de São Paulo, grandes expoentes da pecuária, que também sentiram orgulho em se tornar pantaneiros (1984, p. 20-21).

Já nos anos finais de 1940 e anos iniciais de 1950, Corumbá e demais sub-regiões do Pantanal contava com propriedades bem acima de 10.000 ha com um retorno cada vez maior de lucros. Emerge um novo tipo de pantaneiro, “aquele que vem de fora” e ser pantaneiro se torna um “status”, sinônimo de figura exponencial na pecuária. Nesse período, o Pantanal não atraiu tão somente os grandes capitais, atraiu também a atenção de fotógrafos e aventureiros que comercializavam suas

imagens atraindo cada vez mais curiosos investidores e caçadores, fomentando ainda mais um processo de desequilíbrio ecológico.

Para com o rebanho, a preocupação estava centrada na falta ou excesso de água, dois extremos que geravam prejuízos para os investidores. Em caso de enchentes, o isolamento resultava em perdas caso o gado fosse conduzido a campos elevados e secos. Nas secas, as cercas de separação atuam como empecilhos ao acesso à água levando à inanição, situação que exigia que o rebanho fosse conduzido até os rios e as baías, que, demasiados secos, sofrem com a ação do pisoteio comprometendo a fácil absorção da água nos períodos das enchentes. A construção de poços artesianos, açudes e barragens auxiliam na manutenção e na saciedade dos bovinos, em contrapartida alteram consideravelmente a cadeia hídrica e o funcionamento dos ecossistemas, da paisagem pantaneira com os desvios de canais e os assoreamentos permanentes.

Cabe aqui ressaltar que as pesquisas realizadas por Sérgio Galdino – Embrapa Pantanal – demonstram que, em 1976, a área desmatada na Bacia do Alto Paraguai era de 10.804 km² o que corresponde a 4,83% de sua área total. No entanto, a partir da década de 1970, com recursos obtidos de incentivos fiscais do governo, assim como pelos programas⁴⁸ POLOCENTRO⁴⁹ e POLONOROESTE⁵⁰, ocorre um

⁴⁸ Após o golpe de 1964 e com a ampliação do papel do Estado na organização, exploração e ocupação de territórios, vários programas são criados e efetivados: Polonordeste; Poloamazônia; Polocentro; Polonoroeste; PIN; Proterra e, em sua maioria, estavam vinculados às Agências de Desenvolvimento Regional como SUDENE, SUCAM e SUDECO, SUDESUL.

⁴⁹ O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), instituído pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29/01/1975, tinha por objetivo a promoção, o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste do Brasil e foram escolhidas 12 regiões com potencial agrícola. Através do programa, obtinham-se assistência técnica, pesquisa, crédito, financiamentos, ampliação da infraestrutura, apoio ao transporte, armazenamento, energia com crédito oferecido com vantagens e condições que atendiam aqueles dispostos a cumprirem suas exigências e seus objetivos para prosseguirem na expansão e na abertura de novas áreas para produção, acelerando os investimentos com taxas especiais para áreas em fase de crescimento tanto da área cultivada quanto da produtividade, com ênfase para a produção de grãos. O programa teve um importante papel na expansão da capacidade de armazenamento, sendo que em Minas Gerais incorporou 177 mil toneladas; em Mato Grosso o total de 86,4 mil; Mato Grosso do Sul foram 114,2 mil toneladas, cujos recursos foram repassados a fundo perdidos para a Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM e suas congêneres estaduais: a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG; para a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso – CADEMAT; para a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás – CASEGO; e para a Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul – AGROSUL. A meta do POLOCENTRO era a de integrar no período de 1975-1980 o total de 3,7 milhões de ha do cerrado com lavoura, pecuária e reflorestamento.

O desenvolvimento das pesquisas ficou a cargo da EMBRAPA e congêneres: Em Goiás pela EMGOPA, em Mato Grosso pela EMPA-MT; EM Mato Grosso do Sul pela EMBAER-MS; EM Minas Gerais pela EP AWG. O destaque das pesquisas recaía sobre a soja para exportação, em segundo plano para as culturas como arroz, milho e feijão com foco no mercado interno. A introdução de máquinas e insumos como adubos químicos e agroquímicos como pesticidas e

redirecionamento do sistema produtivo cujas ações se voltaram para a agropecuária e o resultado apresentado é de uma área de desmatamento que corresponde a 46,22%, ou seja, 103.305 km² de área desmatada no planalto, que no período das inundações tem seus sedimentos carregados pelas águas chegando até os pantanais.

Essas observações são pertinentes e servem para mostrar que a partir de 1960, se por um lado ocorre um impulso considerável no processo de industrialização da agricultura, resultando na constituição de complexos industriais que expandiam ainda mais o setor agropecuário e conseqüentemente a aquisição e a preparação de áreas agricultáveis aliadas ao crescimento do mercado de bens de consumo, alimentos e matérias primas, gerando um aceleração na demanda de produtos, especialmente a partir de 1970, com um aumento do crescimento e de demanda, tanto horizontal quanto vertical da produção do planalto, de grãos e dos rebanhos nos pantanais, por outro lado, o processo de modernização da agricultura não se processa de forma igualitária, uma vez que a base de desenvolvimento não estava alicerçada nos aspectos histórico-temporais das diferentes regiões, suas desigualdades e sua inserção no processo de industrialização e em que medida atendia os processos de demanda.

Fato que constatamos no plano de metas apresentado pelo Ministério do Interior através do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste ressaltando que

O desenvolvimento do Centro-Oeste traz em seu bojo expressivas desigualdades intra-regionais, que se manifestam demográfica e sócio-

herbicidas exigiu uma soma considerável de recursos financeiros, fato que restringiu seu uso apenas pelos agricultores capitalizados. Em contrapartida com uma taxa de juro inferior a do mercado, o crédito rural subsidiado amparou a mecanização da agricultura com prazos de amortização de 12 anos com período de carência de aproximadamente 6 anos. A condição exigida do agricultor para a liberação dos recursos era a escritura de posse da terra. Cf. FERREIRA, Ricardo José Fonseca. A Atuação do POLOCENTRO e O Desenvolvimento Regional. In Fundação João Pinheiro, 15 (5,6). Belo Horizonte, maio-agosto/1985.

⁵⁰ O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi criado pelo Decreto nº. 86.029, em 27 de maio de 1981, para o período de 1981-1985, compreendendo a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, abrangendo o oeste e o noroeste do estado de Mato Grosso (municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cáceres, Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, a parte a Oeste do rio Roosevelt, no município de Aripuanã) e o Território Federal de Rondônia. Entre seus objetivos estavam a integração nacional, a ocupação demográfica, o aumento da produção, a redução das disparidades regionais, o desenvolvimento em harmonia com a preservação do meio ambiente e a proteção das comunidades indígenas, a consolidação de uma rede de estradas vicinais e a reconstrução e a pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho; a implantação e a consolidação de projetos integrados de colonização e assentamentos e da regularização fundiária; apoio à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito, ao armazenamento e à comercialização da produção. O Ministério do Interior através da SUDECO ficou responsável pela administração do Programa, articulado com a Secretaria de Planejamento, o Ministério dos Transportes, o Ministério da Agricultura e os demais ministérios envolvidos no Programa e nos governos de Mato Grosso.

economicamente. Esse processo é resultante do próprio papel exercido até o momento pela região, na economia nacional, que é a de fornecedora de bens primários para as áreas mais dinâmicas do país, de forma fundamentalmente complementar ao desenvolvimento das atividades produtivas ali instaladas (1980, p. 10).

A aquisição e a incorporação de novas áreas se davam através de incentivos fiscais e de créditos subsidiados com taxas e prazos atraentes⁵¹ e, na maioria dos casos, esse aceleração na abertura de novas áreas comprometeu as áreas de savanas e as chamadas áreas estacionais no baixo Paraguai, onde surgem novas pastagens e áreas para cultura da soja, revelando um desmatamento crescente e as extensas áreas de campos nativos começam a ficar totalmente inundadas a partir das enchentes de 1974, e como consequência reduz-se a oferta de pastagens para os rebanhos levando a novos desmatamentos e à implantação de novas pastagens.

O aumento da precipitação média e o aumento das áreas inundáveis comprometem o desenvolvimento da atividade principal desenvolvida na região – a pecuária. Tais apontamentos nos conduzem as análises de Silva (1995), quando este salienta que os períodos de inundações são utilizados por muitos fazendeiros e pecuaristas como moeda de negociação com o governo para prorrogação e refinanciamentos de dívidas com bancos estatais, alegando a perda total do rebanho com as enchentes que “têm sido, pelo menos nas últimas décadas, o argumento para criar políticas públicas que são formuladas desconhecendo o funcionamento dos diferentes ecossistemas existentes no Pantanal” (GALDINO et. al., 2002).

Nessa perspectiva, encontramos no Jornal “Folha da Tarde”⁵² de março de 1974 a reportagem que transcreve a reivindicação de Paulino Lopes da Costa, pecuarista e deputado federal, representante do estado no Congresso e membro da Comissão da Agricultura e Política Rural na Câmara dos Deputados, que solicita ao Ministro da Agricultura que sejam atendidas suas sugestões para o “aproveitamento do complexo do Pantanal Mato-Grossense” que conforme pontua possui cerca de “8 milhões de bovinos” e esse número poderá dobrar em 6 a 8 anos caso receba os incentivos necessários.

Entre as sugestões apresentadas pelo deputado constavam: um estudo completo e abrangente do Pantanal, análise do solo, estudo socioeconômico, levantamento botânico, comercialização do rebanho e construção de frigoríficos;

⁵¹ É preciso ressaltar que nas décadas de 1970-1980 o Brasil enfrenta altos índices inflacionários elevando os subsídios aos proprietários e as garantias incidia sobre a posse (ESCRITURA) das terras.

⁵² Jornal Folha da Tarde, Corumbá, MT; segunda-feira, 25 de março de 1974. Ano XV nº. 4.416.

aumento da produção, melhoramento do rebanho, racionalização do pastoreio com técnicas e orientação aos produtores, melhoria das pastagens com base na produção de bezerros que com vegetação nativa chegava a 50% e com pastagens melhoradas chegava a 80% com custo muito baixo, registrando o inverno de 1973 como o mais rigoroso e seco dos últimos anos; na comunicação e transporte, uma rede viária imediata, dragagem do rio Paraguai, adaptação dos navios boieiros do Serviço Nacional e da bacia do Prata para o transporte em dobro de animais, aquisição de locomotivas e vagões para a Noroeste, construção de bebedouros e perfuração de poços semiartesianos nos postos de embarque, capacitação e melhoria dos salários dos empregados da Noroeste e remodelação do ramal Corumbá-Ladário perfazendo uma distância de 7 km; estudos para viabilizar uma linha de crédito exclusiva para pastagens com prazo de 6 anos e carência de 2 anos; instalação de uma escola agrícola em Corumbá com diretrizes voltadas para a pecuária; criação do Conselho de Desenvolvimento do Pantanal (CODEPAN) cuja finalidade consistiria em falar das possibilidades de um futuro brilhante no Pantanal que “com esforço heroico do homem do Pantanal que muito tem dado ao governo e em troca quase nada tem recebido”, afirmava Paulino Lopes da Costa.

As sugestões e/ou itens elencados na solicitação de Lopes da Costa tinham, não podemos negar, similaridade com as propostas, os objetivos e as finalidades para os quais veio o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), atendendo o interesse de uma minoria desconsiderando toda a organização socioestrutural das pequenas populações, que dependentes de atividades como a pesca, sofrem as consequências de tais mudanças e paulatinamente são empurradas para fora do seu lócus. Lembrando ainda que em agosto de 1970 consta nota sobre o primeiro comício de Lopes da Costa como candidato a deputado federal pela ARENA, cujo lema adotado pelo candidato era “experiência e dinamismo a serviço de sua terra”.

As transformações e as propostas dos programas de incentivos do governo para a agricultura na década de 1970 estavam concatenadas com a proposta de uma Revolução Verde para apregoar e incentivar o desenvolvimento agrícola internacionalmente. As ações e as consequências advindas ficaram estampadas nas paisagens drasticamente remodeladas pelo desmatamento e pelo êxodo causado, acarretando uma gama de consequências ainda maiores na economia e na política, sem desconsiderar a cultura.

Segundo Warren Dean,

durante a década de 1970, a escala e velocidade dos projetos de desenvolvimento do governo militar atingiram o clímax que não resultou apenas em crise econômica, mas também em uma tempestade conjunta de desastres ambientais, desacreditando sua propalada preocupação com a segurança nacional (1996, p. 307).

A tecnologia desenvolvida e empregada na agricultura em larga escala, em grandes áreas de cultivo que marcavam os latifúndios, gerava produção condizente com os recursos empregados, no entanto, as exigências do mercado e do acréscimo da produção necessitavam de mais solos para o cultivo e para o aumento das pastagens e de áreas cultiváveis, desencadeando um processo de desmatamento sem precedentes que passou a atuar como agente das mudanças.

A degradação ambiental acelerada está vinculada ao carreamento de sedimentos e ao uso excessivo de produtos altamente tóxicos como pesticidas amplamente utilizados como recurso no controle de pragas e na obtenção do aumento da produção de grãos. Com a erosão do solo e as chuvas, os rejeitos e os resíduos dos produtos são carregados pelas águas contaminando rios, córregos e baías afetando toda a vida aquática, comprometendo a sobrevivência de muitas espécies de peixes e plantas. As transformações projetadas têm suas implicações seja na alteração drástica das paisagens como também econômica e culturalmente atingindo as populações locais dos pantanais.

O Pantanal passou a receber toda a descarga de pesticidas e de inseticidas utilizados para a contenção de pragas e de doenças e a fração dos resíduos oriundos da erosão dos solos, fator causador do assoreamento de muitos rios, foi moldando paisagens, tornando-se de certa maneira um subterfúgio para a obtenção de maiores investimentos cuja moeda de troca passou a ser as águas. Como base da argumentação, buscamos novamente respaldo nas análises propostas por Pádua, pois este analisa que o bioma do Cerrado tem uma relevante e significativa importância hidrológica onde a geologia e a vegetação aliada à quantidade de nascentes contribuem para cinco grandes bacias hidrográficas, sendo elas: Amazônica, Tocantins-Araguaia, Atlântico Norte-Nordeste, São Francisco, Atlântico-Leste e Paraná-Paraguai (2009, p. 134).

Se por um lado até meados do século XX a taxa de ocupação do Cerrado não era demasiado densa, a partir dos anos 1970 implantaram-se projetos “que modificaram radicalmente a paisagem da região” que se tornou “uma grande fronteira destinada à produção de grãos para exportação, principalmente milho o arroz e, nos últimos anos, de forma dominante, a soja” (PÁDUA, 2009, p. 136). O que resta nessa contabilidade desigual são solos esgotados e erodidos no Cerrado e no planalto que

exigem maiores aplicações de fertilizantes e agroquímicos, exigindo tecnologia de ponta. A expansão das fronteiras agrícola e agropecuária deixa marcas indeléveis nos ecossistemas combinados com problemas econômicos, ampliando ainda mais as desigualdades sociais, fortalecendo uma política de investimentos nucleares em detrimento da manutenção das populações ribeirinhas e periurbanas dos pantanais e se não bastasse, a compactação, o empobrecimento e a desertificação dos solos resultam em impactos ambientais que somados afetam toda a cadeia hídrica dos pantanais. Na assertiva de Eurípedes Funes⁵³:

A região do cerrado brasileiro, em particular o centro-oeste, se configura como o celeiro do país. O agronegócio e a agroindústria fazem girar a máquina do setor produtivo, estruturado no latifúndio e fundamentado na pecuária de corte, na lavoura extensiva de algodão, cana de açúcar (etanol) e, em especial, da soja. Para fazer girar esta máquina os impactos ambientais são incalculáveis (2015, p.4).

Gera-se um desequilíbrio para os ecossistemas que não respondem as repetidas agressões. As constantes modificações das paisagens originam graves problemas no que tange à manutenção das características específicas dos ecossistemas, fator que recai de forma massiva no bioma que passa a apresentar características desérticas e de erosão eólica, como resultado das ações aplicadas que vão literalmente desaguar nos pantanais, tornando suas águas cada vez mais poluídas e contaminadas por biocidas, expondo a vulnerabilidade da vida aquática.

Em resumo, o aumento na produtividade associado à combinação de tecnologias para a recuperação dos solos e das pastagens promove a remoção e também o acúmulo de resíduos que se por um lado carregam nutrientes, por outro lado promovem e comprometem a sobrevivência de muitas espécies.

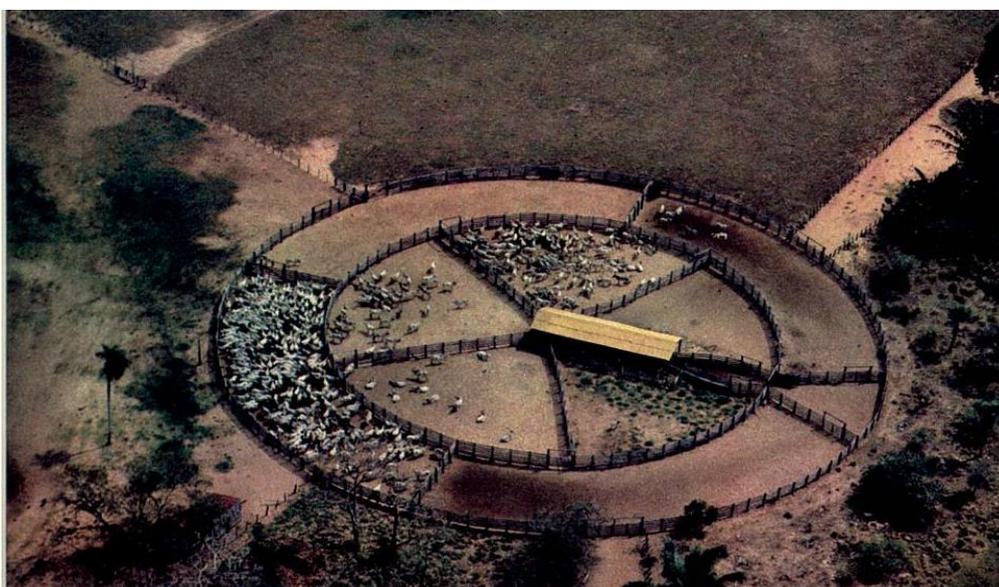
No que diz respeito às características específicas, salientamos que estamos acostumados com imagens das águas do Pantanal e pouco lembramos que estas se constituem como franjas para as cordilheiras que abrigam figueiras e ingazeiros, jenipapos e novateiros que alinhadas acompanham rios e corixos. Há ainda paisagens compostas por campinas, sem árvores, apenas arbustos ou matas densas que abrigam timbós, aroeiras, angicos, piúvas, além de palmeiras de variadas espécies como o carandá e o acuri sem nos esquecermos dos aguapés, formando desse modo

⁵³ Texto apresentado pelo autor em Diálogos Contemporâneos, mesa intitulada "Meio ambiente e história: olhares transdisciplinares" no XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. Texto gentilmente cedido pelo professor Eurípedes Funes da UFC.

um mosaico integrado de paisagens (Ab' Saber, 2006) exposto a toda sorte de impacto ambiental.

Como consequência da redução das áreas florestadas, ocorrem mudanças e/ou alterações nos ciclos hidrológicos que vão afetar diretamente o equilíbrio do meio ambiente, resultando em imensas áreas de pastagens que dobraram seu tamanho entre os anos de 1970-1990. É o caso do Pantanal do Paiaguás e da Nhecolândia que atingem uma área de 246.740 ha de área desmatada para formação de pastagens (SILVA et. al., 1992). Foi também na fazenda Guanandi na sub-região da Nhecolândia que foi implantado o primeiro curral australiano (Foto 8), um cercado redondo com subdivisões, capaz de abrigar uma boiada de 3 (três) mil cabeças, facilitando a classificação do rebanho, sendo o modelo adotado por muitos pecuaristas.

Foto 8 – Curral Australiano – Fazenda Guanandi (1970)



Fonte: Veja. Edição n. 787 de 05 de outubro de 1983.

Encontramo-nos diante de uma questão ambígua, pois ao mesmo tempo em que se aceleravam os processos de devastação e de degradação ambiental, amparados por incentivos fiscais e decretos governamentais, foi também a partir da década de 1970 que o Pantanal é apresentado nacional e internacionalmente como grande potência econômica no que concerne à criação e à comercialização de bovinos, carne e derivados, e também como um patrimônio nacional, um espetáculo da natureza, uma paisagem adornada pela exuberância midiática para o turismo que começa a ganhar suas primeiras nuances a partir da enchente de 1974. Embora, para os habitantes da planície pantaneira, o mesmo continuasse sendo “visto e sentido a partir de uma perspectiva utilitária, e também como o meio social, o mundo vivido”

(VARGAS, 2006, p. 1). Portanto, em conformidade com a autora há uma duplicidade de sentidos que compreende o ver e o sentir, ótica de análise também apresentada por Leite (2005) que pondera que independente do mérito valorizador das atividades desenvolvidas nos pantanais, a natureza se fez presente com suas particularidades no que tange aos seus ciclos de água.

Essa ambiguidade e/ou problemática revela a necessidade de estudos cada vez mais específicos, voltados para sanar as lacunas e as discrepâncias com as quais nos deparamos na historiografia e nas obras memorialistas como os aspectos encontrados na entrevista de Augusto César Proença. Para ele,

Os rios, os pantanais são formados pelos rios, os rios é que formam os pantanais. Todos, pantanais do Norte e do sul. Na realidade não é um só Pantanal, são vários pantanais, são vários, são vários ecossistemas e cada rio, cada é, alguns falam mesopotâmia, outros falam leques fluviais, e eu acho que é cada Pantanal formado por determinados rios tem uma fisionomia própria, tem uma natureza própria e essa natureza influencia na atividade, influenciando o ser humano. Então o ser humano no Pantanal é anfíbio na natureza, o tradicional, por ter continuado ele era anfíbio, o cavalo pantaneiro, o boi pantaneiro se adaptaram na região durante séculos e séculos de uma seleção natural. O pantaneiro se adaptou a essa região [...] então foi anos e anos de adaptação a essas, essas circunstâncias da natureza, quer dizer o homem pantaneiro foi moldado por essa natureza. E quando eu falo em homem pantaneiro eu to [sic] falando do ser tradicional (Corumbá, 16/07/2008).

Fragmento de texto que revela o revés do discurso pelo seu enunciador, o que nos remete a reportagem publicada em 18 de junho de 1970 pelo jornal *Folha da Tarde*⁵⁴ cujo título “o fazendeiro do Pantanal” apresenta Corumbá como sendo uma cidade essencialmente pecuarista que desfruta da pujança da pecuária, pois

assim é, e assim vem acontecendo desde a epopeia do desbravamento dos pantanais pelos primeiros fazendeiros, nossos destemidos antepassados que encontraram terra bruta e hostil, até o “pantaneiro” de hoje que anda de “teco-teco”, fala no RT, tem casa confortável (Jornal Folha da Tarde. Corumbá, MT, 18/06/1970)

Prossegue a reportagem salientando que as mil fazendas que retalham a Nhecolândia, juntamente com Nabileque, Paiaguás e Jacadigo, perfazem “o grosso da arrecadação Estadual e Federal” favorecendo o comércio e o capital para as iniciativas industriais. Salienta que nos pantanais o fazendeiro trabalha com baixos rendimentos

⁵⁴ Jornal Folha da Tarde – Corumbá, MT, edição de 18 de junho de 1970. Ano XII nº. 3347.

e orçamento apertado, sendo em sua grande maioria “descendentes dos pioneiros que com suor e sangue domaram a terra virgem”. Descreve o fazendeiro rico como um fazendeiro trabalhador que recebeu fortuna e inculca em seus descendentes o amor a terra, ao progresso.

O autor que assina a reportagem apenas como J.F. tem a preocupação de falar sobre o médio e o pequeno fazendeiro e, segundo sua descrição, o fazendeiro médio toca a fazenda com a família e os agregados, é um herói, porque pode se desfazer de tudo e transformar “tudo em gaita”, viver na esquina e desfrutar de juros, mas é incapaz de deixar o Pantanal, suas planuras, as cavalgadas, o quero-quero, é teimoso e responsável pelo poderio da pecuária que bem administrada e produtiva está no meio termo desejado entre o “latifúndio anacrônico e o minifúndio antieconômico”, segundo suas palavras.

A partir do exposto observamos que para Proença, bem como para o autor da reportagem, os aspectos constitutivos que moldaram o homem, as paisagens geográficas e a beleza natural do Pantanal são apresentados associados à pecuária e à profusão das águas na composição de um mosaico natural de rios, baías e lagoas e da ação pioneira amparada pelo médio criador que permanecendo nos pantanais fornece a estrutura para sua manutenção, perfazendo um quadro do que se quer preservar enquanto memória. Elementos esses essenciais e componentes do processo de comercialização da natureza-mercadoria, embora sejam relegados a um pseudoesquecimento os longos períodos de estiagem que desnudam a paisagem pantaneira.

Estudos como os realizados pelos pesquisadores da Embrapa Pantanal (1997^a; 2000), por Albana Xavier Nogueira (2002); Álvaro Banducci Júnior (2006; 2007) e Carolina da Silva (1995)⁵⁵ mostram que na medida em que se intensificaram as transformações não apenas ambientais como também econômicas e culturais, parte da população ribeirinha, peões e demais moradores dos pantanais foram perdendo seus referenciais, o que torna cada vez mais complexa a sua sobrevivência em determinadas espaços, do qual depende pela forma ou modo tradicional de vida e próprio dos pantanais. Emerge novamente a indagação que muito se sabe sobre a riqueza paisagística dos pantanais, das fazendas, dos fazendeiros, dos rebanhos e muito pouco se sabe sobre os ciclos de água e dos moradores dos pantanais que nele elaboram estratégias para sua sobrevivência e sua permanência em áreas inundáveis.

⁵⁵ Ler a respeito em: EMBRAPA PANTANAL. Impactos Ambientais e sócio-econômicos no Pantanal. Corumbá, 1997^a - 2002; SILVA, Carolina Joana da. No ritmo das águas do Pantanal. NUPAUB/USP, 1995; BANDDUCCI, Junior, A. A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia. Ed. UFMS, 2007.

São pequenas comunidades que, pelo domínio do conhecimento empírico, desenvolveram formas e alternativas para enfrentarem as intempéries climáticas, como as enchentes.

Segundo Tuan (1980), o lugar é principalmente produto da experiência humana, um centro de significados produzidos. Não podemos negar a pertinência da afirmação do autor, pois toda e qualquer mudança produz implicações na relação entre sociedade e meio ambiente que atuam como mecanismos propulsores de discursos, de ideias, de percepções e de concepções da natureza através dos tempos e tais discursos, por sua vez, produzem e provocam mais mudanças, especialmente no que tange à ação humana, seja direta ou indiretamente. Além dos discursos, as concepções de mundo alicerçadas nas crenças, na cultura, na política e mesmo na ciência elaborados pelos mais variados atores são portadoras de diferenças e, desse modo, permitem uma melhor compreensão da relação do homem com a natureza e das nuances dessa relação em que problemas emergiram e passaram a ocupar um espaço considerável na historiografia.

2.3 Tuiuiús e Marrequinhas: descortinar espaços para legitimar territorialidades

Seguimos apresentando um fragmento da história do Brasil, que desde o seu dito “descobrimento” é um tratado de ocupação territorial cujo discurso apresenta o “descobridor” europeu, que vem “civilizar” o nativo, ocupando a terra e defendendo suas fronteiras do ataque de outros povos. Sendo menos dogmáticos, entendemos que essa mesma História adquire outro contexto e conseqüentemente talvez perca em parte seu rigor, quando escrita pelo viés ambiental, mas, ao mesmo tempo, ela se abre a uma plêiade de possibilidades de análises e à incorporação de fontes que permitem um diálogo interdisciplinar e a análise da historicidade das práticas antrópicas, favorecendo o entendimento de muitos processos que se desencadearam histórica e temporalmente como a exploração dos recursos naturais e as conseqüências dele oriundas, da concepção de natureza e da relação entre o homem e a natureza, suas percepções e a possibilidade de modificar suas práticas cotidianas. O comprometimento da biodiversidade, inicialmente, processa-se mais incisivamente pela chegada do “civilizador” que traz consigo o novo, o exótico, o alheio, novas técnicas seguidas pela invasão de pragas e de doenças e pela naturalização da natureza.

Ademais, entendemos que a degradação ambiental nos pantanais vai além dos desflorestamentos, da contaminação de rios, dos desvios de cursos d’água, abrange

também a introdução de animais e de plantas exóticas que competiram com as espécies nativas e “deformaram” as paisagens onde a invasão biológica dessas espécies comprometeu a sobrevivência das espécies locais, nativas, fator que se agravou com a prática da agricultura e da pecuária que emergem como atividades econômicas que exigem investimentos e grandes áreas que sofreram a ação de desmatamentos, do manejo de pastagens limitando recursos naturais, como também destruíram muitos *habitats*, expondo a fauna silvestre que passou a ser alvo fácil, e muitas espécies que foram praticamente extintas ou tiveram acentuado decréscimo na sua reprodução.

Desse modo, não há como negar a pertinência dos estudos de Pádua cujas análises recaem sobre cálculos de apropriação e conceitos ecológicos, sendo que os mesmos não devem ser meramente portadores da quantificação dos problemas, mas

um aspecto fundamental destes novos conceitos e cálculos está em demonstrar que o cerne da problemática ecológica da civilização urbano-industrial não se encontra, ao contrário do que convencionalmente se pensa, nos seus momentos excepcionais e especialmente chocantes ou desastrosos na aparência (um escapamento de petróleo, um acidente nuclear, etc.). O aspecto mais grave está no seu funcionamento normal e cotidiano, que vem minando de forma crescente as bases materiais da ecossfera (PÁDUA, 2005, p. 179).

A perspectiva da ocupação de áreas como o Pantanal, conforme estamos apontando ao longo do texto, suscitava inicialmente a organização e a adoção de mecanismos facilitadores da comunicação e no transporte amenizando a transposição das longas distâncias e do considerável isolamento geográfico das demais regiões do país. Registros apontam que, nos anos iniciais do século XX, existiam apenas seis fazendas no Pantanal. Próximas ao rio Paraguai havia a Barranco Branco e a Firme; a Descalvado próxima ao Jauru; a São João próxima ao Cuiabá; a Rio Negro, ao Taquari; e a Fazenda Rodrigo nas proximidades do rio Miranda (CORRÊA FILHO, 1946, p. 118). Ao escrever sobre a navegação e o transporte, Esselin aponta que, no mesmo período, ou seja, nas décadas iniciais do século XX, “os meios de transporte que ligavam Mato Grosso ao restante do país continuavam limitados à navegação fluvial.” No entanto, “a navegação a vapor já tinha ‘ganhado o mundo’”, mas para chegar no [*sic*] Mato Grosso eram necessários muitos dias mesmo empregando “os mais novos inventos” (op. cit., p. 168).

Fixar núcleos urbanos, melhorar o transporte, estruturar e estabelecer núcleos políticos eram ações que estavam ligadas ao estabelecimento de um progresso

econômico amplo projetado para o Mato Grosso. Um projeto que foi executado gradualmente. Até meados do século XX, o surgimento de muitos povoados e posteriormente de cidades no entorno dos pantanais estavam ligados aos discursos motivadores da ocupação do solo, especialmente aqueles que segundo Lenharo (1985) favoreciam a inserção e o desenvolvimento de uma política marcada pela conquista territorial e do maior aproveitamento espacial do solo brasileiro, sobretudo, daqueles espaços distantes dos chamados polos de desenvolvimento nacional. Com isso, para Lenharo, é preciso entender e desmitificar a ideia de isolamento, o que se fazia necessário era a integração desses espaços na construção do extenso território, pois a falta de acesso a esses locais longínquos se constituía um grande problema não apenas econômico como geopolítico tanto para a região como para o país, portanto, a conquista territorial estava vinculada a instrumentalização política. Aspectos expressivos que modificaram e permitiram a inserção e a ocupação territorial de uma área sujeita a um sistema de inundações e que está ligado diretamente ao desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso até 1977 e, posteriormente, em sua maior porção, o Mato Grosso do Sul.

Surgem interesses convergentes do estado e dos proprietários de terras, ou seja, do empresariado rural diante das possibilidades que se apresentavam para investimentos nos pantanais. Os recursos obtidos, por meio de programas e de fundos de fomento, visavam a modernizar setores como a agropecuária e a agroindústria. Investimentos destinados à limpeza dos campos, à formação e à melhoria das pastagens, à aquisição de maquinários e equipamentos, à construção de benfeitorias, propiciando um melhor retorno na produção e acelerando o desenvolvimento com aproveitamento total do potencial econômico em áreas específicas do Centro-Oeste, como o cerrado e de forma mais intensa e de maior retorno, o aproveitamento total do Pantanal.

Nesse sentido, à medida que a extensão inundável foi sendo “ocupada” e “aproveitada”, mudanças socioambientais envolviam a ocupação dos solos e a exploração dos recursos naturais provocando constantes alterações no ciclo das águas em áreas tradicionalmente não afetadas pelas inundações, como no caso dos arrombados e das inundações permanentes. Citamos aqui um excerto da entrevista de Augusto César Proença que, ao falar sobre as enchentes no Pantanal, usa como exemplo o assoreamento dos rios, em especial do rio Taquari. Ele diz:

Foi o caso do Taquari, que você deve saber. Taquari que por causa de uma [...] da lavoura, na década de [19]70, houve todo aquele desmatamento né, das matas ciliares, no Taquari, causou seu

assoreamento e o Taquari até hoje ainda está inundado. Inundou milhares de hectares né, está inundado, milhares de hectares, até os que não secam. Então foi uma catástrofe ecológica muito grande, no Pantanal sempre foi assim. Isso é precisa de respeito né? Não podem ser muito manipulados (os rios) não, porque já tem todo um canal andando, andando e que às vezes, e tomam as suas (rotas), e são livres (Corumbá, 16/07/2008).

O leque aluvial do Taquari ocupa 40% da superfície total do Pantanal percorrendo a planície de uma ponta a outra e que, depois da sua nascente na Serra dos Baús na divisa com Goiás, segue uma reta curvilínea por 850 km até desembocar no rio Paraguai a jusante de Corumbá. Com uma profundidade média de 15 metros recebia em suas águas embarcações de até 150 toneladas. A areia que desceu pelo rio associada ao desmatamento, a construção de diques e polders, reduziu sua profundidade, em alguns trechos varia de 1 a 2 metros. Como afirmou Ab' Saber (1983), a areia afogou o rio.

O solo arenoso é uma das características do Pantanal, com textura fina, predominando em algumas áreas uma feição hidromórfica dominante, ressaltando que aproximadamente 92% dos solos pantaneiros tem essa característica, ou seja, em sua grande parte são formados por solos hidromórficos, resultando em variadas formações da vegetação. Aliado a esse fato, o rio Taquari constitui-se como um marco divisório entre as sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás que por sua vez, se constituem nas sub-regiões de impacto ambiental mais incisivo. Em um estudo específico da região, pesquisadores da EMBRAPA observaram que,

O rio Taquari é um dos formadores da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, as modificações observadas nas últimas três décadas são o aumento da atividade agropastoril, o aumento do desmatamento a partir da década de [19]70, o aumento do ravinamento das sub-bacias do planalto, o aumento da precipitação média e modificação da estrutura morfológica dos rios do Pantanal, os desmatamentos em áreas de preservação permanente e o aumento das áreas de inundação abaixo de 200 m de altitude (EMBRAPA, 1993; PLANO, 1997a).

Nos discursos proferidos por memorialistas e pioneiros não se acrescenta o fato de que agropecuária é responsável, em grande parte, pelo desmatamento e pelo assoreamento de rios como o Taquari – integra a Bacia do Alto Paraguai com uma extensão de 28.000 km² – que, em virtude da rápida expansão da agricultura e da pecuária, desordenadamente foi reconfigurando as paisagens pantaneiras com um processo de erosão impar a partir dos anos de 1970. O resultado dessa ação é uma área de inundação permanente de aproximadamente 11.000 km². Através de estudos

e pesquisas, busca-se encontrar alternativas possíveis para a redução de danos e impactos ambientais nas áreas assoreadas e inundadas. É justamente em decorrência do assoreamento que ocorre a inundação permanente agravando ainda mais os impactos ambientais nas margens e adjacências do rio Taquari onde os arrombados comprometem o curso das águas, rompendo e rasgando suas margens, o que gera graves efeitos na sucessão vegetal e da ictiofauna, e pode resultar em um deserto aquático, expulsando em grande número as populações ribeirinhas rumo às cidades, e resultando no acréscimo da população periférica. Em função do assoreamento, o extravasamento do rio invade áreas e expulsa pequenos criadores e sitiantes, como também fazendeiros que buscam se acercar de mais áreas provocando mais mudanças econômicas e socioambientais.

A vegetação nos pantanais, submetida a inundações periódicas, não é uniforme e sofre variações, podendo ser considerada um tipo de vegetação de transição cuja singularidade está associada à própria denominação Pantanal, que abrange em seu interior diferentes pantanais ou sub-regiões de acordo com o tipo de solo, vegetação ou nível de inundação (HAMILTON; SIPPEL; MELACK, 1996; SILVA & ABDON, 1998). Nas margens dos rios, a vegetação é quase sempre irregular e estreita e é muito devastada. Como o Pantanal se constitui em uma extensa planície sedimentar, situada em uma depressão do Planalto Central, resultante de depósito aluvional em função das grandes precipitações e das enchentes, recebe toda a carga de sedimentos que percorrem os rios de sua cadeia hídrica. As águas que vão ano a ano redesenhando paisagens e os espaços utilizando os instrumentos e os caminhos oferecidos pelo homem – diques, barreiras de contenção, desvios de curso de rios, fechamento de baías, aterros, substituição da vegetação nativa, desmatamento e assoreamento dos rios – atuam como elementos e fatores que alteram significativamente a área de espraiamento no período das enchentes gerando diferentes percepções sobre os pantanais.

Com base em tais informações, analisamos que as ações de contenção devem partir do planalto mediante programas que envolvam a preservação das reservas naturais e a aplicação de medidas práticas de manejo do solo, contenção da erosão, que, mesmo sendo uma característica geológica da região, tem seu processo acelerado pelo mau uso do solo que altera o curso erosivo levando resíduos para o leito dos rios isentos de mata ciliar protetora que atua como filtros na contenção. Pesquisas da Embrapa Pantanal apontam que os sedimentos produzidos no planalto adentram na planície e como o leque aluvial do rio Taquari ocupa 40% da área do

Pantanal, a quantidade de sedimentos chega a índices alarmantes de aproximadamente 70% da carga total.

Nos anos finais de 1950 e seguindo para 1960, o que observamos é a continuidade do processo de ocupação de terras nos moldes iniciados com Vargas e as políticas de integração e migração aliadas aos programas de desenvolvimento regionais como o Programa de Integração Nacional (PIN). Em 1970, aumentam significativamente os índices de pressões sobre a aquisição de áreas gerando conflitos e ampliando os sistemas produtivos em maior escala que não apenas o regional. Verificamos nas reportagens de jornais do período que as pressões para a aquisição de terras e a consequente mudança no sistema de produção dificultaram ainda mais o acesso de pequenos produtores e criadores, pois muitas intervenções propostas e colocadas em prática por meio de programas governamentais, apoiadas no discurso de integração, resultaram em ações monopolizadoras de proprietários e de capital, desconsiderando em grandes parcelas as especificidades do bioma e as populações que não tinham acesso a esses recursos. A comercialização de madeira, a caça indiscriminada, a devastação e as queimadas, a implantação de fazendas e o aumento da população rural atuaram como fatores relevantes para a alteração e a continuidade do desequilíbrio ecológico no Pantanal, de modo mais intenso nas sub-regiões do Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia.

Se é justo dizer que, nas décadas iniciais do século XX, a pecuária teve um papel relevante na formação das propriedades, na fixação do homem nos pantanais, na fixação de pequenos vilarejos e de cidades que emergiam aqui e acolá acompanhando a expansão das fazendas e do rebanho bovino, onde atividades na lida com o gado foram paulatinamente fixando o homem em caráter permanente, também é pertinente ressaltar que a superfície inundável e a intensificação da pecuária favoreceram a introdução de espécies gramíneas – acrescentando-se os barreiros e as lagoas salgadas – atuando como fator favorável para a pecuária, facilitando com isso a manutenção do rebanho nas zonas de criação e intensificando o mercado produtor e exportador ao gerar novos investimentos.

Não seria pertinente afirmar aqui que atrelados a esse processo estava a disputa pela hegemonia política, que sempre foi vista como salvaguarda de interesses econômicos que viabilizavam a estruturação do aparato político pensado como norte e sul de Mato Grosso ponderando que no início, e até meados do século XX, a política foi marcada por oligarquias no Norte e no Sul pelos pecuaristas?

Entre 1930-1947, a intervenção do Governo Federal diante da questão da ocupação das terras⁵⁶ e da concentração de esforços para o desenvolvimento do estado do Mato Grosso, tanto no plano industrial quanto no agrícola e pastoril, promoveu uma reestruturação da economia sem romper com as estruturas das grandes propriedades e sem muitas interferências na política, em que muitas áreas se constituíam em domínios particulares, entre os quais o Pantanal não foge à regra. Mediante tais análises, constatamos que o Diário Oficial⁵⁷, nos anos de 1964 e 1965, apresenta inúmeros editais de compra e venda de terras devolutas, de medição e de retificação de limites, de remarcação de lotes, de aprovações de demarcações, de concessão de venda realizados através da Delegacia Especial de Terras e Colonização.

Os conflitos marcavam o jogo partidário e eleitoral e se transformavam em um canal pelo qual tanto os grupos econômicos quanto políticos convertiam em riqueza extensas áreas virgens que posteriormente eram loteadas e geravam nova fonte de lucro (LENHARO, 1986, p. 48). No período que compreende os anos de 1940-1970, os novos deslocamentos e fluxos migratórios estabeleceram diferentes formas de ocupação social e espacial no Centro-Oeste do Brasil. Estavam ligados à apropriação de áreas e de recursos naturais com políticas orientadas para a obtenção de resultados cada vez mais promissores na economia.

O Jornal O Estado de São Paulo, datado de 8 de dezembro de 1953, em notas e informações, expõe que a pecuária se faz quase que exclusivamente no sul de Mato Grosso, em grandes invernadas de vastas extensões onde o capim colônio vai aos poucos tomando conta. No entanto, enfatiza que ainda há muitas controvérsias no que se refere ao aproveitamento integral dessas terras, pois muitos acreditavam que, no máximo em seis anos, devido à alta procura, todas as terras estariam tomadas por pastagens propiciando uma maior aproximação com São Paulo resultando em um perfeito entrosamento econômico-social. Os mesmos aspectos que foram posteriormente destacados nos pronunciamentos de Paulino Lopes da Costa.

A reportagem prossegue salientando que nos últimos 10 anos valorizaram-se extraordinariamente os campos do Mato Grosso e do Pantanal onde “criadores do Rio Grande do Sul e de São Paulo disputam os campos de Mato Grosso e há regiões

⁵⁶ Estudos produzidos por: BORGES, F.T.M. Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica do Mato Grosso (1870-1930). 2ª ed. São Paulo. Scortecci, 2001; LENHARO, A. Colonização e trabalho no Brasil. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1985; LENHARO, A. A terra para quem nela trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). Revista Brasileira de História, São Paulo: v.6, n. 12, p. 47-64, mar/ago- 1986.

⁵⁷ Pesquisa realizada no Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul em Campo Grande, MS. Pesquisados o Diário Oficial no período que compreende 1950-1990.

inteiramente povoadas por filhos dos dois estados, predominando em alguns o elemento gaúcho e em outros o povoador paulista”. Nesse fragmento da reportagem, é possível percebermos que o gaúcho se dirigia para o planalto e o paulista direcionava seus interesses para a criação e posterior comercialização de bovinos. Encontramos ainda, informações pontuais descrevendo que a zona do Pantanal era considerada o centro da criação bovina e que os campos ali encontrados podiam ser comparáveis aos do Rio Grande do Sul por compreenderem uma vasta região plana e formada por “várzeas alagadiças e de pequenas elevações de terra enxuta”, como também que as manchas de campos estavam bordadas por matas e em meio a isso tudo é possível encontrar córregos, rios e lagoas, constituindo ainda uma terra em formação dividida pelos moradores que ali se encontravam entre a zona firme constituída por campos enxutos, refúgio do rebanho nas enchentes e das salinas, a outra parte consistia na zona verde, uma área de várzeas e chacos onde terra e águas se confundem.

A reportagem compondo o campo editorial das notas e das informações se constituem numa propaganda vantajosa auxiliando na comercialização das terras especialmente nos pantanais, enaltecendo a natureza em seu cenário de rios, lagoas, vegetação e serranias margeantes e, ainda, aguçando mais as possíveis aquisições e apontando soluções para o transporte. Vejamos:

Dizem que a drenagem natural das águas e o pisoteio do gado no verão tem consolidado áreas que antes não permitiam a entrada de qualquer animal. Não há estrada alguma, salvo as que trilham entre moradias locais. O cavalo, a carreta e a canoa continuam sendo os únicos meios de transporte. Hoje o avião pequeno – o Teco-Teco – vem tornando comum o transporte diário entre as fazendas e as cidades (Jornal O Estado de São Paulo; folha três, de 08/12/1953).

A necessidade da justificativa para os chamados empecilhos se utiliza de argumentos tais como dizer que o Mato Grosso era o caminho da pecuária, de uma riqueza que começava a ser explorada, consistia na melhor reserva do Brasil para a criação bovina, segundo zootecnistas. Espaço onde se reconhecia que muita coisa ainda restava por fazer, especialmente na questão de estradas, quase inexistentes, mas questão essa momentaneamente superada pelo uso do avião, e que o problema das estradas era facilmente superável, “então, carne de Mato Grosso transportada de avião virá às toneladas para o abastecimento de São Paulo e Rio de Janeiro”. Nesse processo de comercialização de terras, tanto o Diário Oficial quanto o jornal atuavam como mecanismos que vinham ao encontro dos discursos proferidos.

O período Vargas incorporou no discurso nacional as regiões vistas como não totalmente desenvolvidas economicamente e que deveriam passar por um progresso rentável e civilizador. Em seguida vem o governo Juscelino Kubistchek cujo lema era “50 anos em 5”. Assim,

coube a Juscelino Kubitschek transformar o discurso de interiorização em obras. Ao menos simbolicamente, talvez a obra mais importante neste sentido tenha sido a transferência da capital federal para o Planalto Central. A interligação rodoviária de Brasília com as capitais estaduais, principalmente a construção da rodovia Belém-Brasília, são marcos importantes desta política de interiorização (BARROZO, 1992, p. 22).

Com isso, muitos recursos que visavam a modernizar setores como da agropecuária e da agroindústria são amplamente aplicados no Centro-Oeste do Brasil, e o estado de Mato Grosso fazia parte do pacote das mudanças propagadas.

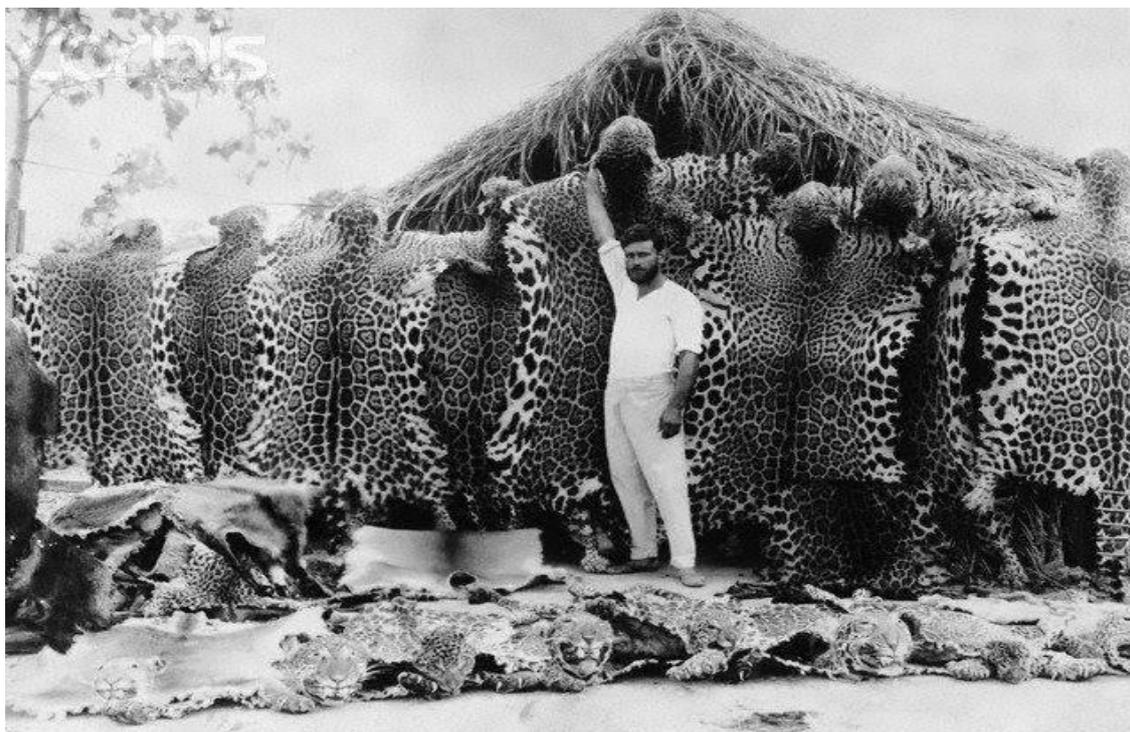
Foi também nos anos de 1960 que desponta com mais intensidade o comércio ilegal de peles e peixes, bem como o despertar do turismo, mas os grandes projetos voltados para agropecuária foram seguidos da enchente de 1967 (BERTELLI, 1984, p. 22). Apontamos aqui um equívoco do autor, pois em 1967, em conformidade com registros da régua de Ladário temos o nível máximo para o período de 1,63 m e o nível mínimo de (-) menos 0,53 m, sendo que de 1963 a 1974 tem-se um período atípico para o ciclo das águas, conforme apresentado no capítulo quatro.

No que diz respeito à comercialização de peles, encontramos na página vinte e três do Jornal O Estado de São Paulo, de 02 de fevereiro de 1957, uma matéria sobre a proibição da caça de cervos no território nacional, na qual o presidente do serviço de caça e pesca apresenta os números de peles de animais comercializadas, totalizando 439.246 peles, sendo estas de queixadas, caetetus, capivaras, camaleões, cervos, jacarés, jaguatiricas e, desse total, 12.000 eram peles de cervos. O autor da reportagem frisa:

No Pantanal do Mato Grosso, onde as enchentes cobrem milhares de quilômetros quadrados, essa matança atinge as raias do inconcebível porque todos os animais mamíferos se refugiam nos monchões – elevações que se destacam na imensidão daqueles ermos – sendo desses lugares espantados pelas trelas de cães que para lá são levados em embarcações. Tocados dessas ilhas que se formam nas planuras no Pantanal, os veados, os porcos-do-mato e outros animais de pelo são facilmente sacrificados ao entrarem naquele “mar de água doce” (Jornal O Estado de São Paulo, folha 23, de 02/02/1957).

A carência de leis e da regularização⁵⁸ da caça, já para o período, urge como necessária perante a rarefação da fauna brasileira que sucumbia aos desmandos e aos caprichos de comerciantes e coureiros que usufruíam largamente da impunidade por detrás das cortinas dos chamados sertões onde as caçadas e os feitos dos caçadores, através das narrativas, desfrutavam do glamour das grandes aventuras registradas nos jornais e nas revistas. Segundo Duarte, em 1931, Alexandre Siemel (Foto 9), caçador de onças de longa experiência, chegava ao Brasil e seguia para os pantanais mato-grossenses para viver sua maior aventura exibindo em fotos seus troféus – imensas onças pintadas⁵⁹ cruelmente abatidas. E, ainda, segundo a autora, “em Mato Grosso havia fazendeiros famosos por suas proezas, como Jacques Ribeiro da Luz que, em menos de dois anos, matara 39 onças e as empalhara como troféus, em sua fazenda em Santa Maria” (DUARTE, 2010, p. 28-29).

Foto 9 – Sacha Siemel: Caçador de Onças no Pantanal



Fonte: Geraldo Albaneze em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 05 de maio de 2015 com a seguinte legenda: quando as caçadas eram permitidas e as vendas de couros. Trata-se de Sasha Siemel. Contratado pelas fazendas da família Coelho e Rondon.

⁵⁸ Sobre a regulamentação da caça ler “A voz mais alta da Biologia”. IN: DUARTE, R. Horta, 2010.

⁵⁹ São animais da ordem dos carnívoros e podem atingir 2,50m sendo 1,70 de corpo e 80 cm de cauda; são robustos e tem corpo musculoso e chegam a pesar 100 kg. Vivem em matas, lugares úmidos e sombrios, geralmente perto de rios; é um animal solitário, exceto no período de reprodução e as fêmeas são agressivas quando estão com filhotes; alimentam-se basicamente de porcos-do-mato, veados, capivaras, peixes e aves; atacam o gado caso haja escassez de alimentos (MAGALHÃES, 1992).

A discussão apresentada pela autora diz respeito ao anteprojeto para a regulamentação da caça e da pesca cuja justificativa central apresentada pelos autores desse documento era “a rarefação da fauna silvestre no Brasil e a necessidade de proteção do patrimônio florestal nacional” (op. cit.). A autora observa nas suas análises que a referida proposta seguia na contramão de determinados interesses particulares que formavam um emaranhado que envolvia caçadores, intermediários, comerciantes e exportadores, envolvia, também, indústrias da produção de insumos e

atingia o comércio crescente de armas e munições importadas e os representantes dessas indústrias no Brasil, mas envolvia também o mercado da moda, bastante movimentado nas lojas elegantes, pelos chapéus com adereços oriundos de animais, além dos casacos e estolas de peles [...] fábrica de pentes e chifres [...] artefatos de couro, como cintos, carteiras, rédeas, malas, baús e bolsas (DUARTE, 2010, p. 30).

A fauna pantaneira concentra uma riquíssima variedade de espécies: aves, anfíbios, peixes, mamíferos e répteis com o jacaré, cujo registro consta de três espécies distintas: jacaré-tinga, jacaré-comum e jacaré-papo-amarelo. São ágeis na água, lentos e desajeitados em terra, não costumam atacar o homem e a carne de sua calda está entre as iguarias da culinária pantaneira. Espécie alvo dos caçadores e coureiros que retiravam o “colete”, couro especial – da barriga, cujo preço de comercialização era muito atrativo (Foto 10).

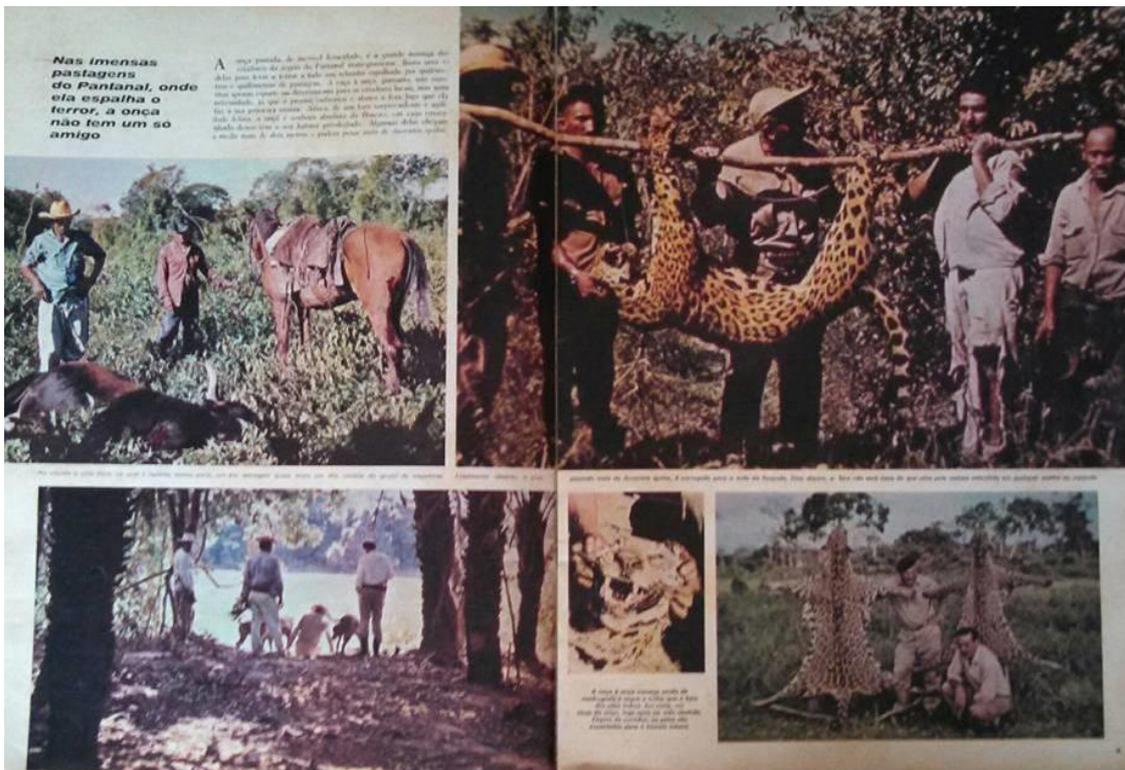
Com risco de extinção, devido à ação permanente de caçadores, o jacaré é uma espécie importante na manutenção do equilíbrio ecológico no Pantanal, pois costuma se alimentar de piranhas, controlando assim sua proliferação. Juntamente com o jacaré a onça (Foto 11) foi um dos animais mais caçados no Pantanal, com a justificativa de que ambos representavam perigo para o rebanho e para o fazendeiro, no entanto o que regia as caçadas era a quantidade das peles comercializadas – legal e ilegalmente.

Foto 10 – Peles de Jacaré



Fonte: Veja edição 962 de 11 de fevereiro de 1987. Foto de Protásio Nene.

Foto 11 – Caçada de onça no Pantanal



Fonte: Fernando Philbois em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto publicada em 27 de maio de 2015 (sem legenda). Trata-se de uma publicação da Revista Manchete compondo a reportagem "Viagem a um Brasil desconhecido".

Retomando a discussão, com base nas leituras de Santos (1993) e Ianni (1979), Desconsi analisa os processos de migração e a ocupação das áreas de fronteira e aponta que, nas décadas de 1970 e 1980, predominaram de forma mais intensa os “projetos de colonização conduzidos pelas empresas privadas que vão estruturar os fluxos inicialmente entre os estados do Sul, depois Centro-Oeste e Norte do país” (op. cit., p. 229). De acordo com o autor, em sua grande maioria, tais projetos atuavam na construção de um novo ordenamento fundiário e no estabelecimento e na reordenação das populações existentes, como no caso do Mato Grosso. Segundo ainda o autor, os projetos de ocupação funcionavam como mecanismos acionadores que reforçavam o ideário da “construção do progresso do país desenvolvendo as potencialidades agrícolas sob as bases da modernização” (DESCONSI, 2010, p. 241).

Em agosto de 1965, o Diário Oficial apresenta o relatório anual da Companhia Agrícola de Mato Grosso, datado de 30 de dezembro de 1964. A Cooperativa Agrícola do Mato Grosso (CAMAT) foi criada pela Lei nº. 1.750, de 09 de novembro de 1962, sendo que somente em setembro de 1963 iniciou suas funções⁶⁰. A apresentação do relatório ao Conselho de Administração estava de acordo com o Estatuto e com os procedimentos da Diretoria. O relator ressalta que não estava elaborando o relatório por obrigação, mas com satisfação pela oportunidade de apresentar e expor não apenas a prestação de contas, mas também os muitos feitos da referida Companhia para com o progresso do Mato Grosso, bem como externar os planos e os desejos futuros para o desenvolvimento de suas atividades.

A descrição no relatório impressiona pela forma como é apresentado o desenvolvimento vinculado às ações da companhia. Aos olhares empreendedores, o estado desfrutava de um “surto violento de progresso e contempla atônita a penetração diária de seus habitantes em suas terras até então virgens e inexploradas” conquistando com avidez a exploração de suas reservas. Conquista o homem aquilo que se apresenta como grandes e magníficas reservas de riquezas para um futuro distante. Ao mesmo tempo em que enaltece o avanço no processo de desenvolvimento, incentivando a abertura de novas áreas para o cultivo e pecuária, a inserção de novas tecnologias para melhoria e aumento da produção “atrai o braço e o capital de outros estados” em todas as “zonas e nas várias direções”. Chama a atenção para que “diversas medidas sejam tomadas com precisão e urgência” pela

⁶⁰ O Estatuto da Terra, datado de 30 de novembro de 1964 da Lei nº. 4.504, estabeleceu a base legal da política de ocupação das áreas de fronteira e definiu colonização como “toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (IANNI, 1979 Apud DESCONSI, 2010).

necessidade do cuidado no avanço de algumas áreas, salientando que era preciso o “aproveitamento racional das nossas terras e da proteção de nossas matas” com o cuidado de não deixar um rastro de destruição ambiental, um “espetáculo degradante” como verificado em outros estados⁶¹ cujas “reservas florestais foram destruídas prejudicando as fontes d’água e aniquilando sua fauna e sua flora”.

Emerge a necessidade de formular e de orientar planos e soluções para que seja oferecida ao estado uma estrutura agrária condizente com o desenvolvimento e atendendo as necessidades mínimas dentro de sua capacidade de realização. Foi com vistas a tais problemas, segundo o relator, que o governo do estado entregou para a Cooperativa Agrícola de Mato Grosso (CAMAT) a responsabilidade da execução de políticas agrárias como forma de confiança na capacidade das empresas privadas que representavam a força viva da nação. Fato esse que unia o poder desse estado à maleabilidade e à independência das firmas particulares. Notamos que o relator apresentava assim um discurso que envolvia a honradez e o reconhecimento de tamanha responsabilidade transferida pelo estado para a cooperativa.

As justificativas apresentadas para a inserção de técnicas e investimentos no setor agrícola baseavam-se no fato de que o governo do Mato Grosso criou a referida cooperativa “libertando assim das peias burocráticas esse importante setor da economia estadual”, entregando àquela a organização e a responsabilidade pela execução de uma política agrícola. Nesse contexto, todas as modificações operadas estavam vinculadas a uma política expansionista e de desenvolvimento projetadas para o estado de Mato Grosso.

Partindo desse princípio, a sugestão era levar ao governador “programas de trabalho em que figuram diretrizes para a melhoria de nossas pastagens, seleção dos nossos rebanhos, técnicas e aprimoramento de nossas culturas e, sobretudo, a valorização do nosso homem do campo”. Sugeria o zoneamento de áreas cultiváveis para a orientação de culturas, possibilitando um melhor aproveitamento da terra e favorecendo uma “policultura”, o levantamento do potencial hídrico e das reservas florestais, a fim de que o desmatamento se processasse sem prejuízo das fontes e fossem mantidas reservas florestais necessárias para a preservação da fauna e da flora. E, ainda, que fossem difundidos pelo estado os campos experimentais para seleção e aclimatação de sementes e mudas para o fornecimento a preço módico para o agricultor e que se criassem zonas pastoris.

⁶¹ O estado do Paraná é citado como sendo vítima da maior depredação ambiental provocada pela cooperativa.

Parte desse processo desenvolvimentista incluía a introdução de novos mecanismos propulsores da economia em âmbito estadual diante de um cenário econômico nacional exigente e em constantes transformações. Coube ao estado a aquisição de equipamentos e maquinários que foram transferidos pelo governador e entregues para a CAMAT em conformidade com a Lei nº. 550. O estado transferiu para a CAMAT todo acervo e bens de órgãos ligados ao fomento da agricultura, que é descrito como um valioso patrimônio que possibilitou a cooperativa solicitar financiamentos junto ao Banco do Brasil, a construção de um edifício sede em Campo Grande e uma sucursal em Cuiabá, além de pleitear mais áreas junto à bancada Federal e ao Ministério da Agricultura. De acordo com o relatório, o papel da cooperativa era a prestação de serviços junto aos pequenos agricultores e proprietários de terras. Os trabalhos realizados são descritos como nada excepcionais, mas portadores do intuito de levar para aqui e acolá o progresso e “sulcando as terras férteis do nosso Estado um trator da CAMAT. Em breve, serão dezenas e depois centenas a fazerem brotar do nosso solo generoso o alimento para nosso sustento”.

As melhorias propostas pela cooperativa estavam atreladas aos recursos vindos do estado para que fossem empregados na formação de pastos, na instalação de postos de inseminação; no incentivo e na industrialização da produção leiteira, um total aproveitamento das riquezas vegetais; no estudo e uso corretivo de adubo no solo; na montagem de fábrica de insumos agrícolas, ração e complementos alimentares que auxiliassem na criação de animais de pequeno porte; no incentivo à pesca; na implantação de escolas agrícolas para os filhos dos trabalhadores do campo; nas verbas para investimentos em tecnologias e maquinários; no controle de estoque e reserva de produtos para o consumo evitando os atravessadores.

No decorrer do relatório, percebemos que a cooperativa chama para si o desenvolvimento propagado pelo estado de Mato Grosso. Assim, com o aval do governo todo o mérito de tão generoso trabalho, de acordo com o relator e diretor executivo Isidoro Casal Caminha, devia ser atribuído à cooperativa os agradecimentos remetidos aos setores governamentais que possibilitaram tais empreendimentos. Procedendo desse modo, o discurso de progresso propagado pela CAMAT buscava recursos no governo e oferecia em contrapartida um afago generoso ao projeto desenvolvimentista do Mato Grosso. Para que ambos os interesses fossem atendidos, de acordo com o relatório, bastava apenas o governo e seus órgãos prosseguirem na orientação e na valorização do homem do campo, aumentando por meio de técnicas o “aprimoramento a sua capacidade produtiva facultando-lhe os meios necessários para uma vida decente”. Dessa forma, era possível afirmar com certeza que “jamais

germinará em nosso polo generoso a semente da discórdia, nem florescerá [sic] a inveja e a cobiça, nem jamais frutificarão ideologias exóticas e estranhas aos nossos princípios cristãos e democráticos”. Obviamente que não ficava explícito a quem de fato favorecia a cooperativa que amealhava generosas porções de terras no planalto e as repassava para companhias que passaram a investir na produção de grãos, na revenda de madeira e extensas áreas destinadas para cultivo.

Projetos, como a implantação da CAMAT, estavam vinculados à preocupação e à necessidade de uma maior inserção no mercado exportador e fizeram com que o Mato Grosso despontasse como um promissor celeiro de grãos e todos os investimentos foram direcionados para a melhoria da produção; no entanto, o interior não apenas do planalto, como também da planície, nos pantanais, figurava como uma área de dispersão pouco aproveitada era preciso, portanto, inserir esse espaço no contexto produtivo desse estado.

A pecuária já havia apresentado resultados satisfatórios, entretanto, faziam-se necessários novos investimentos que colocassem o Pantanal em evidência nacional.

Na análise de Salsa Corrêa, nos pantanais, em função de seu ambiente típico modelado por um complexo regime de cheias e vazantes, surgiria um modelo de economia peculiar, na qual a atividade da criação de bovinos seria um fator viabilizador do desenvolvimento e do uso do solo pantaneiro (1990, p. 96). A dificuldade apresentada era as constantes enchentes que geravam perdas no rebanho e inviabilizavam o transporte e as queimadas resultantes dos longos processos de estiagem. Cenário esse que posteriormente veio a compor os fôlderes das agências de turismo fomentando uma nova atividade – o turismo. E, entre as abrangências propostas para o aproveitamento turístico constavam exploração e exportação de recursos naturais renováveis e campanha educativa em defesa da flora e da fauna ameaçadas de extinção⁶². O discurso de cunho preservacionista estava visível, no entanto, as entrelinhas continham a real função de um plano de manejo que versava em fazer um levantamento do potencial econômico da região dos pantanais⁶³.

Com a inserção de novos elementos na constituição dos pantanais, a partir dos anos de 1970, o mesmo passa a figurar no cenário nacional, seja pelas suas belezas naturais, seja pela agressão ao bioma, com a excessiva exploração dos recursos naturais. Embora as denúncias estivessem vinculadas em caráter emocional, contribuía para a formação de uma conscientização, que passava a integrar política

⁶² Através da Portaria nº 3481 de 31 de maio de 1973, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal publicou uma “Lista Oficial” das espécies animais ameaçados de extinção em todo o território nacional.

⁶³ Jornal Diário de Corumbá, MT, datado de 30 de dezembro de 1977.

e socialmente a constituição da História, no que tange à preservação e ao uso racional dos recursos naturais em biomas com características singulares, como é o caso do Pantanal.

Erigeu-se uma nova representação para a planície inundável que passou a ser comercializada como um cenário natural de paisagens oníricas englobando um conjunto de valores tanto naturais quanto humanos. Gradualmente, o homem vai estabelecendo a sua marca nas paisagens, não apenas a partir do olhar, mas do uso de técnicas e objetos que facilitem a utilização e o domínio dos espaços com base em suas atitudes e necessidades trazendo parte dos elementos tidos como naturais para ambientes mais seguros.

Muitas pesquisas realizadas pela Embrapa atentavam para os danos provocados pelos desmatamentos, erosão, garimpo, caça e pesca, e muitos outros danos oriundos das ações das agroindústrias situadas nas bordas do Pantanal resultando num processo antrópico acelerado de consequências estimadas em médio e longo prazo. A enorme erosão no Planalto e o assoreamento dos rios não deixavam dúvidas de que a sedimentação se constituía em um problema sério. No entanto, o rio é também um sistema natural e assim como o processo antrópico, os processos naturais também estão em andamento: é natural que o rio se mova e extrapole o seu próprio leito formando um novo, abrindo novos cursos. Também deve ser considerada a possibilidade de que o clima está em constantes mudanças causando precipitações em maior ou menor intensidade. Um fato importante que devemos considerar é que o nível das águas do rio Paraguai aumentou formando uma zona de 100 km de largura em ambos os lados, provocando uma influência marcante no baixo curso de rios como o Taquari.

Entendemos que os contatos iniciais entre o homem e a natureza nos pantanais foram de estranhamento, se ajustando no decorrer do processo histórico temporal de acordo com os interesses que atuaram como portadores das modificações e posteriormente dos danos advindos. Não se pode esquecer que o Pantanal que vemos é o resultado da ação humana sobre esse espaço ao longo dos séculos, destarte hoje não é de todo natural e a implantação das atividades econômicas como a pecuária e o turismo integra essa categoria de ações transformadoras que provocam consequências como a alteração dos ambientes de reprodução e demais alterações ecológicas afetando os ecossistemas. Alterações essas diretamente ligadas aos impactos ambientais, aos quais o Pantanal foi e continua sendo exposto.

No decorrer de todo processo histórico de ocupação dos pantanais, a natureza impôs limites e suscitou do homem a elaboração de estratégias que permitissem sua

permanência e sobrevivência na planície inundável, considerando que todas as relações estabelecidas pelo homem com a natureza estão vinculadas com o aproveitamento e a utilização dos espaços e com a mobilidade, sendo que ambas dependem das técnicas empregadas. Em conformidade com Leite, quando falamos e/ou estudamos os pantanais, quando falamos e/ou defendemos a sua preservação, isso implica necessariamente o conhecimento da região “não apenas do ponto de vista ambiental, mas também humano”. O referido autor ousa afirmar, mesmo que de maneira insegura, que “conhecemos muito mais o Pantanal paradisíaco do que aquele por mim nominado de o ‘Pantanal pantaneiro’” (LEITE, 2005, p. 176).

Primeiramente, com base na afirmação do autor, podemos alegar que as relações com o meio ambiente são estreitas, por outro lado afirmamos também que o homem que habita os pantanais, ou seja, o pantaneiro, possui uma estreita afinidade com esse espaço. Dessa forma, é possível concluir que essas relações se desdobram em identidade de tal forma que a modificação desse espaço implica a destruição de parcelas de sua identidade, quando populações ribeirinhas, como pescadores e pequenos criadores, são colocadas à mercê da história em favorecimento de grandes proprietários e fazendeiros que, com seu discurso de pioneirismo chamam para si toda a história como “guardiões do Pantanal”, ignorando e relegando ao esquecimento memórias e vivências no que tange ao conhecimento da natureza, seus ciclos de água, o cuidado com o meio ambiente, suas resistências e formas tradicionais de vivências em um “santuário ecológico” onde as pequenas comunidades não figuram como adornos na evocação do éden, não se enquadram na composição de cenários caricaturescos norteadores das visões idílicas constituídas por representações apologéticas e de esforços hercúleos para a manutenção de suas propriedades e uma memória heroizante e nada ingênua.

No que concerne à ocupação das terras nos pantanais, é visível que está diretamente ligada ao processo histórico da ocupação de terras em âmbito nacional e estava vinculada à legitimação de grandes áreas para implantação da agricultura e da consolidação efetiva da pecuária como um ramo significativo para a economia e inclusive na esfera política que em muito interferia na restauração e no enfrentamento de conflitos.

Dados levantados por Pádua analisam que ocorreram mudanças significativas na estrutura socioeconômica brasileira no período posterior à década de 1930. Tais dados indicam

um processo intenso e rápido de crescimento urbano-industrial, incluindo a industrialização do espaço rural, configuram dinâmicas sociais e econômicas que não ocorreram de forma espontânea, mas foram induzidas por políticas definidas em favor da implantação de uma sociedade capitalista “moderna” no Brasil, com seus diferentes ciclos e etapas. O que caracteriza essas transformações, porém, é o seu caráter elitista e desequilibrado. As mudanças na paisagem foram muito grandes, mas a tradicional iniquidade e concentração de riqueza não foi atenuada como, de fato, agravou-se. Grandes contingentes da população foram forçados a abandonar ou modificar radicalmente seu modo de vida sem receber o apoio necessário para, pelo menos, adaptarem-se com alguma dignidade as suas novas condições (PÁDUA, 2005, p. 191).

Nessa perspectiva, para Raffestin, toda a apropriação produtiva e/ou cognitiva da natureza consiste, em princípio, num incipiente processo de territorialização no qual, o resultado, ou seja, o território produzido se torna ele próprio uma força condicionante das ações futuras, como um trunfo de particularidades, posto que se configure em “recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo” (1993, p. 60) e, na análise da História Ambiental, todo impacto ambiental se inicia no exato momento em que grupos humanos passam a ocupar uma determinada área e nela desencadeiam uma sequência de ações e/ou processo de transformações recorrentes concatenados com a ocupação, a produtividade e a sobrevivência e a regularidade de suas ações, ou seja, são as práticas que possibilitam essa relação, pois sem as práticas não há relação e, portanto, nenhuma produção, seja econômica, cultural ou política, está alijada de ideologias e de poder norteadores de todo leque de relações advindas.

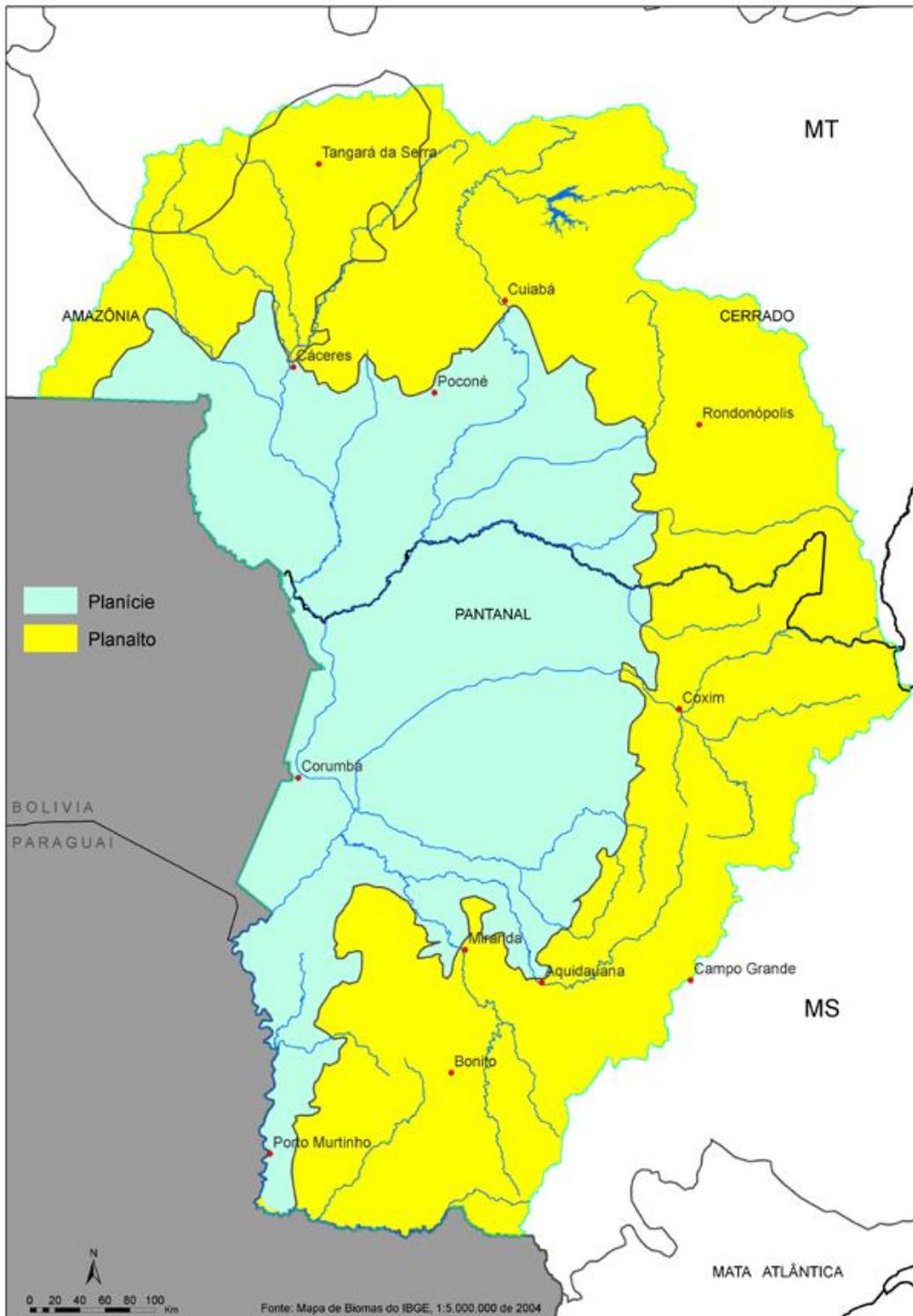
Assim, o conjunto dos objetos produzidos, as transformações operadas no ambiente e os próprios homens se transformam no processo de territorialização desencadeado pela presença humana. É a presença humana que produz a configuração do território, por meio de processos sociais que reforçam e conservam determinada organização territorial pelo empoderamento de relações. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Logo, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, automodificam-se

também. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (poder) (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159; FOUCAULT, 2013).

Ao analisarmos uma região como o Pantanal, em seus aspectos sociais, sua estruturação política, econômica, cultural e agregarmos nas discussões as relações entre homem e natureza, suas percepções, sua visão de mundo, a maneira como esse homem produz seus discursos no que tange ao meio ambiente, percebemos que muito do que acreditamos serem apenas elaborações discursivas sobre a natureza, revelam a influência e os interesses políticos e/ou econômicos sobre a ação humana, seja direta ou indiretamente, moldando assim o meio ambiente e tangenciando a relação entre homem e natureza, suscitando a busca e a compreensão da concepção de natureza ao longo da História e, somente desse modo, será possível perceber a historicidade das práticas e de que maneira elas estão relacionadas nos contextos cultural e ambiental.

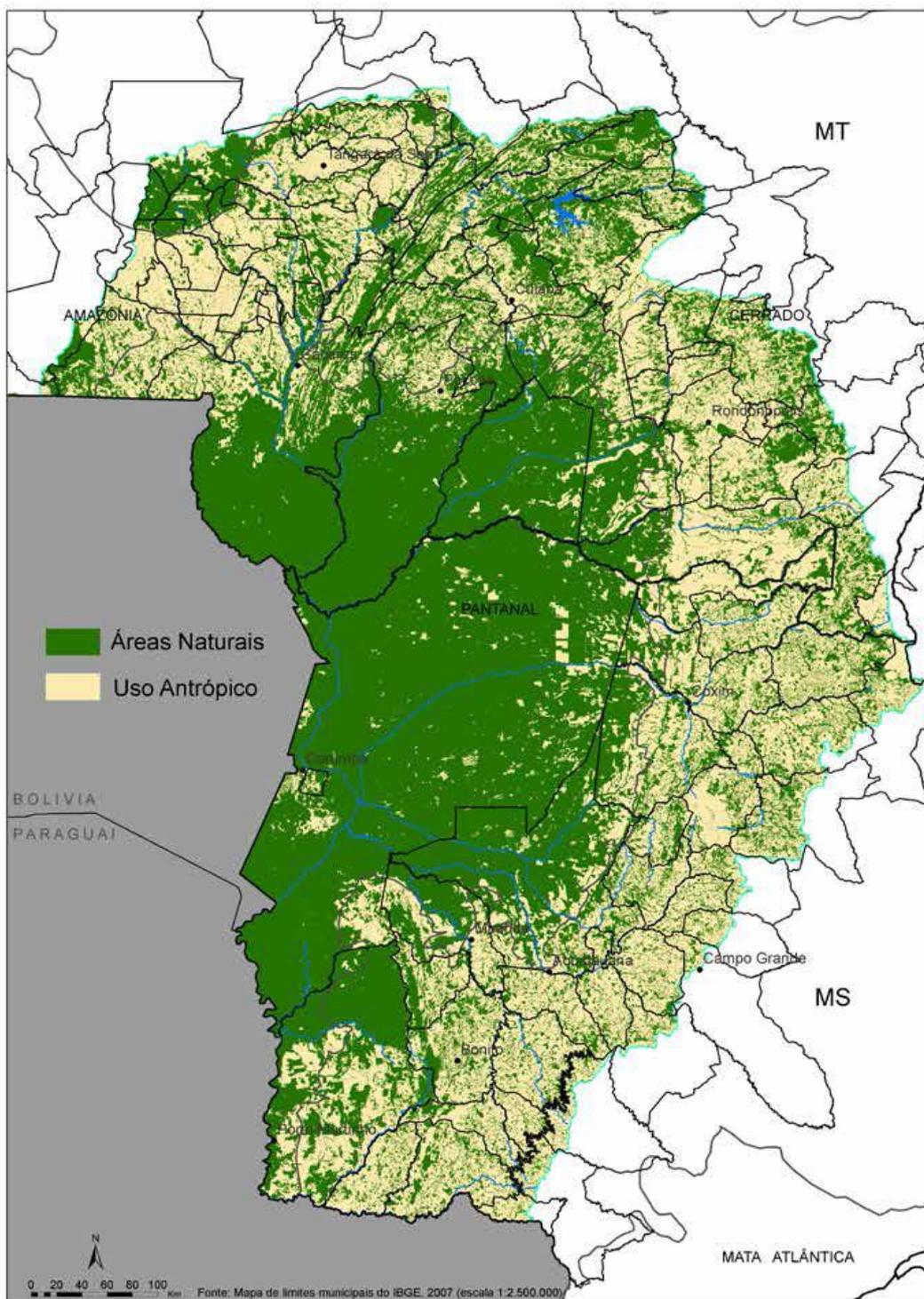
O desmatamento e a extinção de espécies nativas, associados à expansão das áreas para agricultura e da pecuária, aos índices de produção, à invasão biológica nociva às espécies nativas, às pastagens artificiais, à limitação dos recursos naturais, à introdução de plantas e animais exóticos, à caça por diversão, às queimadas que aos poucos destruíram os *habitats* naturais, constituem-se como elementos delineadores e mesmo formatadores da planície pantaneira, concatenados com a expansão econômica que suscita a abertura de áreas cada vez maiores para produção, que, por sua vez, respondiam a uma política desenvolvimentista contemplada nos projetos e programas pensados para o Pantanal. Programas como o PRODEPAN que trouxe consideráveis modificações na estrutura socioeconômica, política e ambiental para os pantanais, bem como a construção da Transpantaneira marcando a paisagem da planície inundável, conforme analisado no terceiro capítulo.

Mapa 3 – Planície e Planalto



Fonte: Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2002 a 2008 Iniciativa: CI – Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundación AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil. Brasília, 2009.

Mapa 4 – Planície e Planalto



Fonte: Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira – Período de Análise: 2002 a 2008 Iniciativa: CI – Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundación AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF Brasil. Brasília, 2009.

CAPÍTULO III

O PANTANAL COMO NOVA FRONTEIRA ECONÔMICA NACIONAL

O que aprendemos com a história é, justamente, que tudo que está a nossa volta, tudo que fazemos, dizemos, somos, pensamos, foi produzido e inventado, historicamente, pelos próprios homens e, se é assim, também pode vir a ser destruído, abandonado, desinventado e desinvestido pelos próprios homens (Durval Albuquerque, 2012).

3.1 O Pantanal do PRODEPAN: de fronteira econômica ao abandono

No encadeamento das transformações ambientais em curso para os pantanais, muitos foram os projetos e os programas pensados e colocados em prática, seja em âmbito regional seja nacional, porém dos resultados obtidos muitos foram aquém do planejado. Colocamos em questão, nesse contexto, as discussões que nortearam, em julho de 1974, o Primeiro Encontro do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), em Corumbá, cujo objetivo das conferências consistia em debater, em “colocar na mesa”, as questões ligadas ao Pantanal e a sua inserção no cenário econômico nacional. A aposta do encontro estava centrada na troca de informações entre as autoridades encarregadas de colocar em prática o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal⁶⁴, os fazendeiros e os empresários rurais, considerados “úteis” na elaboração e na execução do projeto. Como foco principal figuravam as obras de infraestrutura que resultariam no aumento da produção do rebanho bovino, numa área que “fabrica o boi mais barato do mundo” e onde “o boi cria o fazendeiro”, mesmo em condições climáticas adversas, questão essa prestes a ser solucionada com ações que visavam à contenção das enchentes, liberando novos locais para pastagens.

Encontramos aqui uma questão que desperta certas inquietações no que tange à construção de um discurso que por repetidas vezes foi levado por Lopes da Costa aos jornais e à tribuna do Senado e da Câmara dos Deputados, recebendo o endosso de autoridades deslumbradas com as possibilidades que se abriam para investimentos no Pantanal. Tais “notícias” e “reportagens”, encontradas em muitas edições de jornais

⁶⁴ A implantação do PRODEPAN, contava com a participação dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes; rodovias e rede hidrográfica; DNOS com programa de saneamento ambiental, regularização das águas do rio Paraguai e seus afluentes, com vistas ao controle das enchentes, aproveitamento hidroviário, saneamento básico, abertura de canais, perfuração de poços; Ministério das Minas e Energia: ELETROBRÁS com Programa de expansão da oferta de energia. Ministério da Agricultura: CONDEPE – EMBRAPA; e SUDECO com o programa de industrialização.

publicados em Corumbá, não trazem seus autores, o que leva ao entendimento de que são direcionadas, ou seja, são em grande maioria matérias encomendadas. A título de exemplo, trazemos uma reportagem publicada no jornal *Folha da Tarde*⁶⁵, de 22 de fevereiro de 1974, na qual em letras garrafais consta “No Pantanal o problema da enchente é problema viário” e, de acordo com o autor da reportagem, tal fato foi comprovado pela visita do Secretário de Viação e Obras Públicas que veio a Corumbá para verificar a situação enfrentada por pecuaristas por motivo das enchentes no rio Paraguai e seus afluentes. O secretário sobrevoou e percorreu as áreas alagáveis em Corumbá, no Abobral, em Miranda e Niutaca, para ver o “estrigo” feito pelas águas. A sugestão em curto e longo prazo, de acordo com o secretário, estava vinculada ao setor viário e de obras públicas, conforme vinha apontando Lopes da Costa revelando a confluência nos discursos. E, de acordo com as informações colhidas junto a elementos vinculados às administrações local, estadual e federal, seria possível manter um “esquema complexo” envolvendo recursos das mais variadas esferas e procedências para evitar que se repetisse de enchente em enchente a mesma situação para os pecuaristas.

Nesse contexto, tanto para Lopes da Costa quanto para o secretário de Viação e Obras Públicas, Corumbá precisava urgentemente de uma rodovia construída para comportar e suportar as cheias que precisavam ser encaradas com naturalidade e era preciso estar sempre preparado para elas, e nada mais perfeito que um sistema viário para dar cobertura ao “deslocamento do gado e pessoal imprescindível”, nas vésperas que antecediam as grandes enchentes e, com previsão e planejamento, era possível através do DNOS. Justificava-se que sem estradas, havia dificuldades para o rápido escoamento dos rebanhos, as embarcações não eram suficientes nem trens para exportação, de modo que todo sacrifício tornava-se válido.

Admitindo-se ser uma questão emblemática e que a sua volta enreda os pontos principais defendidos por políticos e demais autoridades voltadas para a mesma atividade – a pecuária –, não se inclui em tal enredo as populações e as comunidades ribeirinhas que habitavam as mesmas regiões, e raramente aparecia alguma menção a essas populações, seja nas reivindicações políticas, seja pela imprensa. Fato verificável na edição do mesmo Jornal *Folha da Tarde*⁶⁶, de 26 de março de 1974, que diz: “Lopes da Costa⁶⁷ insiste na criação de órgão federal para o Pantanal” e inicia

⁶⁵ Jornal *Folha da Tarde*, Corumbá-MT, sexta-feira, 22 de fevereiro de 1974. Ano XV; nº. 4.395.

⁶⁶ Jornal *Folha da Tarde*. Corumbá-MT, segunda-feira, 26 de março de 1974. Ano XV; nº. 4.417.

⁶⁷ Paulino Lopes da Costa, pecuarista, foi eleito senador em 1961 e 1966 e deputado em 1970 e 1974.

com a observação de que a régua de Ladário sinaliza um metro de diferença do nível das águas para menos entre 1959-1974, motivo tranquilizador quanto a um evento de proporções calamitosas, resultado do transbordamento do rio Paraguai. Mas os produtores não se iludiam quanto aos prejuízos na pecuária após anos seguidos de secas quando grandes rebanhos foram manejados para campos que, se inundados, tornar-se-iam inaproveitáveis e esse seria o problema para 1974. Esse pequeno excerto revela que em função do longo período de estiagem, houve um aumento considerável do rebanho bovino e uma grande concentração de reses em determinadas áreas sujeitas às enchentes. E no cenário cotidianamente apresentado pela imprensa, não havia espaços para o pescador, para o ribeirinho e para o pequeno sitiante, que ficaram alijados das ações e dos programas, com exceção dos pecuaristas e dos criadores.

A matéria segue frisando a importância da visita do Ministro do Interior, avaliando “*in loco*” a situação do Pantanal e sugerindo o equacionamento do problema enchente-pecuária, pois, de acordo com Lopes da Costa e do Ministro, nem Mato Grosso nem o Brasil poderiam ficar à mercê de prejuízos na economia regional com reflexos na política nacional e de abastecimento. Em função de tal “problema”, havia a insistência na questão da criação de um órgão regional melhor preparado para lidar com a problemática, gerando soluções e recursos, a fim de viabilizar um melhor aproveitamento da riqueza da pecuária em uma região que se convencionou chamar de Pantanal Mato-Grossense. Segue, ainda, pontuando que as enchentes continuavam causando sérios prejuízos e que seria necessário, urgentemente, surgir na área federal um organismo capaz de coordenar providências para enfrentá-los, estudando suas causas, amenizando seus efeitos no “maior criatório de gado do mundo que é o Pantanal, não bastando apenas orientação, mas a solução definitiva do problema”. A enchente não era, pois, considerada uma característica inerente aos pantanais, mas vista como um problema crônico que afetava consideravelmente a pecuária. Despertamos a atenção para o fato de que havia expectativas por parte de muitos fazendeiros e segmentos do governo estadual em acabar ou encontrar meios de tornar menores as áreas alagáveis utilizando-se de recursos como desvio de cursos e canais de rios, barreiras de contenção e polders.

Fato que fica muito latente na reportagem de janeiro de 1975⁶⁸ “Pecuaristas ainda sem condições de retirar o gado”, cujas indicações obtidas eram o aumento diário do nível das águas do rio Paraguai que vinha incomodando os pecuaristas, os quais calculavam extraoficialmente uma perda estimada de 500 mil reses, caso as

⁶⁸ Jornal Folha da Tarde, Corumbá, MT, 22 de janeiro de 1975, Ano XV, nº. 31.

águas continuassem a subir, calculando também a perda de 300 a 400 mil para o ano. Perdas tão acentuadas, de acordo com os pecuaristas, residiam no fato de não se conseguir transporte para retirada do rebanho de muitas áreas, apesar de o presidente do Sindicato dos Criadores de Corumbá ter solicitado ajuda da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) bem como da navegação da bacia do Prata, para que se disponibilizassem meios de transporte aos pecuaristas. Como o pedido não foi atendido, os pecuaristas se reuniram e decidiram que se não houvesse um posicionamento definitivo da NOB e da bacia do Prata, ambos deveriam arcar com os prejuízos e serem responsabilizados pelas perdas, ou seja, os pecuaristas, mesmo perdendo o rebanho, recuperavam, através das “indenizações”, seu capital.

O texto publicado em julho de 1974, ocupando três páginas do jornal Folha da Tarde⁶⁹, trouxe a transcrição do discurso proferido por Paulino Lopes da Costa em Brasília, agradecendo ao Presidente Ernesto Geisel, ao Ministro João Paulo dos Reis Veloso e a Paulo Rangel pelo empenho e aprovação do PRODEPAN, que se mostraram sensíveis aos problemas enfrentados pelos pantaneiros.

O autor do discurso afirma que “se coloca como modesto e humilde”, não chamando para si todo o mérito da aprovação mediante as suas insistentes reivindicações e pedidos, mas avaliando a aprovação como o resultado de um conjunto cujos pronunciamentos se iniciaram em 1963, dando ênfase sempre ao mesmo tema – as enchentes – e assim chamando a atenção dos poderes públicos, a fim de aproveitar o período de longa estiagem (1963-1974) propício para a realização dos trabalhos do governo que se mostrou favorável, criando em 1971 o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal (CIDEPAN)⁷⁰, incluindo vários municípios⁷¹, pois não se tratava apenas de um Pantanal, mas de vários pantanais e muitos interesses que já se encontravam na berlinda. A justificativa para a criação do consórcio dos municípios se baseava no fato de que isso atendia de súbito os anseios de pequenas comunidades interioranas. Operando assim, numa realidade próxima, valendo-se e objetivando dos/os recursos humanos da própria região que conhecendo suas peculiaridades ofereciam melhores soluções.

Avaliado como sendo o Centro-Oeste um conjunto de microrregiões com disparidades que exigiam as mais diversas soluções, tornava-se necessário um planejamento que equilibrasse desenvolvimento e nível de vida das populações, que,

⁶⁹ Jornal Folha da Tarde, Corumbá-MT, segunda-feira, 22 de julho de 1974.

⁷⁰ Diário Oficial de 27 de dezembro de 1971. Cuiabá-MT.

⁷¹ Municípios envolvidos: Aquidauana, Barão do Melgaço, Cáceres, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde, Santo Antônio de Leveger e Várzea Grande; com sede em Corumbá.

na justificativa dos idealizadores do CIDEPAN, devia partir da homogeneização do status que se queria alcançar em pleno desenvolvimento nacional e local. Nesse contexto, o Pantanal exigia soluções urgentes cujos planos estaduais não davam conta de fazê-las, e, pela complexidade apresentada na área fisiográfica, nenhum município tinha condições de resolver esses problemas isoladamente, mas através do consórcio e da conjugação dos recursos humanos e materiais, completando-se, resultariam nas soluções e nos resultados desejados. Unindo esforços, os municípios celebraram convênios para a realização de obras, exploração e execução de serviços de interesses comuns, atendendo toda demanda tanto política quanto econômica da microrregião.

Em sua grande parte, os objetivos do CIDEPAN englobavam realizar e orientar estudos, levantamentos, programas e projetos de desenvolvimento em harmonia com os planejamentos regionais e setoriais dos governos federal, estadual e municipal, com duração indeterminada. Esse Consórcio, atuando em regime de cooperação, tinha nos objetivos ampliar e fortalecer administrativa, econômica e socialmente os municípios, prestando assistência técnica nas atividades-meio das prefeituras, promovendo reformas em âmbito administrativo e reorganizando serviços públicos com ênfase especial aos serviços fazendários. Entre as muitas atividades, também figuravam: (a) estudar e sugerir normas sobre a legislação dos municípios envolvidos visando a uma uniformização; (b) assessorar a câmara de vereadores nas tomadas de decisões e na adoção de medidas administrativas e legislativas; e (c) estimular a adoção de incentivos fiscais e de outra ordem para a industrialização com total aproveitamento de recursos naturais e de matérias primas, de mão de obra disponível, de obras e de empreendimentos, institucionalizando a continuidade administrativa local.

Agindo de forma a sobrepor a temporalidade dos mandatos municipais, coordenava a implantação de planejamento local integrado na microrregião e no que tange às atividades afins estimulava o uso de recursos renováveis, executando medidas que visassem às produções agropecuária e industrial; assessorava a elaboração de planos para a educação, o transporte, a comunicação, a eletrificação e a colonização, conjugando recursos técnicos e financeiros na elaboração de estudos e nos levantamentos dos problemas e das potencialidades e de suas prioridades, sempre defendendo e reivindicando o interesse econômico.

Coube ao CIDEPAN elaborar um trabalho substancial e melhorado voltado para aplicação de normas e de métodos em todos os aspectos de uma ação política planejada para o aproveitamento econômico dos recursos naturais da região de

abrangência e, do mesmo modo, preparar o “terreno” para a implantação do Programa de Desenvolvimento do Pantanal.

Na ocasião, o deputado Garcia Neto, em seu pronunciamento, classifica o Pantanal como a região mais rica do país. Além dos recursos liberados pelo PRODEPAN, acrescentam-se mais 500 milhões de cruzeiros para aqueles que trabalhavam na pecuária. Para tanto, o governo viabilizava junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central uma linha de crédito para que as fazendas tivessem capital para trabalharem e se constituírem como empresas pecuárias. Segundo Garcia Neto, em concordância com Lopes da Costa, o problema não era terra, ela existia e era excelente para a criação. O problema era o recurso disponibilizado para transformar a criação extensiva em intensiva, afirma Lopes da Costa que estava diretamente envolvido no processo de avaliação, análise e liberação de créditos junto ao Banco do Brasil para dar o auxílio necessário aos pecuaristas, haja vista uma avalanche de água que transformou em calamidade a região.

Na sequência da transcrição do discurso proferido e alicerçado pelos elogios do Deputado Ubaldo Barén, Lopes da Costa repete que “esse plano de desenvolvimento vinha sendo estudado em todas as suas minúcias”, cabendo apenas ao governo aprová-lo, após análise, pois o mesmo já havia passado por estudos rigorosos e bastava o governo retocá-lo e aprimorá-lo sob o ponto de vista técnico, tendo em vista as peculiaridades da região, a fim de transformar o Pantanal, após alguns anos da sua aplicação, num modelo de área de trabalho onde o progresso haveria de colaborar de forma maciça para seu pleno desenvolvimento, com grande repercussão na economia da região e do país. Trata dos assuntos norteadores do Primeiro Encontro do PRODEPAN em Corumbá, e mais sobre a Transpantaneira, reforçando o projeto em fase de implantação como sendo “uma rodovia que irá proporcionar o escoamento rápido da produção de bovino de várias regiões ricas do Pantanal para os centros consumidores e industriais” facilitando o deslocamento do bovino na época das enchentes.

Aqui chama a atenção o fato envolvendo as enchentes que, segundo Lopes da Costa, logo no início de sua transcrição, diz que reside nos pantanais há 50 anos e que durante todo esse tempo observou que as enchentes abrangem apenas 1/3 do Pantanal onde as águas próximas dos leitos dos rios São Lourenço e Paraguai atingem até 2 metros de profundidade, mas, na medida em que se distancia dos leitos para o interior a partir de 15, 18, 20 metros de penetração, essa marca cai e as águas estacionam em um metro para menos. E mais para o interior, ficam as regiões mais altas de terreno acidentado com capões e matas que servem de abrigos para o gado.

Isso mostra que os fazendeiros investiram maciçamente no período da estiagem dobrando, triplicando seus rebanhos com capital imobilizado incalculável, que Lopes da Costa avalia em torno de 400 milhões de hectares de terras, o que deixava muitos pecuaristas paranaenses e paulistas, em passagem pelo Pantanal, perplexos ao visitarem certas fazendas no Pantanal, em Corumbá, cujo capital imobilizado gira em torno de 400 a 500 mil cruzeiros somente na sede da fazenda sem contar o valor das divisões e das subdivisões. Tais cifras eram utilizadas para mostrar o valor da economia pantaneira e a importância do trabalho “insano e perseverante” que os pioneiros tiveram para abrir a região mais próspera e rica do país.

Após tais observações, segue sendo elogiado pelos deputados Ubaldo Barén e Prisco Viana por dar uma aula sobre o Pantanal, permitindo um panorama da situação econômica deste. O potencial de investimento que se abria diante de tais fatos forçava o governo a aprovar um programa específico para conter e evitar as enchentes e os prejuízos advindos que eram apenas previstos, pois faltavam dados para confirmar as cifras dos prejuízos de 1974, perdendo-se a conta da quantidade do rebanho nos pantanais, mas passando a impressão de serem grandes os danos que precisavam ser contidos. A enchente era descrita como um problema crônico para os pecuaristas, faziam-se necessárias soluções para os diversos “males” causados pelas águas. Nesse sentido, a reivindicação de Lopes da Costa leva a pensar o poder, mas não apenas a partir da institucionalização como também nos aspectos e nos discursos que se articulam na busca do poder como se “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão é como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1996, p. 18).

Os estudos desenvolvidos por Abreu (2000, 2001) no que se refere à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), analisam que, no processo de consolidação do território do Mato Grosso, norte e sul materializavam diferenças e semelhanças que alicerçavam a argumentação que justificava a sua divisão racionalizando também os processos políticos regionais. Consta a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste⁷² (SUDECO), em 1967, como parte das reformas estratégicas do governo federal, durante o governo de Costa e

⁷² Lei 5.365/1967 (Lei Ordinária) de 01 de dezembro de 1967 com retificação em 04 de dezembro de 1967. Lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional e sancionada pelo Presidente Costa e Silva. A área de atuação da SUDECO compreende os estados de Goiás e de Mato Grosso e o então Território Federal de Rondônia

Silva através da Lei nº. 5.365 de 1º de dezembro de 1967⁷³, sendo suas principais competências a elaboração dos Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em conjunto com ministérios e órgãos federais atuantes, com as seguintes orientações:

a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazos; b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população; d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto sustentação; e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras; f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos; g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais; h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável; i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessário ao desenvolvimento da Região; j) aplicação coordenada dos recursos, federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas; l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis; m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Em observação às orientações especificadas em suas competências, o programa criado pela SUDECO para o Pantanal, denominado PRODEPAN, “funcionou” entre os anos de 1974 a 1976 com prorrogação de mais dois anos (1974-1978) constituindo-se como um conjunto de medidas que visavam a dotar o Pantanal de condições adequadas que possibilitassem a melhor utilização dos amplos recursos oriundos dos fundos de investimentos do governo federal, gerados a partir de 1960, visando à modernização de setores como a agropecuária e a agroindústria no Brasil.

O processo de mudanças estava concatenado a um modelo econômico, oriundo dos anos de 1950 e que se intensificou no período do governo militar

⁷³ Publicado no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 1967.

alicerçado no tripé Estado Nacional com capitais privados nacional e internacional, vinculados aos monopólios industriais, determinando desse modo e a partir desse tripé um rearranjo da agricultura subordinada à indústria e ao mercado de produção em todos os aspectos e que em âmbito nacional adquire novos contornos e em âmbito regional figura

como um espaço de ocupação necessário, assumindo por um lado, um caráter geopolítico, face a sua condição de “caminho” para a conquista da Amazônia brasileira e, por outro lado, um espaço de absorção de população e de alternativa para a desconcentração industrial, via agro industrialização (ABREU, 2001, p. 23).

Nesse cenário, as ações programadas e efetivadas e as práticas realizadas,

que se materializariam em políticas e ações locais e regionais ao serem programadas pela SUDECO comungavam com o ideário de propostas de ações de interesses (privado) nacionais e internacionais, vinculados ao capital monopolista, de modo a consolidar relações de produção e marcos espaciais próprios, que são ao mesmo tempo novas e velhos (op. cit.).

Os investimentos permitiam a inserção definitiva dos pantanais no processo de desenvolvimento nacional. E, de acordo com Abreu:

As recomendações passavam pelo asfaltamento entre Aquidauana-Corumbá, bem como a construção da ponte no Porto da Manga, no rio Paraguai, além da Transpantaneira, que ligaria Cuiabá-Corumbá. É o caso, também, da construção de poços artesianos e de canais-tronco e vicinais visando ao saneamento rural; da construção de armazéns e frigoríficos que foram contemplados na programação do PRODEPAN, além da criação de uma fundação universitária (2000, p. 3).

O potencial da região não entrava no mérito da discussão, pois se defendia a ideia de que o fazendeiro do Pantanal sempre foi sensível e parceiro do progresso, mesmo desassistido pelo poder público, procurava assimilar conhecimentos e técnicas da “arte de criar”, portanto, todas as inovações tecnológicas no que tange à criação de bovinos, já passavam pelo Pantanal, incluídas, nesse rol, as linhas aéreas facilitando o transporte para as fazendas, a construção de canais, as anotações pluviométricas e o registro das enchentes somadas a tantas outras inovações que faziam do Pantanal um lugar privilegiado para o desenvolvimento da economia do estado de Mato Grosso.

Ainda, segundo Abreu, o papel desempenhado pela SUDECO “enquanto gestadora de uma política de venda da região, no sentido de oferecer explicitamente, através dos estudos realizados, as melhores opções de investimentos e de exploração para empresários de capital nacional e internacional” (2000, p. 26), através da facilitação de créditos e de incentivos que visavam ao desenvolvimento, atendendo o chamado ideário desenvolvimentista proposto pelo governo em esfera federal, em que múltiplas relações acalentavam a utopia sob a égide da incompetência tanto política quanto técnica, recheadas de conflitos e de contradições de interesses do capital monopolista financeiro na roda viva do capitalismo no Brasil, que experimentava as agruras de um regime militar.

Com base nessas argumentações e embalado pela utopia desenvolvimentista do governo militar, o então Secretário da Agricultura e coordenador do encontro defende e apresenta a todos os interessados na “ímpar região mato-grossense, que é sem dúvida uma das mais sedutoras e fascinantes de todo o mundo, pelas peculiaridades que apresenta”⁷⁴ o Pantanal como nova fronteira econômica nacional. Como havia um processo de transformações ambientais em curso, as mesmas ganham amplitude gerando múltiplas implicações, abrangendo aspectos no âmbito econômico, político e cultural, que não ficam restritas apenas à área inundável, mas a toda natureza, na qual os resultados acarretam uma gama de consequências no que tange às áreas úmidas.

O que ficou implícito, no entanto, é que o Pantanal é o receptor em primeira mão de toda a descarga das águas fluviais e pluviais, advindas do planalto e das regiões circunvizinhas. Essas águas distribuídas vagarosamente pela planície, seguindo declives que vão canalizando-as para o rio Paraguai, que atua como veio mestre receptor de toda a rede hidrográfica do planalto e da planície. O Pantanal é uma depressão plana, conforme salienta Ab’Saber (2006), desse modo acolhe a rede hidrográfica que na sua composição distribuem-se pelos campos entremeados pelos rios, várzeas, baías, lagoas e corixos dispostos em desníveis sedimentares.

Em seus estudos sobre as transformações e suas consequências para a planície pantaneira Ab’Saber salienta que:

[...] os rios que chegam ao Pantanal, provenientes dos planaltos e escarpas circundantes, são os que mais trazem cargas poluidoras, devido ao seu trânsito por áreas agrícolas em expansão, que liberam caldas de agrotóxicos e fertilizantes, durante a estação das águas. São

⁷⁴ Notas da abertura e apresentação por Paulo Coelho Machado - Secretário da Agricultura e coordenador do I Encontro do PRODEPAN.

eles próprios que em áreas adjacentes aos pantanais, recebem produtos mercuriais, injetados nas suas águas a partir das zonas de garimpagem. Por último, são eles também que acentuam uma poluição sedimentária, devido aos processos erosivos mais ou menos frequentes e setorialmente agressivos, em processo nos planaltos sedimentários regionais (1988, p. 28).

A propagação da disponibilidade das áreas nas chamadas fronteiras econômicas em expansão, as estratégias para o desenvolvimento acelerado com alta rotatividade de cultura e de produtividade cercada pelas tecnologias que incluem produtos químicos cada vez mais eficazes e destrutivos que fazem emergir problemas ecológicos e de saúde⁷⁵ – além de produzir desigualdades nos processos de produção – articulam-se em rearranjos políticos em busca de soluções rápidas, práticas e sustentáveis, demonstrando as contradições, ampliando os conflitos na produção dessas fronteiras, mas que, em contrapartida, geram investimentos em transporte, em comunicação e em tecnologias para as demais estruturas que permeiam o setor agropecuário, cuja expansão revela seu potencial produtivo e a abrangência do mercado exportador, que atuam como molas propulsoras para a economia em âmbitos nacional e global.

O crescimento acelerado no desmatamento a taxas elevadas na planície é verificado de forma mais intensa no planalto. Muitos fazendeiros e pecuaristas, que não tendo uma ligação mais estreita com a cultura regional e com o Pantanal, buscam a uniformidade da paisagem remodelando os espaços onde o respeito a diferentes unidades de paisagens e suas características próprias ficam esquecidas. A ideia de conservação, de preservação está atrelada a reservas particulares, vistas como reservas naturais ou em unidades de conservação governamentais. A cobertura vegetal original está comprometida. Na tentativa de reverter esses danos na sub-bacia do rio Taquari, a Secretaria do Meio Ambiente do estado de Mato Grosso do Sul, em conjunto com fazendeiros, tem projeto ainda pequeno e em fase inicial de plantar

⁷⁵ Sobre o uso de agroquímicos e seus efeitos nocivos, pesquisadores alertam que “diferentemente dos efeitos agudos dos agrotóxicos na saúde humana, os crônicos não têm sido caracterizados de forma adequada, tendo em vista que os efeitos tardios de alguns desses químicos podem se tornar aparentes após anos de exposição. Apesar dessa dificuldade, a literatura médica fornece um conjunto de indicadores que relacionam os efeitos na saúde devidos à exposição em longo prazo aos agrotóxicos. Problemas oculares, no sistema respiratório, cardiovascular, neurológico, assim como efeitos cutâneos e problemas gastrointestinais e alguns tipos de cânceres podem estar relacionados ao uso desses produtos”. PORTO, Marcelo Firpo; SOARES, Wagner Lopes. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. Rev. bras. Saúde Ocup. vol. 37 no.125 São Paulo Jan./jun. 2012.

mudas de espécies nativas nas áreas de proteção permanente (APPs), como matas ciliares e nascentes em São Gabriel do Oeste, na tentativa de conter a erosão.

No panorama apresentado, não há espaços para dúvidas. Tal afirmação nos remete a uma questão que exige reflexão e cautela, que está relacionada à problemática da configuração geográfica, meramente apresentada como configuração espacial deslocada e, em conformidade com Raffestin (1993), um território se forma a partir do espaço, é, portanto, o resultado de uma ação conduzida, seja de forma concreta, seja abstrata, elaborando representações e afirmando assim o poder sobre um espaço, e a força exercida para mantê-lo sobre seu domínio. Segundo o autor, o poder constrói “malhas” nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios, onde o território é o espaço no qual se projetou uma ação, um trabalho modelar e que, por consequência, revela as relações marcadas pelo poder.

A diferença existente entre a malha política e a malha econômica reside no fato de que a primeira é resultante de uma decisão de um poder legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as organizações políticas não se desfazem e não se apagam tão facilmente como as organizações econômicas. Prosseguindo em suas análises, o autor pontua que o limite é uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Logo, a fronteira adquire uma conotação política, tornando-se instrumento manipulável pelas esferas do poder instituído que estabelece seus limites, que emergem ou desaparecem, variando no decorrer da história. A questão da fronteira é também analisada por Martins (2009) que chama a atenção para o fato de que a fronteira não se resume apenas como fronteira geográfica, ela deve ser pensada como uma fronteira civilizacional, econômica, espacial, cultural, étnica, da história e da historicidade dos grupos e/ou das sociedades humanas, e, dessa forma, poderá adquirir um caráter sacrificial, porque é nela que o outro pode ser degradado viabilizando a existência de quem a domina, subjuga e explora.

No cenário exposto, a SUDECO tinha por finalidade, enquadrando-se nos moldes das políticas ditas desenvolvimentistas, promover, produzir e acelerar a economia no Centro-Oeste, utilizando os componentes de uma fórmula utópica que prometia reduzir as disparidades regionais promovendo uma ampla integração nacional cujo elemento central era os recursos e os incentivos do governo federal que, conseqüentemente, utilizava-se de um discurso integracionista que, técnica e cientificamente, sem demérito de classes, e com competência, prometia amenizar os desequilíbrios econômicos propiciando e viabilizando a formação de mercados internos fomentando rearranjos territoriais concatenados a um rearranjo político-social,

mais uma falácia que deixou seus rastros pelos meandros de um paraíso inexistente ancorado na convergência de discursos e de interesses duvidosos.

A partir de 1960, as concepções e as representações atribuídas ao Pantanal se articularam com novos olhares que demarcaram e marcaram a paisagem da planície inundável como um processo de construção social, da vivência dos grupos nela inseridos, seus valores e suas simbologias, incorporando discursos que articulavam perspectivas estéticas, de linguagens, de significados, de valores culturais e de poder que não hesitaram em classificar os seus elementos norteadores cujos procedimentos controladores foram a exclusão daqueles que não se encaixavam nesses enquadramentos – como no caso dos indígenas, ribeirinhos, pescadores e demais habitantes que pouco ou nada contribuíram na constituição desses espaços idealizados.

Essa problemática revela a necessidade de estudos cada vez mais específicos, voltados para sanar as lacunas e as discrepâncias com as quais nos deparamos na historiografia e nas obras memorialistas em que os aspectos constitutivos das paisagens geográficas e da beleza natural do Pantanal são apresentados associados à profusão das águas e à composição de um mosaico natural de baías e lagoas, marcado pelos longos períodos de estiagem que revelavam os campos secos. Desconsiderando, dessa maneira, a relevância de conhecer os traços e as formas de sociabilidade dos grupos que ali viviam e a ligação desses grupos com a natureza, com as chamadas áreas de desenvolvimento e com o modo como estes estavam ligados ao processo de expansão e de desenvolvimento propagado para o país. Ponderando aqui que, até meados do século XX, a planície pantaneira ficava constantemente alagada, isolando muitas fazendas e tanto o comércio de gêneros alimentícios quanto a comercialização do rebanho bovino eram, consideravelmente, afetados e até mesmo interrompidos.

Tais questões nos permitem apoiar nas análises de Abreu (2000), quando essa autora pondera que com o discurso legitimado pela ciência, dita como neutra, que introduz os alicerces de uma economia com propósitos de atrair investimentos direcionando o avanço de investimentos por território brasileiro, a ampliação do capital investidor estava associada à ampliação e ao controle territorial, através e pelas superintendências regionais constituindo uma malha de ações que englobavam a comunicação, o transporte, a produção e a divisão política, econômica e administrativa nos estados que no período de 1960-1990, pós-regime civil militar tomou a forma de projetos geopolíticos, visando à estruturação e à integração territorial aliada ao projeto

de industrialização em curso, ampliando o campo de atuação dos grandes investidores.

Se, por um lado, inicialmente se tinha a representação do lugar como sedutora e fascinante economicamente, por outro “costura-se” a identidade do homem (do pecuarista pioneiro) com o lugar, com a paisagem, com o espaço geográfico em questão, reelaborando novas configurações espaciais e territorialidades. Assim, em conformidade com Duncan, em sua análise sobre paisagem e signos, salientamos que os discursos

[...] são, ao mesmo tempo, recursos facilitadores e coações ou limites dentro dos quais determinados modos de pensamento e ação parecem naturais, e para além dos quais a maior parte daqueles que aprendeu a pensar dentro do discurso não pode facilmente aventurar-se (2004, p. 104).

Notemos que estão em jogo, nesse caso, a complexidade das relações entre homem e natureza, a influência do meio, as relações de câmbio, as transformações oriundas da ação antrópica sobre a natureza, a descrição dos ambientes associados à variedade das atividades do homem tanto nos aspectos econômicos como sociais e o papel simbólico da natureza na vida humana associada a suas necessidades funcionais. E, aqui, não falamos do homem simples, do homem comum habituado com a labuta cotidiana do Pantanal, que faz desse o seu lócus, falamos daquele homem que se utiliza do espaço como recurso econômico, um local reterritorializado e adequado para a prática e concretude de seus interesses.

O discurso construído para o Centro-Oeste, mais especificamente para a consolidação dos “cenários construídos” sobre o território mato-grossense partia do princípio de que inicialmente fora pensado como um grande “vazio demográfico” apresentando uma profana vocação para a agropecuária por seus vastos campos e pantanais, substituído pelo fácil acesso às fronteiras, afastando assim o dogma de lugar longínquo e de difícil acesso, neutralizando os discursos que orbitavam em torno do vínculo externo – considerado como pequeno ou inexistente – pouco relevante ou expressivo nas décadas iniciais do século XX, cuja economia agroexportadora oriunda da pecuária extensiva – paralela às atividades de mineração⁷⁶ e de exploração de

⁷⁶ De forma geral, classificamos o desenvolvimento da atividade mineral em quatro fases. A primeira de 1870 a 1906, sem que uma exploração sistemática viesse a ser empreendida; a segunda fase, de 1906 a 1940, quando o Estado toma a responsabilidade pelo aproveitamento econômico do recurso; a terceira, de 1940 ao final da década de 1970, marcada pela constituição da Urucum Mineração, com a participação efetiva e direta do Estado através da

recursos naturais como a madeira –, definia os núcleos de produção regional, de urbanização e de fluxos migratórios, imprimindo ritmos e atividades socioeconômicas e de divisão territorial, contribuindo ainda mais para a ampliação de investimentos e para o rearranjo espacial com a ampliação de fazendas e do rebanho bovino no Pantanal e do agronegócio exportador mais intenso no norte com amplo aproveitamento de terras. Tanto no Pantanal quanto no Norte, “alimentavam-se” as oligarquias tradicionais desfilando grandes investidores da pecuária em decorrência dos capitais nacional e estrangeiro, cujas atividades se voltavam intensivamente para a exportação sem propiciar alterações na configuração espacial, economia e de infraestrutura, ou seja, é somente mais do mesmo.

Conforme apontado, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, o surgimento de muitos povoados e a formação de pequenas cidades no entorno do Pantanal⁷⁷ estavam associados aos discursos motivadores da ocupação do solo brasileiro, especialmente nas ditas regiões longínquas, distantes dos polos de desenvolvimento nacional, com base em discursos que proclamavam a necessidade de uma integração desses espaços na construção do extenso território brasileiro. A permanência e a falta de acesso se constituíam no grande problema, não apenas na esfera econômica, como também geopolítica para a região e para o país (LENHARO, 1985). A criação de tais centros urbanos favorecia a inserção e o desenvolvimento de uma política marcada pela conquista territorial e uma integração desses espaços na construção do extenso território vinculada à instrumentalização de uma ação política legitimadora, alicerçada – nada mais nada menos – nas águas. Um tabuleiro de xadrez sobre o qual não se movem as bases, as peças chave apenas deslocam as peças cuja função é proteger as peças centrais.

Essas observações são suficientes para mostrar, de início, que os valores, os signos, as práticas e as representações são associados ao *modus vivendi* do pantaneiro que permite fazer a leitura da natureza para a permanência em uma área tradicionalmente afetada pelas enchentes, estabelecendo e instrumentalizando estratégias de sobrevivência na região através dos tempos e, posteriormente, negando a esse homem o direito de decisão sobre os espaços. Embora, “os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente, muito

Companhia Vale do Rio Doce, e a última fase, do final dos anos setenta a meados do século XXI, marcada pela atuação de duas corporações do setor mineral: a Companhia Vale do Rio Doce e a Rio Tinto. (LAMOSO L. P. Características da Exploração de Ferro e Manganês em Mato Grosso do Sul. In: História, região e identidades. MARIN & VASCONCELOS (orgs.). Campo Grande, MS: ED. UFMS, 2003).

⁷⁷ Exemplo de dois centros urbanos erigidos no período que são Aquidauana em 1892 e Porto Murtinho em 1912, locais estratégicos para a construção de portos.

fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local” (CLAVAL, 2004, p. 67), a construção de um sistema simbólico que atua e interage com o imaginário delinea o espaço pantaneiro, transforma e tangencia as relações do homem com a natureza, com o ambiente em si e com os elementos margeantes deste. Essa interação é vista como parte integrante da identidade regional, local. É significativa e necessária e os enfrentamentos entre homem e natureza foram constantes para o estabelecimento e permanência na região (LEITE, 2008). Ainda, segundo o autor, o desenvolvimento de atividades econômicas continua acompanhado pela natureza e suas particularidades, e as especificidades como as enchentes e as secas, fenômenos inerentes da planície pantaneira.

Elementos que coadunam e formatam um discurso de legitimação e de apropriação e que, em decorrência do avanço e da expansão dos campos para criação, profundas alterações são processadas e cujos respingos recaem sobre os pantanais como a incorporação de técnicas especiais de melhoramento tanto das pastagens como do plantel propiciando um aumento de produção mediante o acarretamento de danos aos ecossistemas, comprometendo pelo desmatamento e assoreamento os canais de rios que alimentam o sistema hídrico pantaneiro, chegando ao ponto de se proferirem discursos que levavam ao entendimento de que as enchentes estavam com os dias contatos, era um problema que deveria ser solucionado com o uso de métodos e de técnicas de controle.

Questões essas que se apresentam na reportagem⁷⁸ cujo protagonista é Belmiro Maciel de Barros. Observamos que o jornal não fez mais que descrever a saga de um sujeito que, inserido no universo pantaneiro, personifica a figura do pecuarista na composição de um quadro que está centralizado entre outras duas imagens, uma a paisagem alagada do Pantanal com a imagem de um homem que caminha no sentido contrário das águas de maneira que o foco estivesse na amplitude das águas e na outra a figura de Belmiro, homem de semblante cansado, reforçada pela tonalidade da foto – preto e branco, e ao centro o título da composição: “a desolação é geral em Corumbá”.

Na sequência, o desabafo de um homem que se diz filho da terra e vítima das águas e que pede aos governos federal e estadual que intercedam, com apoio irrestrito, pois caso isso não ocorra, não tinha como garantir que a fibra do pantaneiro que sempre enfrentou o vento sul, a onça pintada, o potro bravo, continuará com sorriso e esperança de dias melhores. Ocupando toda a página seguinte, a imagem de

⁷⁸ Jornal da Manhã. Campo Grande, MS, quinta-feira, 01 de fevereiro de 1979. Ano VI. nº. 1445.

Belmiro está ampliada e as águas aparecem seguindo o sentido da imagem. Destaque para o fato de que Belmiro foi até a sede do jornal – em Campo Grande, MS –, para produzir a reportagem e as imagens foram articuladas de acordo com as suas declarações. A solicitação da publicação era vista como a única forma de falar às autoridades sobre a situação reinante no Pantanal. Ressaltamos que Belmiro era um pecuarista que ocupava posição de liderança entre os pantaneiros que viveram no auge do que ele chama de “época de ouro do Pantanal”, mas que nos últimos anos vinha contemplando com tristeza o decréscimo da economia na sua terra.

Fazendo reivindicações no que tange à pecuária cujo próprio rebanho foi dizimado pelas águas, reclamando do atraso dos trens da NOB em virtude das águas que cobrem os trilhos em pontos estratégicos, das promessas de financiamento para a aquisição de matrizes, bem como dos compromissos prometidos a “colegas nossos em Brasília”, conforme expressão usada por Belmiro Maciel, reafirmando que a pecuária precisa de crédito amplo, salientando que assim como foi ao jornal, foi também ao encontro do Secretário de Desenvolvimento Econômico que intercedeu junto ao Banco do Brasil. Finaliza dizendo que se as reivindicações não forem aceitas resultarão em intensos prejuízos agravando ainda mais a economia cujos recursos obtidos pelo crédito seriam irrisórios mediante o problema que não tinha limites e datas, mas que ainda restava uma “réstia de esperança” para as promissórias rurais no caso do gado gordo. Alegações que o setor da economia mais afetado pelas águas é exatamente a pecuária, e por essa razão é a atividade que mais deveria receber recurso. Novamente, a moeda de barganha com o governo nas esferas estadual e federal são as enchentes.

Encontramos elementos semelhantes no discurso de José Manuel Fragelli, então governador do estado de Mato Grosso, quando observa que o “PRODEPAN é antes de tudo um resultado do Programa Nacional de Integração”. Dessa forma, é preciso entender que as duas missões que norteavam o chamado modelo brasileiro de desenvolvimento, consistia em primeiro lugar na distribuição de renda no campo social e, em segundo lugar, na distribuição regional da renda no campo político, visando ao fortalecimento e à consolidação das aspirações nacionais que estavam pautadas na unidade nacional e na segurança do país e abarcava um conjunto de medidas de curto e médio prazos, com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento para o Mato Grosso sem desconsiderar a potencialidade da planície pantaneira.

São “eleitos” cinco setores básicos para atendimento imediato. São eles:

de transportes (malha rodoviária, melhoria da navegação e de vias férreas); saneamento (construção e plataformas de refúgios; perfuração de poços; canal de Paiaguás; barragem do rio Manso, polder de Corumbá; estudos de comportamento hidrológico do Pantanal e de regularização de cursos d'água); energia (projetos de geração, transmissão, distribuição e transformação); industrialização (estudos e oportunidades industriais das matérias primas existentes no Pantanal – ferro, manganês, fosfato, calcário, madeira – e implantação do frigorífico de Corumbá e de distritos industriais) e de desenvolvimento da pecuária (pesquisa para melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo pecuário, além de assistência técnica ao produtor) (ABREU, 2000, p. 4).

O setor de transportes absorvia uma grande parcela dos recursos destinados ao programa e seriam aplicados no triênio 1974-1975-1976. A primeira etapa da construção dessa malha coletora era a continuação da Transpantaneira que fazia a ligação entre Cuiabá/Corumbá. Ligação essa que além da importância econômica permitiria a ligação de duas importantes bacias hidrográficas: a Amazônica e da Prata, cobrindo uma das regiões mais ricas da chamada Amazônia Mato-Grossense e unindo dois portos fluviais – Corumbá/Santarém, abrindo caminho para o sul.

Outro setor privilegiado seria o saneamento que previa assistência técnica, crédito rural adequado para as condições do Pantanal. O gargalo estava na ausência de pesquisa agropecuária que serviria de suporte à assistência técnica, fator que dificultava a racionalização e o aproveitamento da pecuária, limitando os investimentos. Visando a sanar tais problemas, foram lançados como projetos prioritários à pesquisa e à experimentação agropecuária crédito orientado e assistência técnica possibilitando um maior avanço no desenvolvimento e maior rentabilidade na pecuária.

O discurso produzido na sessão de abertura apresentava o Pantanal, como grande promessa de contribuição para o desenvolvimento nacional e para a integração com a Bolívia e o Paraguai, alavancando ainda mais o avanço econômico da região. O PRODEPAN representava “uma transposição do projeto nacional de desenvolvimento e integração, para o plano regional”, e como resultado da “consciência nova do homem do interior, quanto a sua posição e quanto ao seu valor no quadro brasileiro”⁷⁹. Essa posição de valor estava associada à nova política de desenvolvimento implantada pela Revolução que visava a uma política integracionista apelando para um espírito regional e não regionalista, enaltecendo os municípios que compreendiam a grandiosidade do Pantanal, bem como suas responsabilidades no contexto

⁷⁹ Sessão de abertura do I Encontro do PRODEPAN, 1974, p. 23.

econômico e político nacional. O discurso da modernização é incorporado pelo regime militar com pretensões de implantar um modelo de crescimento econômico associado à repressão política que resultaria na crise econômica dos anos de 1980, momento em que os militares foram afastados do poder.

A utilização de uma área como o Pantanal suscitava a organização e a adoção de estruturas facilitadoras permitindo o acesso à política e diminuindo o isolamento geográfico das demais regiões do país. Portanto, fixar núcleos urbanos, estruturar e estabelecer núcleos políticos eram ações que estavam concatenadas à questão principal de como estabelecer novas formas de políticas e como esses fatores estavam integralizados na expansão econômica planejada para o Centro-Oeste e, conseqüentemente, para o Pantanal e para o estado do Mato Grosso⁸⁰ denominado como “o novo endereço do progresso”.

Entre os anos de 1966-1971, numa tentativa frustrada, a aposta da modernização recaiu na construção da estrada da integração ligando Aquidauana, Miranda, Porto da Manga e Corumbá (ARAÚJO, 2005). O governador José Fragelli, que assumiu em 1971, iniciou a construção da rodovia Transpantaneira, aproveitando o momento que o Brasil atravessava, e que várias indústrias multinacionais se instalavam no país, muitas delas automobilísticas, e o período em que o presidente Médici voltava às atenções de seu governo para o ideal de integração nacional, como forma de dominação e de controle territorial, principalmente nas regiões fronteiriças como Mato Grosso e Amazônia.

Corumbá era descrito por Fragelli em alto e bom tom como a porta de entrada para o Pantanal e devido a isso o fortalecimento na exportação do gado, o minério e a madeira estavam diretamente ligados ao desenvolvimento e aproveitamento econômico da planície, que dispunha de amplas pastagens, mas estava relativamente isolada e mesmo assim mantinha 1/3 do rebanho mato-grossense. A construção de estradas para o escoamento, segundo Fragelli, era inadiável e a Transpantaneira serviria como eixo, como suporte a um sistema de estradas vicinais que entrecruzariam os pantanais.

O que Fragelli buscava com a construção da megaestrada estava atrelado a um acordo⁸¹ feito entre este Governador, no caso ele Fragelli, e o Governador de Departamento de Santa Cruz de La Sierra, Herberto Castelo Llado, que envolvia a

⁸⁰ A divisão do estado ocorre em outubro de 1977 quando o sul do Mato Grosso passa a ser o estado de Mato Grosso do Sul (BITTAR. M, 2009).

⁸¹ Informações obtidas no informe especial encaminhado para publicação – via imprensa do departamento de comunicação do governo do estado e divulgado na ocasião do I Encontro do PRODEPAN.

comercialização de produtos; a melhoria dos transportes ferroviários Santa Cruz-Corumbá-Campo Grande-Santos; liberdade de trânsito de produtos manufaturados no comércio de Corumbá, Quijaro e Porto Suarez e a possibilidade da Bolívia escoar sua exportação através do porto de Santarém, aspectos balizadores das negociações para implantação do gasoduto Bolívia-Brasil. Para o turismo, Fragelli contava com o Departamento de Turismo do Mato Grosso (DETUR) e com a EMBRATUR, cujo projeto principal era a construção do Hotel do Pantanal que ofereceria como atração ao turista, amostras da reserva natural do Pantanal, flora e fauna, fomentando a indústria com roteiros ousados incluindo nos roteiros passeios a Bolívia.

A utopia da modernização, bem-vinda e sempre presente no imaginário dos grandes proprietários que ansiavam pela entrada do progresso na região, trouxe à cultura e ao ambiente pantaneiro o ônus de tal progresso e das grandes transformações. A modernidade precisava abrir caminhos, alcançar o Pantanal e a construção de estradas que atravessariam o espaço pantaneiro estava vinculada às características climáticas e geográficas da região, levando as várias tentativas ao fracasso. A aposta principal de José Fragelli para a modernização se consolidava com a construção da Transpantaneira.

O Pantanal foi avaliado por José Fragelli, não como uma nova fronteira comparada à Amazônia, não como uma área para ser ocupada como o norte do Mato Grosso, não como um espaço vazio que deveria ser preenchido, mas sim “como uma área problema de grande potencialidade, cujo abandono à exploração econômica rotineira e secular, constituía, sem dúvida, verdadeiro desperdício nacional da potencialidade da terra e da capacidade do homem brasileiro do interior” (1974, p. 24). Para Fragelli, era preciso avaliar que o Pantanal tinha grande potencial para a pecuária e a agricultura e estava relegado ao esquecimento, mas, unindo esses dois fatores, estes poderiam alavancar a industrialização necessária para o que tudo ali era produzido. As palavras de Fragelli rumavam ao encontro das reivindicações e das sugestões apresentadas, desde 1963, para os poderes administrativos e políticos em esfera federal. A confluência de interesses visava a atender uma classe que se colocava vitimizada pelas águas do Pantanal.

As reportagens⁸² intituladas “Crise do Pantanal afeta pecuaristas” e “Pecuaristas encaminham ofício a Paulinelli sobre a crise” comprovam de certa forma tal fato, posto que as reclamações dos pecuaristas incidissem exatamente sobre o ponto do prejuízo causado pela enchente do ano anterior – 1974, analisadas como desastrosas e o ofício encaminhado ao Ministro da Agricultura apresentava sugestões

⁸² Jornal Folha da Tarde. Corumbá, MT, 04 de abril de 1975. Ano XVI; nº. 5.676.

para encontrar soluções para o problema das enchentes e atender aos pecuaristas. Para Zelito de Barros, dois motivos principais norteavam a decisão, o primeiro era a enchente que trouxe prejuízos, sem estimar valores o pecuarista e autor do ofício registra como sendo muito grande para a classe pecuarista, e o segundo motivo era a venda desnecessária do rebanho forçado pelas circunstâncias. Na avaliação de Zelito, a crise perduraria por pelo menos 3 ou 4 anos e que a enchente esperaria 13-14 anos para vir e viria justamente no momento de crise global.

Observemos aqui que a enchente atua como tabuleiro de apoio para as reivindicações e justificativa para o panorama financeiro que era apresentado e que envolvia a decisão do governo de conter o abate e a importação de carne. Uma medida necessária que veio aliada à contenção da crise econômica dos mercados nos grandes centros. Todos esses fatores colocavam os pecuaristas dos pantanais em uma situação inferior aos pecuaristas das demais regiões produtoras de carne do país. Os créditos especiais ajudavam, mas eram descritos como paliativos. A solução estava nas estradas como fator positivo para a comercialização adequada do rebanho. Para Zelito de Barros, enquanto tal situação não fosse resolvida diminuía o preço do boi em pé e aumentava o preço das necessidades dos pecuaristas. Para ele, o ideal era que “não se tomasse medidas violentas como as contenções de abate”. Com isso, a situação dos pequenos pecuaristas é de calamidade, especialmente daqueles que estão próximos às margens dos rios e, para o médio pecuarista, a visão era mais dramática registrando morte de 50% do rebanho, não sobrando crias e caso perdurassem as enchentes viriam a se repetir os prejuízos que seriam sempre dobrados, talvez não recuperáveis em anos. Para pequenos criadores e posseiros e até mesmo para o médio produtor, a situação era aceitável diante do fato de que muitos se viram tentados a venderem suas terras. No trecho da reportagem que traz a fala de Ubaldo Ociara, um médio pecuarista, tratava-se de um dinheiro que está empatado, gerando prejuízo, um assunto extenso e que muitos criadores foram ouvidos “inclusive com opiniões diferentes”.

Essas informações são suficientes para mostrar de início que o ofício entregue pelo Senador Itálvio Coelho da ARENA-MT para o Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli e assinado pelo presidente do Sindicato Pedro Delfino da Costa relatando as dificuldades da pecuária pantaneira para “expor com lealdade” a situação na qual se encontra a pecuária estão ancoradas na justificativa das enchentes que forçaram operações de vendas sob violenta pressão baixista de preços que não foram suficientes para cobrir as despesas das altas dos insumos registrados para o período, não restando, no caso, para o pecuarista qualquer alternativa que não fosse solicitar

mais crédito sendo que inicialmente foi dado um crédito de Cr\$ 400,00 por bezerro de 6 a 12 meses, não sendo suficiente e a sugestão era dobrar o valor, dando ao bezerro o valor de CR\$ 800,00 e obviamente ampliando o prazo de pagamento, que girava em torno de 2 a 3 anos, ampliando para 5 anos, não sacrificando assim o pecuarista, cuja sugestão era o pagamento de 10, 20, 30 e 40% do valor a cada ano a partir do segundo ano da liberação do crédito com a carência de juros. O pecuarista Zelito de Barros justifica o prazo de 5 anos como necessário para a recuperação do rebanho sem sacrifícios às matrizes e sem vendas apressadas, o que seria a ruína de muitos pecuaristas tendo como vítima os pequenos proprietários. Contradição? Quem exatamente receberia as benesses oferecidas pela liberação de crédito? Porque opiniões divergentes vieram à tona na conversa de pequenos e médios produtores lembrados por Zelito como vítimas da crise? As peculiaridades do Pantanal faziam desse uma área estratégica no que tange à produção de matrizes – um privilégio de grandes fazendeiros – para a expansão da pecuária que excluía os pequenos e médios produtores.

Para o governador José Fragelli, era preciso aprender algumas lições com o Pantanal, a primeira era unir as inteligências, as vontades, os esforços e os recursos para estudar os problemas válidos das comunidades regional, estadual e nacional; a segunda consistia em reconhecer um governo genuinamente nacional cujo sentido não era o apego às áreas prioritárias escolhidas pelo prestígio político das bancadas do Legislativo Federal. Era preciso reconhecer um governo nacionalista que militava pela busca incessante do desenvolvimento de cada região requerendo a prosperidade para todos os brasileiros, em cada canto do Brasil. A terceira lição, segundo o governador, é que cada brasileiro devia depositar sua confiança nos governos que “nasceram da Revolução, autenticamente brasileira, de março de 1964”, garantindo com isso a resposta para todas as aspirações do povo brasileiro em qualquer parte do território nacional. De acordo com o governador, os levantamentos feitos sobre a área que compreendia os pantanais, o levaram a tais conclusões, permitindo um diagnóstico do que seriam a realidade do Pantanal e as zonas circunvizinhas, fatos que o levaram a apresentar, nesse caso, um projeto de interesse nacional, que ia muito além dos interesses iniciais dos municípios e dos pequenos projetos em elaboração, atendendo aos anseios do presidente Ernesto Geisel, ou seja, a implantação de um programa de ação imediata.

Fica latente no discurso do governador o fato de que estava estreitamente ligado ao objetivo da SUDECO, que consistia em afirmar que a esta caberia “relevante papel na integração do centro-oeste como instrumento positivo para o deslocamento

das fronteiras econômicas do país, que devem coincidir com as linhas demarcatórias da soberania política nacional” (ABREU, 2001, p. 64).

Nos anos de 1950-1990, com os processos de expansão industrial e urbana, ocorreram consideráveis mudanças no que concerne à participação do Centro-Oeste no cenário brasileiro nos âmbitos territorial e político, com a consolidação de projetos e de programas nos moldes cerceadores e delimitadores das fronteiras políticas onde o Mato Grosso apresentava e cumpria a função de fronteira com grande potencial diretamente vinculado às esferas federais. Atuando como fronteira agrícola, o Centro-Oeste recebe o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) cujo intuito era promover a expansão agrícola vinculada a um projeto maior, cuja finalidade centrava a incorporação de territórios e sua devida adequação às demandas do mercado mundial, do capitalismo global adornado pelas grandes corporações multinacionais que visavam à exploração e à apropriação dos recursos naturais e humanos enquadrados em um regime cada vez mais complexo de produção exploratória.

No que tange a abrangência do programa na chamada estratégia para o avanço das fronteiras agrícolas, Abreu registra que

[...] no início dos anos 70, pela primeira vez, o asfalto ligava Mato Grosso a São Paulo, interligando Campo Grande à rede rodoviária do Oeste paulista através da Ponte Mauricio Joppert, sobre o rio Paraná, nos limites entre os municípios de Presidente Epitácio-SP e Bataguassu-MS. Em 1972, o documento “Estudo de energia elétrica do Centro Oeste – 1972/1990”, realizado pela SUDECO, apontava a entrega de 664 km da estrada BR-070, de um total de 993 km, no trecho Brasília/Cuiabá e, ainda, indicava para breve a conclusão da Brasília-DF/Cachimbo-PA, de 1.103 km, que se encontraria com a BR-163, a Cuiabá/Santarém, ainda em construção nesse período, interligando o Norte paraense com a capital federal (ABREU, 2003, p. 283).

Na avaliação do então Presidente Médici, era chegada a hora do Centro-Oeste⁸³, era preciso abrir caminhos para a safra do Mato Grosso e o PRODOESTE vinha para eliminar os entraves e as deficiências do sistema viário de Mato Grosso e de Goiás. Nas suas palavras:

Incumbe-lhe, pois, expandir as nossas fronteiras econômicas e sociais, sem que se enfraqueça o dinamismo dos núcleos mais desenvolvidos, a fim de acelerar o crescimento do país e diminuir as principais tensões internas e externas, que são inerentes ao próprio fenômeno do desenvolvimento (Jornal O Estado de São Paulo, 09/11/1971).

⁸³ Jornal o Estado de São Paulo, SP, Terça-feira, 09 de novembro de 1971.

O que Médici não disse é que de fato havia a implantação das rodovias, mas eram entregues sem nenhuma pavimentação e, ainda, no caso da rodovia que ligava Brasília-DF/Cachimbo-PA, mesmo apontada em 1972 como em fase de conclusão “nunca chegou a sair do papel” (Abreu, 2003).

Encontramos aqui uma questão pertinente que está diretamente ligada à ideia da fronteira econômica nacional propagada para o Mato Grosso e amparada pelos programas implantados: a crescente preocupação com as consequências do não escoamento da safra de grãos, especialmente arroz e soja, em face das chuvas e das cheias. Os cálculos orbitavam em torno de um milhão de toneladas somente de arroz sem contar a soja e os demais produtos. As exigências eram da liberação imediata de recursos pelo governo e caso isso não ocorresse dar-se-ia a safra por perdida. O pedido de melhoria das vias de transporte estava atrelado à retirada do produto da lavoura, ao fornecimento de combustível para o transporte, à secagem e ao beneficiamento. Coadunavam assim com os pedidos dos pecuaristas que reclamavam e exigiam recursos para retirarem o rebanho dos campos, com a previsão de enfrentamento da maior enchente, interditando o acesso a todas as fazendas com ressalvas sobre o número de reses perdidas e do prejuízo advindo. A pressão recaía novamente sobre a NOB e o preço elevado dos transportes, a falta de investimentos e a liberação de créditos.

Nesse cenário de desenvolvimento, para o Pantanal, de acordo com Médici:

Apressar-se-á, ainda, dentro desse programa, a execução, particularmente na área do Pantanal em Mato Grosso, do grande projeto – para o qual colabora o Fundo das Nações Unidas – de saneamento da região Centro Oeste, mediante a abertura de canais e a construção de diques e barragens, proceder-se-á a recuperação de terras, a consolidação de perímetros agricultáveis e a delimitação de áreas para proteger os rebanhos em época de enchentes (Jornal O Estado de São Paulo, 09/11/1971).

Salvar o rebanho era compromisso assumido pelo governo, criando melhores condições para a comercialização e os descontos de Nota Promissória Rural junto ao Banco do Brasil. Assim salvar a safra de grãos, salvar o rebanho era função do governo para salvar os pilares da economia do estado. Identifica-se uma junção de papéis e de funções que tramitam entre as esferas do público e do privado, sem distinção de limites, com base num discurso de consolidação dos espaços produtivos.

As disparidades regionais, de acordo com Abreu (op. cit.), atuavam como fatores incomodativos para a execução de políticas que tinham por meta a atração de capitais para o fortalecimento e consolidação de um mercado nacional assegurando o

retorno de investimentos provenientes de corporações e multinacionais que atendessem a demanda do mercado nacional com a exploração mineral, de recursos naturais e pela agropecuária – em grande escala – para exportação dinamizando o mercado.

Entre os programas geridos pela SUDECO que visavam ao desenvolvimento do Centro-Oeste o PRODEPAN figurava como a menina dos olhos, pois criava um polo de desenvolvimento no Pantanal propiciando amplas condições de melhor gerir e utilizar os recursos naturais em escala nacional. Analisando que se inicialmente a ideia era implantar um sistema de malha viária que facilitasse os deslocamentos e as melhorias no saneamento ambiental, na distribuição de energia, no aumento da produção da pecuária de corte, na industrialização e na modernização dos processos de produção, o que se viu, foram projetos inacabados, executados pela metade e muitos outros que nem saíram do papel, permaneceram engavetados, transformando-se em projetos secundários em vista das numerosas obras em andamento em todo país. Período esse que para Proença (1997), muitos classificavam como “época dourada”.

Por ocasião do encontro em Corumbá, a conferência do Diretor Geral do DNOS⁸⁴ foi marcada por elogios à iniciativa do governo nas esferas federal e estadual, destacando que o ponto de maior importância era exatamente o debate e o diálogo, considerados como a única forma pela qual as diretrizes governamentais e a iniciativa privada poderiam conduzir, de maneira rápida e racional, as ações tão imediatas para o progresso. Apresentar informações relevantes e auxiliar na implantação do programa, com responsabilidade, foram compromissos assumidos, além de pensar sobre a forma de bem disciplinar os recursos hídricos do Pantanal, “com o objetivo superior de desenvolver esta região, em benefício último e maior do homem da terra e do progresso de nosso país” (PRODEPAN, 1974, p. 65). Assim se dizendo coerente em suas análises, que seriam apresentadas de forma sintética no que se refere à avaliação e ao controle dos recursos hídricos e ao seu aproveitamento conveniente.

Para o governador Harry Amorim, é quando homens da iniciativa privada e o governo se encontram que nasce um diálogo profícuo e um consenso geral levando ao bom entendimento da problemática da área e das diretrizes aplicadas. Ressalvas ao aspecto fisiográfico e a estrutura singular, a vegetação foi descrita como de grande “diferenciação ao longo de sua extensa área”, um privilégio natural que a natureza dotou a região dos pantanais e que se constituía no grande potencial nativo do

⁸⁴ Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Pantanal portador de um extraordinário poder alimentício para os rebanhos, assim, na sua avaliação a natureza se colocava a serviço da atividade pecuária da região.

Dando segmento as suas ponderações, Harry Amorim descreve os períodos de entre cheias, também chamado de período de estiagem, destacando que a relação solo/água se altera consideravelmente, ressalta que quando da falta de água, ocorre a redução dos recursos hídricos, especialmente nos períodos de estiagem mais prolongados, ocasionando sérios problemas para os fazendeiros, levando muitas vezes ao descontrole da situação. Pondera que “apesar de as cheias anormais também trazerem prejuízos de sorte que para o pantaneiro, esse é um problema semelhante e rotineiro” (PRODEPAN, 1974, p. 66). Ao classificar as enchentes como um problema rotineiro, contradiz o que a muito vinha sendo proclamado pelos pecuaristas, gerando constrangimentos e desafetos.

Chama a atenção para o fato de que o pastoreio tem sido objeto de estudos e de análises por parte das autoridades, visto que, quando realizado de forma extensiva nas proximidades da água, provoca o devastamento do solo e, no período das chuvas com os solos encharcados, obriga o confinamento do rebanho em pequenas elevações gerando o mesmo problema. Esse desequilíbrio representa uma perda de potencial significativo na região pantaneira, agravado pela falta de rodízio nas pastagens e de melhor aproveitamento das áreas resultando em apenas 30% de aproveitamento do seu potencial. O restante da área é classificado como inaproveitável representado por extensas faixas com excesso de água em determinados períodos e falta em outros. É possível perceber que, na fala de Harry Amorim, há um descompasso quando da análise das condições fitogeográficas dos pantanais, no entanto, defende que as cheias causam menores danos ao pecuarista do que os períodos de estiagem, quando os prejuízos são dobrados.

Contudo, para o diretor geral do DNOS, havia o desconhecimento dos desequilíbrios existentes e que, em 1967, o governo federal começou a se preocupar com o regime hidrológico da área, originando o Projeto do Pantanal, em que foram ensaiados os primeiros passos para conhecer o regime hidrológico, a estrutura da região e toda sorte de informações que possibilitassem conhecer e avaliar o potencial natural de maneira planejada, controlando o recesso e a falta dos recursos hídricos. A justificativa para tais estudos era que, além da riqueza da pecuária, o sul do Pantanal apresentava também uma grande riqueza mineral, sobretudo, nas jazidas de ferro e de manganês na serra do Urucum, com enorme potencial de extração. Retornando ao início do texto, é possível verificar que os discursos e os pronunciamentos de Lopes da Costa e dos demais políticos envolvidos no projeto, iniciam-se no mesmo período.

Coincidências à parte, é justamente no período de 1940-1970 que se iniciam os deslocamentos e os fluxos migratórios, estabelecendo diferentes formas de ocupação social e espacial no Centro-Oeste do Brasil. Tais fluxos estavam estreitamente ligados aos programas de incentivo ao desenvolvimento e à ocupação, à apropriação de áreas e aos recursos naturais com políticas orientadas para a obtenção de resultados cada vez mais promissores, acelerando o desenvolvimento, para obtenção de maior proveito do potencial econômico em áreas específicas do Centro-Oeste, incorporando cada vez mais novas áreas no processo de produção.

Nesse período, emerge também, de maneira mais incisiva, os alertas de técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal no que tange ao desmatamento acelerado⁸⁵. Sendo que os 169 projetos agropecuários implantados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) causavam a devastação de 70 a 120 alqueires, sem orientação nas derrubadas e sem a obrigatoriedade do replantio, restringindo a obrigatoriedade apenas aos projetos ligados à indústria madeireira.⁸⁶ A abertura de rodovias como a Cuiabá-Santarém provocou a derrubada de 792 km de florestas e no Mato Grosso foram derrubados 2.300 alqueires de florestas para a continuidade da obra da rodovia; nas regiões de Cáceres, Barra do Bugres e Pantanal, foram retiradas grandes quantidades de madeiras como mogno, louro preto, cerejeira, balsamo, coração de negro e jacarandá, madeira nobre e de difícil reflorestamento. Na continuidade dos projetos, o desmatamento se tornou rotineiro e se transformou em empresa comercial especializada, sendo que em Cuiabá havia cerca de 200 a 250 empreiteiras de derrubadas.

A preocupação dos técnicos era que Mato Grosso não possuía vastas e abundantes matas e a devastação excessiva e desordenada do pouco que tinha traria em médio e longo prazos sérios prejuízos ecológicos como a contaminação do Pantanal. Como a grande maioria é de cerrado, campos limpos e áreas de caatinga – vegetação própria de solos áridos –, as pequenas manchas de matas e de bosques na região do Pantanal atuam como cadeia protetora do meio ambiente pantaneiro, e com a derrubada e destruição dessa camada protetora, o clima e o regime das chuvas

⁸⁵ O primeiro Código Florestal no Brasil foi criado pelo Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, após mais de três anos de pré-elaboração com base no anteprojeto de Código que foi elaborado por uma Comissão Legislativa do Ministério da Justiça. A comissão tinha na sua composição Augusto de Lima, José Mariano Filho e Luciano Pereira da Silva. Temos dois marcos fundadores da legislação brasileira para o ano de 1934 sendo o Código das águas instituído pelo Decreto 24643 de 10 de julho de 1934 e o Código Florestal, ambos criados com o intuito de racionalizar o uso dos recursos naturais – flora, minérios e exploração econômica das águas, colocando-os sob o controle do poder público.

⁸⁶ Jornal o Estado de São Paulo, domingo, 26 de setembro de 1971.

poderiam sofrer alterações com prejuízos consideráveis para toda a cadeia hídrica e/ou sistema hidrográfico.

Basicamente, todos os projetos implantados pelo governo federal tinham a função de auxiliar na construção de um novo ordenamento fundiário para o Centro-Oeste, estabelecer e reordenar as populações existentes, como no caso do Mato Grosso. Esses projetos de ocupação funcionavam como mecanismos acionadores que reforçavam o ideário contribuindo no desenvolvimento e na construção do progresso do país e desenvolvendo, de modo particular, as bases para a modernização dos setores, como o agronegócio (DESCONSI, 2010).

As obras de engenharia, implantadas pelo DNOS, utilizavam recursos sofisticados e equipes técnicas, permitindo que se conhecesse com propriedade e precisão a declividade dos terrenos e ao mesmo tempo identificar os pontos alagáveis, estabelecendo linhas de nivelamento, fixando estações metrológicas e permitindo colher e avaliar os dados do regime dos recursos hídricos. A ideia central de tais obras era prever o nível das águas e assim ter condições de antecipar as providências emergenciais no caso das grandes enchentes, eliminando ao menos, em partes, os danos causados ao rebanho bovino. As enchentes são avaliadas mais pelos prejuízos que causavam as atividades econômicas que pelo volume de água, importante era eliminar os danos, que poderiam ser facilmente obtidos com a contenção das águas por meio das obras de engenharia, através de métodos que reduzissem seus efeitos, mas sem eliminar as inundações em áreas estratégicas.

Em 1968, a obra de ficção *Mato Grosso e suas possibilidades econômicas* cujo título coaduna com as propostas do PRODEPAN remete a uma utopia compartilhada por muitos fazendeiros da planície pantaneira que seria o controle efetivo das enchentes e secas, fatores considerados como um empecilho para o progresso, um obstáculo barrando o desenvolvimento econômico cujas bases se centravam na agropecuária. Ficção ou realidade, o grau de complexidade dos ciclos de água foi reduzido, pelo Programa de desenvolvimento a uma gama de informações significativas, mas que oscilavam entre eliminar ou não as enchentes, que por um lado revitalizavam o Pantanal e, por outro lado, acarretavam prejuízos na economia. Posteriormente, os estudos e as análises mostraram que a área que compreende os pantanais tem características hídricas que permitem ao fazendeiro conviver de maneira racional e controlada com as inundações, usufruindo de suas benesses, quando da eliminação das pragas vegetais e da reserva natural do solo, sendo possível eliminar os danos, sem eliminar as cheias.

Não colocamos em jogo a viabilidade do Programa, os questionamentos giram em torno das ações desenvolvidas, das obras que foram propostas, sendo que algumas nem sequer foram iniciadas pela falta de estudos mais aprofundados no que se refere às condições fitogeográficas apresentadas pelo Pantanal, atuando como fator de inviabilidade das obras propostas pelo programa resultando no descrédito e na perfuração de 74 poços sendo 31 construídos em campos experimentais e os demais, suspensos – segundo relatório, foram construídos 50 poços – uma quantidade não exata e motivo de zombaria para os fazendeiros, conhecidos como “poços da viúva” (a “mãe pátria”). Muitas obras foram abandonadas não concluídas, outras constam em mapas, mas não há evidências da sua realização, como, por exemplo, o dique-estrada que foi adiado e os recursos cortados – área abandonada tomada por posseiros; polder experimental de Corumbá – Ladário – a obra foi abandonada. Toda a estrutura físico-econômica foi pensada e planejada baseada nos estudos de cheias/secas que apontavam 15 anos de secas que foram interrompidas pelas cheias de 1974 e a não realização da grande maioria das obras de infraestrutura previstas, recursos contraídos da poupança externa alimentaram a dívida externa brasileira.

Outros programas de estratégias de desenvolvimento para a região foram também criados como o Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP)/Brasil (1979), o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) (PCBAP)/Brasil (1997) e o Programa Pantanal (BRASIL, 2001), todos recomendando o uso dos recursos naturais de forma mais racional, visando à sustentabilidade. Mas na prática bem pouco ou quase nada do que foi proposto nesses estudos foi realmente aplicado. De fato, apenas o modelo econômico tradicional vigora e se impõe. O PCBAP se destaca por ser um projeto ambicioso, elaborado tendo como base o EDIBAP. Suas finalidades estavam centradas em aspectos como o apontamento dos principais problemas no desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de fatores nocivos para planície e os possíveis danos ambientais causados. Seu foco estava voltado para a agropecuária, a extração de minerais, a implantação de indústrias. Foi resultado de estudos realizados entre 1995 e 1997 e a publicação de 13 volumes que constituíram o PCBAP⁸⁷.

O EDIBAP tinha como objetivo principal fornecer ao governo Federal os elementos necessários para estabelecer um desenvolvimento integrado na bacia

⁸⁷O PCBAP foi vislumbrado como instrumento de planejamento, tendo em vista o direcionamento das ações do Projeto Pantanal no contexto do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA). O PNMA viabilizou-se com o apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). (GALDINO, 2006)

hidrográfica transfronteiriça do BAP⁸⁸, uma área de 372.000km² (60% do total) com ambientes distintos: serrana e de planícies onduladas e planície deprimidas do Pantanal. Todos os estudos e levantamentos referentes aos recursos hídricos e minerais foram elaborados pelo Ministério do Planejamento e Interior; Ministério dos Transportes e Ministério das Minas e Energia com ação do Governo Federal em conjunto com a iniciativa privada. Das atividades propostas pelo EDIBAP, apenas uma contemplava a questão ambiental e consistia em propor medidas de proteção ao meio ambiente e analisar os impactos dos programas e projetos, com vistas a prevenir possíveis desequilíbrios ecológicos. Embora, o programa tratasse de regiões distintas da BAP, não constava nada que remetesse aos ambientes distintos de forma diferenciada, considerando-se as características ambientais peculiares de ambos. Salientamos que em 1974 foi encaminhado um pedido de cooperação, mas somente no período de 1980-1985 ocorreu um acordo de cooperação da OEA e PNUD para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado da região, cuja escolha recaiu sobre a Bacia do Alto Paraguai.

Com base nas análises apresentadas por Abreu (2001), é possível afirmar que se por um lado os relatórios dos programas como o PRODEPAN apresentavam obras finalizadas, mas que na realidade ficaram inconclusas ou mesmo não saíram do papel, por outro lado, a SUDECO fez reforçar sua incapacidade gerencial de recursos e técnicas para a implantação desses projetos, aliando-se à iniciativa privada, elevando custos e demonstrando a inaptidão da ação política proposta por essa Superintendência quando da sua criação, posto que não atingisse um grau de autonomia, reconhecimento e afirmação satisfatória, persistindo a carência de créditos e de investimentos em setores como a agropecuária e o extrativismo aos pequenos e médios proprietários e produtores das áreas de abrangência dos programas, gerando uma rede de latifúndios e investimentos com rentável custo benefício para a iniciativa privada, não gerando dividendos “consideráveis” para as economias locais.

A implantação das atividades econômicas de forma mais intensiva, como a pecuária e o turismo, integra essa categoria de ações transformadoras que provocam consequências como a erosão e o assoreamento, a alteração dos ambientes de reprodução, o espraiamento das águas, as alterações ecológicas afetando os ecossistemas, e o Pantanal que vemos é o resultado da ação humana sobre esse espaço ao longo dos séculos. Destarte, hoje, não é de todo natural em função da

⁸⁸ A Bacia do Alto Paraguai abrange uma área de 620.000km² sendo que 372.000km² estão em território brasileiro e 248.000 km² divididos entre Bolívia e Paraguai.

introdução voluntária e/ou involuntária de elementos e de espécies alheias ao ambiente.

Avaliamos que na atuação de órgãos como a SUDECO para o Mato Grosso e posterior Mato Grosso do Sul – após sua divisão territorial em 1977 e efetivação em 1979 –, que deveriam cumprir o papel de promover a integração e a modernização aliadas ao fortalecimento de um poder político regional, incorporando as populações locais, não foram oferecidas as mesmas prerrogativas de opções para as populações indígenas e ribeirinhas, e por desconsiderar as realidades locais apresentadas e as relações dessas populações com o meio ambiente, seus traços culturais e sua forma de organização social, produziram-se resistências e relações antagônicas a partir da sua incorporação.

Ademais, conforme Warren Dean (1996) seguiu-se com o ímpeto “desbravador”, em que o valor da terra desnuda superou incondicionalmente o valor da biodiversidade, sobre a qual nosso parco conhecimento não permite perceber que a terra já entrou em um processo de exaustão acelerada motivada/provocada pelo uso contínuo e reprodutivo de técnicas e de culturas lapidatórias que deixam profundas cicatrizes nas infundáveis erosões.

E novamente uma indagação: qual o preço que devemos pagar diante da devastação desenfreada dos ecossistemas, sacrificando a biodiversidade, colocando em risco a vida de muitas espécies incluindo nesse rol o *homo sapiens-sapiens*?

Resumidamente, sobre o PRODEPAN, concluímos que:

- A finalidade consistia na implantação de uma infraestrutura que possibilitasse condições de desenvolvimento socioeconômico equivalente e equiparando-se ao verificado no Centro Sul do Brasil.

- As metas foram traçadas pelo governo federal em conjunto com os três Ministérios: Agricultura, Planejamento e Ministério do Interior.

➤ Linhas setoriais: pontos básicos

a) Transporte; b) saneamento ambiental; c) energia; d) desenvolvimento da pecuária; e) industrialização.

- Complementação da infraestrutura de transporte na região: rodovias e aproveitamento da rede hidrográfica.
- Regularização dos cursos d'água para controle das enchentes; aproveitamento hidroviário e saneamento básico.
- Melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de técnicas adequadas de manejo pecuário.

- Estímulo à industrialização de matérias-primas locais, principalmente da carne.
- Ao Ministério dos Transportes:
 - Complexo das rodovias; dinamização do transporte fluvial: Transpantaneira como símbolo.
 - DNOS – regularização dos cursos d’água; obras para controle das enchentes; aproveitamento hidroviário; saneamento básico.
 - DNOS – para concretizar as obras era necessária a implantação de uma vasta rede de canais e a abertura de poços semiartesianos para abastecer os núcleos rurais.
- Ao Ministério da Agricultura:
 - Através do CONDEPE e da EMBRAPA: concretização do Programa de desenvolvimento da pecuária cuja meta consistia no aumento da produtividade da pecuária de corte.
 - Recursos obtidos através de financiamentos para recuperação de pastagens nativas e introdução de pastagens artificiais.
 - Divisão de invernadas e implantação dos reservatórios d’água para os períodos de seca.
 - Priorização do desenvolvimento – sem causar desequilíbrio ecológico.
- Investimentos:
 - 650 milhões de cruzeiros – sendo 535.049,000 destinados para a pecuária, possibilitando atender 10% dos criadores da área do programa.
 - Sobre um possível desequilíbrio ecológico: o discurso era desenvolver as potencialidades da região valorizando os recursos naturais evitando a mutilação – caso isso ocorresse os prejuízos seriam não contabilizáveis.
 - Implantação do projeto e início das obras: sem considerar os contrastes do Pantanal e com isso o PRODEPAN era de uma viabilidade inquestionável. As inundações são provocadas pela combinação das enchentes do Paraguai, dos afluentes do planalto circundante, das chuvas concentradas sazonalmente, dos pequenos declives, dos solos hidromórficos, e da única saída de drenagem que constitui o rio Paraguai.
- Financiamentos:

- Em função da difícil problemática do Pantanal, chegou-se a conclusão de que o custo do capital para os financiamentos deveriam ser reduzidos, para que os empresários reinvestissem nas próprias atividades, sem correr o risco dos lucros serem atingidos pelos custos.
 - Diálogo com empresários, técnicos, ministros e chefes dos ministérios mais ligados ao Pantanal – troca de informações para ajustes e correção das distorções, para discutir metas, custos e obras que contemplassem os envolvidos.
- Obras programadas:
- Defesa contra inundações: foco principal.
 - Construção de “polders” com dique de proteção, canais de irrigação e drenagem, vala coletora, casa de bombas, canais de distribuição de água para tornar perenes as vazantes na região de maior concentração de bovinos; perfuração de poços semiartesianos para abastecimento de água.
 - Plataforma para salvar o gado – uma solução para o grave problema da morte de bovinos, abrigando o rebanho nas cheias.
 - Vantagem – o gado pastar em superfícies cobertas pela água permitindo fácil acesso para tratamento do rebanho.
- A real face do PRODEPAN:
- Área do programa: 26 municípios – atingindo 47,2% da população do MT.
 - Reivindicações foram elaboradas inicialmente pelo CIDEPAN.
 - Programa foi lançado em abril de 1974 com cortes nos recursos previstos (todos os discursos e conferências foram proferidos considerando gastos estimados inicialmente).
 - Recursos escassos: falácia do documento ou seria uma questão oculta para os participantes?
 - Industrialização: estudos propunham instalação de frigorífico no polo Corumbá-Ladário: foi instalado em Ladário em terreno adquirido pela prefeitura.
 - Dique-estrada foi adiado e os recursos foram cortados – área abandonada tomada por posseiros.
 - Estrutura físico-econômica foi pensada e planejada baseada nos estudos de cheias/secas que apontavam 15 anos de secas que foram interrompidas pelas cheias de 1974.

- “Descuido técnico”: para as rodovias, a estrutura pensada não estava preparada para adaptações considerando os períodos das cheias.
- Implantação de rodovia prejudicou o escoamento natural das águas provocando inundações excepcionais em área que não eram atingidas pelas enchentes.
- Saneamento ambiental: custos do projeto não coincidem com resultado geral;
- Canal de 14 km para desvio de águas do Taquari-Paiaguás consta nos mapas e relatórios – não há evidências da realização, total desconhecimento da obra.
- Perfuração de 74 poços, sendo 31 construídos em campos experimentais e os demais suspensos – segundo relatório foram construídos 50 poços – uma quantidade não exata e motivo de zombaria para os fazendeiros, são conhecidos como “poços da viúva” (a “mãe pátria”).
- Pântano experimental de Corumbá-Ladário; aquisição de 6.000 hectares com o objetivo de abastecer os municípios com produtos hortifrutigranjeiros – obra foi abandonada.
- Pousadas e hotéis surgiram às margens da estrada e do dique – trata-se de uma área desapropriada e adquirida pela União, ocupada por empresários ligados à pesca e ao turismo cujos lotes são comprados e vendidos normalmente em Corumbá e Ladário.
- Investimentos na pecuária: dificuldades e obstáculos como a estrutura fundiária – a introdução de “modernidades” não era atraente para muitos produtores/fazendeiros.
- Dados do rebanho em 1970 representavam 25,3% em 1980, total de 11,5% decréscimo que foi na contramão dos discursos.
- Não realização da grande maioria das obras de infraestrutura previstas, recursos contraídos da poupança externa alimentaram a dívida externa brasileira.
- Construção de pequenos portos de acesso às fazendas e às pousadas às margens do rio Paraguai.

3.2 Transpantaneira: a utopia da modernização no caminho das águas

A utopia da construção de uma rodovia que cortasse os pantanais se encaixava facilmente na propaganda de uma modernização acelerada para o

Pantanal, e as políticas de uma neocolonização para o Norte e o Centro-Oeste que a muito norteava as políticas de governo e também a ambição de muitos investidores e fazendeiros que oriundos de outras regiões do país acumulavam grandes porções de terras agricultáveis e para a criação de bovinos, concatenada com o turismo que despontava timidamente. Proprietários e investidores que não mediram esforços para colocar o projeto em foco como única maneira de trazer o progresso e a modernidade, facilitando o transporte e os investimentos na pecuária e o agronegócio no Norte (NOGUEIRA, 1990).

As afirmações da autora coadunam com a reportagem publicada em outubro de 1973⁸⁹ cujo título “ARENA se manifestará sobre a Transpantaneira”, quando o Diretório municipal do partido, diante da quase totalidade de seus membros decide se pronunciar sobre a necessidade urgente da construção da rodovia, programada para o governo Fragelli com o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT)⁹⁰ através de Gabriel Müller, engenheiro e idealizador do projeto, sendo que o mesmo não poderia ser relegado por setores do governo Estadual, notadamente aqui o DERMAT, que chegou a negar a viabilidade e a necessidade do referido projeto. Por essas e outras razões, a ARENA se sentia no dever de cuidar do assunto para não prejudicar a relação com a administração estadual com efeitos negativos para a posição eleitoral do partido. E, juntamente com *Rotary*, *Lions Club*, Câmara, Associação Comercial, Prefeitura, Sindicato Rural, vem forçar os inimigos da Transpantaneira a se definirem para acabar com as incertezas que rondavam e incomodavam a todos.

Havia contradições e insatisfações dentro dos próprios segmentos do partido e muitas delas norteavam pronunciamentos como o de Ronald Albanezze, eleito deputado pela ARENA⁹¹. Faz críticas ao PRODEPAN afirmando que o mesmo começou muito mal, exigindo assim explicações do governo federal sobre o programa. E, de acordo com ele, seria entregue ao ministro Rangel Reis um pedido emitido pela classe pecuarista, pedindo o afastamento de Gabriel Müller do cargo de coordenador geral do programa. O pedido dos pecuaristas era pela indicação de um nome que conhecesse a realidade do Pantanal, pois, segundo o deputado, “Gabriel Müller não

⁸⁹ Jornal Folha da Tarde. Corumbá, MT, quarta-feira, 31 de outubro de 1973. Ano XV; n.º. 4314.

⁹⁰ Foi criada através do Decreto n.º. 1.138, de 30 de abril de 1970 com a finalidade de gerir e regulamentar e executar projetos de colonização para o Mato Grosso. Sobre os projetos de colonização privada para o Mato Grosso consultar Ribeiro, Alexandro Rodrigues. A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

⁹¹ Jornal O Estado de São Paulo, terça-feira, 11 de junho de 1974.

passa de um teórico”. Alega que um forte esquema de segurança foi montado, quando da visita do ministro Rangel Reis em Corumbá, impedindo os pecuaristas de chegarem até ele para exporem os verdadeiros problemas e apontarem soluções viáveis para o Pantanal. Suas críticas recaem sobre o fato de existirem interesses inequívocos que se materializavam, e prova disso era que o roteiro de visitas de Rangel Reis não incluiu a visita ao Sindicato Rural de Corumbá, entidade representativa da classe pecuarista que vinha sendo negligenciada na elaboração dos projetos.

A crítica mais severa de Ronald Albanezze envolve as enchentes, que segundo ele, foram usadas como oportunas pelas autoridades, pois assim como o programa, o ministro chega juntamente com seus assessores a Corumbá em um momento crítico das enchentes que foram agravadas pelos aterros construídos nas obras da Transpantaneira e pela empresa Camargo Corrêa, ambas contribuindo para uma vazão deficiente das águas. No entanto, tratava-se de uma enchente extemporânea, grande, mas que atingia exclusivamente a zona ribeirinha e poucas fazendas situadas no canal que tem vértice na Caracará-Amolar, e se alarga na medida em que as águas sofrem influência do represamento pelo aterro da rodovia Guaicurus-Manga-Corumbá. Locais esses onde o homem colocou suas mãos sem planejamento, elevando o descontrole das águas e a degradação. O próprio DNOS reconhecia como causa dos erros nas previsões das obras executadas pelo PRODEPAN, o modelo matemático inadequado montado pelo órgão. Nos dois trechos de rodovias que cortam o Pantanal na Transpantaneira e na MT-740 alguns fazendeiros foram obrigados a abrir brechas nos aterros para diminuir os prejuízos que o represamento vinha causando ao rebanho.

O ano de 1974 foi marcado por enchentes em muitas regiões do país. Em Cuiabá houve suspeita de tifo e hepatite, enchentes no Pará deixava desabrigados, no Ceará rompimento de uma adutora, no Paraná e em São Paulo quedas de pontes, barragens e deslizamentos. O ministro Rangel ao sobrevoar o Pantanal observou que muitas sub-regiões não estavam com enchentes, mesmo havendo previsão de cheias, e foi informado que técnicos já haviam avisado os fazendeiros e proprietários de tais áreas para que ficassem se alerta e que muitos pecuaristas já estavam transferindo seus rebanhos para lugares mais altos, e muitos rebanhos seguiam embarcados pela Transpantaneira e em navios boieiros e vagões da NOB.

A proposta do DNOS era transformar as enchentes em benefícios e o que se propagava era a calamidade. O binômio controle das águas e o aproveitamento dos cerrados determinava o futuro da pecuária de corte em terras alagáveis e férteis, e em terra livre das águas o melhor aproveitamento dos cerrados, que segundo os

pecuaristas a previsão antecipada das cheias, com transporte fluvial e rodoviário, deslocando rebanhos, não haveria prejuízos no Pantanal, mesmo nas grandes enchentes.

Em contrapartida, o que gerava conflitos eminentes, beneficiava políticos e parte dos fazendeiros não contribuía para a cultura e para o meio ambiente. As transformações provenientes não podiam ser classificadas como benéficas para a natureza pantaneira margeada por uma cultura tradicional e de superstições que circulavam formando um mosaico cultural, cujos elementos compositores abrangiam aspectos que iam além de visível, adentrando ao universo transcendental pantaneiro e as intervenções propostas, muitas delas colocadas em prática, através de programas e das políticas governamentais visando a uma integração nacional, resultaram muitas vezes em ações monopolizadoras de proprietários de terras e de capital, desconsiderando em grandes parcelas as especificidades de cada região em nome do desenvolvimento e da integração a todo custo, com o objetivo principal de construir uma imagem positiva do Pantanal, associada à valorização de grandes propriedades.

As discussões e os encaminhamentos que acompanharam o projeto de construção e posteriormente a execução da obra da Transpantaneira – que liga Poconé no Mato Grosso a Porto Jofre – permite-nos conhecer as transformações ambientais, econômicas e culturais operadas nos pantanais. Como tantas outras obras frustradas, a Transpantaneira foi uma intervenção que deixou e provocou cortes e rupturas na rede hídrica pantaneira, comprometendo o curso e o ritmo regular das águas.

Na sessão de abertura do Primeiro Encontro do PRODEPAN, o governador do estado de Mato Grosso ressaltava que tudo o que é novo precisa ter um símbolo, que, por sua vez, representasse uma aventura, e foi lançada a Transpantaneira, símbolo do PRODEPAN e do desenvolvimento econômico que se desenhava, para trazer ao Pantanal uma modernização nunca vista antes. Com intensa euforia, o governador ao invés de optar pelo mais sensato e seguir uma trilha feita para atender as demandas de quem necessitava chegar a Poconé, optou por um trajeto inovador, fugindo dessa maneira a qualquer característica que demonstrasse traços de tradicionalismo. Um símbolo, um ponto de referência, uma aventura que surgiu como um desafio para o povo e para as autoridades. Símbolo que motivou a opinião pública em âmbito nacional, uma mobilização nacional “em torno do problema agudo e promissor no Pantanal”. Uma intervenção volumosa, que partiu da ideia do governo de interligar Poconé, no extremo norte do Pantanal, a Corumbá, no extremo sul. O que não veio à tona era o fato de que o I Encontro do PRODEPAN estava acontecendo em 1974, mas

o programa já contava com vários cortes nos recursos e todos os discursos foram proferidos com base nas estimativas dos custos iniciais do projeto.

Os discursos proferidos envolviam aspectos econômicos, reafirmando a necessidade urgente de mudanças para que a modernização enfim chegasse ao Pantanal. Tentativas anteriores de construção da estrada já tinham sucumbido devido às características geográficas, climáticas e especificidades de cada uma das sub-regiões dos pantanais. Mas, eis que surge um projeto ambicioso e ideal que finalmente atendia as expectativas, os interesses do governo, dos latifundiários e fazendeiros e virara notícia nacional. Entre os anos 1970 a 2000, constam 269 reportagens sobre a Transpantaneira no Jornal *O Estado de São Paulo*. Entre os anos de 1970-1980, no jornal de grande circulação nacional as manchetes são as mais variadas possíveis: “Transpantaneira, caminho do paraíso”; “A mais fantástica estrada da terra”, “O destino incerto da reserva natural”; “Um sonho inacabado”, dentre outras. Em sua maioria, as reportagens concentravam suas publicações nos anos de 1970-1979 para os cadernos de: turismo, imóveis, agrícola, viagem, política, cidades, geral e caderno dois.

Na edição de 03 de janeiro de 1973⁹², o Jornal *O Estado de São Paulo* traz a seguinte reportagem: “Enchente não detém a estrada”. Inicia pontuando que a Transpantaneira não deve ser responsabilizada pelo represamento das águas (Foto 12) e que não é justo combater a sua construção pelo mesmo motivo, pois de acordo com Gabriel Müller, engenheiro responsável, o início das obras já provocou a valorização de muitas propriedades. A obra que conta com 37 km abertos e 68 km em fase de desmatamento provocou uma valorização imobiliária que é visível nacionalmente, fato constatado pela venda de uma propriedade que avaliada em 40 mil cruzeiros, antes do início das obras, foi comercializada por 120 mil cruzeiros assim que a estrada cortou a propriedade.

Um projeto audacioso que seguia o “embalo” do momento econômico que o país atravessava e marcado por inúmeros investimentos de multinacionais que se instalavam no Brasil, gerando com isso uma movimentação econômica crescente, especialmente com a instalação das indústrias automobilísticas, demandando melhoria nos sistemas e nas vias de transportes, e concatenado com os ideais de integração e de segurança de áreas limítrofes e fronteiriças como Mato Grosso e Amazônia, acrescidas das fronteiras com Paraguai e Bolívia, o governo do estado de Mato

⁹² Jornal *O Estado de São Paulo*. Quarta-feira, 03 de janeiro de 1973. Geral, p. 9. Do correspondente em Cuiabá, Maceió e Corumbá. Somente para o período de 1970-1979 constam 21 matérias sendo 19 no geral e 2 no turismo.

Grosso buscava alinhar uma ocupação econômica mais incisiva do espaço pantaneiro, alavancando a produção agropecuária e fomentando o turismo.

Foto 12 – Represamento das Águas pela Transpantaneira



Fonte: Veja – edição 1600 de 02 de junho de 1999.

A primeira tentativa de construção de uma estrada que cortasse o Pantanal ocorreu com Pedro Pedrossian – que governou o estado de 1966-1971 – e consistia na construção de uma estrada de integração ligando Aquidauana, Miranda, Porto da Manga e Corumbá (ARAÚJO, 2005). Todavia, foi somente em 1971 que o então governador José Fragelli inicia a execução das obras da Transpantaneira – anunciada como a primeira grande estrada na história do Pantanal.

Em conformidade com Silva (1995), em 1970, associada às políticas de desenvolvimento propostas pelos governos militares várias estradas foram construídas em Mato Grosso como uma forma de integração e de ocupação mais intensa do território, especialmente em áreas de segurança nacional, cujo discurso era “integrar para não entregar”. Em nota, a autora salienta que “no Pantanal, destacam-se a Transpantaneira, no município de Poconé, MT, e a rodovia que ligou Aquidauana a Miranda no Mato Grosso do Sul”. Ainda, seguindo a mesma ótica de análise, Silva pondera que “todas as estradas de rodagem no Pantanal foram assentadas sobre aterros para possibilitar o trânsito de veículos durante as cheias” (SILVA, 1995, p. 74).

Classificada como uma das obras viárias mais inúteis e desastrosas executadas durante o regime militar, a Transpantaneira figura como uma rodovia que liga nada a lugar nenhum. A construção que inicialmente visava a trazer para o Pantanal um processo crescente de modernização fugindo do tradicionalismo com a proposta de um trajeto inovador, deixava para trás a sensatez da construção de uma trilha que atendesse as demandas de quem desejava chegar a Poconé. Com um cálculo inicial aproximado de 1.100 km de estrada construída passando por todas as sub-regiões dos pantanais, com a função de possibilitar o acesso rápido e permanente às propriedades, permitindo grande volume de escoamento e mobilidade dos rebanhos, mesmo em períodos de grandes enchentes, a Transpantaneira começa em Poconé, como previsto, mas termina abruptamente nas margens do rio Cuiabá com 147 km de estrada construída e 126 pontes – considerado por muitos como um recorde mundial. Logo, muito se almejou com a construção dessa rodovia, no entanto, pouco foi feito para que o projeto saísse do papel.

Não foram feitos levantamentos e estudos que contemplassem a hidrografia e o relevo pantaneiro; suas características climáticas não foram levadas em consideração, e o estado não tinha verba suficiente para levar a construção da estrada até o final. É possível perceber nas palavras de Osório Gomes quando diz: “a Transpantaneira sai porque é o Fragelli, esse Fragelli eu conheço. Se ele disse que faz, ele faz” (Realidade, 1973, p. 61), estava em jogo com a construção da estrada a credibilidade de um grupo político.

Em todo projeto, o “descuido técnico”: para as rodovias, a estrutura pensada não estava preparada para adaptações considerando os períodos das cheias; a implantação de rodovia prejudicou o escoamento natural das águas provocando inundações excepcionais em áreas que não eram atingidas pelas enchentes. O ano de 1974 foi marcado por enchentes, coincidindo com a criação do Programa, dificultando ainda mais o andamento e execução de obras consideradas chaves para o programa como a continuidade da Transpantaneira. Projeto elaborado, cálculos efetuados, investimento disponibilizado e discursos proferidos, toda uma estrutura físico-econômica cuidadosamente delineada, mas não foram realizados estudos que viabilizassem as condições hidrológicas que estavam baseadas nas enchentes, que vinham para interromper um período de secas de aproximadamente dez anos, constituindo um descuido técnico que não considerou as peculiaridades climáticas e o ciclo das águas, natural do Pantanal, inviabilizando toda a obra.

A Revista *Realidade*⁹³, datada de junho de 1973, publica as seguintes matérias: “A estrada: mais carne e menos chifres”; “Um sonho atravessa o Pantanal”; “A Transpantaneira; fantástica, mas realizável”, destacando que uma estrada que cortasse todo o Pantanal, não passava de um sonho remoto, que se mostrou possível de realização, no entanto, chama a atenção a seguinte observação:

A Transpantaneira está sendo aberta. Mas apesar da sua importância não está sendo construída pelo Ministério dos Transportes, nem pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso, nem por uma empreiteira especializada, nem mesmo por uma firma de engenharia. Quem se encarrega dela, diretamente, é uma empresa de projetos, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) (Realidade, 1973, p. 60).

As obras da rodovia foram iniciadas em meados de 1970 pela Companhia para o Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT)⁹⁴, cuja fundação visava a “promover o desenvolvimento estadual, através da racionalização administrativa e introdução de um sistema econômico planejado” (MORENO, 2007, p. 140). Para a execução do projeto, descrito como imprescindível para promover a integração pantaneira e para o início das obras, daquela que deveria ser uma rodovia federal, a CODEMAT contou somente com verbas estaduais, e insuficientes, resultando numa tentativa frustrada do governo estadual de voltar às atenções do I Plano de Integração Nacional para o estado de Mato Grosso (ABREU, 2001).

Os acertos e os ajustes no que diz respeito aos custos para execução da obra foram feitos pela CODEMAT em conjunto com o governador implicando a ideia de um projeto privado da Companhia sob o aval do governo do estado. Segundo o presidente da CODEMAT, Gabriel Mattos Müller, alguém tinha que abrir a estrada, assim o governador ordenou e a CODEMAT o fez.

⁹³ Revista publicada pela Editora Abril, dois repórteres permaneceram 35 dias no Pantanal para revelar como era sua natureza, a vida, o homem, a capital, a Transpantaneira, o futuro, os recursos e a beleza. O ensaio fotográfico é de Walter Firmo e a reportagem de José Hamilton Ribeiro. Com base nas informações, Jesualdo Gelain fez um mapa colorido sobre a região. Revista essa que, conforme consta em suas páginas, em sete anos de edição ganhou dez prêmios de reportagens com edições especiais sobre a Amazônia e o Nordeste. A reportagem que a revista publica sobre o Pantanal foi dividida em sete eixos, sendo: 1) os “festivais” da natureza e da vida selvagem e doméstica nos pantanais; 2) do falso pobre ao “explorador” de vacas; 3) o verdadeiro homem pantaneiro: o peão; 4) o Estado Autônomo do Pantanal, capital Corumbá; 5) Transpantaneira: um desafio técnico; 6) o futuro: a transpantaneira; uma estradinha ou a mais “fantástica estrada da terra”; 7) o Pantanal: sua vegetação, sua topografia, seus recursos naturais.

⁹⁴ Segundo registro de Abreu (2001) a CODEMAT foi quem loteou as terras do norte mato-grossense, nos anos de 1950, sem mesmo ter um inventário real da situação fundiária do Estado, o que levou as inúmeras irregularidades.

A descrição da figura de Gabriel, apresentada na matéria da revista, impressiona pelos detalhes da descrição física e por suas proezas enquanto vendedor de leite em Cuiabá. Proprietário de terras e de rebanho bovino, dizia sofrer de uma doença chamada “pantanite”, doença, segundo ele, que afeta as pessoas de sensibilidade, e que por essa razão nunca consegue separar sua história da história do Pantanal. Coube ao autor da reportagem esclarecer que Gabriel era neto do pai do senador Filinto Müller, que, após perder todos os bens com o fim da escravatura, seguiu para o Pantanal e lá ocupou terras e constituiu a Fazenda Restauração, acreditando na volta da escravidão, restabelecendo a família e fazendo dela uma das mais notórias de Mato Grosso. Gabriel Mattos Müller era engenheiro agrônomo e avaliador do Banco do Brasil, assumiu a presidência da CODEMAT defendendo ferrenhamente que a Transpantaneira era um assunto indiscutível e uma realidade inconversível (Realidade, 1973, p. 60).

Ainda, de acordo com o autor da matéria, havia rumores em alguns círculos do governo em esfera federal que defendiam que os investimentos deveriam recair sobre a navegação, que é o meio de transporte natural do Pantanal e que seria mais fácil e rentável cuidar de uma frota de barcos do que abrir “uma estrada cheia de problemas técnicos”. Portanto, se por um lado a ideia inicial do projeto era interligar Poconé, no extremo norte do Pantanal, a Corumbá, no extremo Sul, por outro lado, pouca coisa foi feita para que o projeto saísse do papel e correspondesse ao muito que foi almejado para sua execução com um custo elevado e recursos saídos dos cofres públicos. O roteiro da estrada seguia o caminho das boiadas por duas razões, sendo a primeira as chuvas que inviabilizavam os trabalhos, permitindo que se realizasse em determinados períodos do ano aliado ao calor que causava danos ao sistema de refrigeração dos tratores e aos trabalhadores que não estavam habituados ao calor intenso; a segunda razão consistia na falta de recursos para um levantamento aerofotogramétrico do terreno, dificultando dessa forma a elaboração de um projeto completo e de execução segura. Acrescenta-se ainda, a distância percorrida para a aquisição de cascalho que reduzia ainda mais a capacidade de trabalho para somente 100 metros de obras por dia. A esperança do governador e dos engenheiros era de que com o início das obras pela CODEMAT, o governo federal “comprasse” a ideia da construção da Transpantaneira.

Todo o planejamento deixou a desejar e sem um estudo adequado da hidrologia da região, sem planejamento e disponibilidade de recursos, as obras foram interrompidas abruptamente. Faltaram estudos, planejamento e verbas para a viabilidade das obras, resultando na paralisação destas em Porto Jofre, muito aquém

do trajeto proposto interligando Poconé-Corumbá, uma paralisação abrupta às margens do rio Cuiabá.

Como não houve a preocupação com estudos sobre o regime hidrológico da região, chegamos à conclusão de que a estrada não foi adiante, porque a natureza a derrotou aliado ao fato do governo federal não ter “comprado” a ideia da sua execução por defender a implantação de um sistema fluvial para o escoamento da produção. O *Diário de Corumbá*⁹⁵, de 22 de janeiro de 1975, traz a reportagem intitulada *Chuvas já retardam serviços da Rodovia Transpantaneira* frisando a morosidade dos trabalhos em virtude das seguidas chuvas e que somavam apenas 2 meses e meio de estiagem desde o início das obras. As chuvas tornavam o trabalho penoso e decrescente pela dificuldade na circulação dos caminhões, e da estabilidade nos aterros pelo aumento do volume de água que inundava uma porção colossal paralisando máquinas e homens, exigindo aterros cada vez mais altos, pontes amplas e em maior número. Fatores que inviabilizavam um pouco mais a cada dia a obras colocando em dúvida a sua conclusão. As águas dos pantanais de novo faziam a vez de tabuleiro no jogo político e econômico balizado pela iniciativa privada e o governo do Mato Grosso.

Tratores e engenheiros padeceram em meio do caminho, não conseguiram passar da metade do percurso conforme relato de Jaime Okamura, engenheiro e funcionário do governo na época, que acompanhou parte da obra. De acordo com ele, “era uma loucura”, e como ninguém sabia onde construir as pontes por falta de planejamento de engenharia, primeiramente se fazia um aterro e esperava para ver onde a água ia arrombar; assim, no ponto que o aterro estourava era iniciada a construção da ponte. Sendo o Pantanal um emaranhado de sinuosos rios, riachos e lagoas, o resultado foi a construção de 126 pontes em apenas 147 quilômetros de estrada. A maioria dessas pontes é intransitável, formam-se lamaçais no período das chuvas e muitas delas têm vãos enormes e a única forma de passar por elas é levar pranchas de madeira para tapar os buracos da estrutura, hábito muito comum para motoristas que por elas transitam.

As constantes chuvas e enchentes dificultaram a continuidade e interromperam os trabalhos da Transpantaneira, causando danos aos aterros que provocaram uma interferência sem igual tanto reduzindo quanto aumentando significativamente o volume das águas das cheias. Concatenada ao contexto de integração nacional figura a construção da rodovia Transamazônica, que assim como a Transpantaneira foi construída sem planejamentos ambiental e geográfico que contemplassem o relevo e as características climáticas da região, que emergem como grandes empecilhos para

⁹⁵ Jornal Diário de Corumbá. Corumbá, MT, 22 de janeiro de 1975. Ano VI, nº. 1630.

a conclusão das obras. Ainda, no quesito megalomania do regime militar e da falta de conhecimento das características geográficas e hidrológicas da região pantaneira, acrescentamos a fazenda da empreiteira Camargo Corrêa.

A fazenda pertencente à empreiteira Camargo Corrêa situa-se à esquerda, logo no início da estrada e figura como o resultado da cópia do fracassado Projeto Jari,⁹⁶ idealizado nas selvas do Amapá por Daniel Ludwig, um magnata americano. O proprietário da fazenda, o empreiteiro Sebastião Camargo, um aficionado da pesca, comprou uma vasta porção de terra às margens do rio Cuiabá, nos anos de 1970, mesmo período em que o magnata americano tentava erguer seu império na Amazônia. Na intenção de transformar a fazenda em um projeto-modelo da pecuária industrial, Camargo Corrêa cercou a propriedade com diques de modo a controlar a entrada e a saída de água. Importou da Austrália um capim adaptável às áreas inundáveis. Construiu pista de pouso para jatos, próxima à sede da fazenda e recebia a visita de ministros e políticos para pescarias por intermináveis fins de semana. Resumindo a ópera, o capim não se adaptou, os diques estouraram logo na primeira enchente em 1974, pragas tomaram as pastagens e numa tentativa inútil de contenção, milhares de litros de herbicidas foram utilizados contaminando rios, resultando no abandono da propriedade. Com a construção dos diques alterou-se todo o fluxo de água das cheias e das vazantes, inundando muitas propriedades próximas.

Na imagem a seguir (**Foto 13**) é possível ver a pista de pouso para jatos construída na Fazenda São João de propriedade da Camargo Corrêa.⁹⁷

O desequilíbrio ambiental ao qual o Pantanal foi exposto não somente operou mutações na paisagem, como também contribuiu para o assoreamento de rios, córregos e baías. A mata ciliar foi retirada em vários pontos e na medida em que se perdeu essa vegetação natural houve o comprometimento de muitas espécies além de crescentes assoreamentos e erosões. A única opção foi a contratação dos serviços de especialistas e de uma entidade ambientalista como uma tentativa de recuperação do projeto, mas estudos finais recomendaram a desistência pela inviabilidade do projeto, sendo aconselhado a investir em atividades próprias para o Pantanal, como o ecoturismo.

⁹⁶ A Jari Florestal e Agropecuária Ltda., em 1967, iniciara suas atividades em uma área de aproximadamente 16.000 km² equivalente a um milhão e seiscentos mil hectares, ficando como o "Projeto Jari" de propriedade do americano Daniel Keith Ludwig. As atividades incluíam a pecuária, a agricultura e uma indústria para fabricação de celulose.

⁹⁷ A imagem compõe a reportagem intitulada *Os donos do território. Os homens que movimentam a economia do Pantanal vivem no céu e governam como reis*, publicada na edição 787 da revista Veja, em 05 de outubro de 1983.

Foto 13 – Sede da Fazenda São João da Camargo Corrêa



Fonte. Veja- edição 787 de outubro de 1983. Foto de Iugo Koyama.

Com base em tais dados, é possível afirmar que a rodovia Transpantaneira e o campo de pouso para jatos na fazenda da Camargo Corrêa foram dois projetos da época do regime militar que fracassaram por falta de conhecimento sobre a região e de suas características específicas e seculares. Todos os projetos contaram com recursos dos governos federal e estadual, alinhados aos projetos políticos do estado envolvendo a ação de cooperativas como a CAMAT e a CODEMAT e, de forma mais incisiva, com as políticas econômicas e de controle das fronteiras e da ocupação do território que, gestadas no regime militar, defendiam a bandeira da modernização de setores estratégicos para a economia brasileira como a agropecuária e a agroindústria.

Tais investimentos visavam à inserção definitiva dos pantanais no cenário de desenvolvimento nacional e apagavam as imagens de isolamento e de atraso que cerceavam os discursos políticos. Investimentos em transporte fluvial, aéreo, ferroviário, construção de estradas, comércio de insumos para agricultura e pecuária, exploração e comercialização de madeira para indústria e construção civil, criam e recriam aliada à venda de reprodutores e matrizes. Aliado a isso, a estrutura fundiária permitia o crescimento vertical e horizontal das atividades satisfazendo as exigências dos mercados investidores.

A proposta central era criar um polo de desenvolvimento cujos empreendimentos giravam basicamente em torno de eixos centrais. Abreu (2001) registra que, entre tantas outras, as propostas envolviam a modernização da agricultura, a colonização, a ocupação dos cerrados e da Amazônia mato-grossense pela monocultura da soja, as hidrovias, as rodovias e os distritos industriais, os créditos e os incentivos para aumento da produção como pontos fortes do programa, envolvendo vários setores políticos e administrativos nas três esferas de poder. Nesse contexto, a CODEMAT foi responsável por parte das obras da rodovia Transpantaneira, construindo um trecho até Porto Jofre, sendo, posteriormente, as obras transferidas para responsabilidade do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) com a utilização dos recursos destinados a construção de estradas e rodovias, mas não necessariamente destinados ao transporte.

Nessa assertiva, o processo de mudança propagado estava encadeado a um modelo econômico oriundo de 1950 e que se intensificou no período do governo militar, adquirindo os contornos necessários em âmbito regional,

Como um espaço de ocupação necessária, assumindo por um lado, um caráter geopolítico, face a sua condição de “caminho” para a conquista da Amazônia brasileira e, por outro lado, um espaço de absorção de população e de alternativa para a desconcentração industrial, via agroindustrialização (ABREU, 2001, p. 23).

Nessa perspectiva, os discursos de modernização no Brasil traziam em seu bojo a questão dos transportes, considerada problemática em muitas regiões e que inviabilizava os estímulos à produção. Aliadas à problemática dos transportes, a indústria automobilística e a necessidade de rodovias que ligassem as mais distantes regiões do país passaram a ser uma preocupação do estado de Mato Grosso após 1964 com o Golpe-Militar e a mudança da estrutura política brasileira. Com a tomada de poder pelos militares, iniciou-se no país uma política de desenvolvimento visando a uma integração inter-regional possibilitando assim a “ocupação” de regiões vistas como praticamente despovoadas.

As transformações ocorridas a partir de 1970 interferiram grandemente no modo de produção e de vida dos moradores dos pantanais⁹⁸ que tiveram seus

⁹⁸ Trabalho realizado por uma equipe interdisciplinar da UFMT apresenta o estudo da relação entre as populações ribeirinhas, pequenos pescadores e criadores de gado e as flutuações hídricas do Pantanal. Relação essa que contempla uma bagagem considerável de conhecimento dessas populações e o seu modo tradicional de vida na região. Ler a respeito na

costumes e suas práticas colocadas em “xeque”, na berlinda, alterando seu cotidiano e sua relação com o meio ambiente pantaneiro, quando se intensifica a procura pelo urbano pelas famílias em detrimento do rural, inaugurando uma reprodução descontinuada e desigual das disparidades regionais, inclusive entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que a partir de 1970 também se tornam absorvedores de “excedentes populacionais”, de migrantes vindos do sul, sudeste e nordeste (SILVA, 1995).

Associados a tais fatores, o ano de 1974 foi marcado por grandes enchentes, coincidindo com a criação do PRODEPAN, dificultando ainda mais o andamento e a execução de obras consideradas chaves para o programa como a continuidade da Transpantaneira, onde a não realização de estudos que viabilizassem as condições hidrológicas que estavam baseadas nas enchentes – que em 1974 vinha para interromper um período de secas de aproximadamente dez anos, constituindo-se um descuido técnico que não considerou as peculiaridades climáticas e o ciclo das águas, natural do Pantanal, inviabilizando a obra. Acertadamente podemos avaliar que a Transpantaneira foi uma ideia empurrada a força esperando que alguém a comprasse.

Em setembro de 1980, sob o título “o destino incerto da reserva natural”, a reportagem do jornal O Estado de São Paulo⁹⁹ inicia com as palavras de Djalma Rocha, pelo Mato Grosso propondo ação conjunta com Mato Grosso do Sul para um melhor aproveitamento das riquezas naturais pantaneiras que, segundo ele, como é notória a baixa densidade demográfica da região e insuficiente contingente eleitoral que permita uma maior presença no aspecto político e, nesse caso, os políticos não se importavam muito com a região cujos problemas eram discutidos apenas quando o executivo pensava em planos. Salienta que o PRODEPAN foi uma incerteza aplicada por Fragelli, sem suporte, sem dados técnicos e científicos confiáveis.

A transpantaneira, na avaliação de Djalma Rocha “foi um erro abrir essa estrada, será um crime abandoná-la agora”. Assim, parece que foi selado o destino do que seria “a mais fantástica estrada da terra”: ser antes disso apenas um pobre e desolado caminho de bois onde de vez em quando jacarés se estendem preguiçosamente para tomarem sol. E o turismo chegou trazendo visitantes que se divertem atropelando jacarés. São os invasores do “mundo natural pantaneiro”,

obra de SILVA, C. J da; E. J. A. F. Silva. No ritmo das águas do Pantanal. NUPAUB/USP. São Paulo: USP, 1995. Sobre as relações do vaqueiro com a sociedade e com o mundo natural e a forma como as representações são atualizadas nas experiências cotidianas ver: BANDUCCI JÚNIOR, Á. A natureza do pantaneiro: relações sociais e representações de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.

⁹⁹ Jornal O Estado de São Paulo, domingo, 21 de setembro de 1980.

estranhos numa reserva de naturezas construídas que, no entanto, reúne a maior quantidade de espécies num único habitat.

3.3 Descortinando os pantanais: a construção de um paraíso às avessas

Elementos díspares de um cotidiano cujo ritmo marcado pela morosidade de um mundo sem pressa é paulatinamente exposto à necessidade da rapidez dos movimentos do turismo que emergem como uma nova atividade econômica, e arditamente “inventam” programações que preenchem os poucos dias do turista, entretenendo-o por todo o tempo num ritmo acelerado tal qual o que deixou para trás.

Nos anos de 1970, deu-se a abertura de um processo de implantação da atividade turística no Pantanal. No início de 1975, foi idealizada e realizada em Brasília uma mostra de 10 dias, promovida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com o intuito de percorrer todas as capitais apresentando um acervo fotográfico que retratava a vida silvestre do Pantanal. Em princípio, a exposição tinha por objetivo sensibilizar o povo e particularmente as autoridades sobre os problemas relativos à preservação do meio ambiente. As imagens abordavam aspectos da vida dos caboclos da região dos pantanais, como também a onça pintada, os jacarés, as jaguatiricas, as capivaras, as diversas aves e as borboletas retratando a beleza que ostentava o Pantanal. O acervo pertencia a um fotógrafo sueco Arne Sucksdorff¹⁰⁰ (Foto 14), que vivia desde 1967 no Brasil, especialmente no Pantanal, e que classificava como um dos lugares mais belos e agradáveis por onde passou e que todos deveriam conhecer, preservar e defender as riquezas naturais e sua gente. Dedicava todo o seu tempo na produção de vídeos e na obtenção de imagens da vida selvagem que eram constantemente exibidos na Europa¹⁰¹.

Um dos objetivos do fotógrafo era organizar uma fonoteca, com depoimentos e entrevista que fazia com garimpeiros, seringueiros, caçadores, peões, pescadores e com todas as gentes do Pantanal, bem como com muitos indígenas que circulavam e trabalhavam nas fazendas nos pantanais.

Mesmo que essa não tenha sido a intenção do fotógrafo, o resultado da mostra foi expressivo e alavancou a atividade turística que despontou como uma promissora fonte de recursos para o estado de Mato Grosso.

¹⁰⁰ Duas reportagens sobre a vida e atividades Arne Sucksdorff no Brasil, foram publicadas pela revista *Veja* na edição 350 de 21 de maio de 1975, ocasião em que o fotógrafo estava em Brasília e na edição 539 de 03 de janeiro de 1979.

¹⁰¹ Um fato lastimado pelo sueco, chamado de “gringo excêntrico”, foi que nenhuma editora brasileira aceitou publicar seu material, fotos e depoimentos e o livro foi publicado na Suécia.

Foto 14 – Arne Sucksdorff no Pantanal – 1975



Fonte: Veja - edição 350 publicada em 21 de maio de 1975.

A inserção do Pantanal no cenário turístico nacional é articulada politicamente com setores da imprensa que têm o compromisso de divulgar suas imagens. O jornal *Correio de Corumbá*¹⁰², datado de julho de 1977, pontua que cumprindo a previsão da Comissão Municipal de Turismo que trouxe jornalistas dos grandes centros para fazerem um reconhecimento do potencial turístico do Pantanal, os resultados começam a aparecer na mídia nacional. A divulgação se dava por revistas como *City Shopping News*, *A Voz de Portugal*, *Quatro Rodas* e *Troféu* e pelos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal de Pinheiros* e um empenho da prefeitura junto à VASP e à PROTUR.

A visita do gerente de vendas da VASP, Marciano Freire, que veio a Corumbá para acertar roteiros com agentes de empresas de turismo e, segundo ele, o incentivo que o receptivo local está despertando entre agentes de viagem dos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, tendo a PROTUR como pioneira na promoção do Pantanal, conhecer o lugar e os principais pontos turísticos, justifica a preocupação da empresa que tem acompanhado o desenvolvimento do turismo. Os voos domésticos estavam lotados até dezembro e mesmo nas viagens diárias registrando a grande frequência, principalmente de pescadores que se deslocam para o Pantanal.¹⁰³

A ação de exploração do turismo, com suas bases no Pantanal em Corumbá, foi motivada pelas autoridades locais, – que se viam gratificadas –, e a iniciativa privada sustentáculo de uma indústria sem chaminé que é o turismo se manifestava favorável aos investimentos. A VASP já vinha distribuindo prospectos em dois idiomas

¹⁰² Jornal *Correio de Corumbá*, terça-feira 19 de julho de 1977. Ano I; nº. 263.

¹⁰³ Reportagem do Jornal *o Estado de São Paulo* intitulada “VASP incentiva turismo no Mato Grosso”, de 15 de junho de 1979. Caderno Turismo, p. 39.

– português e inglês – com fotos da fauna e da flora e dos pontos turísticos, informando o futuro turista em potencial e motivando-o a vir para o Pantanal.

Havia um interesse explícito em cada enquadramento de imagem produzida, e os elementos componentes das imagens de uma natureza construída, da intencionalidade do olhar, portavam significados, geravam representações dotadas de sentidos, sendo produto da ação humana, portanto, “as imagens partilham com as outras formas de linguagem a condição de serem simbólicas, ou seja, são portadoras de significados para além do que é mostrado” (PESAVENTO et. al, 2008, p. 99).

Nessa perspectiva, os autores Banducci e Moretti analisam que:

A implantação gradativa do turismo de caráter empresarial, que tem início no final da década de 1970, ocorre num momento crucial da conjuntura socioeconômica dos municípios pantaneiros. A crise que naquele momento se abateu sobre a pecuária regional, praticada nos moldes tradicionais – extensiva com baixa produtividade -, atinge diretamente a economia destes municípios [...]. O turismo surge, assim, como um importante setor empregador, seja por via direta ou indireta, da mão de obra desocupada no campo e sem alternativas de trabalho nos centros urbanos (2001, p. 10).

A Transpantaneira se insere nesse contexto, colocando-se como uma obra que aproximaria o Pantanal do Brasil, expondo sua beleza, seus rios piscosos e sua natureza selvagem. O desafio era exatamente vencer essa mesma natureza abrindo caminhos pelo utópico *Mar de Xarayes*, diminuindo o custo dos transportes, aumentando os índices de produção e inserindo a economia mato-grossense no cenário econômico através de um novo segmento – o turismo.¹⁰⁴

Tal intuito seria possível, se a Transpantaneira não tivesse sido tratada inicialmente como um assunto “doméstico” pelo próprio presidente da CODEMAT, que defendia a ideia da construção da estrada como um equilíbrio necessário para o Pantanal onde, nos períodos de cheias, o rebanho podia repousar nas suas margens ou usando-a para chegar aos lugares secos e, nos períodos de longas estiagens,

¹⁰⁴ Pesquisa realizado no Jornal O Estado de São Paulo registrou para os anos de 1960 a 1969 um total de 9 reportagens sobre turismo no Pantanal e uma reportagem no caderno especial; para os anos de 1970 a 198 esse número vai para 1696 reportagens, sendo 7 delas em caderno especial e 53 em caderno dois. O foco principal de tais reportagens girava em torno da caça e pesca, citando esporadicamente a observação de animais e os passeios de barco pelos rios. Para os anos de 1990 a 1999, o registro das reportagens sobre o turismo é de 320, no entanto para o caderno viagens o registro é de 882 reportagens sobre turismo no Pantanal, com orientações e rotas para pescadores e indicações dos melhores pesqueiros e rios mais piscosos.

beberem da água represada nas barras da estrada. Ajudando, assim, o Pantanal a passar de produtor de boi magro para fornecedor de produto acabado, transformando as fazendas com o uso da tecnologia agrícola para dar uma “roupa nova” para os campos surrados, acesso facilitado à assistência técnica, e que transformando empresários de acomodados a grandes produtores, puxava muitos pontos para o desenvolvimento e a valorização das propriedades nos pantanais que, hipoteticamente, ficariam livres das áreas alagáveis permitindo um melhor aproveitamento das terras nessas áreas.

Na entrevista para a *Revista Realidade* em julho de 1973, Gabriel Matos Müller afirmou que “a Transpantaneira é uma necessidade absoluta, um assunto fora de discussão e uma realidade inconversível [...] A transpantaneira não é uma estrada, é a espoleta de um processo que movimentará o Pantanal inteirinho” (Realidade, 1973, p. 60). Bem sabia Gabriel Müller que se tratava de um empreendimento de alto risco, no entanto, caso o resultado atendesse a expectativa de seus idealizadores seria a moeda de troca ideal para futuras intervenções na planície pantaneira.

Todas as esperanças e as utopias se voltavam para a construção da Transpantaneira, relegando à esta um status de salvadora da causa pantaneira, livre das enchentes, mas a utopia extravasa os limites quando o assunto é o turismo. A possibilidade de mostrar o Pantanal para o mundo auxilia na construção de imagens que ultrapassam os limites das próprias águas. Quando provocado sobre a possibilidade da inserção do turismo como uma nova fonte de economia, Gabriel Mattos Müller, misturando sonhos, utopia a sua “pantanite”, assim diz:

Peixe-boi. Você conhece peixe-boi da Amazônia? Vamos trazer aqui para o Pantanal... E também javali, o javali europeu. Há um tipo de veado na Argentina, um veadozinho pequenininho, que se reproduz muito, acho que vai se adaptar perfeitamente. Pronto; rinoceronte e hipopótamo. Eles não são bichos da água? São. Então, porque não tentar sua aclimação no Pantanal? Acho que vão se sentir em casa... E girafa? Você já pensou um bando de girafas correndo pelas savanas sem fim do Pantanal? Uma maravilha. Uma maravilha (Realidade, 1973, p. 61).

Tais pensamentos e/ou devaneios revelam o quanto era desconhecido para o presidente da CODEMAT, responsável por toda elaboração e execução das obras da Transpantaneira, a natureza dos pantanais. Revela o quanto era desconhecido o Pantanal para aqueles que ali chegavam interessados na aquisição fácil de terras, ancorados nas promessas da exploração dos recursos naturais como o boi que corria

solto e sem dono pelos campos pantaneiros. Revelando um olhar completamente oposto ao do peão Edenir de 58 anos que se diz peão desde que aprendeu a montar. Ele diz: “neste Pantanal de Deus, a condução é o cavalo, o barco e o trator ou avião. Estrada é coisa que nunca vai ter aqui, a natureza do terreno não comporta”. A fala de Edenir consiste no primeiro parágrafo do texto intitulado “um sonho atravessa o Pantanal”, que abre a matéria de 36 páginas da Revista Realidade além de um mapa sobre o Pantanal. Entendemos que provavelmente houve por parte dos editores, correções da sua fala, ainda assim podemos observar a diferença de olhares e ao mesmo tempo as realidades em que ambos estavam inseridos. Conhecer a natureza dos pantanais é a primeira lição para aqueles que nele vivem e têm seu cotidiano cadenciado e tangenciado pelas águas.

A visão de turismo apresentada por Gabriel Mattos Müller estava ancorada em sua formação técnica fora dos pantanais, baseado também em uma visita a região de Everglades, na Flórida, onde analisou o sistema de barragens ali implantadas e do planejamento da próxima viagem cujo destino era a África para observar os safáris e a possibilidade de implantá-los no Pantanal para a caçada de onças, capivaras e porcos selvagens. Desconhecimento esse que ainda hoje perdura, quando o Pantanal é apresentado como um paraíso, um santuário, estagnado no tempo, refém de gravuras em fôlderes, facilmente descartáveis. Um desconhecimento que levou o governador do estado de Mato Grosso e o presidente da CODEMAT a pensarem que a Transpantaneira era um empreendimento à altura do Brasil, uma realização pela qual não teremos que pedir desculpas aos nossos netos. Infelizmente, foi mais uma página no livro das obras mirabolantes e inglórias pela qual a natureza está pagando um preço altíssimo, ou quiçá mais uma necrose ambiental imposta pelo homem ao Pantanal.

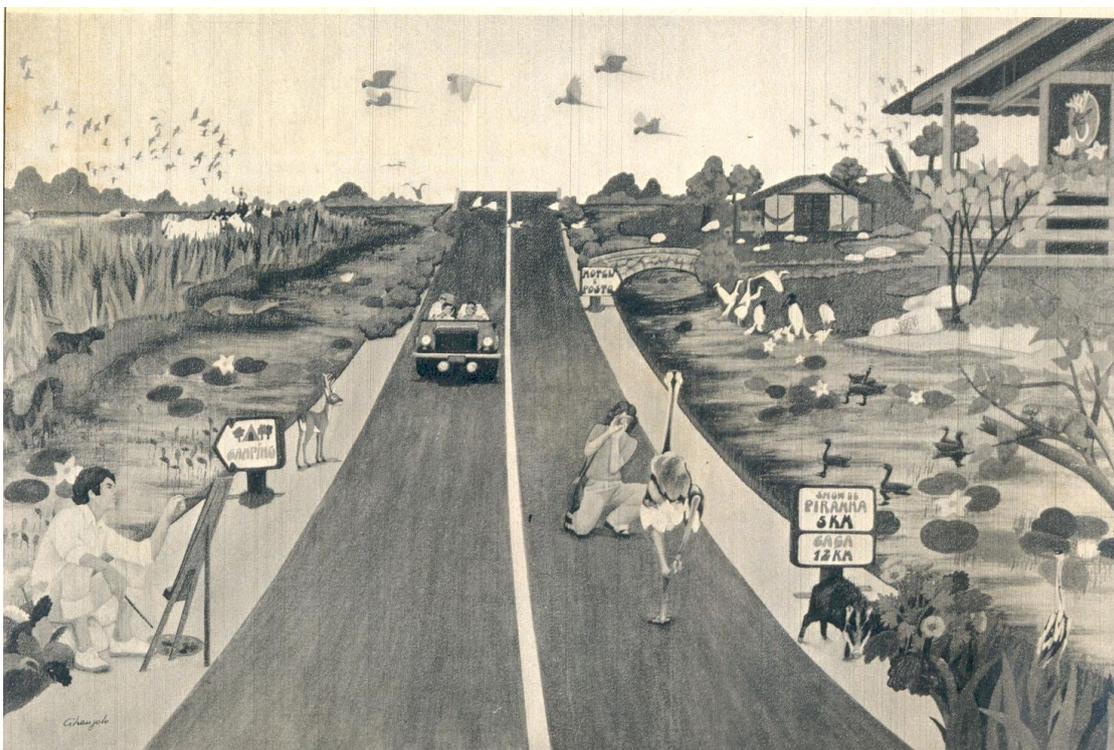
As imagens construídas revelam a ideia que se tinha para a estrada e quão utópica era sua execução. Com base nas informações obtidas sobre o projeto da estrada pela CODEMAT, no decorrer do período inicial da construção a artista Neide Citrangolo faz um desenho e/ou gravura (Foto 15) da futura estrada entre Poconé e Corumbá, revelando a possibilidade de ter naquele ponto um complexo turístico e cultural.

A construção de uma imagem positiva para o Pantanal foi repassada para a tela quando a artista constrói uma representação que pretende retratar a rodovia, contemplando o complexo turístico e cultural com a promessa a quem visitar o Pantanal, de encontrar uma harmonia paisagística entre homem e natureza, com

direito, inclusive de presenciar um exótico show de piranhas – peixe consolidado como ícone das espécies que habitam os rios pantaneiros.

Uma visão que mostra o quanto a rodovia provocou o imaginário regional. Visão que não era apenas mais um sonho, mas se tratava de um grande futuro para o estado conforme defendia o governo de Mato Grosso. Aliada a essas informações, a reportagem fez construir a imagem de um Pantanal positivo, que entrava em processo de comercialização de sua natureza, via turismo, com possibilidades de ser adornado pelas mãos da imprensa.

Foto 15 – Turismo na Transpantaneira



Fonte: Revista Realidade. Ed. Abril. n° 88. Ano VIII. Julho, 1973.

Os impactos negativos advindos das atividades turísticas sobre a natureza nos pantanais e para as comunidades tradicionais que ali existiam, não eram expostos, e problemas como a destruição dos ecossistemas naturais, interferência em costumes e tradições culturais não constituíam aspectos relevantes para discussões e desse modo, a população pouco ouviu a respeito dos benefícios e muito menos dos malefícios oferecidos pelo turismo. A necessidade da construção de uma representação de natureza comercializável se sobrepunha e ficava clara na proposta do governo do estado de Mato Grosso, com a construção da rodovia Transpantaneira cujo princípio norteador era permitir que o progresso chegasse ao Pantanal,

provocando o desenvolvimento dos setores da economia, dentre eles a especulação imobiliária, a pecuária e o turismo, que despontavam como um dínamo, como uma mola propulsora para o Pantanal. Portanto, “era preciso tornar a região um espaço de atração de pessoas e de recursos, procurando acompanhar os trajetos do progresso, integrando-se ao mundo moderno e dinâmico” (LEITE, 2003, p. 44).

Diferente do propagado, a experiência do turismo há muito era vivida por Corumbá conforme escreve Banducci ao analisar as contradições do turismo de pesca nos pantanais de Corumbá e Miranda. Pontua o autor:

No final do século passado e início deste, surgem no Pantanal as primeiras estruturas hoteleiras destinadas a receber os visitantes que começam a afluir de forma sistemática para a região. A cidade de Corumbá, fundada em 1778 no centro do Pantanal, foi o polo aglutinador das atividades econômicas tanto da região pantaneira quanto de todo o Sul do antigo estado de Mato Grosso (2006, p. 40).

Prossigue em suas análises sobre o turismo em Corumbá, salientando que:

Como centro comercial de importância considerável na bacia do rio Paraguai, Corumbá [...] recebia um fluxo regular de viajantes provenientes de Cuiabá, a capital do Estado; do Rio de Janeiro, capital federal; além de países vizinhos como Paraguai e Argentina, atraídos pelos negócios com tanino, couro, charque e pele de animais silvestres. Neste período a cidade dispunha de uma pequena infra-estrutura hoteleira destinada a abrigar o viajante que vinha a cidade a negócios (2006, p. 40).

Ao desenvolver a prática do turismo comercializável como atividade econômica, uma grande transformação passou a ocorrer na região. A entrada cada vez mais constante e ininterrupta de visitantes colocou em risco tanto a cultura do homem pantaneiro quanto o meio ambiente. Inicialmente, não houve planejamento e conscientização dos turistas, o que houve foi a preocupação em se criar uma representação sobre o Pantanal como paraíso alicerçado no mito da natureza inesgotável.

Na assertiva de Nogueira (1990), o Pantanal precisa antes de tudo ser desmitificado, para que possa haver a prática do turismo sustentável, e isso não aconteceu. Atividades como a caça e a comercialização de animais silvestres persistiram entre as décadas de 1930-1980. Somente nas décadas seguintes é que se começou a praticar um turismo dito educativo, no qual a pesca se consolidou como grande modalidade turística no Pantanal, registrando entre os anos “de 1979 a 1983

um número em torno de 17 mil a 20 mil turistas de pesca por ano; entre os meses de maio de 1994 a abril de 1995 esse número mais que dobrou”; observou-se a presença de aproximadamente 47 mil pescadores esportivos pelos rios da região pantaneira (BANDUCCI, 2001, p. 81). Associada ao turismo e à pesca, a produção de lixo e de dejetos contribuiu para a contaminação das águas.

Nas margens de rios era muito comum encontrar acampamentos de pescadores (Foto 16). Coxim, na entrada do Pantanal, ficou conhecida como o Eldorado dos pescadores devido a junção dos rios Coxim e Taquari¹⁰⁵, que possibilitavam a pesca fácil e abundante. Curimatás pequenos eram utilizados como isca para o dourado, o muçum e para pesca do pintado. Ao final da pescaria, cada pescador poderia levar até 50 kg de peixe, conforme determinado pelo Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB). Apesar de rigorosa fiscalização, parte do pescado era descartada ou transportada clandestinamente. A pesca atraía cada vez mais adeptos, muitos como o fazendeiro paranaense

Sebastião Furlaneto, de Nova Cantú, a 1200 quilômetros de Coxim, trouxe catorze amigos, um cozinheiro, quatro carros, um caminhão Mercedes Benz com dois botes, um gerador para acionar quatro freezers, cabritos e carneiros vivos, e carne de vaca. A equipe espera obter 1200 quilos de peixe em uma semana (Veja, edição 577 de 26/09/1979).

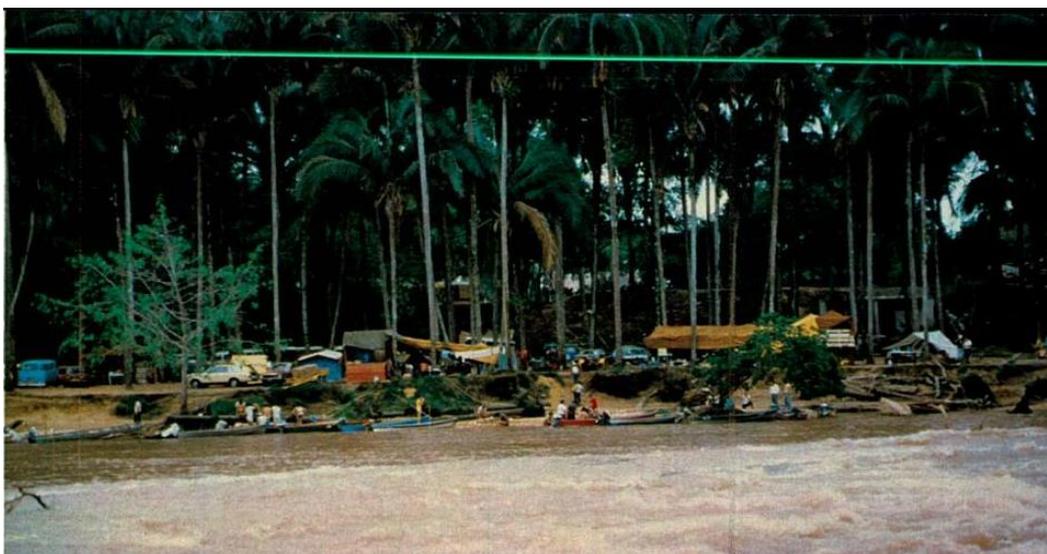
A demanda pesqueira e turística estava associada à imprensa que incansavelmente propagava a beleza natural. Em junho de 1981 no caderno de turismo¹⁰⁶, ostenta imagens paradisíacas e uma reportagem que ocupa toda uma página trazendo o título Pantanal em letras garrafais seguida da seguinte descrição: “o turista tem inúmeros atrativos no Pantanal, todos ligados a natureza exuberante da região”. As associações de imagens, título e descrição estavam amalgamadas à comercialização de passeios de barcos, a cavalo, caminhadas mata adentro, safáris fotográficos e pesca variada, elementos imprescindíveis no desfrutar de boas férias em terras pantaneiras. Os acréscimos eram os pássaros, capivaras jacarés, quatis,

¹⁰⁵ Tanto a imprensa quanto pescadores descreviam com minúcias as imagens da subida de peixes para as cabeceiras dos rios, formando grandes cardumes de curimatás, e logo em seguida subiam os grandes predadores como dourados, pintados e cacharas. Muitos pescadores e turistas presenciavam o espetáculo da piracema na Cachoeira das Palmeiras, no Rio Taquari, alguns quilômetros acima da Cidade de Coxim. Muitos ranchos, clubes e hotéis preparados para receber os pescadores perfaziam uma parcela considerável da renda para o município de Coxim. Em meados dos anos de 2000, muitos hotéis foram abandonados, reduzindo o número de turistas e pescadores, tamanho a degradação ambiental do rio cujo leito está totalmente assoreado, formação de arrombados que invadem os campos laterais mais baixos deixando áreas permanentemente inundadas (RESENDE et. Al., 2006. p 209).

¹⁰⁶ Jornal O Estado de São Paulo. Caderno Turismo, p. 42 de 19 de junho de 1981.

cachorro do mato e macacos, animais que povoavam os pantanais que se mantinham enfeitados por camalotes floridos; sem esquecer o Museu do Pantanal, o casario do Porto que contempla cada margem do rio Paraguai que tem sua própria paisagem que a distingue e serve de guia para os piloteiros dos muitos barcos que chegam ao porto.

Foto 16 – Acampamento de pescadores em Coxim



Fonte: Veja - edição 577 de 26 de setembro de 1979. Foto de Pedro Martinelli.

A descrição das “grandezas do Pantanal” tanto na geografia quanto uma importante reserva ecológica da América Latina com suas raras espécies de animais e aves e a caça sendo proibida, com um controle rígido onde nem sequer é permitido o porte de arma na região e nos safáris fotográficos não há registro de ataques de animais aos turistas, apesar da periculosidade de muitos, como a onça, restando apenas os mosquitos que podem atacar, mas a pesca faz esquecer esses pequenos insetos, por se tratar da região que abriga os rios mais piscosos do país oferecendo peixe de grande porte durante o ano inteiro. Peixes como pacus, pintados e dourados, surubins de 8 a 10 kg. Por essas razões, defendia-se a ideia que uma viagem ao Pantanal ultrapassava qualquer roteiro turístico comum, no entanto para aproveitar ao máximo, apenas um detalhe era importante e envolvia o gosto pela natureza, detalhes como pernilongos, calor e a insalubridade ficavam esquecidos. Sendo os maiores atrativos os passeios de barcos, nas caminhadas e cavalgadas o contato com pequenos insetos era inevitável podendo trazer incômodos ao turista.

Ressaltamos que nas enchentes cuja duração varia de 3 a 6 meses, a Transpantaneira fica submersa, dificultando acesso e o transporte era feito por barcos e chatas sendo a melhor época para o turismo apenas os meses entre junho e

dezembro que possibilitavam viagens pela estrada precária favorecendo a apreciação da flora e fauna. Nos passeios de barcos, os piloteiros se orientam pela vegetação em cada margem, em cada percurso dos rios, fazendo trajetos como pelo rio Miranda onde podem ser vistas árvores cobertas de cipós e nelas colhereiros, biguás, mergulhões, ou mesmo nas margens do rio Vermelho cuja vegetação é alta e espaçada e nas árvores é possível ver bandos de macacos e bugios, nas margens das lagoas os tuiuiús e garças e aproximando-se de Corumbá saindo do Porto da Manga a paisagem muda e o mato se transforma em pastagens e plantação agrícola.

A Transpantaneira e o turismo chegam ao Pantanal juntamente com o processo de urbanização mais emergente e decorrente da migração forçada de trabalhadores do campo para as cidades em virtude do privilégio dado pelo Estado aos grandes empreendimentos monocultores em detrimento da pequena propriedade tradicional, provocando com isso a aceleração da mecanização das lavouras e a crise na pecuária regional advinda da ineficiência do modelo de criação extensiva adotado. Como tais centros urbanos não dispunham de mercado de trabalho para absorver essa mão de obra, os problemas emergem agravando a situação do desemprego, subemprego, levando à prática de atividades ilícitas como a caça ao jacaré e à pesca predatória (BANDUCCI, 2001).

Constatamos também que, se por um lado, a prática do turismo ganha grande importância como setor empregatício, com a construção da Transpantaneira e quando a pecuária passa a utilizar menos mão de obra, visto que o transporte do gado, apesar de todos os percalços oferecidos pela rodovia, passa a ser feito por caminhões boiadeiros e muito pouco por comitivas, por outro lado, ao inserir o homem pantaneiro na prática do turismo coloca-o em meio a uma realidade até então desconhecida, e em contato com culturas distintas da dele, trazendo para o Pantanal culturas e crenças, tornando necessária uma maior valorização da cultura pantaneira para que esta não se tornasse apenas reminiscências do passado. Na assertiva de Ab'Saber:

Dentro do Pantanal já se criou um turismo, dito ecológico, extremamente perigoso em que apenas tem hotéis de cinco estrelas em Cuiabá ou mesmo em Campo Grande. As pessoas depois são jogadas para ir fazer pescaria nos rios do Pantanal. Isso não é o turismo ecológico que nos queremos [...] As pessoas precisam dizer o que estão fazendo e o que vão fazer e que nenhuma pessoa que apenas faz queixa espetacular sobre o Pantanal, que não tenha nenhuma vivência, que não tenha nenhuma identificação, que não tenha nenhum conhecimento, mas que realmente tem algum dinheiro para colocar na beira de alguma ponta do Pantanal, próximo de um dique marginal, um lugar para pescaria. Isso não é turismo ecológico, isso é o mesmo que tipo de exploração que ocorreu na África, através dos safáris, só que os

safáris degradavam a fauna e aqui de degrada a fauna fluvial. Podemos ter esse turismo, mas atenção entretenimento, com mais discernimento, com mais coragem de se colocar a ideia cultural sobre o turismo. Sem ideia cultural, turismo algum tem valor para nosso país e, sobretudo não tem valor para o Pantanal (1989, p. 112).

As mudanças operadas em várias propriedades, como a venda e a fragmentação, trouxeram consequências expressivas. Muitas fazendas se transformaram em pousadas, espaços ficaram restritos e as muitas mudanças socioculturais principiaram o conflito entre gerações. Os novos costumes implantados ora diferem ora são contrários aos praticados, crenças e superstições são alvos de questionamentos que incomodam e silenciam quando categorizados pela égide do atraso.

Nesse contexto, analisamos que ignorar os homens que ali habitavam, como portadores de uma cultura distinta, seria ignorar o próprio Pantanal como um signo. Como ressalta Nogueira, “a simples menção da palavra Pantanal faz avivar na mente da grande maioria das pessoas ideias de exuberância, de grandeza, de algo indefinível” (2002, p. 9). Uma beleza indelével marcada pelo burburinho das aves, das folhas ao vento, da água que mansamente desliza pelas entranhas da planície que corresponde às representações criadas, camuflando a imagem do real, de naturezas cambiantes e construídas.

A relação do homem com a natureza nos pantanais contempla em seu bojo a tradição oral, através da qual é possível observar e analisar nuances dos relatos nas inúmeras entrevistas realizadas por pesquisadores de vários segmentos de estudos e áreas de atuação, e como se tenta romper com um processo de construção de memórias sobre uma região cujas bases estão alicerçadas no pioneirismo e que consiste em um processo lento de elaboração e dependente dos relatos de viajantes para emoldurar sua história. Relatos esses que apresentam as várias paisagens que emergem pelos caminhos dos viajantes e dos aventureiros e que, gradativamente, adquirem papéis emblemáticos na elaboração da História do Mato Grosso no século XIX cuja história condiz com o postulado memorialista e de estereótipos e que muito se distanciam do Pantanal de meados do século XX.

Nessa perspectiva, ao designar o Pantanal como uma Reserva da Biosfera (ROSSETO, 2004), a UNESCO delega e/ou atribui a este a característica de ser um instrumento de planejamento regional, cuja função estratégica é atuar no combate aos efeitos dos processos de degradação de ecossistemas com características específicas e singulares. Portanto, como Reserva da Biosfera, o Pantanal também tem como objetivo conciliar a conservação da biodiversidade e a utilização econômica dos

recursos naturais com a promoção do desenvolvimento sustentável, questões facilmente incorporadas nos discursos, nos quais se atribui ao pioneirismo a preocupação inicial com a preservação do meio ambiente pantaneiro, questão que gera inquietação, posto que revela a utilização de uma prática discursiva produtora de representações que teimam em persistir apesar da ambiguidade e equívocos gestados historicamente.

Como enfatizado por Foucault, toda sociedade produz certos procedimentos de exclusão, sendo a interdição a que nos soa mais familiar, pois, segundo o autor, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar qualquer coisa” (1996, p. 9). Sendo assim, observamos que muitas representações construídas sobre o Pantanal estão ancoradas em bases modificáveis em função das práticas discursivas e institucionalizadas constituídas histórica e temporalmente para e sobre o espaço pantaneiro.

A visão paradisíaca do pantanal, ostentada diariamente pela mídia, está diretamente relacionada à idealização da natureza no Brasil, enraizada na memória da sociedade, que apresenta a natureza “como portadora de riquezas infinitas e inesgotáveis, dadas a exuberância da vegetação, a abundância da água, a diversidade da flora e da fauna, a fertilidade dos solos, entre outros aspectos” (MARTINEZ, 2005, p. 31). Essa mesma idealização da natureza apresenta o Pantanal como um cenário de beleza e de encantamento de um céu às avessas, no espelho das águas. E, segundo analisa Chartier, “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é” (2002, p. 74). E, nesse processo de idealização da natureza, buscam-se elementos de um paraíso edenizado que é facilmente absorvido e comercializado.

Para Foucault, o indivíduo é um dos primeiros efeitos do poder, tornando-se seu centro de transmissão, ou seja, o poder transcorre através do indivíduo que o próprio poder o constituiu. Para o autor, o poder é uma relação de forças presentes em todos os espaços sociais e, considerando que toda relação em constante movimento produz conflitos e resistências, tal poder passa a atuar, enunciando uma representação, portanto, “vinculando e imobilizando, o poder é fundador e fiador da ordem e a história é precisamente o discurso pelo qual essas duas funções que asseguram a ordem vão ser intensificados e tornados mais eficazes” (1999, p. 79). Nesse caso, o discurso de poder é a própria história, posto que é discurso histórico.

Nessa perspectiva, aprender a ler o Pantanal, a ver a natureza como portadora de aspectos que englobam um universo simbólico e as representações construídas pelo homem temporalmente e como essas são “comercializadas” na prática do turismo são lições que englobam a compreensão do cotidiano do morador dos pantanais. Para esse homem familiarizado com o meio em que vive fazer essa leitura é como decifrar mensagens emitidas pela natureza, e é tão necessário quanto trivial. Embora, para aquele que chega alheio ao ambiente, àquele que “vem de fora”, não parece tão simples assim. A falta de familiaridade dá respostas imediatas. O Pantanal será visto apenas como aquilo que os olhos estão aptos e acostumados a ver. Encontramos ideia similar em Fernandes (2007), que chama a atenção para o fato de que escrever sobre o Pantanal, adentrar no “mundo de Silvério”, exige cautela.

Os questionamentos que nos são colocados exigem muito mais que o domínio de conceitos e teorias, exige o respeito por uma tradição partilhada e preservada por gerações. A entrevista com Silvério, apresentada pelo autor, traz questões “inquisitoriais” para o pesquisador e a dureza das palavras de Silvério quando diz: “Vocês tudo que tem diploma, garanto que não sabe fazê isso tudo! Eu sei lê, assino meu nome, mas o meu livro é tudo isso aqui, é o Pantanal. O Pantanal é minha escola. Esse livro você num tem na sua escola” (FERNANDES, 2007, p. 148). É possível perceber a resistência apresentada diante do pesquisador, a impaciência nas palavras e, ao mesmo tempo, um sentimento de incapacidade diante da realidade. Esse homem simples demonstrou o domínio e a leitura do seu mundo, do domínio de códigos, lançando dúvidas sobre o conhecimento do pesquisador. Como adentrar nesse universo transmutável que não sucumbe à beleza estética representada e apresentada pela mídia?

Do mesmo modo, entendemos que as ações humanas não são meras adaptações, elas são motivadas por desejos, por interesses intrínsecos. A natureza não existe meramente para satisfação dos desejos expansivos do homem que através dos tempos deve e tem obrigações para com a natureza e seus ciclos de vida gerando uma reciprocidade permanente, de modo que “decifrando-o, revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que neles produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar [...]” (CORRÊA, 2003, p. 64) e cujos arranjos espaciais demarcam as diferenças entre lugar, modo de produção e a forma como são desenvolvidas as atividades, atribuindo com isso um valor, uma representação valorativa para esse lugar, e assim obtém-se um espaço geográfico que é resultado de uma produção histórico-social gerando espaço/natureza, espaço/produto, natureza/mercadoria.

O que nos leva a entender que os traços entre o homem e a natureza, por vezes não resultam em um contínuo processo de progresso, mas atuam como um modelo de troca unilateral que se reflete na diminuição da capacidade reprodutiva da terra como um corpo orgânico que exerce influências na qualidade de vida do homem e na sua subsistência. Donald Worster (1991), ao falar da “ideia” que temos de natureza, engloba a percepção, a ideologia e o valor e explica que “quando se fala em natureza, ideias, significados, pensamentos, sentimentos se aglomeram por que tentamos indicar várias coisas ao mesmo tempo”, podemos até mesmo dizer que a natureza é algo fora de nós, “podemos supor também que a natureza se refere a algo radicalmente distinto de nós, que ela está em algum lugar “lá fora”, parada, sólida, concreta, sem ambiguidades”. De modo menos dogmático, é possível conceber que “a natureza não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível” (WORSTER, 1991, p. 210).

Nesse contexto, no Pantanal onde a tradição oral é traço significativo e indispensável que fornece dados relevantes de conhecimento, “é sua existência e prática um dos artifícios mais significativos para a transmissão da cultura local [...] instrumento importante para preservar e reproduzir o imaginário regional, longamente construído e sempre reelaborado” (LEITE, 2005, p. 179). É através das narrativas que buscamos o entendimento de como se processa essas múltiplas relações e de como se dá a utilização de códigos, da linguagem tão rica em simbologias e de como foram vistas e sentidas as transformações ambientais operadas nos pantanais, conforme apontamos aqui e nos capítulos anteriores.

Segundo Fernandes, o vínculo estabelecido com a natureza é intenso. É através da observação e da assimilação das técnicas do labor cotidiano que o pantaneiro se conscientiza e elabora estratégias de permanência nesse ambiente. As muitas representações elaboradas sobre a natureza deveras demonstram sua imposição diante do homem que lhe confere “atitudes humanas por meio de representações míticas” (2002, p. 55). A entrevista de Sebastião Coelho apresenta a preocupação com o meio ambiente e a reflexão sobre as modificações produzidas. Quando perguntado se percebe alguma mudança, se alguma coisa está mudando no Pantanal, responde com um questionamento: “tá muito pouco, né”? Buscando uma confirmação que venha de encontro a sua percepção de que muita coisa mudou. E responde com mais indagações: “muita coisa do que tinha agora não temos, né? “era muita água, agora temos pouca água né? ”E completa: “é aquela coisa, vai modificando, transformando ,sei lá. Cada lugar que a gente passa, num rio por ai,

quando volta já está diferente. Tudo transformado já. Não sei se é a natureza ou é o tempo mesmo”. Todas as observações estão centradas na necessidade de repensar as estratégias estabelecidas para a ocupação da planície pantaneira e as consequências dela advindas como o assoreamento dos rios.

A integração de um grupo e a continuidade das experiências vividas somente por eles podem ser protegidas. São as narrativas que possibilitam adentrar no cotidiano do homem pantaneiro, no qual a água é parte integrante do imaginário e da simbologia pantaneira, quando crianças são levadas pelos espíritos das matas, do minhocão e dos enterros, de seres antropomorfizados (FERNANDES, 2002).

Designar o Pantanal como um paraíso das águas, representação construída pelo turismo e muito comumente difundida pela mídia, produz uma leitura reducionista de lugar edênico, são representações amplamente difundidas que produzem contradições, pois no fôlder da agência de turismo trata-se do paraíso e todo paraíso é uma fonte inesgotável de prazeres, acrescentando-se a isso os pernilongos e o calor intenso, que submergem nas entrelinhas da edificação de uma indústria sem chaminés e conforme encontramos na descrição publicada na revista Repórter AJB¹⁰⁷ de outubro de 1990, exemplar concedido apenas para assinantes do *Jornal do Brasil* sob o título *Viagem ao ninho da Luz*. Eis a descrição:

O Pantanal é o útero da natureza, fértil e generoso, fonte do verde, das águas e da vida. Quem o vislumbra pela primeira vez tem impressão de que a luz nasce no fundo dos rios, nas copas das árvores, e é levado ao mundo pelos olhos brilhantes do cervo ou pelo delgado fio de som que sai da garganta dos pássaros. O tempo flui no ritmo suave que rege hábitos e costumes do homem pantaneiro e dos bichos, cuja beleza é um elogio à criação. (REPÓRTER AJB, 1990. p. 23).

Encontramo-nos aqui diante de uma questão complexa, e a fim de compreendermos melhor tal complexidade, buscamos as análises de Foucault sobre a obra de Magritte – *“Isso não é um cachimbo”*, quando a partir da ideia da construção das representações que sugere o enquadramento da imagem como gênese do significado do objeto, gerando assim a representação deslocada do real que multiplica as incertezas, mas que traz para seu observador o enunciado que explica através da representação. Descortinando dessa maneira várias imagens e múltiplas interpretações que visam a conservar a ideia do real que apresenta –

¹⁰⁷ Trata-se de uma publicação da Agência JB de notícias com impressão no Rio de Janeiro e distribuição da Dinap – Distribuidora Nacional de Publicações. Ano I nº. 1 de outubro de 1990 com reportagem exclusiva sobre o Pantanal: 1- a descrição definitiva do Pantanal; 2 – Mapas, ensaios fotográficos e reportagens; 3- Guia: 6 mil dicas para sua viagem.

representação/imagem/real, possibilitando entendermos, como no caso da obra de Magritte, a ideia de que não se deve buscar o objeto em si, posto que seja apenas a sua representação. O que se deve buscar na imagem é exatamente o que não coube no enquadramento.

No entanto, Foucault enfatiza que a atenção do observador se volta de maneira mais incisiva para a representação que propriamente para o real que aqui se apresenta como distante e deslocado do enquadramento como um jogo de abstração, “[...] seria a profundidade arrancada, a dimensão interior furando a tela [...] e, lentamente, lá longe num espaço de agora em diante sem limite, dilatando-se até o infinito” (1988, p. 14-15). São as incertezas contrapondo a abstração enunciada pela representação que impedem o descortinamento total do real, mantendo-o assim inacessível aos olhos do observador. A título de exemplo, um pôster turístico cujas imagens do Pantanal remetem a um paraíso, ao santuário da natureza, não traz estampados muriçocas e pernilongos e demais insetos que vagueiam pelas noites do Pantanal. Eles são aliçados da imagem/representação que tem a função de apresentar o real seguindo o enquadramento proposto pelo enunciado – no caso um paraíso – sem, contudo, contradizê-lo em virtude de que não há enunciados diferentes para a mesma representação. As imagens e os signos que compõem a representação estão

sabidamente dispostos sobre a folha de papel, os signos invocam, do exterior, pela margem que desenham, pelo recorte de sua massa no espaço vazio da página, a própria coisa de que falam. E, em retorno, a forma visível é cavada pela escrita, arada pelas palavras que agem sobre ela do interior e, conjurando a presença imóvel ambígua, sem nome, fazem emergir a rede das significações que a balizam, a determinam, a fixam no universo dos discursos (FOUCAULT, 1988, p. 23).

O que significa dizer que tanto os discursos produzidos como as representações constituídas através e pelos símbolos, pelas imagens, pela escrita “dão vida”, significado, similitude à imagem-recorte cuidadosamente representada. Ocorre, nessa perspectiva, um direcionamento do olhar e da percepção sobre a representação, distanciando-a de qualquer forma de comparação, tornando as incertezas iniciais nulas, cujo enunciado se encarregou de esconder nas entrelinhas do texto imagens apresentadas e a contradição por elas possivelmente geradas. Esse redirecionamento do olhar absorve um sistema de signos facilmente assimiláveis, reenquadrando os espaços e os olhares. Não se direciona a leitura das entrelinhas ou a chamada leitura a contrapelo, e como enfatiza Foucault sobre a obra de Magritte:

não se tem o hábito de prestar atenção a esse pequeno espaço em branco que corre por cima das palavras e por cima dos desenhos, que lhes serve de fronteira comum para incessantes passagens: pois é ali, sobre esses poucos milímetros de alvura, sobre a calma areia da página, que se atam, entre as palavras e as formas, todas as relações de designação, de denominação, de descrição, de classificação” (1988, p. 33).

Essas observações são necessárias para mostrar que, de início, deve-se considerar também a mistificação do espaço pantaneiro. Deixar de lado a construção edênica que fascinava os viajantes e aventureiros. Ideias semelhantes podem ser percebidas nesse sentido, quando Albana Xavier (1990) assinala que tal atitude “obriga-nos a reexaminar nossa posição diante dos problemas ambientais [...]”. Portanto, pensar e apresentar o Pantanal turisticamente como um paraíso encerra a possibilidade de uma relação entre homem *versus* natureza, que além de ser uma relação de câmbios é também de apropriação e de adaptação do espaço pelo homem.

Nessa perspectiva, entendemos que se faz necessário pensar e rever algumas concepções que temos ao estudarmos uma determinada região em seus aspectos culturais e sociais, nos quais os traços de uma concepção ocidental atuam como base de análise. Se até meados dos anos de 1960 dizia-se que o homem pantaneiro vivia no ritmo das águas e paisagens circulando pelas sub-regiões, envolvido na lida cotidiana e contando suas histórias, seus causos, tal afirmação se torna vazia se pensada após a adoção de hábitos e costumes advindos com a inserção das atividades turísticas, onde tudo decorre do ritmo do viajante e do seu tempo de permanência na planície.

Resta-nos, pois, escrever sobre o limite dos homens e das águas e da relação cambiante entre homem e natureza nos pantanais, pois assim, sigamos.

CAPÍTULO IV

NATUREZAS CONSTRUÍDAS: ENTRE O LIMITE DAS ÁGUAS E DOS HOMENS

Cerrados, florestas, alagados, num tempo tudo seco, noutro, tudo água. O que era terra se faz água, o que era água se faz terra, às vezes fogo. Mas é a água que regula, movimentada, organiza. Barco, batelão, lanchas passam barulhentas ou silenciosas entre máquinas fotográficas, filmadoras e olhares curiosos e atentos. Pescadores de vida, pescadores de fim de semana, mulheres cor da terra, agachadas limpando peixe, lavando roupa, mulheres loiras, estrangeiras, todos se acenam timidamente no trajeto. Um olá de muitas línguas, Babel de águas. No reflexo das águas há sempre um outro céu. Céu às avessas. O céu, talvez, de um outro mundo (SILVA LEITE, 2003).

4.1 Por entre dobras, laços e promessas

Partindo do excerto de texto de Silva Leite adentramos na questão da constituição da natureza pantaneira através dos tempos, ou seja, da constituição da paisagem¹⁰⁸ dos pantanais com enfoques plurais, inexplorados, e portadora de variadas percepções e códigos culturais construídos pelos homens ao longo dos anos e “quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num

¹⁰⁸ Diferentes correntes de pensamento e categorias integram a ciência geográfica. Como categorias têm-se a paisagem, lugar, espaço, território e região que são considerados as principais e essenciais para seus estudos. Assim, a paisagem é entendida pelo pensamento geográfico, em suas mais diversas correntes como um termo polissêmico, que pode ser usado de várias maneiras pelos demais campos das ciências, pois é perceptível através dos sentidos, sendo formada por diferentes elementos de domínio natural, cultural, social, econômico, humano que se articulam entre si. Portanto, a paisagem é móvel e adaptável, se modifica no decorrer do processo das atividades humanas; é um conceito polissêmico e dinâmico. Paisagem é a natureza no enquadramento da visão, portanto a paisagem constitui-se de aspectos perceptíveis do espaço geográfico, ou seja, como analisa Anne Cauquelin (2007) é uma forma de compreender o mundo através dos sentidos, sendo a visão o mais preponderante dos sentidos quando falamos em natureza. A paisagem pode revelar ou omitir informações de um dado espaço geográfico, mas permitem-nos entender a forma de organização das sociedades com suas características, culturais, políticas e econômicas e sua utilização do espaço geográfico, pois apresentam elementos do presente e do passado convivendo no mesmo espaço; carrega aspectos naturais, culturais e humanizados, assim quando um determinado espaço geográfico é formado unicamente por e/ou pelos elementos da natureza, classificamos como paisagem natural, não foi submetido a ação humana; quando apresentar intervenção humana, classificamos como paisagem cultural, podendo ser classificada também como “paisagem humanizada”, “paisagem modificada” ou “paisagem geográfica”, desse modo constituindo a área geográfica em seu último significado sendo suas formas obras do homem caracterizando a paisagem, onde a cultura é o agente e a natureza o meio, diferentes grupos e/ou homens, diferentes paisagens.

lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário” (SCHAMA, 1996, p. 70) e, em paralelo, ajuíza a incapacidade de compreensão e a indiferença diante de crimes ambientais e da dilapidação do meio ambiente como analisa Warren Dean (1996), pela visão utilitarista da natureza desconsiderando as consequências advindas para os ecossistemas, com vistas apenas para seu aproveitamento econômico. Ainda para o autor, é preciso repensar as estruturas que permeiam as discussões sobre a questão ambiental.

O ponto basilar discutido nos capítulos anteriores trata das transformações ambientais operadas no Pantanal que passaram por decisões políticas e que, por sua vez, foram ancoradas por decisões econômicas, sob a égide de uma Constituição tanto em esfera estadual quanto federal, que deveriam atuar como regulamentadoras e isentas de privilégios, sem fazer do Pantanal uma lata de lixo do planalto e de toda a irresponsabilidade para com o meio ambiente, advindas com o desenvolvimento de atividades econômicas, balizadas pela omissão e impotência do poder público em gerir programas específicos para cada uma de suas sub-regiões, atentando para a diferença entre recursos demasiadamente explorados para fins comerciais e recursos naturalmente explorados para sobrevivência humana, manutenção e equilíbrio do bioma e preservação dos ecossistemas pantaneiros.

As mudanças ambientais promovidas nos pantanais, histórica e temporalmente, afetaram todo o seu interior e também as áreas adjacentes, ambas compondo as diversas sub-regiões com alternância de vegetação, grau e duração das inundações variáveis posto que mantivessem uma declividade entre 0,7 a 5 cm/km no sentido norte/sul e de 7 a 50 cm/km no sentido leste/oeste configurando a depressão receptora hidrográfica pantaneira (GALDINO e RESENDE, 2000).

Muitos dos impactos causados foram economicamente calculados e quando gerados receberam o aval governamental para “fazer ver o Pantanal” como um produto semiacabado que deveria ser polido continuamente por várias mãos. Logicamente não a mão do indígena, do ribeirinho ou do pescador, mas de grandes proprietários e do capital investidor. Nessa composição, o Pantanal foi foco e receptáculo de imagens multifacetadas de um paraíso ecológico abrindo caminhos para outras projeções sobre a natureza, sem quaisquer débitos com as concepções de Humboldt – que basicamente instaurou o imaginário de uma natureza exuberante e primal para o Novo Mundo ditando a sincronia de cenários na composição de paisagens naturais que muito tinham a contribuir com a construção inicial de uma visão de mundo e de natureza pelas lentes do economicismo.

No caso do Pantanal, para a concretude de tais intuitos coube até mesmo fazer campanha e divulgar através da imprensa que as cheias retratavam a normalidade dos pantanais. Informação correta se não estivesse associada ao fato de que a preocupação maior era mudar as imagens negativas que começavam a recair sobre o Pantanal, ou seja, primeiro intensificou-se a produção de discursos político-econômicos de perdas e prejuízos advindos com as enchentes para a obtenção de recursos e subsídios, investimentos que viabilizavam um desenvolvimento acelerado do setor agropecuário, que na contramão trazia impactos ambientais de médio e longo prazos; no segundo momento, produz-se um discurso, uma imagem de valorização dos pantanais isentando as águas das perdas e dos danos a elas anteriormente atribuídos, dando a estas uma característica de normalidade que já possuíam, visto que as cheias são um fenômeno inerente à planície inundável e “estão diretamente associadas às características do relevo e à concentração das chuvas durante o verão na BAP” ressaltando ainda que “a parte elevada dessa bacia possui altitudes entre 200 e 700 metros” (GALDINO e RESENDE, 2000, p.1-2).

Nesse emaranhado que gradualmente vai se constituindo e aos poucos modelando um paraíso construído, as águas perdem o status de vilãs e recebem atenção especial da imprensa, como adereço de uma natureza/paraíso comercializável. O Pantanal passa a figurar como um neomito, embora sem portar as características a ele atribuídas (DIEGUES, 2008). Nessa composição, não temos a natureza apenas como um pano de fundo, pois o domínio da natureza era expressão vigente de progresso e civilidade e as ações antrópicas lapidam a natureza adequando e adaptando seus enquadramentos aos cenários constituídos em função dos interesses neles impressos. Razão pela qual, como argutamente analisa Eurípedes Funes (2015)¹⁰⁹ “há de se considerar que a história ambiental não é a história da natureza sem o ser humano, mas, também, não é de uma natureza tomada apenas como palco”.

Nessa perspectiva, faz-se mister defender um espaço de discussões sobre os pantanais que incluam sociedade, governantes e tecnocratas, pesquisadores críticos e conhecedores das políticas ambientais, fazendeiros, peões, ribeirinhos, indígenas, pescadores, turistas, pois a grande parte das publicações relacionadas ao Pantanal ressaltavam suas águas, suas belezas naturais partindo do seu entorno em detrimento da planície propriamente pensada como um conjunto de sub-regiões distintas e

¹⁰⁹ Texto apresentado pelo autor em Diálogos Contemporâneos, mesa intitulada “*Meio ambiente e história: olhares transdisciplinares*” no XXVIII Simpósio Nacional de História: *Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015. Texto gentilmente cedido pelo professor Eurípedes Funes da UFC.

interligadas. Muitas vezes, desconsiderando-se que qualquer acontecimento no seu entorno provoca mudanças no equilíbrio ecológico do bioma. Impactos ambientais como a pesca predatória e o sobrepastoreio que alteraram significativamente a natureza pantaneira provocando danos irreversíveis no que tange a sua biodiversidade, bem como a qualidade de vida e a permanência do homem nessa região.

Em 1985 na cidade de Corumbá, formou-se uma equipe, liderada pelo então prefeito Fadah Gatass e demais líderes e dirigentes de associações comerciais e de turismo, cuja função central era mostrar através de noticiários locais e nacionais que a enchente no Pantanal é natural e integrada a vida dos pantanais e que toda cheia era esperada e assimilada pelos habitantes, e que mesmo chegando a 5 (cinco) metros na região de Corumbá, em nada alterava a rotina, tanto da cidade como no Pantanal. Trens funcionavam normalmente, prosseguiram os voos da VASP até Campo Grande, São Paulo e Rio de Janeiro, Cuiabá e Brasília. O tráfego na BR-262 era interrompido somente em alguns trechos, mas isso não era surpresa, pois se repetia em todas as enchentes, mas a ferrovia colocava em Corumbá todos os veículos que lá desejavam chegar, além do serviço de balsa que funcionava normalmente.

A preocupação dessa equipe com o setor hoteleiro, restaurantes e fluxo do turismo se dava em função das fotos alarmantes sobre as enchentes, publicadas em jornais de circulação nacional e que afugentavam o turista que ignorava que o perímetro urbano em nada era afetado pelas águas, não havendo insalubridade e as atrações turísticas no Pantanal seguiam sua rotina normal com barcos saindo do Porto e seguindo Pantanal adentro. Segundo informado e declarado por Fadah Gatass, aqueles que ainda não conheciam o Pantanal deveriam aproveitar a oportunidade da enchente para visitar a capital do Pantanal, pois, segundo suas avaliações, talvez fosse uma das últimas do atual ciclo de grandes cheias. Tal dito fez emergir a ideia de comercialização das paisagens alagadas como forma de acréscimo de item no rol turístico para o Pantanal.

Posterior à formação dessa comissão, em 1989 realizou-se o primeiro Congresso Internacional sobre a Conservação do Pantanal¹¹⁰, organizado pelo

¹¹⁰ Congresso Internacional sobre conservação do Pantanal. Campo Grande, 1989. SEMA/MS, 1989. A realização do INTERPAN pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul em conjunto com governos da Alemanha Ocidental e da França. Pesquisadores e técnicos como do Centro de Recursos do Vale do Tennessee; do Instituto de Zoologia Tropical e da Faculdade de Ciências da Venezuela; do Centro de Ecologia Tropical do Instituto Max Plack de Limnologia; do Ministério de Obras Públicas e Meio Ambiente; do Departamento de Ciências Tecnológicas da Escola Superior de Guerra; Secretário da Indústria e Comércio do MT e MS, pecuaristas e advogados, basicamente em todas as conferências e na condução dos debates tinham o foco

governo do Estado juntamente com a SEMA/MS e tinha por objetivo a busca de soluções para a conservação e recuperação do Pantanal. Coube a SEMA apresentar aos congressistas um painel amplo e real sobre a situação do Pantanal, seus diferentes aspectos identificadores, como também um diagnóstico técnico e uma visão regional sobre a região Centro-Oeste. O fato mais curioso do evento foi que em sua grande maioria os congressistas eram exatamente as mesmas pessoas integrantes da comissão, que detinham interesses econômicos e integravam os quadros políticos, ocupando cargos na Secretaria do Estado e Meio Ambiente, da Sociedade de defesa do Pantanal, da FAMASUL, SEMA/MT/MS, FAMATO, CODEPAN e SUDECO; em contrapartida contou com a presença, mesmo que ainda ínfima, de técnicos e pesquisadores da EMBRAPA, UFMT, UFMS; além de pesquisadores do Tennessee, Venezuela, Alemanha e França, aos quais coube o relato de experiências de recuperação aplicadas em áreas úmidas que, digamos sem ressalvas, em nada se comparavam aos pantanais, por tratar-se de ecossistemas com características muitíssimo diferenciadas e não de pântanos.

O eixo dos debates girou em torno da busca de soluções e projetos que vinham como resposta a “esperança do Pantanal”, mas uma resposta satisfatória que atendesse os interesses de seus interlocutores, colocando o Pantanal no rol de áreas que atendiam as expectativas dos investimentos. A aposta estava no trabalho apresentado por especialistas do Brasil e do exterior – que através do convite para participação no congresso – tinham a chance e a oportunidade de contribuir com suas experiências para exibir o resultado de suas pesquisas na composição de propostas para compatibilizar desenvolvimento e preservação, aliada a execução de uma agenda política conservacionista cujo compromisso consistia em “utilizar” o Pantanal.

Basicamente, o foco norteador das discussões foi reconhecer a existência da degradação dos ecossistemas e a necessidade urgente de políticas sérias para o desenvolvimento dito como “ecossustentado”, no entanto, o equívoco nas observações, especialmente no âmbito político, foi ressaltar que o homem explora economicamente a natureza nos pantanais e no cerrado sem degradá-la, embora se admita que não há desenvolvimento sem a degradação ambiental, mas se omitiu que a variação do impacto e desequilíbrio ambiental estava no grau de devastação aplicada, no caso dos pantanais considerado “quase imperceptíveis”, para muitos, pois conforme apontado por Virgílio Corrêa (1946), Salsa Corrêa (1999) e Gilson Domingos

central de suas falas na utilização da planície inundável e nas tentativas de conter seu fluxo de inundação, seja por drenagem, diques, aterros, seja pelo uso das demais tecnologias disponíveis.

(2005) o uso abusivo dos recursos naturais do Pantanal se iniciaram com as queimadas e extração das matas ciliares para o fornecimento de lenha para as embarcações a vapor que singravam as águas da Bacia do Prata e baixo Paraguai, dando início ao processo de assoreamento dos rios, aliado ao incentivo da comercialização de peles para equilibrar as finanças públicas e aquecer o comércio internacional.

Nuances de um discurso contraditório e repetido através dos anos, que passava por um processo de reelaboração, pois se inicialmente o Pantanal era visto como um enorme obstáculo para o progresso (SOUZA, 2008), gozava de má fama, trazendo consigo a representação deletéria da natureza que o homem deveria vencer com sacrifícios, sem poupar esforços, colocando em prática seus ideais de progresso e de civilização, o segundo estágio consistia que a conquista do Pantanal deveria se dar pelo homem auxiliado pela tecnologia independente do custo ecológico a ser pago.

A planície inundável ganhava status de Pantanal com o advento de sua utilização pela pecuária e pelos relatos científicos que valorizavam sua biodiversidade e sua biogeografia. Lentamente, “inventava-se um Pantanal” livre dos estigmas de miasmas e pântano, amplamente disseminado nos bastidores políticos, pela linha tênue que unia imprensa-política-economia. Se considerarmos que “a exploração dos recursos não renováveis da região exerceu lenta e poderosa transformação em seu meio natural”, de maneira menos dogmática, percebemos que “esse desenvolvimento absorveu como traço marcante muitas das imposições ambientais da natureza e da situação de fronteira, fatores responsáveis pela especificidade do processo histórico regional” (CORRÊA, 1999, p. 30).

Esse processo inventivo de um paraíso/mercadoria se deu ancorado na ideia obsoleta de aplicar modelos de desenvolvimento utilizados em outros países, cuja tecnologia estava mais além da aqui utilizada, ou seja, o progresso brasileiro se processava em uma conjuntura adversa, em outro contexto de exploração racional de recursos naturais e de destruição do meio ambiente. Relegaram-se ao esquecimento as singularidades ecológicas do país. Era preciso romper e proteger fronteiras, derrubar barreiras em defesa de um progresso a qualquer custo e o resultado do que se viu foi a mostra descarada da incapacidade de formular programas que envolvessem eixos tão contraditórios e muitos colocados em prática sem nenhuma coerência na aplicação, cujo peso maior foi o economicismo, sem determinar qual seria o nível de racionalidade na exploração demasiada e no uso dos recursos naturais.

Todos os programas utilizados como base de sustentação para a elaboração de um projeto de desenvolvimento e preservação para o Pantanal, nos anos de 1980-1990, estavam alicerçados nos estudos realizados na década de 1970. Destarte, desconsideravam-se todas as modificações ambientais ocasionadas entre o período de estudos e a aplicação e viabilidade dos programas, revelando total descrédito nas ações e mais ainda os seguidos fracassos dos projetos que passavam por constantes adaptações. Admitir que isso fosse proposital implica assumir responsabilidades posto ser notória a ambiguidade nos discursos proferidos seja pelo governador do Mato Grosso ou do Mato Grosso do Sul, pois ao mesmo tempo em que exaltavam a responsabilidade do governo com áreas como a Amazônia e o Pantanal revelavam a evidente avidez e esforço desprendido para fazer do Centro-Oeste a fronteira agrícola do país e para tanto não se podia medir esforços e recursos, mas ao mesmo tempo, não se podia extinguir a ideia, o estereótipo de paraíso ecológico tão rentável. Muitos brasileiros, ávidos por terras, voltavam seus olhares para o planalto, para o cerrado, regiões promessas de economia no grande leque de exploração de recursos naturais e do agronegócio, bem como para a planície inundável como um criatório natural para os rebanhos que demarcavam grandes áreas fixando fazendas.

Ambiguidade encontrada nos muitos pronunciamentos do Ministro do Interior do governo José Sarney (1985-1990)¹¹¹, que admitia que Pantanal e Amazônia consistiam em duas áreas que tocavam a sensibilidade do povo brasileiro, mais que isso, guardava a sua identidade. Ironias à parte, sabemos que se tratava de dois biomas distintos, porém interligados, utilizados como moeda de troca para a obtenção de recursos e privilégios sob o pretexto da preservação encobrendo as articulações políticas para obtenção de terras e pesados investimentos para a expansão das fronteiras agrícolas, inscrevendo o Pantanal no circuito de atividades econômicas estruturadas na apropriação e concentração de terras e na manutenção de privilégios políticos na esfera nacional.

Sob o título “O dinamismo da pecuária é o marco atual do progresso corumbaense”, o jornal Folha da Tarde, publicado em dezembro de 1973, desfilava elogios na inauguração da sétima Exposição Pecuária quando, segundo a reportagem, o parque rural estava fervilhando de gente para “conhecer os progressos pantaneiros nessa atividade que é o sustentáculo da economia regional e principal fonte de renda

¹¹¹ O governo de Sarney (março de 1985 a março de 1990) teve como ministros do interior: Ronaldo Costa Couto (15/03/1985 até 30/04/1987); Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (30/04/1987 até 07/08/1987) e João Alves Filho (07/08/1987 até 15/03/1990). O discurso a que nos referimos foi o de Ronaldo Costa Couto.

do estado de Mato Grosso”. De acordo com a reportagem, Corumbá – então chamada como capital do Pantanal –

evoluiu em sua história de simples estabelecimento militar para garantir a posse portuguesa na margem oriental do rio Paraguai no século XVIII, para se firmar no fim da centúria passada e início dessa como principal entreposto comercial do Centro-Oeste, posição que perdeu com o colapso da navegação fluvial e o advento da ferrovia e da rodovia que beneficiou outras áreas do Estado. Quando o trilho e a estrada de rodagem ficaram a distância temerosos do Pantanal, foi a pecuária, que a sua ecologia facilitava aliada ao pioneirismo de um pugilo de homens de coragem, que alicerçou em bases sólidas a economia da cidade insulada e dos alagadiços aparentemente intransponíveis que a circundavam [...]. E o casco do boi conquistou a planície sem fim, construindo paulatinamente o poderio da pecuária pantaneira, em uma luta íngreme na qual os que hoje podem se apresentar como vencedores viram fracassar empreendimentos internacionais de vulto, decretando falência de uma tecnologia inadaptada ao ambiente, garantindo-lhes um *know how*, empírico, mas válido (Jornal Folha da Tarde, Corumbá, MT, 12/1973).

Coadunando com tais ponderações, temos nos discursos do Secretário do Meio Ambiente, Nilson de Barros¹¹², o mesmo foco central dos debates proferidos por ele sobre o Pantanal, isto é, que este perfazia o “grande desfile da atualidade” que consistia em promover o desenvolvimento e preservar o meio ambiente. Nessa perspectiva, para Nilson de Barros, as ações eram consideradas nocivas se a expansão da fronteira agrícola ocorresse de forma desordenada e depredatória; se provocasse desequilíbrios e disfunções ecológicas; se houvesse perturbações antrópicas sequenciais e crescentes geradas em decorrência da economia e o avanço tecnológico que não significava adequação na sua implantação, corriam-se riscos e perda de investimentos, ações essas que, segundo ele, não eram praticadas no Pantanal. Embora considerasse que tais questões fossem marcadas pela concepção de que muitas das perturbações ambientais eram imperceptíveis, alegava que o Pantanal possuía mecanismos naturais de recomposição e recuperação decorrentes da sua condição topográfica deprimida, fatores que justificavam os investimentos de grande porte e as “pequenas alterações ambientais” feitas pelos investidores como a Camargo Corrêa, assim justificavam-se as perdas e perfaziam o preço exigido pelo progresso.

¹¹² Herdeiro de Nauili de Barros – com 20.000 ha de terras na Nhecolândia – Fazenda Boa Vista. Em 1986 ajudou a fundar a Sociedade de Defesa do Pantanal – SODEPAN, da qual foi presidente, reunindo fazendeiros do MS e MT.

Ainda de tal modo, diante de toda problemática ambiental gerada, era preciso agregar mais valor ao produto. O que afetaria mais o Pantanal? Pois bem, o Estado possuía 2/3 dessa área que precisava ser aproveitada contribuindo na arrecadação e trabalhar a ideia do turismo com investimentos em hotel fazenda¹¹³ exigia grandes áreas. Tais empreendimentos demandavam investimentos que incluíam a aquisição de terras, a construção da estrutura física, a domesticação de animais selvagens, a exploração de recursos naturais disponíveis e mão de obra de baixo custo. Elementos que agregados traziam o turista seja ele japonês, seja norueguês, seja brasileiro que fotografasse tudo que interessava e fosse embora divulgando as imagens paradisíacas dos pantanais, atraindo mais turistas e mais investimentos. Não bastava apenas trazer o turista para passear de barco, almoçar e voltar para os hotéis, a imagem vendida lá fora deveria ter tuiuiús, jacarés, sucuris, onças e peixes, constituindo as imagens de um turismo prazeroso e atraente movimentando a emergente indústria sem chaminés, cuja sede se localizava em Corumbá.

Cabia também incentivar a exploração de ferro e manganês nos morros de Urucum (Foto 17) e Jacadigo, caso isso não ocorresse inviabilizaria todo o empreendimento ficando-se à mercê dos discursos e das manobras ambientalistas que ganhavam corpo. Não se poderia perder uma riqueza que o Estado possuía e que estava coberta por apenas quatro dedos de vegetação no Pantanal. Uma vegetação que se retirada não seria notada, não faria falta. Entendia-se que o Pantanal é imenso e pouca coisa mudaria ambientalmente.

Reinventar e enaltecer a beleza dos pantanais foi privilégio legado ao Mato Grosso do Sul nos anos finais da década de 1970, mas deter 2/3 da planície inundável requeria compromisso e a necessidade de preservação frente à continuidade dos projetos de expansão do agronegócio para o estado. A cortina que separava essas ações estava apoiada nos apelos a preservação ambiental cujas nuances serviam de adereços para um processo de devastação em andamento desde os anos finais de 1960 e que utilizava a enchente como pano de fundo e base de sustentação para programas e/ou projetos que adornavam o receptáculo de um processo inviável e obsoleto de desenvolvimento excludente e contestatório deixando profundas pegadas ambientais que começavam a emergir e expor graves problemas como a devastação excessiva deixando a mostra os signos do progresso – erosões, desflorestamentos, assoreamentos, barragens, arrombados e projetos inacabados.

¹¹³ Trata-se de estabelecimentos que tentam conciliar e/ou agregar a pecuária e o ecoturismo, propiciando aos turistas, safaris, caminhadas, cavalgadas, canoagem, acompanhar comitivas e demais atividades dentro dos limites da propriedade e sub-regiões dos pantanais.

Foto 17 – Morro do Urucum 1950 – Corumbá, MS



Fonte: Tadeu Martinez em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto postada em 07 de junho de 2015. Postal Fotográfico do Morro de Urucum, Corumbá, MS.

Pesquisadores da Embrapa Pantanal pontuam que o crescimento desordenado associado a uma significativa expansão das atividades ligadas à agropecuária, iniciadas nos anos 1970 no planalto da bacia do Taquari, intensificou a entrada de sedimentos na planície, originando problemas ambientais e econômicos em grau elevado no Pantanal. O assoreamento do rio Taquari no seu baixo curso, segundo os pesquisadores, contribuiu para que uma grande área ficasse sujeita a inundações permanentes¹¹⁴. O assoreamento “aumentou a instabilidade do rio provocando o rompimento de suas margens – os arrombados – e até mesmo a mudança de seu curso” (GALDINO et. al., 2006, p. 1-2). Problema gerado pela migração intensa da região Sul para o Centro-Oeste que trouxe as extensas plantações de soja, adaptadas com as condições climáticas do Cerrado, incorporando cada vez mais novas áreas do planalto no processo de produção.

¹¹⁴ Para Abdon (2004), o processo continuado de assoreamento que atua nos cursos de água da bacia associado ao aumento das precipitações contribuem para o aumento das áreas de inundação no Pantanal e antigas áreas de pastagens nativas ficam totalmente submersas durante todo o ano. A inundação atinge também áreas de mata e do cerrado, as quais nunca haviam sido alcançadas pelas inundações periódicas anuais. Fatores que despertam a preocupação de muitos pesquisadores, pois tais áreas são tomadas por tapetes de vegetação aquática, baceiros e cambarazais. Registros dos impactos e decréscimo da população local, de acordo com censo do IBGE aponta que entre os anos de 1970 e 1996 ocorre uma redução no número de pessoas ocupadas na região registrando decréscimo de 41,7% ou 1.100 trabalhadores.

A denúncia crítica feita pela imprensa¹¹⁵ aos órgãos do governo como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)¹¹⁶, salientava que em termos de Mato Grosso, ninguém entendia a atuação desses órgãos federais, face ao descaso com as questões ambientais no Pantanal. Órgãos tidos como ausentes que apenas endossavam portarias sem a preocupação de verificar se estavam sendo cumpridas. No que tange à SUDEPE, ressalta que está “divorciada dos rios pantaneiros” está em Campo Grande “na beira de seus tranquilos córregos a fiscalizar lambaris” enquanto pescadores inescrupulosos rastreiam o Paraguai, suas baías e afluentes, com redes nas suas embocaduras e locais de desova. Quanto à Guarda Rural, as ponderações recaem sobre o fato que o IBDF criou uma guarda tardiamente e constituída por apenas 50 homens, sendo insuficiente e ineficiente para tomar conta do Pantanal no sentido de evitar a extinção da fauna pantaneira, considerada imensa, variada e ameaçada pelos caçadores que invadiam a região ferindo os mais elementares princípios das leis da natureza. A guarda entrava em ação com o jacaré, a onça e a ema considerados já como em fase crítica de extinção, mas agia tardiamente e sem nenhum suporte. A ineficiência na atuação dos órgãos fiscalizadores foi alvo de críticas de ambientalistas e pesquisadores ambientais que registravam suas denúncias na Secretaria do Meio ambiente (SEMA), embora soubessem que esse órgão se eximia deixando a descoberto a própria ineficiência.

Os primeiros sinais do descaso com o meio ambiente nesse projeto de constituição de paraíso ecológico foram expostos em 1971 pelo capitão Jonas Figueiredo de Carvalho, lotado na Capitania dos Portos do Mato Grosso. O foco de suas observações foi o rio Paraguai, que, segundo ele, iniciava um processo contínuo de esvaziamento, motivado pela ação do desmatamento acelerado em áreas dos mananciais formadores.

Não se tratava apenas de um fenômeno cíclico, suas advertências partiram da observação e estudo dos índices fornecidos pelo Serviço de Sinalização Náutica do Oeste que registrava os níveis do rio Paraguai¹¹⁷ desde 1900 e deste, até 1960, por 7

¹¹⁵ Jornal Folha da Tarde. Corumbá, MT, 16 de fevereiro de 1974. Título da reportagem “Corumbá precisa defender seu patrimônio natural”.

¹¹⁶ Superintendência do Desenvolvimento da pesca foi criada através da Lei Delegada nº. 10 de 11 de outubro de 1962 e publicada no Diário Oficial de 12 de outubro de 1962, na Seção I, Parte I.

¹¹⁷ O registro do nível médio do Rio Paraguai em Ladário, no período de 1900-01 a 1962-63, foi de 2,61 m, no período de 1963-64 a 1972-73 foi de 0,98m e no período de 1973-74 a 1995-96 passou para 3,62 m. A análise dos níveis médios anuais do Rio Paraguai, em Ladário, no período de 1963-64 a 1995-96, confirmou a existência de dois períodos distintos de regime

(sete) vezes os níveis inferiores chegam a zero na escala da base de Ladário, mas de 1960 a 1970 o fenômeno ocorreu 6 (seis) vezes em 10 anos, indicando níveis decrescentes do rio. Assim, se no último ano não foram registradas grandes máximas, os anos de 1950 foram marcados por enchentes, sendo a maior em 1959 e até junho de 1971 registraram-se os menores índices. Avaliamos que o desmatamento era fator decisivo, pois na região em que o Pantanal faz divisa com o Paraguai as atividades econômicas sempre exigiram grandes desmatamentos, como no caso do quebracho em Porto Murtinho¹¹⁸. O médio Paraguai – foz do Apa-Assunção, sente menos com a estiagem, mas em sentido contrário, sofre as consequências dos grandes empreendimentos do norte de Mato Grosso onde foram desmatadas as cabeceiras e as margens dos afluentes de grandes rios, provocando mudanças ecológicas como o aumento de perdizes no Pantanal e a redução da ictiofauna em alguns rios da região pantaneira.

Alertas foram emitidos desde 1960 através da Capitania dos Portos para a necessidade de urgência nas ações de controle e proteção das margens de rios como Paraguai e Taquari, além da utilização de embarcações adequadas a navegabilidade dos rios, pois o desbarrancamento das margens vinha provocando o alargamento do rio com perda de profundidade, causando maior alcance das suas águas em épocas de cheias e dificultando a vida de moradores ribeirinhos. Para o período, registravam-se 627 embarcações com aproximadamente mais de uma centena delas com capacidade de 20 toneladas somente no Porto de Corumbá (Foto 18). O mesmo registro já havia sido feito em 1941 por um hidrógrafo argentino quando em visita à Capitania dos Portos em Corumbá classificou o curso das águas do rio Paraguai como o mais nobre e generoso dos rios, mas a sua navegação como a mais danosa para o Pantanal e para os ribeirinhos em comunidades ali instaladas.

Foto 18 – Corumbá em 1959-1960

hidrológico, o primeiro apresentando-se como seco (1963-64 a 1972-73) e o segundo de cheias (1973-74 a 1995-96) (Galdino et al. (1997).

¹¹⁸ A exploração do quebracho do qual era extraído o tanino utilizado na indústria química, em curtumes e na tecelagem, já ocorria desde as últimas décadas do século XIX no Paraguai e Argentina, sendo muito requisitado pela Europa. Árvore de cerne extremamente duro com coloração vermelha, abundante no Chaco Paraguaio e na região de Porto Murtinho (KMITTA, 2010). Conforme descreve Kuhlmann: “Ao sul do Pantanal, na sua parte mais estreita, diretamente em contato com a Bodoquena, há uma atividade que embora menos importante que a pastoril, é das mais prósperas da região – a extração do quebracho. Para sua industrialização, foram montadas duas fábricas de tanino com uma produção de cerca de 12 toneladas diárias” (1954, p. 117).



Fonte: Tadeu Martinez. Acervo CPAN/UFMS.

Aos poucos as denúncias começavam a surgir dos mais variados segmentos, como as feitas por alguns pecuaristas em 1977, rebatendo acusações que a implantação de capim tóxico havia causado a mortandade de peixes no rio São Lourenço. A defesa centrava no fato de que herbicidas matavam peixes. Para os pecuaristas, as cargas de resíduos de inseticidas e herbicidas, usados nas lavouras em Rondonópolis, Coxim e Pedro Gomes, desciam com as águas e vinham provocando a morte de peixes. Fazendeiros do São Lourenço alegavam que a “dequada”¹¹⁹ foi agravada pela presença de agentes químicos utilizados nos biocidas carregados da Ilha da Camargo Corrêa. Estudos foram elaborados pela SUDEPE com o objetivo de descartar a possibilidade de erva ou capim tóxico, no entanto o fenômeno agravava ainda mais os impactos ambientais infringidos ao Pantanal, fato que deixava resquícios negativos no projeto de constituição de territorialidades em curso.

As críticas direcionadas à SEMA giravam em torno da construção do dique na fazenda no Jacadigo cobrindo 3.330 hectares para isolar a propriedade das enchentes do rio Paraguai¹²⁰. Os biólogos que foram até o local afirmavam em relatório que o dique cortava diversas vazantes interrompendo o curso natural das inundações, fator importante para o desenvolvimento e manutenção da vegetação local, além de expor a

¹¹⁹ Segundo Calheiros, a água da dequada apresenta “uma coloração escura, semelhante ao chá preto, devido a compostos orgânicos dissolvidos provenientes do processo de decomposição [...]. As cinzas das queimadas, provocando uma elevação do PH da água, e podem causar a mortandade de peixes. Originalmente o nome “água de dequada” refere-se à água de cinzas usada na fabricação caseira de sabão, cuja cor é idêntica à cor formada durante o fenômeno, daí o nome popular” (1996, p. 464).

¹²⁰ Jornal O Momento. Corumbá, MS, 28 de janeiro de 1989.

vegetação a inimigos naturais pela eliminação das inundações que exerciam um papel fundamental no seu controle. A ênfase das críticas estava no alerta que se referia à interferência do homem no regime das inundações no Pantanal, provocando danos irreversíveis ao meio ambiente com a não recuperação da vegetação em muitas áreas consideradas vitais para a reprodução de muitas espécies. Acompanha ainda a denúncia referente às agressões pelas quais o Pantanal vinha passando em função do grande fluxo de embarcações que comprometiam a navegabilidade dos rios como Taquari e Cuiabá, cujo leito vinha desaparecendo em consequência das bocas que se abriram na margem esquerda decorrentes da forte pressão das águas represadas por efeito da estrada Transpantaneira e das barragens construídas sem qualquer acompanhamento ou controle ambiental, impactos ambientais tão visíveis que dispensavam a necessidade de “ser um ecologista” para constatar as mudanças no meio ambiente “que modificou e destruiu toda espécie de vida.”¹²¹

Muitos relatórios e recomendações de técnicos da defesa civil e de biólogos foram ignorados e relegados ao esquecimento, e, em paralelo, surgiam apelos e denúncias de moradores ribeirinhos e pequenos sítiantes que viam suas terras serem lentamente absorvidas pelas mudanças que afetavam e causavam o desequilíbrio da natureza pantaneira, especialmente na dinâmica e curso das águas.

Paralelamente a tais denúncias, o Comitê de Reserva Biológica fez em 1980 uma campanha pela preservação ecológica do Pantanal coletando aproximadamente 25 mil assinaturas. Resultado de um movimento integrado por diversos órgãos do estado e com apoio de diversas entidades conservacionistas na tentativa de forçar o governo estadual a assumir uma posição contrária no que se referia à instalação de usinas hidrelétricas e barragens nos pantanais que provocavam imensas cicatrizes em sua biodiversidade e em sua cadeia hídrica afetando diversas áreas inundáveis. O movimento surgiu após o início de estudos para a instalação de uma usina sucroalcooleira em Bodoquena e para a construção de 35 barragens pelo governo federal na tentativa de conter as enchentes. A defesa do comitê era pelo fortalecimento do turismo de maneira a preservar o Pantanal e suas riquezas naturais e a instalação de uma estação ecológica na Fazenda Bodoquena no Pantanal Sul concatenada com a ação imediata de proibir o desmatamento¹²² no entorno e nas cabeceiras dos rios componentes da rede hídrica pantaneira.

¹²¹ Jornal o Momento. Corumbá, MS, setembro de 1980. Título da reportagem: “*O Pantanal vai ficar na História*”.

¹²² Em uma bacia hidrográfica, a substituição da vegetação nativa por culturas e pastagens cultivadas, sem adoção de manejo adequado desses cultivos e do emprego de práticas agropecuárias conservacionistas, favorece a compactação da superfície do solo, reduzindo a

O Comitê de Defesa Pró-Pantanal, assim nomeado, defendia que palestras e reuniões deveriam ser organizadas visando à participação da sociedade para conhecer de fato o que era o Pantanal e no que estava se transformando, apresentando os relatórios e denúncias sobre a derrubada de matas com o intuito de inserir a produção de cana. A ideia do comitê era mostrar que as carvoarias eram extremamente nocivas ao meio ambiente pantaneiro tanto quanto as usinas. Com isso, esperava receber incentivos e apoio de grupos nacionais e estrangeiros dificultando ações posteriores de implantação de projetos como as usinas, pois além da destilaria propriamente dita, existiam estudos em andamento para a construção de barragens para o controle de enchentes e, de acordo com Harry Amorim, ex-governador e diretor do DNOS, se colocado em prática o plano de construção de barragens, representaria a transformação total do Pantanal, alterando basicamente todo o seu sistema hídrico. Áreas inundáveis ficariam secas levando a perda de grandes porções da vegetação, em contrapartida abriria novas áreas para atividades rentáveis e condizentes com a realidade local com base no agronegócio, fator agravante para a natureza pantaneira que vinha com sua capacidade de resiliência demasiadamente afetada pelas sucessivas alterações ambientais nos mais variados graus em todas as sub-regiões.

Apesar de toda problemática apresentada pelo comitê, o Instituto de Preservação e Controle Ambiental do Mato Grosso do Sul, na pessoa do seu diretor, o coronel Adone Sottovia, afirmou que não estava preocupado com o problema da implantação das usinas, pois o estado contava com uma legislação específica e rígida para a proteção do meio ambiente, a Lei nº. 90/1980¹²³, que tratava do meio ambiente no MS e impedia as tentativas que resultassem em prejuízo para o Pantanal e, em sua avaliação, o movimento vinha carregado de sensacionalismo e falsas afirmações, pois qualquer indústria que cumprisse os dispositivos legais exigidos pelo estado estava apta a se instalar e não causaria danos à tão ampla ecologia regional.

Notemos que paralelamente ao trabalho do comitê, havia um movimento pró-turismo, alimentado pela imprensa e por entidades diretamente envolvidas na promoção do Pantanal, enquanto um paraíso mercadoria, e as manchetes que

infiltração das águas das chuvas. Com o aumento do escoamento superficial (enxurrada), maior volume de água atinge os rios, aumentando, assim, o deflúvio dessa bacia. Em síntese, com o aumento do desmatamento de uma bacia hidrográfica, o mesmo volume de chuva tende a ocasionar cheias maiores nos rios dessa bacia. Em 1977, as lavouras e os pastos cultivados ocupavam 3,4% da Bacia do Alto Taquari. No ano de 2000, as áreas ocupadas pela agropecuária correspondiam a 61,9% da superfície da mesma bacia, ou seja, em apenas 26 anos, as áreas utilizadas pela agropecuária registraram um aumento de 1.820% (GALDINO et. al., 2006, p. 178).

¹²³ Lei nº 90, de 02 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial nº 352, de 03 de junho de 1980, e dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelecendo normas de proteção ambiental para o Estado.

estampavam os jornais nacionalmente vendiam o Pantanal como um mundo isolado, onde em muitas de suas áreas a natureza permanecia intocada, abrigando o maior viveiro do mundo com paisagens inesquecíveis e uma infinidade de espécies vivendo num habitat natural: o Pantanal, um mundo fascinante de sons e cores, sem estradas, mas com muitas fazendas, transporte feito por aviões particulares ou mesmo através de barcos pelo imenso e caudaloso rio Paraguai e demais rios que são os elos na ligação dos habitantes da região ao mundo civilizado e ao mesmo tempo para conduzir visitantes ao interior do paraíso ecológico, por recantos inundáveis e de atrativos ímpares.

Um Pantanal que, mesmo isolado pelas águas na época das cheias, tornava-se um espelho d'água que protegia seu acervo natural onde poderiam ser vistas muitas árvores calcinadas por excrementos de aves que buscavam nos ninhais sua reprodução. Onde se viam onças, várias espécies de veados, queixadas e outras tantas espécies membros de um sistema ecológico original; um paraíso que mesmo com a pesca predatória praticada por pescadores clandestinos e com o envenenamento de animais por herbicidas ainda assim reinava exuberante sob o olhar de homens que fizeram do Pantanal a extensão de seus membros. Um paraíso para pescadores de surubins e pintados que variavam de 30 a 60 kg e dourados que vagavam pelos rios o ano inteiro. Um Pantanal cujas águas eram a régua, a linha tênue, o limite entre o céu e a terra.

Para investidores como José Domingos Lapa, promotor de viagens com destino ao acampamento Jauru-Talamã nas margens do rio Paraguai, justificava alto custo da viagem, em função da parte aérea e com isso selecionava pessoas de certo nível cultural que respeitam e preservam a ecologia (REALIDADE, 1973). Um número fixo de clientes estrangeiros e funcionários de firmas do Brasil integravam grupos juntamente com os *bird-watching* – observadores de pássaros, fazendo visitas a cemitérios indígenas e também na Ilha Talamã, um viveiro de espécies e de preservação ecológica que fazia a diferença no Pantanal, ou seja, vendia a ideia de um paraíso ecológico dentro de um paraíso de águas para pessoas que sabiam apreciar a natureza e a composição de seus cenários. A utopia da natureza intocada permanecia incólume e atuava como chamariz.

Temos aqui um discurso que segue em duas vias, pois enquanto comitês e grupos formados em defesa da natureza do Pantanal tentam apresentar e comprovar denúncias da degradação ambiental praticada, a mesma imprensa e entidades seguiam na contramão, comercializando a natureza pantaneira com base nas imagens e uso abusivo da linguagem de forma a fortalecer e cimentar a ideia da invenção de

um paraíso chamado Pantanal trazendo ainda em seu bojo os resquícios de simbolismos e de discursos formadores da identidade e nacionalismo brasileiro de amor a Pátria mãe e suas belezas naturais; e conforme a assertiva de Durval Albuquerque, “o surgimento da região e de uma identidade para seus habitantes são feitos a partir da elaboração de uma forma de ver e dizer este espaço e este povo, que vai se empregar na cultura brasileira” (2012. p. 34). O Pantanal estava ali, mas, era preciso formatar suas características seculares para que fossem continuamente lapidadas pelas identidades dele emergentes e pelas lentes do turismo que o colocava na vitrine, expondo-o aos mais variados ângulos de visão.

As contradições ficavam tão evidentes que o Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) do Mato Grosso, Paulo Siqueira, advertiu as autoridades governamentais sobre a construção dessas barragens no Pantanal, alertando que estas condenavam os pantanais e beneficiavam empresas da construção civil que defendiam largamente a construção das barragens. Avaliando que tal construção além de alterar os níveis de flutuação e nível das águas interferia no ciclo migratório e reprodutivo da ictiofauna. Segundo Paulo Siqueira, o IBDF não havia sido consultado para dar parecer e o que se avaliava era apenas a viabilidade econômica, sem cumprir as regras determinadas por órgãos competentes. Lançava severas críticas aos envolvidos no processo de aprovação dos projetos e assegurava que as enchentes não tinham e não deveriam ter qualquer tipo de controle, pois é assim que funciona a natureza pantaneira, sem intervenções ou desequilíbrios, sem barreiras, com suas águas circulando livremente, sem nenhuma contenção desnecessária e inconsequente.

Em 1989, novas denúncias foram feitas e registradas em dossiê pela União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) sobre a grande quantidade de mercúrio jogada nos rios, oriundos da exploração de garimpos da região Norte brasileira e de Mato Grosso com base nos estudos da EMBRAPA que, em 1985, constataram que o garimpo de Poconé despejou 798 quilos de mercúrio nos rios que ali desaguavam; em concomitância, emerge a preocupação governamental da não obtenção de empréstimos em função da contaminação. Aumenta a preocupação de entidades internacionais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no que concerne à biodiversidade no Pantanal. As denúncias registravam um ecocídio e o relatório apresentado em junho de 1987 pela Coordenadoria do Meio Ambiente da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de Mato Grosso sobre os garimpos sinalizava que na região de Poconé, no Pantanal, os principais cursos de água estavam

completamente contaminados e assoreados em consequência da grande quantidade de resíduos e mercúrio carregada pelas águas comprometendo a fauna e a flora dessa sub-região, no entanto muito das informações e dos estudos foram magistralmente ignorados.

Desconsiderava-se que muitos sistemas naturais de interligação existentes entre biomas, como o encontrado no Pantanal, são partes integrantes e significativas das paisagens, abrigando uma rica biodiversidade. As regiões de transição, de combinações ecológicas e de habitat intermediários entre terra e águas; a combinação de espécies e habitat interligados em área de transição juntamente com as contribuições cíclicas no trâmite de nutrientes dá sustentação a outras áreas mais ricas em biodiversidade mais dependentes das modificações e contribuições para áreas adjacentes, não se constituindo apenas pela transitoriedade, são fenômenos efêmeros oriundos das perturbações, mudanças e rupturas dos padrões normais e hidrológicos, em que a estabilidade e o equilíbrio ambiental não são apenas meros detalhes (Ab' SABER, 2006).

Ignorava-se que as inundações ou as secas, combinadas com nutrientes e resíduos, mantinham os padrões normais de drenagem; em caso de interferências, tal combinação podia gerar uma nova combinação não tão equilibrada e benéfica para as áreas inundáveis, como, por exemplo, o acúmulo de resíduos resultantes do entulhamento e o assoreamento dos canais essenciais para o processo de drenagem das águas e sua respectiva absorção. As perturbações ambientais geradas pelo e no interior do bioma ocorrem em função da flutuação cíclica da hidrologia local, quando se tenta inibir e controlar os ciclos ou os cursos d'água através de procedimentos controladores alheios ao ambiente, assim incorre-se no risco do desequilíbrio no seu interior e conseqüentemente no seu entorno.

O controle da drenagem nos pantanais constitui uma das maiores interferências nos ciclos d'água cujas conseqüências resultam no maior espraiamento destas abrangendo áreas cada vez maiores. O depósito de espessos sedimentos resultantes da erosão e do desgaste dos solos praticada no planalto pela mineração, pela agricultura e pela pecuária, a introdução de espécies animais e vegetais, o desflorestamento para produção de carvão e a diminuição da fauna são resultados de interferências geradoras de disfunções ambientais que interferem no grau de inundação da planície já observado, desde meados de 1970, pela Capitania dos Portos e por ribeirinhos que viam a diferença do nível e alcance das águas em cada enchente.

Segundo Amaral Filho (1983), no Pantanal mato-grossense, todo o sistema de drenagem está ligado ao rio Paraguai e este não possui vazão suficiente para a eliminação das águas nas épocas de maiores precipitações. Com o represamento das águas pelo rio Paraguai, há inundação generalizada de duração variável em função da cota local do terreno e também da posição com relação ao rio Paraguai, pois há um desnível de norte para sul e um estrangulamento ou uma diminuição no sistema de drenagem a partir de Corumbá no sentido de Porto Murtinho. Assim, a área situada ao norte tem um período de inundação menor que a área situada no Sul, ou seja, nas proximidades de Porto Murtinho, as inundações ocasionam maiores consequências que nas proximidades do rio Itiquira e cidades de Poconé e Cáceres.

Como um fenômeno inerente ao Pantanal, a sazonalidade das águas – as enchentes modificam a qualidade do solo e a profundidade do Pantanal por transportarem água e sedimentos das regiões circunvizinhas. O Pantanal em suas diferentes sub-regiões é afetado pelas cheias fluviais e pluviais, sendo as chuvas desiguais com índices pluviométricos variáveis de 1800 mm anuais no Norte e de 800 a 850 mm no centro em sentido Bolívia e Paraguai. A enchente de rio é trazida da cabeceira dos cursos d'água para o centro e as áreas mais secas são exatamente aquelas situadas de 85 a 110 m do nível do mar e o que mantêm a umidade dessas áreas são os alagados e os banhados que nelas se formam. O desmatamento afeta a quantidade de água, dos sedimentos e a velocidade de transporte desses materiais para as terras baixas. Os sedimentos formam cones aluviais que são bastante instáveis, da mesma maneira que é o equilíbrio da complexa rede hidrográfica, o qual pode ser alterado pelo aumento do volume de água ou de sedimentos transportados pelos rios.

Para Godói Filho,

O Pantanal mato-grossense, enfim, representa um a região extremamente complexa e singular, sendo pouco conhecida cientificamente e, sobremaneira, rica e frágil. Mantém-no uma série de parâmetros naturais inter-relacionados e, desta forma, só poderá ser economicamente produtivo e preservar suas características peculiares que o tornam um ecossistema de grande riqueza, se o desenvolvimento for adequado e atento. Não havendo um criterioso planejamento do desenvolvimento do Pantanal e de sua área de influência, no que se refere ao aproveitamento dos recursos naturais renováveis e permanentes, todo o seu potencial econômico e ecológico existente poderá sofrer danos irreparáveis para o futuro da região (1984, p. 74).

Urgia a necessidade de se entender mais os mecanismos naturais próprios dos pantanais e que mantinham todo o bioma, único em sua complexidade, em constante equilíbrio sendo capaz de gestar sua reabilitação natural. Se, por um lado, era preciso entender e considerar as pesquisas, as informações e os estudos detalhados a respeito das técnicas para conter águas e sedimentos responsáveis pela manutenção da flora e também da ictiofauna, bem como da continuidade das atividades econômicas que atuavam como modificadoras dos ecossistemas, tanto no Pantanal quanto nas regiões circunvizinhas, cujas alterações afetavam a planície inundável através de sua rede hídrica; por outro lado, era imprescindível manter os índices de produção e crescimento econômico decorrente da agropecuária na planície. Difícil mesmo era emplacar a ideia de que o Pantanal é um conjunto de ecossistemas geobiologicamente incomparável, nobre em suas áreas úmidas, como bem salienta Ab'Saber (1988), cuja preservação e o manejo são de vital importância para sua manutenção, exigindo planejamento adequado e específico para cada uma das sub-regiões.

Por praticamente três décadas (1960-1990), intensificar os danos ambientais foi uma prática comum de desrespeito pelo Pantanal e pelas comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores e indígenas que ali viviam e desenvolviam atividades de menor impacto como a pesca e o cultivo de alimentos para subsistência. Entretanto, é bom frisarmos que a pecuária extensiva pode a princípio se apresentar como compatível com os ecossistemas dos pantanais e contribuir para sua preservação, no entanto, ainda que os mesmos não se apresentassem ameaçados a curto e médio prazos, seria importante e oportuno registrar que os habitats encontrados em áreas de pecuária são vitais para sua proteção e auxílio na sua recuperação, e na medida em que ocorre o aumento dos rebanhos aumenta a disputa pela ocupação das áreas interferindo também na dinâmica de ocupação dos habitats, lembrando que muitas áreas de pastagens são verdadeiros “condomínios de bois”.

E como apontado anteriormente, amalgamado a esse processo tem-se: a construção de estradas, aterros e diques na tentativa de conter as enchentes; as queimadas para implantação de áreas de pastagens; o desmatamento e a poluição pela produção de carvão; o uso intensivo de maquinário desconsiderando-se a composição dos solos, fontes e cursos d'água; e as agressões ampliadas com a instalação da agroindústria canavieira no entorno da planície cujos detritos são descartados nos cursos d'água afetando ainda mais o bioma. Somente a proteção legal não é garantia para áreas que estão sob constante impacto humano. Para regular as áreas de agricultura tradicional, a pesca artesanal, os impactos deixados

pelo turismo, como o acúmulo de lixo e a descarga de dejetos dos barcos nos rios, o represamento e a contaminação das águas, é preciso que as ações políticas e projetos ambientais sejam incorporados por toda a sociedade em seus mais variados setores.

Essa necessidade faz-se urgente, uma vez que o homem causa impactos ao meio ambiente pantaneiro e esses impactos, por sua vez, são dependentes da densidade das atividades gestadas em seu entorno e, em último estágio, tais atividades são dependentes da disponibilidade e do uso de tecnologias, bem como no grau de intensidade da sua utilização. Houve avanço tecnológico, mas não houve ações de profilaxia para conter as necroses por ela processadas, que passaram a ser constantemente maquiadas. Acelerando o ritmo de destruição e o risco crescente de ameaças geradas antropicamente, modificaram-se não apenas o meio ambiente, a natureza pantaneira, mas também a “qualidade” da destruição, como por exemplo, pelo uso de biocida cada vez mais potente e eficaz. Substâncias altamente tóxicas que carregadas para os rios seguem contaminando a água e o solo e, conseqüentemente, ocasionando danos na cadeia faunística e da ictiofauna, lesando à recuperação da biota.

Nesse caleidoscópio, podemos classificar a beleza do Pantanal como efêmera e aparente, como um santuário lindamente adornado cujo interior se encontra seriamente necrosado. O éden de onde o homem expulsa o próprio homem. Destruir pela necessidade de sobrevivência é o avesso de destruir pela avidez de lucros, pela produção do excedente, por soberania apoiada em tecnologia. E, nesse ínterim, enquanto o homem confabulava, a natureza padecia.

As reações advindas se processaram lentamente e como as áreas úmidas têm diferentes funções no ambiente das regiões onde estão inseridas, o impacto oriundo é diferente, a convivência ecológica é cambiante, bem como sua recuperação. Agora, qual o valor das áreas inundáveis como o Pantanal? É difícil calcular quanto se trata do seu valor para o homem e da sua sobrevivência. Trata-se de um sistema produtivo diversificado e dinâmico, de produtividade biológica que retira nutrientes da água, processando a limpeza desta por processos microbiológicos e do solo arenoso. Por essa razão, temos de levar em conta que cada impacto na sua rede hídrica corrobora para a modificação do regime hidrológico ocasionando inundações cada vez mais abrangentes; uma reação natural dos cursos d’água, dos rios que, inundando áreas ocupadas e devastadas, seguiam provocando danos.

A natureza pantaneira pensada inicialmente como insólita, exótica, paraíso, dádiva, uma “paisagem natural” exuberante, enquanto “produção divina”, foi

gradualmente através da ação antrópica sendo “desacralizada”, desfigurada, desnaturalizada na gestação de um paraíso às avessas figurante de um espetáculo de naturezas construídas, ou seja, tornou-se peça chave de um complexo quebra-cabeça, no qual “a espécie humana é uma tenaz exploradora de recursos e conta com uma ferramenta de eficácia única para isso, a cultura” (DRUMMOND, 1977, p. 25).

Podemos pensar que uma paisagem generalizada pela ideia do idílico seja independente da valorização humana? Seria nesse caso, o Pantanal inicialmente um paraíso enquanto dádiva de todos, que a todos pertence, onde a natureza se desdobra e que através dos tempos se dobra às especulações econômicas que promovem uma violenta difamação de suas entranhas na gestação de um novo Pantanal? Seria o Pantanal que conhecemos uma invenção humana, constantemente lapidada, polida e ressignificada?

A resposta é afirmativa e com base na análise de Rossetto, entendemos que esse processo

[...] evidencia a presença de uma escala multitemporal, na qual o “antigo” e o “novo” passam despercebidos aos olhares desatentos. No entanto, seus vestígios desvelam-se nos objetos, nas transformações das técnicas de trabalho, nas alterações dos hábitos e comportamentos, ou seja, nos aspectos da cultura imaterial e material. O processo de modernização é visível nas áreas rurais do Pantanal Mato-Grossense, algumas características são substituídas, outras, redimensionadas, adquirindo novas formas de manifestar-se na paisagem (2009, p. 89).

Nessa perspectiva, as narrativas de ribeirinhos e peões compõem tanto a memória quanto a história dos pantanais, revelando a articulação entre a passagem do tempo e as mudanças percebidas, cujas evidências do presente permitem atribuir significados à natureza que, por sua vez, abrangem as vivências e a relação do humano com o meio ambiente de modo a fortalecer laços identitários e um sentimento de pertença.

As enchentes atuam como um elemento resultante da descrição de um espaço em um tempo datado gerando formas de narrar e perceber a natureza através da moldura das águas. Portanto, se os traços, os rastros e os fragmentos se constituem como indícios para a historiografia, a memória, as representações e o imaginário são elementos de análise que há muito perpassam todo o campo historiográfico, tornando possível e fazendo visíveis temas que a muito entretecem a história dos pantanais, e mais ainda, quando falamos da relação do homem com a natureza na planície inundável. Nessa perspectiva de análise, a subjetividade humana é parte do processo

histórico e as fontes orais nos brindam com uma gama de elementos que contribuem para a compreensão dos fatos.

O desdobrar-se da natureza temporalmente está associado ao fato, conforme analisa Anne Cauquelin (2007), da desmistificação da ideia de uma paisagem natural, de dádiva, para aceitar a natureza que se apresenta como fruto de ações e de um longo e complexo aprendizado de vivências, de experiências e de atividades antropocêntricas. Nesse contexto, o Pantanal que temos diante de nós é uma natureza/paisagem/mercadoria construída e moldada através de gerações, consolidando sua construção como o resultado da junção e combinação de fatores, de elementos que interagindo entre si resultam em um conjunto único, complexo e heterogêneo, porém indissociável, fazendo da natureza um universo subjetivo que inclui em suas configurações “naturais”, ou “desnaturalizadas”, signos de experiências, traços culturais e simbólicos, identidades, representações, delimitações, territorialidades e desterritorialização. A natureza, nesse sentido, se tornou a portadora de percepções e sensibilidades, sentimentos de apreciação ou repulsa, enraizamento ou desapego, assim, cada sujeito, cada grupo e/ou sociedade terá para com o Pantanal diferentes sentimentos, atribuindo valores e significados aos lugares, bem como direcionando seu utilitarismo. Nos pantanais são encontrados os sinais da convivência estabelecida entre homem e natureza, onde dos capões, corixos e baias emergem os escombros, os fantasmas de um lento ecocídio.

As representações construídas sobre o Pantanal confrontam, digamos assim, o meio ambiente que resiste a sua objetivação e à construção de cenários que aproximam a valorização da natureza e a percepção de paisagens de tal forma que as modificações em seus limites tanto espaciais quanto geomorfológicos passam despercebidos aos olhares desatentos e se confundem quando os arranjos no verde escapam das percepções e dos enquadramentos habituais, ou seja, o sentido de enquadramento de nossa visão de natureza é o resultado de um processo de bricolagem de quadros cambiantes que, com suas simetrias e associações de elementos, bifurcam naturezas construídas e cambiáveis. É preciso, nesse caso, dar umas boas sacudidelas na tela, craquelar esse legado memorialístico, essa herança falida de paraíso ecológico e confrontar com a gênese de um paraíso às avessas e as ambiguidades nele impressas.

Será o turismo não apenas uma exploração, mas também uma deformação impingida ao Pantanal? O turismo seria capaz de domá-lo? É possível ver esse quadro com outros olhos? Sejam inquisidores, seja vestido de poesia, o fato é que casuisticamente sucumbimos ao encantamento. Será a natureza pantaneira apenas

uma construção humana que sofreu variações de acordo com espaços e tempos históricos?

Ante tal indagação, talvez como Manoel de Barros¹²⁴ ao ser questionado sobre o Pantanal, talvez possamos responder que:

É um lugar edênico. Eu diria adâmico. Está na origem do mundo. Parece que a formação geológica do Pantanal ainda não terminou. [...] O Pantanal é um lugar primário, não terminado, sem feições definitivas. É muito inquieto, muito incorreto, sem disciplina. No Pantanal não se pode passar a régua. A régua impõe limites e o Pantanal não tem limites. Tem uma estrutura aquática que não permite que ele seja modificado (Jornal Correio do Estado. Entrevista Manoel de Barros em outubro de 1997).

Equívocos ou sonhos de um poeta ou o mesmo apenas se utiliza das impressões herdadas dos primeiros viajantes que descreveram o Pantanal como um lugar de passagem, cujo intérprete utilizava-o como mediador da realidade e da sua relação com o próprio imaginário. Logo nos primeiros anos da colonização esse mesmo olhar se torna mediador da paisagem real frente à paisagem ideal, do contraste entre o primitivo e o civilizado, da beleza e do melindre, do gosto pelo exótico, da ânsia de dominação e controle da natureza, de suas águas, a utopia do éden e sua idealização e a necessidade de registrar e celebrar os acontecimentos norteadores de suas conquistas sem as elucubrações de Magrite¹²⁵ ou tal quais as anotações de Lewis Strauss sobre os rios do Pantanal as quais diziam que não tinham profundidades, não tinham barrancos, não tinham curso, mas gestavam o amálgama da indocilidade indígena e da insalubridade das terras pantaneiras.

Sendo a natureza/paisagem uma construção que traz em seu bojo a concepção de mundo que tem por objetivo fazer ver e expressar uma dada realidade em que a natureza é simbolicamente dominada; ela é também uma manifestação das relações do humano com o meio ambiente, cuja amálgama é composta por mitos, utopia, valores e atitudes direcionados e modeláveis pelos olhares cuidadosamente preparados para tal, de maneira a dirimir quaisquer elementos e/ou fatores que possam interferir no modo como as coisas não modeladas e nomeadas, representadas e forjadas no encontro do homem com essa natureza “adâmica”, ou como bem sugere Schama (1996), a paisagem como memória, como um elemento e um recurso de

¹²⁴ Entrevista concedida ao Jornal Correio do Estado – caderno 2 - Personalidade, em 18 de outubro de 1997. Campo Grande, MS.

¹²⁵ Para leitura mais completa: FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

interpretação da vida, do mundo, dos homens que exprime civilização sendo a matriz de um sistema de sentidos e percepções, concepções e ações, da sua cultura que por sua vez canaliza as relações entre homem sociedade e natureza num constante devir de um modelo peculiar de dominação.

A ideia de conquistar e dominar a natureza, de possuí-la, desvendar seus mistérios foi uma resposta à ideia primeva de “encher e dominar a terra” que levou a uma concepção de domínio, do estabelecimento e defesa de fronteiras geográficas numa sequência de ações em que a natureza figurou como objeto de barganha. Nesse sentido, a natureza precisa ser analisada tanto nas relações humanas quanto nas relações sociais estabelecidas para seu domínio, posto que seja em torno do conceito de natureza que o homem elabora sua visão de mundo e também estabelece suas relações sociais (THOMAS, 1988).

Seria o emaranhado de rios, baías, lagoas e corixos as cicatrizes da peleia do homem com a natureza, ou apenas um capricho da natureza para confundir o homem em sua labuta diária? Seriam as águas a resposta dos pantanais como uma forma de revelar ao homem sua impotência diante dos desafios impostos pelas longas distâncias? Será nesse ponto que o paraíso é relegado novamente ao inferno de Dante? Quem sabe é exatamente aqui que ele passa a receber as cores de Humboldt e figurar na efeméride dos folders, jornais e revistas. Podemos pensar o Pantanal como uma paisagem que nos foi legada por herança, tal qual a sensibilidade nos apresenta? Ainda é possível pensarmos o Pantanal como um todo, ou apenas como um recorte geográfico, uma parcela fitogeográfica cuidadosamente planejada e delimitada?

Pensar o Pantanal em sua totalidade implica pensá-lo como o conjunto de naturezas construídas que se deixam compreender na sua extensão trazendo consigo ao mesmo tempo a história, a lenda, o mito e o símbolo de uma conquista. Natureza construída feita paisagem, com sua utilidade enquanto campo de pastagens e de beleza enquanto um “jardim natural”, extensão da sede de grandes fazendas, pousadas, hotéis e recantos.

Segundo Waren Dean,

O homem reduz o mundo natural à “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou a estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações (DEAN, 1996, p. 23-24)

A construção de uma segunda natureza no interior de uma imensa paisagem natural cujo recorte gesta “nova paisagem” para ser admirada, vivenciada em uma pequena parcela, modificada no enquadramento da visão; natureza pantaneira mensurada e, desse modo, uma natureza jardim “desenhada” nas dobras da memória e que permanece “natural” nas promessas de um paraíso ecológico, nos laços que prendem um paraíso às avessas, frágil feito um balão e um palimpsesto constantemente revisitado e continuamente redesenhado pelas reminiscências, ou como bem coloca Ecléa Bosi: “a memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.” (1993, p. 281), ou seja, passa seguidamente por uma ação modeladora que imprime nela suas ideologias, seus interesses.

Herdamos a visão europeia sobre a natureza nos trópicos que foi meramente ocupacional e exploratória, desvinculando-se de sentidos, de elos produtores de percepções e sensibilidades sobre a natureza despida do idílico europeu, constituindo-se também como nossa bagagem e maneiras de ver e sentir, traduzindo diferentes temporalidades, diferentes formas de apropriação social da natureza (AB’SABER, 2006), constituindo-se também como base modular da cultura, erigindo uma identidade para a natureza e para o sujeito nela inserido.

4.2 Desalinhamentos de águas e de homens

A partir de tais questões, é possível analisar que as inúmeras transformações operadas nos pantanais, cuja base inicial reside na exploração agressiva dos recursos naturais, onde fatores como a privatização dos lucros e a socialização das perdas perpassam pela questão das enchentes. As construções de diques, pôlders e estradas trouxeram graves consequências no que concerne à sazonalidade das águas e locais de ocorrência, impedindo a drenagem e favorecendo as inundações em áreas cada vez mais abrangentes e anteriormente não inundáveis.

A influência das transformações ambientais pode ser “sentida” no ciclo das cheias e de sua antítese, as secas, utilizando-se as informações dos índices fornecidos pela régua do 6º Distrito Naval em Ladário, e fazendo uma análise dos índices mínimos e máximos atingidos pelas águas. Galdino avalia que o nível do rio Paraguai em Ladário é o principal referencial do regime hidrológico da Bacia do Alto Paraguai (BAP)¹²⁶. Para o pesquisador,

¹²⁶ A BAP em território nacional possui uma superfície de 361.66 km², compreendendo o Pantanal (138.183 km²) e planaltos adjacentes (223.483 km²) onde nascem o rio Paraguai e

Entre os postos de medição dos níveis d'água dos rios, o de Ladário, localizado no centro-oeste do Pantanal, é o que mais dispõe de dados de toda rede instalada na BAP, ou seja, possui registros diários desde 1900. Outra característica importante do posto de Ladário é que por ele passa a maioria do volume d'água da bacia, aproximadamente, 81% da vazão média de saída do território brasileiro (GALDINO e RESENDE: 2000).

Para o monitoramento e a medição dos níveis do rio Paraguai tem-se o Serviço de Sinalização Náutica do Oeste criado pelo Decreto nº 61.541, de 13 de outubro de 1967, e instalado através do aviso nº 0658, de 18 de março de 1955. Com sede em Ladário, MS, cuja confirmação da instalação se deu pelo Aviso de nº 3.070, de 12 de dezembro de 1967. Em 1973, vinculado ao Projeto Pantanal desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento em cooperação com a UNESCO, inicia-se um sistema de previsão dos níveis hidrológicos (modelo SSARR), e com a extinção do DNOS passou a ser controlado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica juntamente com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais. A partir dos anos de 1990, “as previsões são feitas através de um método gráfico que consiste no acompanhamento dos hidrogramas atuais e comparação com os de anos anteriores” (GALDINO e CLARKE; 1997, p. 10).

A régua instalada no 6º Distrito Naval da Marinha em Ladário se constitui no referencial confiável no monitoramento do regime hidrológico da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Para efeitos de controle, o nível de alerta de enchente é de 4 metros, ou seja, ao atingir essa marca é considerado como um ano de enchente caso contrário registra-se como um ano de seca (GALDINO e CLARKE, 1997). Importante ressaltar que “o volume d'água proveniente deste planalto adentra o Pantanal e, acrescido do volume das chuvas locais, causa as enchentes periódicas anuais” (GALDINO e RESENDE, 2000, p. 2). Outro recurso utilizado para previsão dos níveis do rio Paraguai, é o método probabilístico¹²⁷ desenvolvido pela EMBRAPA que é utilizado desde 1995 cujas previsões têm sido de grande valia para ações da Defesa Civil no auxílio e na remoção das populações ribeirinhas, bem como

seus principais tributários (GALDINO e RESENDE. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 04, p. 1-5. Maio. 2000).

¹²⁷ Desenvolvido por Sérgio Galdino (hidrologia) e Robin Clarke (IPH/UFRS) baseia-se na comparação de níveis atuais com registros de anos anteriores para a mesma data levando em consideração o que sucedeu nos dias seguintes (pico da cheia), determinando a data provável (mês) de ocorrência do pico da cheia. Registro de previsões acertadas com três meses de antecedência para as enchentes de 1995 com alertas de uma cheia excepcional.

têm subsidiado empresas públicas e privadas na realização de obras civis na região de Corumbá, tais como eletrificação rural, captação de água, gasoduto Brasil-Bolívia, ponte Corumbá-Miranda (BR 262), atividade de embarque de minérios, etc.” (GALDINO e RESENDE, 2000, p. 2).

As características do relevo fazem com que o escoamento das águas seja processado de forma lenta, favorecendo a inundações de extensas áreas, muito lentamente ocorre o deslocamento das cheias – no sentido norte-sul. Em Cuiabá e Cáceres, as cheias ocorrem de janeiro a março, considerados meses mais chuvosos; em Corumbá e Ladário, entre abril e julho; de Corumbá para o sul pode demorar dois meses ou mais até chegar em Porto Murtinho, chegando em período de estiagem. E como analisado por Valverde (1972), para a enchente ser classificada como extraordinária, é necessário elevado índice de precipitação de chuvas em zona central de influência como no caso do Pantanal, sendo as enchentes precedidas de longos períodos de chuvas entre dezembro e março, quando chegam as águas ocorre o extravasamento. A incerteza de uma enchente extraordinária em 1974 que atingiu a marca de 5,46 m estava vinculada aos anos de secas que precederam as precipitações e com isso o nível hidrostático estava baixo e a água de infiltração absorvendo um grande volume de água das precipitações.

Essas informações são suficientes para mostrar que tal qual ocorre com as enchentes quando é registrado o nível máximo, é indispensável o monitoramento do nível mínimo no rio Paraguai em Ladário, considerando também que “níveis muito baixos dos rios do Pantanal causam grandes prejuízos socioeconômicos e grandes alterações nos ecossistemas da região, pois “[...] pequenos volumes d’água dificultam a “Piracema”, colocando em risco a reprodução dos peixes” (GALDINO e RESENDE: 2000) e afeta a capacidade de resiliência dos pantanais. Acrescente-se a esse fato o tráfego de embarcações provenientes de portos como Cáceres e Bolívia com carregamentos de minérios de ferro e manganês, e principalmente soja, além de embarcações militares, de pesca e de turismo. A previsão com antecedência possibilita uma tomada de decisões que minimizem os seus efeitos e os impactos ambientais destes provenientes.

Basicamente, todos os discursos, sejam na esfera local, estadual, seja na federal, giravam em torno das grandes cheias que constantemente causavam sérios prejuízos para os rebanhos no Pantanal, além de sempre emergir o comparativo entre as enchentes: 1974 supera 1959; 1979 supera 1974; 1982 supera 1974, e assim sucessivamente, embora o registro da maior cheia seja de abril de 1988 quando “o rio

Paraguai, atingiu a marca de 6,64 metros na régua de Ladário, superando os 6,62 de maio de 1905” (GALDINO & RESENDE, 2000). O nível das águas da enchente de 1959 passou a ser utilizado como comparativo para o nível de água para as enchentes de 1974 e de 1979, que são descritas como grandes enchentes (Gráfico 1).

Embora os registros apontem refluxos da economia frente às cheias como ocorrido em 1932 (Foto 19), cujos respingos foram sentidos nas cheias de 1933 e 1935, somadas ao desaquecimento da economia pela queda de preços do gado (CORRÊA, 1997; RIBEIRO, 1984), os níveis máximos registrados não destoam muito do padrão apresentado, considerando os registros entre 1905 a 1935 período que o nível máximo ficou entre de 5,10 m a 6,39 m, nível registrado em 1913, conforme segue:

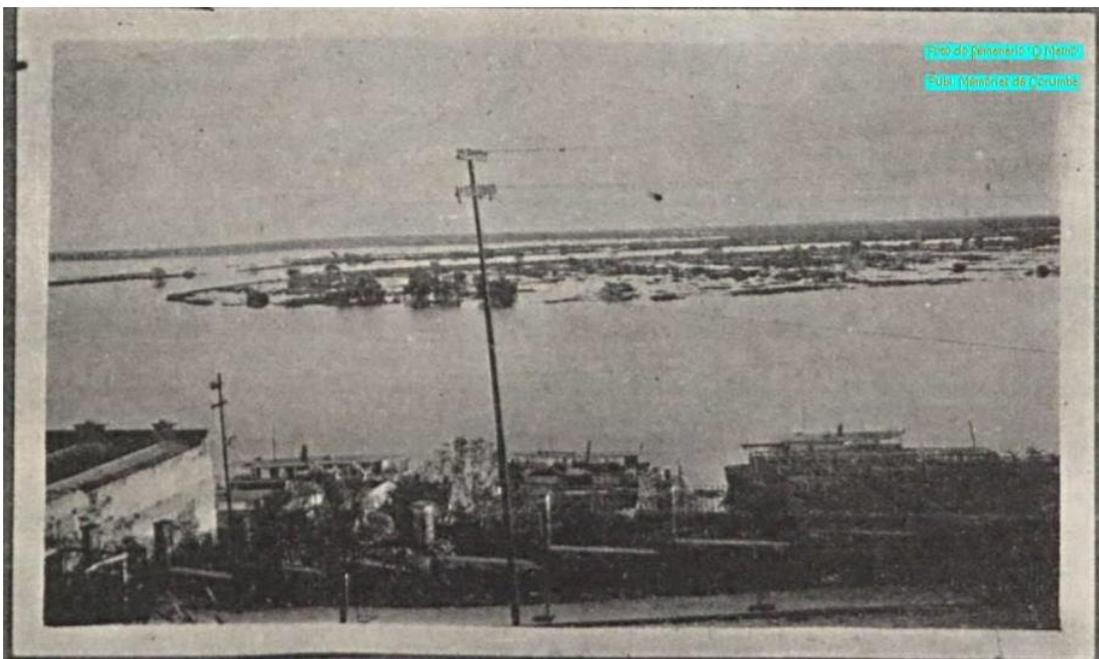
Ano	Máximo	Mínimo	Ano	Máximo	Mínimo
1905	Mai./5,62	Dez./1,90	1923	Jun./5,50	Jan./1,38
1906	Mai./5,61	Dez./0,90	1926	Jul./5,47	Dez./1,48
1912	Jun./5,10	Jan./1,21	1929	Jun./5,31	Jan./1,05
1913	Abr./6,39	Dez./1,00	1930	Jun./5,20	Nov./1,55
1917	Jun./5,13	Dez./0,80	1931	Jun./5,50	Jan./1,90
1920	Mai./6,37	Dez./2,47	1932	Mai./5,98	Nov./2,02
1921	Abr./6,07	Dez./1,45	1933	Mai./5,11	Dez./1,18
			1935	Jun./5,74	Jan./1,54

Nessa época poucas interferências ambientais haviam sido processadas e o refluxo das águas veio pelo solo encharcado dificultando a absorção em 1933, e para 1934 temos o índice máximo de 3,99 metros facilitando a absorção das águas na cheia de 1935, seguido do ano de seca em 1936.

O que foge das observações nos registros de enchentes é que 1913 tem um nível máximo de 6,39 m e em 1920 de 6,37 m não destoando muito dos níveis registrados entre 1934 a 1936 quando se tem um registro de um ano de seca e índices máximos registrados de 3,99 m, 5,74 m e 2,25 m, respectivamente, aliados a um nível mínimo em 1936 de (-) menos 0,13 m, ou seja, nesse período pouco ou quase nada se alterou na condução das atividades econômicas ainda na fase de ascensão da pecuária e estruturação das fazendas, apesar dos níveis elevados das águas, indicando que as enchentes, por não atingirem áreas utilizadas pelos pecuaristas, não eram percebidas como danosas na condução das atividades. Não cabendo também, nesse caso justificativas como, por exemplo, a necessidade de abertura de cercas e a

perda de rebanhos pela sede, conforme descreve Ribeiro, “os pantaneiros se instrumentaram abriram açudes, poços com bombas aspirantes, bombas-sapo e canais de irrigação” (1984, p. 101), o pontapé inicial de alterações ambientais, ainda que mesmo incipientes, sinalizaram a possibilidade do uso “mais técnico” da planície. Ainda, em conformidade com o autor, “foi a possibilidade dos carros, jeeps e caminhões cruzarem em todas as direções do Pantanal, facilitando a comunicação e o abastecimento das fazendas, que o gado foi entrando nos alagados, secando-os e ampliando as áreas das fazendas” (RIBEIRO, 1984, p. 30).

Foto 19 - 1932 - Enchente em Corumbá - Revista O Malho



Fonte: Foto de Tadeu Martinez. Postada em Memórias de Corumbá (MS) Fotos, fatos e recordações, em março de 2016.

A ampliação prosseguiu até a chegada da enchente de 1959 e de maneira mais densa entre 1963 e 1974 com a abertura de estradas, a construção de cercas, o uso de tratores, carros e caminhões cruzam e circulam por entre as fazendas, facilitando a comercialização e a comunicação, aumento do rebanho e ampliação de áreas para novas fazendas e a construção de campos de pouso e uso do avião, culminando com o asfaltamento da BR 163 ligando Mato Grosso (sul) a São Paulo.

Em paralelo, desencadeou-se um processo de reestruturação das grandes propriedades que incluía a construção de diques, barreiras de contenção prejudicando a drenagem e que incidiram diretamente na teia hídrica e na sazonalidade das inundações, desviando cursos e dificultando a migração e reprodução dos peixes

agravando a situação das populações locais amplamente dependentes dos recursos naturais. Somados a tais fatores as cercas que dificultam a migração e circulação de espécies da fauna pantaneira provocaram desequilíbrio de espécies vegetais, fatores que incidem nos processos de inundação e estiagem. Associado a tais problemáticas, toda a madeira utilizada para a construção de cercas e grandes currais (Foto 20) contribuía para o aumento dos índices de desmatamento.

Para o ano de 1952, há um registro de seca justificando a abertura de um canal de irrigação “um rego d’água, onde 10.000 reses matavam a sede” (RIBEIRO, 1984, p. 29). Trata-se de um período atípico de secas e cheias e de muitas alterações ambientais, de crescimento na produção dos rebanhos, cujos períodos de longas estiagens favoreciam e/ou estimulavam o aproveitamento de terras no Pantanal. Os níveis registrados para 1952 são de 4,64 m o máximo e 0,95 m o mínimo e, de acordo com registros, o período de 1942-1963 foi de cheias, fato que não justifica a construção do canal, conforme descrito por Ribeiro, e sim revela uma faceta “oportuna” amplamente utilizada por muitos proprietários e fazendeiros.

Foto 20 - Construção de Curral – Fazenda na Nhecolândia



Fonte: Foto de Luiz Carlos de Mesquita. Postada em Memórias de Corumbá (MS) Fotos, fatos e Recordações em 08 de agosto de 2015.

Os registros apontam que desde os anos 1900 o Pantanal passou por ciclos prolongados de secas e de cheias. Entre os anos de 1942 a 1963 registraram-se condições atípicas de cheias e que numa duração de 22 anos tem-se a ocorrência de 5 (cinco) anos de seca quando a régua de Ladário chegou a marcar o nível de água em 2,54 m e um período de seca que compreende os anos de 1964 a 1973 que

antecedeu à cheia de 1974 cujo nível máximo registrado na régua de Ladário fora de apenas 2,74 metros (GALDINO & RESENDE, 2000) (Gráfico 2).

Consta que a enchente que mais provocou danos à pecuária foi a de 1974, com um pico inferior a 6,0 m (5,46 m) e ocorreu após longo período de seca 1964-1973, surpreendendo os pecuaristas, pois no período de seca, duplicaram-se os rebanhos e os investimentos em benfeitorias nas fazendas, ou seja, “o maior ciclo de seca registrado no Pantanal foi de dez anos consecutivos de seca (1964 a 1973). Nesse ciclo de seca, o nível mínimo foi de 61 cm abaixo do zero da régua, ocorrido em 1964, o nível médio foi de 97 cm e o nível máximo não passou de 2,74 m, registrado em 1965” (GALDINO, 2000, p. 1) (Gráfico 3).

A leitura dos níveis do rio de 1900 até 2000 (conforme gráfico 1) permite uma análise dos índices e com base nas observações de pesquisadores da Embrapa e aponta que historicamente o nível do rio Paraguai ultrapassa 4 metros, superando constantemente o nível de alerta. Com base em tais informações, temos um período de enchentes vistas como normais e regulares entre os anos de 1903 a 1973 totalizando 36 anos, sendo que desse total, em 15 anos, o nível mínimo registrado ficou negativo. Até 1973, os índices coadunam com as variações naturais do ciclo plurianual das águas e sua antítese as secas, associadas ao estágio de perturbações e modificações ambientais ali aplicadas e que influenciam na absorção da água pelos solos e com mostras de compactação pelo sobrepastoreio. Sendo uma constante, tem-se o nível de água como regular cujo diferencial é seu curso e espraiamento.

As previsões do DNOS, de acordo com o engenheiro Roberto Votto Braga era que, a partir da enchente de 1974, as cheias voltassem a se repetir com mais frequência, levando à adaptação e a novos hábitos na região, contrariamente aos estudos desenvolvidos por Galdino & Resende indicando que

O atual ciclo de cheias do Pantanal, iniciado em 1974, parece que está se encerrando. De alguns anos para cá, veem ocorrendo estiagens mais intensas. Em 1994, 1998 e principalmente em 1999, o volume das chuvas foi abaixo do normal, fazendo com que o volume d'água de baías reduzisse bastante e os níveis d'água dos rios atingissem marcas, observadas apenas no último ciclo de seca. O rio Cuiabá, principal tributário do rio Paraguai, veem registrando na cidade de Cuiabá desde 1998, os menores níveis da sua série histórica (1933-2000). Independentemente disso estar associado a mudanças na localização da régua de medição e alterações na seção de controle, isto reflete pelo menos vazões bem abaixo do normal para o período (2000, p. 4).

Para Galdino e Clarke,

Na cheia do rio Paraguai de 1995, o nível d'água, em Ladário, atingiu a marca de 6,56 m, nos dias 13 a 19 de abril. Essa cheia foi considerada a terceira maior do século no Pantanal, sendo superada apenas pelas cheias de 1988 (6,64 m) e de 1905 (6,62m). Na cheia de 1996, o nível d'água do rio Paraguai, em Ladário, atingiu a marca de 5,10 m no dia 15 de junho (1997, p. 30).

Ainda para Galdino & Resende, os registros indicam que “os níveis das águas do rio Paraguai em 1999, tanto em Cáceres, MT quanto em Ladário, MS, foram os menores desde 1973, ou seja, dos últimos 26 anos” (2000, p. 4). No entanto, os dados obtidos constantes no registro dos níveis máximos e mínimos do rio Paraguai em Ladário apresentam uma variação considerável para o período de 1974-2000 (Gráfico 4).

Observamos que de 1900 a 1963 ocorrem o que denominamos de ciclos regulares das enchentes; de 1950 a 2000 ocorre uma grande variação nos ciclos das enchentes e secas (Gráfico 5) e de 1963 a 1974, uma “ruptura” visível nesses ciclos com um período de seca com pouca oscilação nos níveis mínimos e máximos. É como se o Pantanal estivesse passando por uma etapa de readaptações ambientais, como se a natureza, o meio ambiente pantaneiro estivesse processando em modo *standby* tais informações devido às transformações antrópicas intensas processadas entre os anos de 1950-1970. E, na sequência, uma elevação dos índices máximos ultrapassando o nível de alerta de 4 metros, mantendo uma constante de índices acima de 5 metros (Gráfico 6) apresentando pequenas oscilações entre os índices, com uma única exceção em 1994.

Essa análise nos leva a entender que as cheias, sendo um fenômeno inerente aos pantanais, seguem um ritmo contínuo e de normalidade até os anos de 1950, quando se inicia de maneira mais intensa as ações antrópicas sobre o meio ambiente com implantação de novas áreas para a pecuária, de projetos e/ou programas cuja finalidade era facilitar os meios de transporte, da adaptação de propriedades para o turismo, *camping* e acampamento para pescadores¹²⁸, unidades turísticas e barcos,

¹²⁸ Santos e Resende (2006) registram ao longo das margens do Rio Taquari (para o início dos anos de 2000) a presença de ranchos pesqueiros e 21 hotéis pesqueiros, sendo que, destes últimos, 12 instalados entre Coxim e a Cachoeira das Palmeiras, local da piracema. Muitos dos ranchos pesqueiros são utilizados apenas pelos proprietários e seus amigos e os hotéis pesqueiros são dotados de estruturas para o atendimento do turista voltado para a pesca, incluindo áreas reservadas para *camping*. Assim, dos 21 hotéis pesqueiros instalados às margens do Rio Taquari, em Coxim, 13 estão entre Coxim e a Cachoeira das Palmeiras e desse total 15 deles, o que equivale a 71,4% são próprios/escriturados; 04 unidades que equivale a 19,0% são de posses; e 02 que equivale a 0,5% são arrendados. A pesquisa realizada por Emiko Resende e Darci dos Santos (EMBRAPA) constatou que a irregularidade dos pesqueiros no que se refere à legalização e documentação, sendo que nenhum dos empreendimentos visitados pelos pesquisadores encontrava-se licenciado junto a

mudança nos canais e na profundidade dos rios e da ocupação de áreas de várzea nas periferias dos centros urbanos.

Concatenado a esse fato, temos o aumento da produção agropecuária, a gradativa degradação do solo pelo pisoteio do rebanho, a salinização pela lixívia, a defecação do rebanho em campos limpos e estradas, a reestruturação e o processo de urbanização e modernização das cidades e no seu entorno, alterando-se também a densidade demográfica urbana posto que muitos trabalhadores das fazendas passaram a residir nas cidades em virtude das modificações no gerenciamento das fazendas e nos contratos de trabalho, bem como na aquisição em larga escala de terras do planalto com altos índices de desmatamento, para uso do solo pelo agronegócio, e para o cultivo de grãos como a soja amalgamado com o uso em larga escala de biocidas.

A partir dos anos iniciais da década de 1970, mais especificamente a partir de 1974, os registros de nível máximo são basicamente todos acima de 5 (cinco) metros, abrangendo os anos considerados como de grandes cheias: 1979, 1988 e 1995, bem como o registro da cheia de 1977 (Foto 21) cujo índice foi de 5,62 m. Aspectos que nos levam a afirmar que se manteve ou pouco se alterou o volume/nível das águas nos últimos 30 anos (1970-2000), mas em função das muitas alterações ambientais a área de espraiamento se alargou e a enchente ganhou mais visibilidade, atingindo pequenas comunidades periféricas e mesmo centros urbanos como Corumbá, Aquidauana, Coxim e Porto Murtinho e se torna a moeda de troca e barganha política na obtenção de recursos. Podemos situar o ano de 1974 como marco inicial de apresentação do Pantanal no cenário político-econômico do estado.

E a partir daí, na medida em que se altera o meio ambiente, é que os impactos ambientais se tornam mais incisivos e reproduzidos em grande escala alterando-se o *modus vivendi* e *modus operandi*, passando-se a sentir os efeitos das enchentes em escala crescente, mais pela sua área de inundação e espraiamento que pelos índices registrados. Com isso, não descartamos os danos causados pelas águas, especialmente para as comunidades ribeirinhas e para os cidadãos que se encontram na periferia urbana, mais próximos dos rios (Foto 22). Fatores que revelam a fragilidade nas relações sociais e de trabalho dos trabalhadores rurais, na relação do homem para com o meio ambiente pantaneiro posto que as mudanças provocadas

SEMA/IBAMA conforme determina a Lei Federal 6.938/81 e a Lei Estadual nº 90/80, regulamentada pelo Decreto 4.625/88. A informação obtida dos proprietários foi que tanto o IBAMA em 1993 quanto a SEMA em 1994 haviam passado para vistoria, fazendo todos os levantamentos necessários, mas os resultados revelaram que as exigências para obtenção do licenciamento não foram cumpridas.

interferiram nessa relação que passa a ser quase que unicamente de permanência e sobrevivência em áreas mais sujeitas a inundação.

Essas observações associadas aos relatos resultantes das entrevistas levam ao entendimento de que se é justo dizer que “o homem é o sujeito de todas as ações capazes de interferir direta ou indiretamente nos ecossistemas” é pertinente afirmar que os mesmos determinam “a conservação ou a destruição do equilíbrio necessário à convivência racional entre os seres humanos e os elementos da natureza” (NOGUEIRA, 2002, p. 30).

É pertinente anotar que a precisão do monitoramento e controle das águas desde a sua implantação esteve atrelada às atividades econômicas, viabilizando ações e estratégias para o deslocamento dos rebanhos evitando perdas na pecuária e nas demais atividades como navegação, pesca e turismo. O monitoramento possibilita a previsão das enchentes com antecedência de 1 a 4 semanas, beneficia os pecuaristas, especialmente aqueles cujas fazendas estão situadas a oeste das sub-regiões de Paiaguás, Nhecolândia, Jacadigo e Nabileque, sendo os maiores rebanhos encontrados no Paiaguás e na Nhecolândia. As reivindicações de subsídios e créditos se sustentavam na “grandeza” das enchentes relacionadas com o número de reses perdidas por conta das águas; sempre partindo da marca inicial de 300 mil e com a tendência ao crescimento das cifras na medida em que as águas atingiam novas áreas, no entanto, a previsão e alertas eram emitidos para todas as fazendas dos pantanais sendo, por vezes, ignorados por muitos fazendeiros.

Foto 21 – Enchente de 1977 – Corumbá, MS



Fonte: Fotos de Romeo e Ângelo Roman Añez. Postada em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações por Tadeu Martinez em 12 de agosto de 2015.

Foto 22 – Ladeira Cáceres, Vila dos Marítimos – Corumbá, MS



Fonte: Fernando Philbois em Memórias de Corumbá (MS) – fotos, fatos e recordações. Foto postada em 11/05/2015. Enchente de 1974 - Ladeira Cáceres, Vila dos Marítimos, Corumbá, MS. Informação Jorge Eremites de Oliveira.

Na avaliação da Subcoordenadoria da Defesa Civil, muitas perdas se dão em consequência das inundações das zonas ribeirinhas do rio Paraguai que são agravadas pelo inverno, quando a temperatura baixa da água estagnada nas planícies, de mais ou menos um metro, exerce a função negativa sobre o rebanho sendo fator determinante de sua morte, porém os pecuaristas são alertados para a retirada do rebanho com três meses de antecedência da chegada das águas e ainda assim desconsideram tais alertas.

Para ilustrar o que se descreve citamos que, em 10 de abril de 1979, o jornal o Estadão exibe uma imagem de tamanho considerável – meia página – acompanhada da seguinte legenda: “As enchentes no Pantanal não causaram surpresa, pois já estavam previstas”. O chamariz para o leitor vinha em letras garrafais “No Pantanal, maior cheia em 70 anos”. Para o período mencionado, ou seja, em 09 de abril de 1979, o rio Paraguai atingiu o marco de 7,01 metros na cidade de Porto Murtinho¹²⁹, estendendo-se também a sub-região de Nabileque. Tal fato, não causou surpresa, pois apenas confirmava a previsão feita com uma antecedência de 40 dias. A inundação nesse caso foi o resultado de uma onda de cheias que, nos últimos três meses, desceu pela região a partir dos pantanais do Mato Grosso, ao norte.

¹²⁹ Sobre as enchentes na cidade de Porto Murtinho sugerimos a leitura de KMITTA, I. R. *Experiências vividas, naturezas construídas: Enchentes no Pantanal (Porto Murtinho 1970-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, MS.

Em Ladário, Porto Esperança e Forte Coimbra, o rio mantinha uma baixa contínua sendo que em Ladário o nível foi de 6,10 metros e em Porto Esperança de 6,22 metros, enquanto nas proximidades do Forte Coimbra a marca foi de 5,07 metros. Para essas regiões e para Corumbá, os índices das águas se tornaram atração turística, não oferecendo perigo, mas amplamente divulgada pela mídia como sendo de grandes proporções e extremamente danosa para a economia pantaneira formatando uma ideia de associação entre enchentes e prejuízos, desconsiderando que se tratava de um fenômeno inerente ao Pantanal.

A enchente de 1979 foi classificada pela imprensa como diluviana pelo número de desalojados nas cidades no entorno do Pantanal e das áreas ribeirinhas. Trata-se de uma enchente pluvial semelhante à ocorrida em 1905 (6,62 m), 1913 (6,39 m), 1920 (6,37) e 1979 (6,28m), ou cheias do rio Paraguai, quando o São Lourenço descendo do norte do Mato Grosso generosamente deságua suas águas no Paraguai (Foto 23), que as espalha pelo Chaco e pelo Pantanal adentro atingindo inicialmente as regiões mais baixas.

Foto 23 – Encontro das Águas do São Lourenço com o Paraguai – 1979



Fonte: Veja edição 562 de 13 de junho de 1979. Fotos de Pedro Martinelli. Encontro dos rios São Lourenço e Paraguai.

Enchentes como essas são esporádicas, geralmente são as águas dos pantanais que descem para o rio, é o curso de água do Pantanal que alimenta o rio Paraguai. Ao término da enchente, a água chega a outras paragens e o leito do rio Paraguai e os detritos carregados pelas águas dos dois rios formam o húmus que vai abrigar o capim na rebrota e também um conjunto de vegetação sobre o terreno arenoso. Sem as enchentes, não haveria decomposição e recomposição de sedimentos formadores do húmus e conseqüentemente a falta de nutrientes inibe a brota da vegetação em terreno arenoso (POTT, 1988).

Na enchente de 1979, boieiros foram utilizados para muitos fins, seja no transporte de bois, seja no de alimentos e passageiros. Em declaração para a Marinha dos Portos, o Comandante do Navio Curral 11 de junho afirmou que desde 1970 em ocasião das cheias, os boieiros costumavam fazer em média 7 (sete) viagens transportando bois, mas atualmente (1979) apenas duas viagens mensais são realizadas e a justificativa está no fato de muitos fazendeiros aprenderam a conviver com as águas criando estratégias para movimentação e proteção dos rebanhos não apenas nas fazendas vizinhas do rio Paraguai como nas inúmeras propriedades espalhadas pela planície inundável. Mas, ainda, há aqueles que afirmam que isso está relacionado à diminuição dos rebanhos e à troca de atividade de muitas fazendas que apostaram no turismo.

Acomodação e adaptação às águas gerando uma ambiguidade de informações, o que nos leva a afirmar que as enchentes a partir de 1974 assumem um papel de cambio entre proprietários, imprensa, administração pública e órgãos financiadores, conforme afirmou Cleto Leite de Barros que contestou a perda de 500.000 reses em 1979. Para ele, falar em boi perdido na enchente é especular concordando com Luiz Carlos Pereira Gomes, pecuarista e assessor de planejamento da Prefeitura de Corumbá, admitindo que houvesse poucos casos de isolamento de rebanhos e que fazendeiros, repetiram em 1979 o feito de 1974, evacuaram a área antes da inundação. Desde os anos finais da década de 1950 e de maneira mais incisiva a partir de 1970, as cheias balizaram os discursos referentes ao planejamento e ao desenvolvimento do Pantanal.

As cheias, quando irregulares, foram descritas como prejudiciais e fazia-se necessário elaborar estudos minuciosos com o objetivo de traçar uma ação onde toda a área passasse a integrar um processo harmonioso de desenvolvimento cujas vias fluviais teriam o papel importante no escoamento não somente de minérios para a Argentina, mas também do gado e demais mercadorias como trigo. Sendo os rios de alto potencial hidrelétrico deveriam ser usadas para suprir de energia áreas importantes do Mato Grosso. O governo brasileiro, que já havia assinado um acordo em 1967 com o fundo especial da ONU para execução em termos cooperativos do Projeto Pantanal, que contemplava estudos hidrológicos para a BAP e abrangendo todas as áreas circundantes, coloca em prática o projeto de monitoramento através da régua de medição. As informações seriam recolhidas por um sistema que opera através das ondas curtas de rádio, recolhendo informações e dados metrológicos e hidrológicos ao longo dos principais rios, vilas e cidades, no Pantanal.

O Fundo das Nações Unidas encarregou a UNESCO para a contratação de peritos, consultores técnicos, importação de equipamentos para os estudos físico-climáticos no valor estimado de 1,5 milhão de dólares. Um sistema de previsão e de controle de cheias integrou o plano de ação, nessa perspectiva, a antecedência na previsão permitia e facilitaria aos fazendeiros o remanejamento do gado, das pastagens e forragens para os rebanhos ilhados pelas águas, isso se tornava possível mediante o regime de três meses de defasagem entre as cheias no alto e médio curso da bacia do Paraguai. O levantamento total de todas as informações hidrológicas e morfológicas permitia o aproveitamento econômico integral da região pantaneira com vistas a um possível controle das inundações em áreas específicas, mas não necessariamente como defendido por muitos fazendeiros.

O estudo permitiu aos órgãos estaduais e federais realizar operações como projetos de irrigação e drenagem de acordo com as necessidades regionais apurados, sendo que os benefícios contemplavam a distribuição de pôlders para refugiar o gado. A viabilização de dados para a construção de barragens de acumulação de água nas cabeceiras dos rios para o controle eficiente das cheias e o fornecimento de água na estiagem, associados aos estudos da regularização dos cursos de água cujo objetivo consistia na melhoria da navegabilidade dos rios, incluindo um projeto de criação de pastagens artificiais e alguns planos de preservação da pastagem natural com a rotação de pastos em algumas áreas, atuavam no controle do aumento do rebanho sem prejuízos para o mercado investidor; estudos e medidas que em grandes proporções foram ignorados. A fim de uma melhor compreensão do problema, citamos a introdução de pastagens artificiais que visavam uma maior produtividade desconsiderava que as forrageiras nativas, mais resistentes às pragas rebrotavam rapidamente períodos pós-cheias, o mesmo não ocorrendo com as pastagens introduzidas.

Em janeiro de 1977, o Sindicato Rural de Corumbá enviou a Brasília uma comissão para pedir a Geisel a execução de uma medida de emergência tendo em vista a previsão de uma grande enchente, que atingiria níveis mais elevados que da enchente de 1974. No relatório apresentado, as águas do rio Paraguai já começavam a se elevar provocando desespero nos pecuaristas, fato que não coadunava com os registros da régua de Ladário. O presidente da entidade José Carlos Figueiredo pediu a criação de um financiamento especial na área da SUDAM para que os criadores da Amazônia adquirissem o gado do Pantanal e também a estocagem dos frigoríficos com o abate de qualquer tipo de gado, idade e peso. Também ajuda no transporte do rebanho mediante a crise financeira deixada pela enchente de 1974 e um subsídio de

50% no valor do frete ferroviário, fluvial e mesmo a contratação de transporte de bandeira paraguaia, ainda a construção de plataformas de embarque pelo DNOS e PORTOBRAS, alinhando-se produtores, governo e mercado consumidor garantindo a integridade de capital. E, de acordo com os estudos apresentados, em sua maior parte, as informações e os levantamentos não convergiam de forma consistente assegurando tais investimentos.

Para o Sindicato, a Noroeste já tinha o material para construir um curral embarcadouro no Porto da Manga, mas não o fazia porque ia atrapalhar o campo de futebol local, e com isso desconsiderava a necessidade urgente dos fazendeiros que não tinham dinheiro para enfrentar as despesas extras com a enchente nem como quitar os compromissos não restando outra opção que não fosse o sindicato reivindicar a prorrogação das dívidas. A âncora das argumentações firmava-se na previsão feita por Belmiro de Barros, pecuarista tido como de renome, cujas perspectivas não eram animadoras, a enchente que estava no início seria “a enchente do século, devendo superar a de 1905”. Para ele, nunca se viu enchente tão grande. E acrescenta ao relatório “faço parte da terceira geração de pantaneiros e nesses 53 anos de vida, nunca as águas atingiram níveis tão alarmantes”, classificando a enchente como a mais terrível do século cujos sinais vinham do rio Taquari desde 1973 com saturamento e, se as chuvas não casarem, a estimativa era da perda de 3(três) milhões de cabeças e no país da enchente 40% do rebanho morre com tifo e 10% durante as cheias. Os níveis registrados para 1977 foram de 4,75 m o máximo e 1,78 o nível mínimo, não se configurando como uma enchente de grandes proporções conforme as previsões sombrias de Belmiro de Barros.

A estimativa do rebanho nas fazendas dos pantanais para 1977 era em torno de 5 a 8 milhões de reses, produzindo quase que exclusivamente o boi magro comercializado com São Paulo e invernistas no sul do Mato Grosso. Frigoríficos, como o Bordon (180 mil), o Matadouro Eldorado (120 mil), o Matel (80 mil) e o Aquidauana (50 mil) eram responsáveis pelo abate de aproximadamente 500 mil reses/ano incentivando investimentos no crescente rebanho dos pantanais. O que ocorreu foi que em 1977 houve a quebra contratual por muitos fazendeiros envolvendo a qualidade do gado entregue para o abate, conforme registro do próprio sindicato. A alegação na queda da qualidade do rebanho estava diretamente ligada a repartição de terras entre os herdeiros de grandes propriedades por gerações, o que levou o Pantanal a perder a característica de criação extensiva. As cercas aumentam os custos de manutenção dos rebanhos além de impedir que o gado se refugiasse nos carandazais, nas enchentes. O gado zebu trouxe maiores rendimentos, mas não foi

tão adaptável às enchentes quanto o gado tucura que entra na água fria para pastar. O zebu, ao contrário, morre de fome, mas não entra na água, e se entra na água, morre de frio. As divisões aumentam também o custo com os trabalhadores nas fazendas sendo que muitas delas não tinham vendas nem escolas e eram localizadas em lugares ermos.

Cabe um parêntese aqui, pois em 1983 o Sindicato Rural de Corumbá contava com 734 associados e seu presidente, o pecuarista e advogado Francisco de Barros, 60 anos, conhecido como Pecu, eleito duas vezes como deputado estadual por Corumbá, herdeiro de pioneiros, cujo avô foi João Batista de Barros que figura entre os “descobridores do Pantanal”, faz um alerta sobre os prejuízos registrados por muitos pecuaristas. Fazendeiros como Luiz Francisco Wanderley também alertaram o Sindicato sobre as possíveis implicações advindas de tais imagens negativas, que deixavam visível a ideia de que o Pantanal era economicamente inviável e para tanto era preciso urgência na revisão desse quadro de lamentação, especialmente porque muitos fazendeiros paulistas não estavam habituados com o Pantanal e não deram crédito aos alertas de uma possível enchente, como vinha ocorrendo a cada dez anos no Pantanal.

Para Francisco de Barros e Luiz Wanderley, carecia esclarecer que o Pantanal não estava precisando e nunca precisou de verbas movediças para remendar calamidades públicas fabricadas, mas era preciso por parte do Governo Federal um plano em profundidade para o Pantanal que oferecesse resultado a médio e a longo prazos. O governo precisava mostrar interesse pelos pantanais, e o turismo era uma opção viável e rentável, mas ainda demandava muitos estudos, pois a natureza do Pantanal seguia um compasso de espera, às vezes por décadas, e não se podia perder de vista essa questão. Além do mais, quem vinha para o Pantanal sabia das enchentes, como também das providências e estratégias que deveria seguir quando alertado pelas autoridades, fato que vinha acontecendo desde os anos de 1960, a resistência maior estava com os fazendeiros “mais antigos”.

E mais, na Operação Pantanal deflagrada pelo Governo Federal em 1980 – envolvendo o Ministério da Justiça – coordenação da operação, a Secretaria do Meio Ambiente e o Ministério do Interior na pessoa de Paulo Nogueira Neto – constatou-se que cerca de 40% dos fazendeiros estavam envolvidos na matança e no comércio ilegal de pele de jacarés; além de coureiros da Bolívia e do Paraguai que ficavam com o ônus de toda ação criminosa. As peles eram contrabandeadas para o Paraguai e no caso da apreensão do carregamento, este era colocado em leilão cujos arrematadores eram os próprios exportadores, constituindo-se assim um negócio sem muitos riscos

para os fazendeiros e altamente rentável. Em outros casos, as peles são apresentadas como de criadouros inexistentes, cujos fazendeiros podiam provar falso e/ou verdadeiramente que eram criadores, pois só a pele resultante da caça era considerada ilegal.

Nesse contexto, todas as ações efetuadas giravam basicamente em torno do domínio de territorialidades específicas e margeantes da economia pantaneira, e as enchentes atuavam como cortina de fundo no banco das negociações; e nesse cenário a índole dependia das mãos de quem empunhava e batia o martelo.

4.3 Artimanhas de um paraíso para “aqueles que vem de fora”

Pensar e discutir a questão ambiental e das enchentes nos pantanais implica discutir o modelo de economia adotado e suas implicações na exploração dos recursos naturais. Acrescentando-se ainda ao debate que a questão ambiental é global, cultural, econômica, política e educacional, ou seja, abrange e amarra todos os segmentos na junção de todos os setores da sociedade formando um único conjunto de discussão interdisciplinar que, por um lado, possibilita um debate profícuo sobre o meio ambiente e, por outro lado, retira da zona de conforto o processo de produção que está em vigor desde a década de 1970, que vem relegando a questão ambiental ao segundo plano em contrapartida do desenvolvimento econômico. Os impasses são inevitáveis considerando que muitos, ou a quase totalidade dos problemas ligados ao meio ambiente são provocados pelas ações das grandes empresas agropecuárias e das tecnologias empregadas oriundas da parceria entre o capital privado e o governo que oferece, cada vez mais, subsídios e incentivos fiscais aos grandes investidores em detrimento dos pequenos proprietários, sitiantes e ribeirinhos que constituem a grande parcela de moradores da planície pantaneira.

Não se trata aqui de atribuir responsabilidades ímpares, mas em linhas gerais, admitir que quando direcionamos as análises sobre o modelo de desenvolvimento adotado no Centro-Oeste, verificamos que a matriz adotada e a tecnologia empregada, em alguns casos, de tecnologia obsoleta, são altamente degradantes para o meio ambiente, assim, esbarramos em questões ampliadas da cadeia político-econômica de interdependência, seja em âmbito global, nacional, seja local. Contudo, a imagem sobre o Pantanal foi fabricada e disseminada com o intuito da valorização de terras no “paraíso ecológico”, do éden propriamente dito. Óbvia e seguramente dentro de um sistema organizacional político e econômico proporcionando um controle amalgamado aos moldes de modificações ambientais vistas como inevitáveis e

justificáveis para o alcance do progresso e da modernização. Seguiu-se a modelagem dos espaços com base no utilitarismo e na rentabilidade.

Essas observações são suficientes para mostrar de início o ciclo climático como ponto nodal das transformações ambientais condicionando a adoção de padrões institucionais ao âmbito privado – caso da Nhecolândia – e diluindo-se as diferenças locais numa falsa unidade coletiva, gerando novos estigmas sobre o Pantanal. Tais estigmas foram continuamente realimentados por “aqueles que vêm de fora”, construindo-se novas imagens por diferentes setores na produção de autoimagens e autoidentidades como as propostas pelos memorialistas, adotando um discurso de cunho preservacionista para olhares turvos e míopes que atuavam em defesa de projetos mirabolantes e expansionistas sobre a planície inundável e o planalto, destinados à exploração de recursos naturais favorecendo a pecuária e os grandes mercados; erigindo um hiato, que de um lado coloca o capital e do outro a natureza/mercadoria com suas características peculiares e com uma biodiversidade incomum utilizada como moeda de troca, definindo uma dinâmica econômica e política, trazendo ainda a cultura em suas diferentes formas de expressão, gestando e modelando imagens e simbolismos amalgamados com estereótipos construídos.

As implicações decorrentes foram responsáveis por definir e categorizar os pantanais em cenários historicamente diversos em sua gênese. É mister um esforço interpretativo para defender tais implicações de poder resultantes desse processo e dos discursos dele decorrentes na “invenção do éden” do Centro-Oeste.

Muito embora as contradições dos discursos abram lacunas relacionadas à questão ambiental no que tange ao Pantanal enquanto um paraíso ecológico, bem como da continuidade e da preservação de sua biodiversidade, poucos ainda são os indicativos que não esbarram no cerceamento e na distorção das informações, como no caso das licenças ambientais concedidas, que permitem analisar com clareza os impactos ambientais gerados e muitas vezes “camuflados” em projetos fracassados, como o da Transpantaneira e na liberação de grandes somas de recursos destinados aos empreendimentos do grupo Camargo Corrêa como a Fazenda Arrosensal com 82.000 ha, a Fazenda São João com 120.000 ha e a Ilha Camargo Corrêa com aproximadamente 14 km de extensão. A contrapartida do investimento estava na isenção de impostos em troca da abertura e da limpeza de áreas para formação de fazendas.

Portanto, escrever sobre as transformações ambientais nos pantanais é analisar e também entender os vários aspectos e os elementos que nortearam o sistema de desenvolvimento político-econômico adotado para o Centro-Oeste, tanto

em âmbito nacional quanto regional, visto que o Pantanal não se configurava como área de grande desenvolvimento se comparado às áreas agricultáveis, das demais regiões do país como Sul e Sudeste. Concatenado a isso se tinha uma Secretaria de Meio Ambiente e uma Fundação de Meio Ambiente que não possuíam os recursos e as condições necessárias para acompanhar o crescimento e a velocidade com a qual se processava a exploração ambiental e a industrialização no Mato Grosso e posterior Mato Grosso do Sul, ocorrendo a repetição de modelos de ocupação e expansão adotados e mantidos na obtenção de domínios territoriais extremamente destrutivos e irrecuperáveis para o meio ambiente pantaneiro.

A economia brasileira firmou suas bases e se desenvolveu dentro de potenciais e acelerados investimentos tecnológicos e de capital internacional, no período que compreende as décadas de 1960-1980 e, assim, quando a proposta é romper com esse modelo de produção e criar novos modelos e mercados cativos e equilibrados mexe-se com o calcanhar de Aquiles dos grandes capitais investidores baseados no sistema de exploração predatória dos recursos naturais, como é o caso da agroindústria e da agropecuária. E, nesse contexto, falar de Centro-Oeste, de planalto e de planície, é atentar para o fato de que se trata de 1/5 do território nacional. E, se juntarmos o Centro-Oeste e a região da Amazônia, totalizamos 64% ou, se preferir, 3/5 do território brasileiro. Isso significa que temos uma problemática ambiental de grandes proporções que precisa ser avaliado e discutido com seriedade, pois a parte restante abriga grandes metrópoles de grandes produções industriais que começam a dar sinais de esgotamento e de um desgaste ecológico e ambiental.

As consequências advindas resultam que ambos os estados – MT e MS – terão de conviver com sérios problemas ambientais como, por exemplo, a contaminação dos rios por mercúrio, biocidas, mau odor, lixo, pesca predatória ou clandestina¹³⁰, queimadas, desmatamentos, doenças como malária, doenças respiratórias e as demais advindas com o uso excessivo de agroquímicos na agricultura que são carregados pelas águas e pelo vento, atingindo amplas áreas populacionais. Problemas esses sem valores estimados ou de compensação.

¹³⁰ A pesca predatória ou clandestina é praticada tanto por pescadores profissionais como por amadores e esportivos. Redes são utilizadas e o transporte feito em pequenas, mas potentes embarcações. Ambas as atividades, geralmente praticadas no período noturno. Os pescadores se utilizam de estratégias e buscam formar uma rede de informações que envolvem moradores ribeirinhos encarregados de soltar rojões, olheiros com celulares que se fixam próximo aos quartéis de fiscalização, barcos estacionados em pontos acima e abaixo dos locais de pescas, fazem parte dos recursos para mantê-los informados da movimentação e aproximação da fiscalização. O material como rede e tarrafas bem como o pescado são escondidos no mato ou em tambores plásticos e caixas que ficam embaixo da água ou enterrados quando a pesca ocorre na planície pantaneira e escondidos em fendas quando a pesca ocorre nos rios do planalto.

Um exemplo disso é a exploração e a instalação de usinas hidrelétricas no Pantanal. Qual o custo do impacto produzido em relação à biodiversidade, ao bioma Pantanal que está interligado aos demais biomas e está localizado numa região que detém a maior porcentagem da produção agrícola da monocultura da soja, dependente do mercado exterior, cuja moeda de troca é a substituição dos cerrados por campos limpos, solos secos e desertificados e seus detritos são carreados para a rede hídrica da planície? Difícil quantificar, é preciso, pois, olhar a produção e a preservação ambiental quando falamos em Cerrado e Pantanal. É preciso romper algumas barreiras mentais no que tange à produção sob a égide de qualquer custo. Demandam-se outras realidades econômicas que não apenas a monocultura para exportação, outras realidades sociais se falamos em ecologia, em meio ambiente e em preservação, não podemos separar tais questões da social; quando falamos em devastação, falamos de miséria social, de saúde, segurança. Não podemos falar da questão ambiental no Pantanal ignorando um desenvolvimento socialmente justo. Falar em desenvolvimento econômico, nesse caso, em progresso é usar palavras vazias com muitos significados quando não associadas ao social, ao ambiental e ao cultural, na permanência e pertença do homem em seu lócus.

A agressão aos pantanais também ocorre do exterior para o interior, ou como costumeiramente se diz de fora para dentro, portanto, não se pode estudar a planície sem falar do planalto; não se pode estudar o Pantanal sem considerar as perdas nos âmbitos econômico e social como a redução do estoque pesqueiro decorrente da sobrepesca e do manejo inadequado; das inundações provocando a redução de áreas produtivas, inundações permanentes e dos arrombados; falta de capacitação para o turismo e um turismo desordenado; política agrícola inadequada levando à perda da fertilidade dos solos; lixo e poluição; depredação da biodiversidade; impacto urbano e ocupação da margem dos rios, migração da população e perda cultural. Ainda como perda da diversidade tem-se a alteração do regime hidrológico e a fragmentação de habitats, obstáculos a migração e a reprodução; alteração e redução nos ciclos de nutrientes.

A tomada do planalto pela agricultura de larga produção para exportação provocou um desequilíbrio em dois ecossistemas frágeis e interligados – Cerrado e Pantanal. Nessa ótica de análise, entendemos que modificando elementos da flora compromete-se também a fauna ocorrendo a expulsão dos habitats e aumenta a presença de animais selvagens nas fazendas que ameaçando os rebanhos e o humano, conseqüentemente são abatidos acelerando o processo de extinção de algumas espécies. Amalgamado a tais fatores tem-se o alto índice de mortandade da

fauna que passou a circular e a cruzar estradas e rodovias em busca de refúgio e de alimento.

Se tecnologia aliada ao bom senso conduz ao desenvolvimento e permite a preservação da natureza, longe desse processo a ingenuidade de pensar que é possível evitar o crescimento demográfico e as mudanças ambientais dele advindas, mas é pertinente anotar que em grande parte a posterior reabilitação do meio ambiente degradado exige uma parcela de tempo que suplanta as perspectivas de uma geração e de uma ampla reestruturação dos espaços.

As observações aqui pautadas levam a outra questão que permite afirmar que pensar isoladamente a relação homem, sociedade e natureza nos pantanais implica repetir erros, posto que falamos de uma realidade socioeconômica-cultural em um ambiente singular e de múltiplas representações que trazem em seu bojo a ideia de um paraíso às avessas polidamente edenizado e facilmente adequado às perspectivas do observador que obtém o enquadramento de uma ampla paisagem que contempla em seu interior um “mar de águas”, o paraíso das espécies, o santuário ecológico, enfim, pode refletir objetivamente a realidade e ao mesmo tempo construir uma falsa simbiose, qualificando de forma subjetiva a natureza, a flora, a fauna gerando um sentimento de encanto e preservação momentâneos, quando o observador passa a descrever não exatamente o que vê, mas o sentimento produzido a partir do que é visto, muito comum no turismo. Esse falso sentimento de pertença é gestado pelas inúmeras imagens, vídeos, cliques e folders espalhados por todos os lugares. Um paraíso compacto, dobrável, armazenado em câmeras fotográficas e filmadoras, facilmente esquecido em gavetas ou apagados para liberar espaço nos cartões de memória para o registro de um novo enquadramento, de uma nova paisagem, de um cenário mais completo.

4.4 Sapiência de Silvérios: “O Pantanal? Eu acho que o Pantanal é isso aí”

Conforme analisa Tuan (1980), os sujeitos têm pelo seu lócus um sentimento de pertença que o identifica com o lugar, tanto sua identidade quanto o seu imaginário são construídos com base em valores constituídos pelo sujeito e pelo grupo ao qual pertence, ou seja, pelos valores socioculturais, nos chamados núcleos de valor (TUAN, 1983) onde encontram amparo e proteção legal, usando esses elementos como base na constituição dos sentidos, significados e percepções para com a natureza. Essa base é fundamental para estabelecer laços com o lugar e suas representações, onde a forma como estas se processam estão concatenadas com as

diferentes maneiras de perceber e experienciar a natureza resultando em outras significações, mas ainda, vinculadas às percepções iniciais que se mantêm como uma base apropriada para esse tabuleiro constantemente redesenhado. E a História Ambiental “seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir destas relações sociais, as relações que se estabelecem com o mundo natural” (MARTINEZ, 2006, p. 11).

Nessa perspectiva, a narrativa oral viabiliza a compreensão e a análise de trajetórias individuais por dar atenção à história do cotidiano e da vida privada, das experiências vividas e por visar à história local, enraizada trazendo a história do tempo presente como perspectiva temporal. Segundo Portelli, “a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância” (2002, p. 35). Possibilita que indivíduos pertencentes a diferentes categorias sociais possam se expressar, deixando esses registros para as mais variadas análises, em diversos campos de pesquisa, além de valorizar a sua própria visão de mundo e do grupo social ao qual pertencem.

As experiências vividas são marcadas por elementos que envolvem um universo singular que

ao lado das ligações e das concepções inerentes ao universo sobrenatural ou mítico sobressaem indicações que demonstram o conhecimento sobre caminhos, clima, plantas e raízes medicinais, além das técnicas de trabalho em que o contato com a natureza é fator constante (LEITE, 2005, p. 184).

O morador da planície tem seu cotidiano marcado por histórias de força e coragem, causos que envolvem onças e seres que moram no fundo das baías, que povoam a imaginação do pantaneiro. Para o homem familiarizado com o meio em que vive, fazer essa leitura é como decifrar mensagens emitidas pela natureza, tão necessário quanto trivial, pois

a entrada na mata, a travessia do rio, o pouso em local ermo são momentos de aplicação e adaptação de conhecimentos e crenças que foram transmitidas desde longos tempos. São ainda instantes de tensão entre o saber tradicional e a natureza, são momentos de memória e de história, de interpretação e significação daquilo que se sabe por experiência própria ou de outrem e podem proporcionar novos saberes (LEITE, 2005, p. 184).

Mas chegamos a um ponto nodal, ou seja, de qual pantaneiro estamos falando? Todo morador do Pantanal é um pantaneiro? Trata-se da construção de uma

identidade atribuída ao homem que fez dos pantanais seu habitat ou da construção de uma identidade pioneira que anula a figura do homem simples, do peão da fazenda, dos ribeirinhos e dos pescadores, do indígena, do homem despossuído de propriedade, mas detentor de um sentimento de pertença que não cabe nos discursos construídos e trazendo elementos e adjetivos empregados erroneamente, gerando estereótipos e estigmas que acompanham não apenas o homem como também formatou a história do Pantanal. Muitos desses estereótipos são justificativas para o tipo de atividade desenvolvida, em sua grande parte predatória. É preciso um olhar crítico para distinguir o real do irreal num caleidoscópio que perpetua a visão medievo-renacentista do paraíso terrenal de rica biodiversidade onde o homem nele inserido cumpre o papel de vilão com a índole de civilizador.

Discorrer sobre o homem pantaneiro pela ótica dos pioneiros é revestir de utopismo qualquer descrição; é reinventar o paraíso e trazer para seu interior um novo Adão, despojado de vaidades e desejos, disposto a estabelecer com o Pantanal uma relação duradoura e feliz, ou como disse Manoel Martins de Almeida, diretor da FAMASUL, por ocasião de sua Conferência no Primeiro Congresso Internacional sobre conservação do Pantanal (INTERPAN):

Precisavam-se tanto Pantanal e pantaneiro usarem uma linguagem romântica e unirem em perfeito matrimônio. Respeitem suas individualidades, amoldem convivências e adotarem o regime universal de comunhão de bens, passando assim ambos a conservarem o bem comum. É verdade, que às vezes, uma das partes toma atitudes que a primeira vista poderiam parecer prejudiciais e a outra assusta, mas tal é a sinceridade e a boa intenção com que agem, logo após se percebe o acerto das ações (1989, p. 44).

Será essa a relação do descendente de bandeirante, cuiabano, “papa banana”, aspirando a status e a terras que serviu como parâmetros para definir quem seria o pantaneiro e qual o seu papel na construção do Pantanal que aos poucos foi se delineando e que deu o tom para a continuidade do “santuário ecológico” concebido e gestado, histórica e temporalmente por gerações de doutores com diploma nas gavetas? Mas, de que pantaneiro estamos falando? Qual a identidade¹³¹ a ele atribuída?

¹³¹ Na ótica de análise de Pesavento, entendemos a identidade “enquanto representação social [...] é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação

Uma resposta possível para tal questionamento, conforme assertiva de Rossetto reside no fato de que:

As transformações observadas nos aspectos da cultura material e imaterial estão atreladas a processos macroeconômicos tais como os diversos programas e as políticas públicas, direcionados ao Pantanal e ao seu entorno, que, de forma geral, apresentam resultados negativos para o ambiente natural, desconsideram os aspectos culturais presentes no modo de vida pantaneiro e excluem os habitantes locais dos processos decisórios (2009, p. 102).

Se considerarmos que é na visão de mundo do homem que habita os pantanais, que encontramos as reminiscências das modificações operadas nos pantanais, percebemos que nas palavras de Raul Medeiros e de Silvério encontramos detalhes pertinentes à identidade desse pantaneiro através do “estar no mundo” (TUAN, 1983) que perfaz um conjunto de experiências e vivências cotidianas.

Nessa perspectiva, as entrevistas se abrem como um universo de conhecimento empírico que vai lapidando a construção de uma história escrita no ritmo cadenciado pelas águas, e pela leitura de homens como Silvério Gonçalves Narciso que, nascido e criado no Pantanal, tem pouco a falar sobre suas lembranças de infância e de seus pais e que aos treze anos “saiu para ganhar a vida” após a separação dos pais, ele e seus cinco irmãos que “ficaram tudo esparramado” seguindo cada um seu rumo. Trabalhando em várias fazendas, não teve tempo para os estudos. Estudava entre quatro e cinco meses e parava por um ano, depois seguia para outra fazenda estudava dois ou três meses e parava novamente. Começou a trabalhar muito novo e estudou muito pouco, mas avalia que, apesar de todas as dificuldades, a vida foi boa para com ele. Reconhece as dificuldades que teve, mas ainda assim diz não ter sido de todo ruim, pois gostava da vida que levava, e diz: “acho que pra mim vida foi muito boa”. Esse enredo inicial não é apenas da história de Silvério, mas de muitos trabalhadores e peões das fazendas pantaneiras que estabeleceram uma relação de simbiose com os pantanais, com suas águas, sabendo que através delas advém o renascer do Pantanal, mas é também com elas que pode vir toda sorte de experiências e lutas de sobrevivência.

O aprendizado sobre as tradições pantaneiras se dá com “o povo antigo”, e Silvério diz ter muita sorte, pois encontrou muita gente boa, caprichosa que gostava de ensinar, de trabalhar; aqueles “como era antigamente formado pelo Pantanal”. Tempo que não tinha salário e se ganhava de acordo com o que se produzia, não tinha

de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro” (PESAVENTO, 2005, p. 89-90).

carteira assinada, mas tinha confiança e era, em suas observações, bem melhor que hoje (1996), porque o empregado morava com a família nas fazendas e podia criar cavalos, vacas, carneiro. O respeito era a base de tudo e o chapéu só saía da cabeça na hora da refeição e para cumprimentar uma mulher. Segundo ele, depois das mudanças que houve o empregado não pode manter nem mesmo um carneiro na fazenda que é penalizado pelo patrão nem mesmo morar em algumas fazendas o trabalhador pode mais. Com base em tais fatos, diz que as coisas no Pantanal, ao invés de melhorarem, pioram a cada dia, ainda assim não lamenta o tempo que passou.

Lamenta pelo fato de que hoje, muitas pessoas quando ouve os mais velhos contarem suas experiências de vida dizem "ah! Esse cara aí tá inventando, tá mentindo e só porque ele é antigo". A prática e os costumes, de acordo com ele eram reverenciados e gerava o entendimento e o respeito entre o homem e o Pantanal. Em sua maioria, eram todos moradores da região, um povo que cuidava do Pantanal e agora acontece exatamente o contrário, pois o fazendeiro vai buscar nas cidades dez, doze peões, sabem trabalhar, mas pouco sabem do Pantanal e com isso perde-se o valor de muitas coisas.

A entrevista de Silvério é riquíssima em detalhes e portadora de muitas indagações e informações sobre a cultura e as relações de trabalho nos pantanais. As descrições de muitos fatos como a condução de boiadas, o trabalho dos piões, as festas e as relações familiares, além das muitas lendas e dos causos que permeiam o universo pantaneiro, tem na voz de Silvério uma entonação quase infantil, veja bem, nada ingênua, dissemos infantil pela riqueza de detalhes que trazem sem a preocupação de ocultar fatos como a prática do contrabando de gado na fronteira com o Paraguai.

As questões colocadas por Silvério são abordadas no estudo de Banducci em *A natureza do pantaneiro*, abordando as relações sociais, as experiências e as representações de mundo. Nas palavras do autor

detentores de hábitos sociais estranhos aos da região, os novos proprietários rompem normas de boa vizinhança e solidariedade através de atitudes aparentemente menores, mas que contradizem os costumes locais e ganham uma conotação ofensiva para o homem da região (2007, p. 41).

Assim, para Silvério e para muitos dos entrevistados, a maneira de ver e viver do Pantanal e nos pantanais permite questionamentos que extrapolam a mera curiosidade ou o intuito de falar pelo falar para seus interlocutores. Suas indagações

partem do princípio de que muita coisa mudou e a relação de trabalho é mais perceptível, pois geralmente quem chega para trabalhar no Pantanal desconhece muitas regras básicas que regem a permanência do homem nos pantanais.

Mas quem é o pantaneiro para o Pantanal na leitura de Silvério?

Olha, o pantanero eu acho que, o pantanero é um home aqui dentro no Pantanal, dentro da tradição, criando, né? As coisa conforme o Pantanal requer, né? Num dexá, por exemplo, num estragá a ecologia, né? a fauna, todas coisa tem que sempre protegê, né, sempre protegeu. Porque as pessoa que vem de fora vê isso, pensa que isso num acaba, né? Desce de cima, começa fazê tanta coisa, né? Porque, eu, sinto assim, por exemplo, tem o lobo guará, cê conhece, né? Foi um bicho que existia muito aqui e hoje num tem, quase, tá quase em extinção, por que? Num é que ninguém matô ele. Nunca ninguém matô o lobo guará, pra quê? Acontece que o home começô imprensá ele e ele é um bicho de espaço. Então ele ficô sem espaço pra ele criá, progredi, pra ele aumentá o rebanho, aquelas coisa. Ele foi ficá tímido e foi, foi, cabô, não que ninguém matô ele. Cabô foi o ambiente dele. Ambiente dele tem que sê ispaço pra ele vivê, né? Sem a comissão do home, né? Por exemplo, o pantanero, eu falo, por exemplo, tempo que existia só o pantanero aqui, num existia toyota, num existia pikurp, num existia trator, num existia caminhão, num existia nada, num tinha barulho, né? Carro de boi e cavalo, né? Isso que eu acho que era o pantanero, né? Carro de boi, cavalo, gado, vaqueiro e todo isso. E essas estrada aí. Que ela troxe pro Pantanal, de benefício? Pro Pantanal num troxe nada. Em termos não. Agora em termos pra nós, troxe muita coisa, ih!... troxe coisa que nós nunca tinha visto, coisa lá da cidade, televisão, num sei quê, mas nada disso tá servindo pro pantanero. Em termo pantanero não. Completamente essas coisa aí vai só... Quer dizê, hoje ninguém volta essas coisa mais, né? Vai tê que ficá como tá. **Mas, o Pantanal, acho que é isso aí, né? Cê tem que ter é muito cuidado com ele, já esse restinho que sobra do Pantanal, né?** O home pantanero aqui dentro tem muito poca gente já... Tem qui incentivá esse povo pantanero, aqui dentro. Ele quis ajudá arguém que tá vindo aí, né? Que senão **o Pantanal, eu acho que o Pantanal é isso aí, né?** Essas coisa que... A gente não tenho muita cultura pra falá sobre o pantanero mas a gente entende que é, talvez num tenha a palavra pra falá, mais cê sabe o que é, né? Mais acho que é mais bunito assim, o cara num subé falá por que... cê tá vendo que ele é um pantanero, né? Se eu começá aumentá muita coisa, falá muito feito uma gíria aqui, lorota! Fala, esse cara num é pantanero. Sabe todas coisa, foi informado num sei que, mas quanto mais tímido, ele é melhor pra falá sobre o Pantanal. Que puxa mais pro Pantanal, né? (Entrevista Silvério Gonçalves Narciso, 1996).

A leitura da natureza por Silvério associada à sua visão de mundo permite a este traçar o perfil do pantaneiro buscando elementos que coadunam com as experiências vividas pelos sujeitos e as relações por eles estabelecidas, que atuam como elos interligados fazendo a ligação dos sujeitos com uma natureza singular que

favorece o entendimento do que seja o Pantanal erigindo sentimento de pertença que sacraliza a natureza atribuindo a ela característica que o homem não encontra palavras para descrever. Um sentimento de pertença que extrapola as regras de qualquer manual. A nostalgia do passado é reverenciada como base de explicação para as mudanças aplicadas, sem, contudo, desmerecer o novo que chegou, apenas exigindo dele mais respeito com o que está posto, com as tradições tão insistentemente clamadas por Silvério, por representarem a continuidade do que ele e tantos outros entendem por Pantanal, por pantaneiro, por viver.

Entrevistas como a de Silvério revelam um conjunto de elementos que não estão ou pouco foram contemplados na historiografia por representarem aquilo que está contido no passado e visto como atrasado, obsoleto, como irrelevante e descartável por não compor o cenário de progresso, do civilizado, da modernidade, embora tais elementos atuem como balizadores para o entendimento do presente.

Os pormenores do cotidiano do morador e dos trabalhadores dos pantanais vão surgindo na entrevista de Silvério e revelando as mudanças perceptíveis somente para aqueles que habituados com o *modus vivendi* pantaneiro são capazes de perceber. Como nas observações feitas no que se referem ao uso do berrante e à buzina na condução do gado pelas comitivas. Silvério demonstra sensibilidade e suas percepções da natureza pantaneira têm como elemento central a águas, as enchentes, a vida que pulsa independentemente do habitat. Para ele, quando o pantaneiro não vê água não vê Pantanal; água é vida e sem ela tudo fica com cara de deserto, a água enquanto um elemento que traça uma linha tênue e imperceptível entre o terrenal e o sagrado.

Reconhece que houve mudanças na relação do homem com os animais no Pantanal, pois tanto a cheia quanto a seca são prejudiciais quando rebanhos pereceram e muitos animais selvagens foram abatidos ao procurarem abrigo em lugares altos, competindo por espaço com o gado. Recorda também das muitas travessias que fez pelo rio Paraguai, que para atravessar “só de canoa mesmo, pois é um rio de água muito pesada e lenta”, e pelos seus conhecimentos fala que o “rio quanto mais corre é melhor, cê nada, né? Tem mais agilidade dentro d'água. É difícil ocê nadá em água parada, Deus! Nada te ajuda, só seu braço mesmo.” Nas rodas de conversa, quando conta sobre as vezes que cruzou rios com carro de boi, com boi de carga, com boiada, muitos não acreditam, pois hoje se tem as estradas que cortam os pantanais, que viu algumas delas sendo abertas e a maneira como foram construídas, fato desconhecido para muitos que depois ali chegaram.

Para Silvério, o Pantanal se apresenta sem artimanhas, deixa-se revelar e dá o fio condutor da sua história. Certa feita, segundo Silvério, este encontrou um engenheiro que fazia uma marcação de estrada, e perguntando sobre o destino a resposta foi que ela seguia para Rio Negro, foi então que colocou em prática sua sabedoria pantaneira: "ocê tá fazendo ponto desse pau aí?". A resposta foi positiva, seguida da explicação de que com a enchente a água passava por cima da marcação. E mais uma vez Silvério desafiando o engenheiro diz: "Ah!, rapaz, ocê num sabe o que cê tá falando. Um dia quero mostra procê". E finaliza a proeza:

Quando foi em [19]74, a água passô uns 80 centímetro aonde eu mostrei pra ele. Queria que ele viesse aí pra mostrá pra ele. Ele disse que fez levantamento de num sei quanto, num sei quanto, num sei lá, estudô, num sei o quê, falei: "ó, onde foi o estudo dele..." Isso são as coisas que a gente aprende vendo né? Num é o que tá escrito no livro, né? Fulano falô que ano passado encheu tanto, foi lá então e eu vi. Ele tava lidando cum uma pessoa qui viu, né? Aonde eu formei, num vai formá nunca, né? (Entrevista Silvério Gonçalves Narciso, 1996).

A segurança no desafio de Silvério veio com a certeza de que são esses pequenos, mas tão relevantes detalhes que fazem a diferença quando tratamos da leitura do meio ambiente feita pelo homem que tem o Pantanal como seu lócus, que nele desenvolve suas atividades cotidianas e as quais exigem dele muito mais que técnicas apuradas, exige também o entendimento, a compreensão de uma natureza dinâmica que tem nas águas seu esquadro, mesmo que ele seja obsoleto aos olhos daqueles que são alheios a esse lócus. É um conhecimento repassado por gerações que têm no Pantanal sua herança de vida, que fizeram da planície inundável sua base de sustentação e de sobrevivência. O conhecimento expresso por Silvério é advindo das lições ensinadas pela natureza, lapidado pelo tempo e pelo sentimento de pertença, mas na medida em que se iniciam as mudanças, as alterações, as modificações nos mais variados aspectos, também se processam novos enquadramentos, novos olhares "daqueles que são de dentro".

E a escola do Pantanal, segundo Silvério, é muito boa, ensina muito. É uma vida difícil, mas que tinha tradição e tinha orgulho, tinha aprendizado. Isso, para ele não deve ser motivo de vergonha, e ao chegar à cidade sem medo, sem vergonha, diz que é um caipira pantaneiro, pois "onde eu ando num, eu me formei num escola pra ninguém não, tá acabando. Pantanal já tá degradado, já tá vindo aí na história". É na narrativa de Silvério que encontramos as palavras perdidas, das quais fala Manoel de

Barros em uma entrevista concedida em 1997¹³². De acordo com ele, ao viajar durante seis meses pelo Pantanal observou que nas fazendas falava-se uma espécie de dialeto e que por diversas vezes tentou estruturar as bases desse dialeto e viajando pelas fazendas nas fronteiras descobriu que cada uma delas era uma “ilha linguística”, e passou a anotar essas palavras e em pouco tempo tinha mais de 500 expressões do que chamou de dialeto pantaneiro que procurou preservar em suas poesias. Com o tempo perdeu as anotações, preservando apenas as expressões utilizadas, no entanto sua frustração maior é de não ter conseguido preservar esse dialeto e que ninguém se preocupou ou foi capaz de preservar uma riqueza tão significativa para nossa cultura, pois a preocupação de todos sempre foi por preservar terras e esquecer as palavras que a definiam e controlar as águas que por elas teimavam em correr.

A narrativa de Raul Medeiros engloba aspectos direcionados à condução de boiadas pelos pantanais, fornecendo elementos que auxiliam muito no entendimento da relação do homem com a natureza nos pantanais, assemelhando-se muito com os relatos de Silvério. Fato que nos permite entender que as experiências vividas margeiam um conhecimento empírico que propicia uma relação indelével e atemporal de ambos para com o meio ambiente pantaneiro, para o deslimite dos limites geográficos pré-estabelecidos pelos homens.

Nascido em Nioaque, Raul Medeiros conta que entrou na escola com 10 anos. Não sabia ler ou escrever, sabia apenas o nome Raul que foi ensinado pela mãe. Segundo ele, no seu registro de nascimento lavrado em Nioaque consta apenas Raul. Em Aquidauana, ficava na casa de parentes enquanto o pai viajava conduzindo boiadas. Pouco tempo depois pediu para parar de estudar e começou a viajar pelo Pantanal. Sabe que seus antepassados migraram para o Mato Grosso com a notícia de que aqui tinha muita terra vaga, com aguadas, riachos, rios e com a facilidade de ganhar terras. Vieram em caravana de mais de 100 famílias saindo do Rio Grande do Sul trazendo gado, carreta, cargueiro, entrando pelo Uruguai, Argentina e Paraguai chegando a Bela Vista. Isso logo após a Guerra do Paraguai, ficando divididos entre as zonas de Ponta Porã, Dourados e Bela Vista.

Foi nas viagens conduzindo boiadas que aprendeu a conhecer os pantanais e já o viu muito cheio e seco também, vendo até geada na planície, isso em outubro de 1939. E com base nesse conhecimento faz uma comparação das fazendas de sua época de trabalho e das fazendas “de agora” que após a venda de muitas propriedades mudou o trato para com as comitivas que acostumadas a receber auxílio

¹³² Entrevista concedida por Manoel de Barros ao jornal “O Estado de São Paulo”, Cultura caderno 2 – personalidades, em 18 de outubro de 1997.

de fazendeiros e capatazes para a aquisição de carne, açúcar, mate, café para a alimentação, bem como no descanso do gado, passaram a cobrar pelo pouso tornando mais difícil o trabalho das comitivas que muitas vezes não conseguem comprar nas fazendas a carne para sua alimentação. Para ele, “agora essa mocidade de hoje que tá mais difícil, já num são... morava na fazenda agora só que sabe de Rio de Janeiro, Copacabana, estrangeiro que eles viaja América, Europa, agora esses fazendeiro de outrora era muito bom, bom mesmo”.

Nos relatos do senhor Raul e nas demais entrevistas, verificamos que as transformações operadas gradativamente nos pantanais não passam despercebidas por aqueles que estão ali, mais diretamente envolvidos com as atividades que os aproximam do meio ambiente pantaneiro, revelando certo desconforto para os que se veem impotentes diante de muitas questões que demandam um conhecimento mais apurado da planície inundável e das características peculiares de cada uma das sub-regiões. O trato com o gado demanda cuidados que são aprendidos no cotidiano da labuta do peão e as mudanças não passam impunes aos olhares atentos. Em suas palavras, foi após a seca de 1938, que surgem os primeiros sinais da previsão sombria para os pantanais, com base nas suas explicações o declínio dos rebanhos no Pantanal é bíblico e finaliza ponderando que tal profecia pode se concretizar, pois

tudo quanto é criação tá diminuindo; o peixe nós tamo acabano com ele, turista vem lá de São Paulo, tem dinheiro, fica aqui no pantanar de Corumbá, leva prá cidade peixe, é pra leva 25, leva 50, e assim por diante, é assim que vai acabano, o gado tá vendendo o gado e..., o pantanar tá sendo difícil porque tá cheio, tem vários anos cheio, tem mais de 20 anos que encheu, num que seca, onde descia muito gado, aqui na beira do rio tá, o fazendeiro tá tudo abandonada, porque num tem tá tudo cheio d'água, e assim que tá dificultano bastante o criador daqui do pantanar de Corumbá (Entrevista Raul Medeiros, 1995).

As observações referentes aos contínuos alagamentos nos últimos anos vão ao encontro da leitura de nível da régua de Ladário que registra níveis contínuos máximos com poucas alterações desde 1974.

Outro aspecto que não passa despercebido é a divisão das fazendas, hoje, na visão de Raul Medeiros, estão muito divididas e classifica essa divisão como muito ruim para o Pantanal. E, como em outros momentos da entrevista, busca uma explicação para tal fato na formação dos rebanhos, especialmente para os pequenos proprietários e da pequena criação na dificuldade do rebanho de se refugiar das enchentes devido às cercas que passaram a ser utilizadas na divisão e que antigamente a cerca era utilizada apenas na sede, era tudo aberto e as invernadas

eram comuns, trabalhava-se em comum para marcar os bezerros, cada encarregado do serviço cuidava do gado do seu patrão, lembra que havia muita honestidade no trato com o trabalho e com a marcação dos rebanhos. Salienta que pelo pouco que entende de natureza sabe que as cercas impedem a circulação dos animais, o acesso à água e a fuga no caso das queimadas, do fogo se espalhar e pegar os bichos de surpresa e ainda afasta muito as pessoas.

Com a divisão intensa das propriedades, muitas foram abandonadas, pois o patrão não mora mais lá, deixa aos cuidados de um encarregado que não tem muita responsabilidade, porque o patrão está longe e não dando muita assistência, vai decaindo, sem cuidado, sem limpeza adequada, fica abandonada alojando morcegos. Para ele, isso é decorrência das mudanças que foram acontecendo, incluindo o estilo de gerenciamento e muitos fazendeiros não residem mais nas fazendas e o número de empregados fica em torno de dois ou três e tudo é muito diferente até o jeito de administrar a fazenda é outro. Os anos passaram e com eles passaram-se muitas secas e enchentes como as de 1920 e de 1939, consideradas como grandes enchentes e em muitas propriedades, pequenas fazendinhas, encontravam-se com facilidade e fartura leite, queijo, requeijão e mesmo um mandiocal, coisa que agora não se encontra mais, lamenta Raul Medeiros.

Lembramos aqui que muitos trabalhadores e suas famílias viviam próximos às sedes das fazendas, cultivavam pequenas plantações de mandioca, de feijão em áreas livres das águas e a alimentação básica consistia no consumo de arroz, feijão, farinha, carne, mandioca, peixe, raízes, frutos silvestres e da caça, ou seja, toda base alimentar era obtida da natureza, retirada do meio ambiente sem maiores dependências dos recursos da cidade, até mesmo no quesito da saúde, pois as ervas e os demais produtos obtidos na natureza, transformados em chás, pomadas e unguentos eram sua base medicinal. É essa simbiose do homem com a natureza que permite que o mesmo encontre na raiz do fedegoso um vermífugo, a cura para seus males gastrointestinais e anemias; na secreção e na inflorescência da erva de Santa Luzia a limpeza para seus olhos; na cânfora o alívio para as dores no corpo, males do pulmão e edemas.

A medicina alternativa é uma realidade das populações tradicionais pantaneiras que aprenderam

a retirar do ambiente substâncias especiais que usa como remédio: faz melado de aroeira para curar torções e fraturas; usa gordura de sucuri contra a bronquite e óleo de capivara para cicatrização de feridas e a “limpeza” do sangue; com a casca do paratudo prepara chás contra

anemia, fraqueza, dor de barriga e outras indisposições (MAGALHÃES, 1992, p.16).

Anterior à fragmentação e à venda de muitas propriedades, era comum o peão morar na fazenda, em casas modestas onde nos terreiros circulavam animais domésticos e eram cultivadas pequenas roças com plantio de mandioca e abóbora, pequenas hortas para produção de verduras e plantas medicinais. Após as mudanças na estrutura organizacional das fazendas e nas relações de trabalho, pouco ou nada restou dessa prática, pois a circulação de trabalhadores nas fazendas e o pouco tempo de permanência gerou o desestímulo. Banducci salienta que

As proibições de, seja roça ou árvores frutíferas, no terreno da casa, de criar animais domésticos, são atitudes adotadas pelos fazendeiros a fim de se protegerem das indenizações que seriam obrigados a pagar em caso de contendas com algum empregado. Na perspectiva deste, a mudança significa uma redução das fontes alternativas de economia e renda da fazenda, uma interferência significativa em termos de redução de qualidade de vida (2007, p. 79).

Aspectos e elementos que estão concatenados com a leitura que os muitos Silvérios e Rauls fazem da experiência, da vivência nos pantanais que não contempla uma divisão de espaços ou de categorização, é ressignificada num universo amplo que não se restringe apenas ao boi, nele cabe plantas, onça, jacaré e cervos, integrantes desse universo de águas e partícipes do seu cotidiano, integrando suas memórias e sua história de vida. A ausência de muitos animais pela planície é atribuída ao aumento demasiado de gente e boi que espantam os bichos, com eles dividindo espaços, mas ainda em algumas sub-regiões como o Nabileque e nas zonas de brejo do rio Paraguai ainda é possível encontrar grupos de animais como o cervo, a anta e a capivara. Podemos categorizar o homem como um elemento intruso que no presente insiste em fazer parte das reminiscências do passado que se encontra deslocado em seu próprio lócus.

As observações que Raul Medeiros faz sobre as enchentes, desde que começou a trabalhar nos pantanais, revelam o conhecimento e a atenção dispensada às alterações ocorridas nas áreas de inundações e ao falar sobre o rio Taquari, ele pontua:

quando eu comecei a trabalha, a enchente era normal todo ano chegava um tempo enchia aí, também quando era época de julho em diante já começava baixa e ia começa a enche outra vez de janeiro em

diante, agora não, tá difíci por que ô, esse rio tão tudo entulhado, assolhado, então agora o pantanar quaque chuva já o pantanar aumenta, esse Taquari, eu passei no Taquari a primera vez em [19]38, nadava de fora a fora e em [19]63 eu passei muntado no Taquari que uma boiada estoro pro lado de lá, passei só no arreio num molho nem o suado do arreio, num chego cobri o arreio, passei muntado [...] agora já passa a cavalo no Taquari, de outubro em diante já dá prá passa a cavalo, tá seco, muito seco, bem seco (Entrevista Raul Medeiros, 1995).

Quanto às enchentes de 1959 e 1974, ele lembra que na primeira cheia choveu por três horas sem parar, encheu tudo e nessa época estava seco e a enchente veio enchendo o Pantanal. Mas foi na enchente de 1956 que ele se viu impelido a vencer as águas e o seu encontro com a enchente é categorizado em suas memórias como um momento único, que pode ser entendido como o confronto entre o homem e a natureza, entre o homem e o Pantanal, um encontro entre o mundo humano e o mundo natural que consiste mais como um desafio para o primeiro. A emoção e o medo escorrem pelas palavras que pausadamente vai proferindo uma a uma, entrecortadas pelas pausas que silenciosamente são preenchidas com a reconstrução de uma memória que lhe é tão cara.

Isso aconteceu ao conduzir uma boiada até Aquidauana. Quando chegou em Rio Negro foi alertado para a possibilidade de enchente que se aproximava após vários anos de seca que ao mesmo tempo em que castigava os pantanais fazia aumentar o número dos rebanhos circulando pelas fazendas e em grandes boiadas. Mas bastava uma chuva para encher tudo, uma corrente de água e tudo estaria inundado. Mediante tais alertas, percebeu que não tinha outro jeito senão o de encontrar com as águas, que tinha um encontro marcado com a enchente e havia chegado a hora e quando alertado responde: “não adianta falá porque eu tenho que encontrá com a enchente, vou encontrá logo”. A preocupação era proteger as “tralhas e as duas cachorras” e, para isso, arrumou uma carreta que tinha pouco mais de um metro de altura, arrumou uma estiva e esticou a lona em cima da carreta, depois disso ele

sai do poso daí uma meia légua, encontrei com a enchente... ela, ela veio cumo, cumo, cumo animar que vem pegano terra assim então aquela, aquela água vai levantano aquela poera e a passurada vinha acumpanhano, e quando eu entrei nessa enchente, 100 metro já..., a água foi mais na barriga do animar..., aí que nois cheguemo na fazenda Costa Rica [...] já cheguemo de noite, nadamo bastante, prá chega lá na fazenda Costa Rica, mas daí outro dia já no Aquidauna, Rio Aquidauana, foi difícir porque a água..., aí chego no Rio Negro ela... porque o barranco tava muito alta, então descia no Rio Negro e a água

fazia, parecia cachoeira na barranca do rio de tanta água que vinha (Entrevista Raul Medeiros, 1995).

Ao mesmo tempo em que se sente atraído pelas águas revela o melindre diante do limite imposto pelo desconhecido, pela força das águas que deslizam ora com volúpia ora com violência, mas que desperta no homem a necessidade de controlar a natureza, as enchentes e romper as barreiras que os separam para que assim possam conviver nesse indelével conflito ano após ano. É o limite das águas que dá ao homem a sua condição de pertença nesse universo transcendental que atua como um tabuleiro de xadrez cujas peças são movidas pelas águas. Não cabe ao homem dar o tom, a cor, o limite nesse cenário que se transfigura segundo a segundo revelando a sua fragilidade e sua pequenez diante desse universo de águas restrito a uma planície cuja beleza encantou quem aqui chegou, nos primórdios seiscentistas.

Apenas a título de lembrança, a enchente de 1956 não foi considerada uma grande enchente, pois está entre os anos de cheias consecutivas que foi de 1942 a 1963. O solo estava com sua capacidade de absorção em estágio de exaustão. Nesse período, registraram-se apenas cinco anos de seca quando o nível médio da régua em Ladário atingiu 2,54 m (GALDINO, 2000).

Sobre a enchente de 1974, Raul Medeiros lembra que se forçava muito o gado e que tanto o boi quanto o homem passavam por muita dificuldade, pois havia lugares, como seguindo para Porto Jofre, que ficavam desertos e perigosos quando estavam muito cheios. Segundo ele, em 1974 morreu muito gado, no entanto o que matou mesmo muito gado “na Nhecolândia foi em [19]57 uma geada que deu aqui, [19]57 matou na Nhecolândia, Paiaguás morreu mais de 200 mil reis, a geada matou mais que essa enchente” e acrescenta que o frio e a seca prejudicam muito os pantanais, mas é melhor que as enchentes. Na seca se constrói poços artesianos considerados uma vantagem na obtenção de água para o rebanho, ao contrário, na enchente tem-se água e em contrapartida a dificuldade em obter pasto. A avaliação que faz das mudanças que ocorreram em todos os aspectos em âmbito mundial e de Brasil desde a época que começou a trabalhar gera uma inquietação, pois suas considerações são pautadas explicitamente no caráter do homem, na sua conduta, nos seus valores e na necessidade de preservação de hábitos e costumes.

Tais mudanças circundam o universo do trabalho que tantas modificações trouxeram aos moradores e aos trabalhadores das fazendas e população tradicional¹³³

¹³³ Consideramos como população tradicional aquela que nasceu e habita por décadas os pantanais nas chamadas colônias e pequenas comunidades pantaneiras e historicamente

dos pantanais com a vinda de pessoas vistas como de fora desse grupo tradicional e dominante que começa a se fragmentar nos anos de 1970.

Uma análise cautelosa, porém, pertinente a tais modificações, é encontrada em Leite, quando este analisa questões relacionadas à pecuária e às comitivas em sua obra *Marchas na História: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Para o autor, essas mudanças estão atreladas a exigências de um mercado consumidor cada vez mais seletivo e restrito que interfere grandemente na organização das fazendas. Assim, para atender tais expectativas “estradas são bloqueadas, novas divisões internas são operadas, áreas são vendidas, mas, sobretudo, costumes, hábitos e formas de tratamento são modificados ainda que lentamente, quase imperceptíveis” (LEITE, 2003, p. 33). Fato verificado após a cheia de 1974, quando a região passa por um processo de estagnação econômica no setor agropecuário, ocorrendo a venda e a divisão de muitas propriedades.

Em sua grande maioria, nas entrevistas realizadas e que aqui utilizamos, os hábitos e os costumes quanto à liberdade estão associados à planura e à grandeza dos pantanais, da liberdade de ir e vir, da necessidade de se sentir parte dessa natureza, tanto o homem como os animais e, no momento em que se começou a delimitar e a cercar os espaços, ambos se sentiram acudados e o resultado foi que buscaram as cidades no entorno, no entanto mantêm seus vínculos, suas raízes nos pantanais.

Nas fazendas, o convívio do trabalho e social, as festas se configuravam como locus da partilha das experiências, dos causos, das alegrias e agruras, do encontro dos amantes e enamorados, das promessas de casamento, elementos que também foram relegados ao segundo plano gerando isolamento e distanciamento que trazem a tona, de forma mais intensa, as mudanças no cotidiano dos moradores dos pantanais e da sua convivência nos espaços das fazendas (Foto 24), erigindo ainda mais esse distanciamento, modificando ainda mais o Pantanal, que não é mais reconhecido por muitos, como disse Silvério, Natálio e Raul, reconhecido como “o nosso Pantanal” ou o “Pantanal de antigamente”. Conhecer as festas, os ritmos e os costumes do cururu e siriri, os santos de devoção, as histórias de assombração, dos enterros, das caçadas e dos infortúnios, faz com que esse homem guarde em suas memórias detalhes que passam despercebidos para muitos que têm no Pantanal apenas mais um roteiro.

desenvolvem profundas relações econômicas, ambientais, culturais e sociais com os ecossistemas locais.

Foto 24 – Fazenda Santa Aninha de propriedade de Francisco Espirito Santo¹³⁴



Fonte: Acervo pessoal de Luiz Carlos de Mesquita. Festa na Fazenda Santa Aninha (1954-1951) – Nhecolândia.

Como bem pondera Guarinello, “a festa é, num sentido bem amplo, a produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço social” (2001, p. 972), assertiva essa que conduz a narrativa de Roberto Rondon que diz

Tinha fazenda grande, tinha, devia ter, tem lugar que tinha quinze, vinte, trinta família (depende) da fazenda que era o tamanho, né? Hoje em dia você vê fazenda grande tem cinco peão, quatro, treis, dois, trabalha mais com diarista, né? E naquela época, por exemplo, chegava dia de sábado, domingo, quando tava trabalhano o gado, a pessoa falava assim dia de sábado, vamo lá na casa de fulano, vamo jogá baralho lá, aí formava aquela dupla de pessoa, ia jogá baralho, cunversá, aí já saía o baile, né? Tinha bastante moçada, (rodeava) na fazenda, nascia ali, se criava ali mesmo. Então era fácil, divertido pra fazê o baile, sabe (Entrevista Roberto Rondon, 1996).

¹³⁴ Informações cedidas por Luiz Carlos de Mesquita: Essa fazenda é na é na Nhecolândia, município de Corumbá. Essa fazenda era dos meus tios Francisco Espirito Santo, conhecido como "Chiquinho" e Adélia. Todo ano eles faziam festa do Senhor Divino e meus pais nos levava de carro de boi da Fazenda Santa Aninha (Natália), junto com as famílias dos peões para participarmos dos festejos [...] foi um tempo muito bom que eu curtia muito, principalmente, pelo baile que varava noites ao som de sanfona, violão e muita polca, guarânia [...]. Eu tô sentado bem na frente de meus pais e não me lembro quantos anos eu tinha. Mas faz um bom tempo [...]. Acho que meus primos Élcio e Ênio, ainda moram lá.

Para muitos entrevistados, as mudanças são bem vindas desde que venham acompanhadas do respeito ao que está posto, o homem, os costumes, a natureza. Algumas mudanças são vistas como danosas, pois trouxeram elementos que “contaminaram a cultura pantaneira”, entendemos que esse contaminar está associado a fatores como os deslocamentos relacionados à moradia e ao trabalho e na relação patrão/empregado que passou a ser mais distante e formal, gerando desconfiança e desconforto para a permanência e moradia em determinadas fazendas. Para Nogueira, esse descompasso ocorre porque a “coexistência de dois tipos fundamentais de identificação cultural define a configuração do universo sociocultural pantaneiro, onde, de um lado, ressalta-se a cultura refinada do patrão” e nesse sentido ocorre a valorização da tradição burguesa, seguindo rituais e tradições a ela inerentes. Por outro lado, “a cultura rústica do peão, que se apoia na simplicidade e na espontaneidade de um saber e fazer empíricos” (1989, p. 33).

No decorrer de toda entrevista de Raul Medeiros, encontramos elementos que perfazem o cotidiano do homem em seu lócus com sua percepção e sensibilidade para com o meio ambiente pantaneiro e que a partir do momento em as mudanças foram efetivadas os colocam frente ao incerto,

porque o pessoal era crioulo do pantanar, era todo filhos daí, e agora ta entrano o pessoal de fora também, tanto o empregado como o patrão também tá entrano de fora, não ‘de mais o sistema que como outrora, que era, tinha harmonia, tinha amizade, hoje qualquer coisa o camarada leva o patrão dele prá junta, qualquer uma coisa que ele faz de errado mesmo que num tá errado, ele procura advogado, quer dinheiro, quer ganha porque tem muito advogado também hoje, então eles procura prá leva o patrão na justiça, tá muito dificir até prá gente mora num lugar agora..., antigamente morava aí 20 anos, 30 anos até 50 ano, mas ninguém ah! Reclama dos outros (Entrevista Raul Medeiros, 1995).

A vulnerabilidade não pode ser atribuída apenas à natureza pantaneira, mas também ao homem, na continuidade e permanência, no estreitamento dos vínculos ali estabelecidos, dando sinais de alijamento do homem comum e das suas memórias, das estórias que tem para contar, pois, de acordo com os entrevistados, não só as estórias, mas também a saudade do passado é contada, como era, como vivia o “pessoal de antigamente”, porque era bem melhor que agora. Na concepção de Raul Medeiros, o pantaneiro é diferente das outras pessoas, é diferente do que se vê agora nos pantanais. Para ele o pantaneiro era

mais lear, mais amigo, mais companheiro né, é..., tinha mais franqueza um com outro, criação dali memo, tudo é parentage, um parentesco, uma parentage um com outro, agora não já tá entrano pessoar de fora, já tá entrano otras leis, otro sistema né, cada um ..., tem sistema, tem patrão que não quer nem que o peão vai lá perto da casa dele, e antigamente que em dia de festa, a festa era acompanhada de peão, o patrão comia junto com ele, churrasco, a mesa do peão era a mesa do patrão, hoje tá muito diferente..., muito diferente mesmo (Entrevista Raul Medeiros, 1995).

Consideradas as observações no que se referem ao convívio entre patrão e empregado nas fazendas e o caráter exigido do homem que nelas trabalhava, boa parte dessa concepção, dessa ideia de parentesco, está associada a sua ideia de como surgiu o Pantanal, que segundo ele surgiu com a formação da Fazenda Firme que, por sua vez, está associada à forma de gerenciar as propriedades e as fazendas adotadas na Nhecolândia, quando o parentesco garantia a permanência e a posse da terra e a ampliação das fazendas. Nesse sentido, não consideramos como um equívoco do entrevistado, pois tratamos aqui da constituição de uma região por homens que dela tomaram posse, nominaram-na e a delinearão de acordo com seus interesses.

Suas considerações emergem da conversa que teve com Gabriel Rondon que lhe falou da enchente de 1905 que prejudicou muito o gado e depois da enchente de 1920, quando algumas fazendas começaram a agregar as suas propriedades, terras que ficavam mais altas, longe da inundação, protegendo o gado das águas e dos indígenas. Trata-se da posse de terras de 40, 50, 200 até 400 léguas que margeavam o rio Taquari e avançavam Pantanal afora chegando a Poconé e a Cáceres. Terras que foram divididas em propriedades menores de 4 léguas, 12 mil a 14 mil hectares. A justificativa para aquisição de grandes propriedades sempre esteve atrelada ao fato de que no Pantanal as enchentes exigem a retirada do rebanho das partes baixas e inundadas e com isso a necessidade de propriedades com áreas altas de capões e cerrados para proteção e refúgio dos rebanhos na época das grandes enchentes.

A classificação feita por Raul Medeiros quanto aos proprietários envolve categorias como coronéis na qual se encontrava Zelito de Barros, que possuía uma propriedade de 60 léguas de terras. Tinha o coronel que possuía terras, o coronel que era médico e tinha terras, o coronel que tinha diploma e fazenda grande e aqueles que não tinham estudo, mas tinha terras. Classifica como mais rico e mais importante o coronel Zelito de Barros, que não tinha muito estudo, mas era muito estimado e tinha em sua fazenda “bastante jagunço”, tinha mais de 60 pessoas trabalhando para ele. As suas palavras são acompanhadas de uma pitada de ironia quando lembra que a

cidade de origem do coronel ficou melhor quando ele saiu de lá, revelando, mesmo que nas entrelinhas, que a violência foi largamente utilizada para garantir a posse de muitas propriedades.

São homens como Raul e Silvério que nos aproximam do Pantanal, digamos real, que nos trazem a possibilidade de desconstruir imagens cotidianamente readequadas ao vislumbre do enquadramento do olhar, para entender parte desse processo de interação, ou mesmo desse “casamento” entre homem e natureza nos pantanais, pois é nessas narrativas que encontramos os elementos que julgamos essências para mostrar o processo de mutação, metamorfose, câmbios pelos quais passaram os pantanais e que não constam em registros ou discursos utilizados para a obtenção de manchetes em jornais e títulos honoríficos. Através dos relatos, é possível entender que as transformações operadas gestaram, a médio e a longo prazos, sérias consequências tanto para o homem quanto para a natureza, resultando muitas vezes na expulsão não apenas da fauna, como também do homem que se vê alijado de seu habitat, sendo que

As narrativas vão dando conta de vários lugares de refúgio, nascimento e encontro. São lugares que constituem um cenário de memórias. [...]. Uma percepção viva do passado, que não é apenas conhecido, mas vivido e sentido pessoalmente, lembrado de forma coletiva e interligada a historicidade [...] (FUNES, 2015, p. 6).

É através desses relatos que contemplamos as análises apresentadas, por vezes repetidamente, no decorrer dos capítulos. Agregamos ainda nesse contexto de desconstrução de paraíso estigmatizado, compondo o enredo da invenção de um paraíso às avessas, as narrativas de Sebastião Coelho da Silva; Agrícola Claro de Souza; Valdenir Vaz Dinote; Natálio de Barros Lima, Roberto Rondon e Murilo Mamede de Arruda.

Tal qual Raul e Silvério, nascido e criado no pantanal do Paiaguás, Sebastião Coelho da Silva se lembra da precariedade nos transportes, da dificuldade de ir à escola que somente era frequentada por aqueles que tinham um meio de chegar, ou seja, a cavalo. Registro de nascimento era raridade e muitos cresciam sem esse documento, quando muito surgia a oportunidade faziam-se vários registros ao mesmo tempo, no entanto muitos adultos sequer tinham registro e quando nascia um filho de peão as fazendas faziam o registro numa espécie de almanaque que ficava em poder do patrão. Filho de família humilde, e como disse o poeta, pantaneiro de nascença que sofre de desesperança, foi peão de fazenda, vaqueiro, condutor de boiada e pregador.

Sebastião Coelho, um conhecedor do Pantanal tendo passado por várias fazendas aprendeu a fazer a leitura da natureza nas entrelinhas dos acontecimentos. Aprendeu a conhecer dinheiro com colegas de trabalho, não aprendeu a ler ou a escrever, apenas escreve o seu nome, e nas memórias de sua infância tudo envolve aprendizado o que ele chama de orientação.

Quando criança, a atividade minha era aprende trabalha mesmo, [...] tinha aquela ansiedade de trabalha, munta cavalo brabo, corre atrás de boi brabo, laça, era, era o maiô desejo do meu coração, era desejo, e até dia de hoje, eu inda sinto alegria tano trabalhano assim no sertão cum bicho, [...] laçano ou... fazeno tudo aquilo né, e hoje em dia trás muita dificuldade prá muitas pessoas que num conhece, num entende, e as vez num tem envocadura prá aprende aquilo, dá dano dificuldade e não, não aprende, que num tem aquela, aquele desejo, aquela... envocadura daquele serviço né, daquele trabalho, de tudo vale muito né, que as vez, tem pessoa que ele nasce e tem já um, um dom duma coisa, mas as vez num vai naquilo, vai prá outro onde tá errado, até nisso tamém né, se tá entendeno né? É isso aí (Entrevista Sebastião Coelho, 1996).

Aprendizado que envolvia não apenas o conhecimento e o domínio das ações, como também a responsabilidade e o compromisso na realização de tarefas simples do cotidiano na fazenda. Sempre havia um aprendiz e alguém disposto a ensinar, a formar o peão. Meninos que desde a mais tenra idade alimentavam o desejo de serem grandes campeiros, vaqueiros, peões e recebia dos “funcionários mais velhos” o aconselhamento, a orientação no trato com os pantanais que era basicamente as famílias residirem nas fazendas e os filhos aprenderem a conhecer os pantanais, seus limites e o respeito pela natureza e suas águas. Relata o entusiasmo das gerações passadas que seguiram na labuta pelo Pantanal, aqueles a quem chama de “povo antigo” que, segundo ele, portadores de muita coragem e conhecimento, alegria, saúde perfeita sem remédios, vacinas, exame de sangue e demais exames, sem pastilhas ou antibióticos e que encontravam no Pantanal tudo o que precisavam, a natureza estava ali para curar, pois, para eles, “o povo daquela época”, e também para a geração da qual ele faz parte

a natureza manda muito na vida do homem, (a parte da terra) num pode muda a natureza, e hoje tá, mudou a natureza, muda tudo, tudo trás dificurdade, numa, numa época que nós tamo tudo fica difícil porque mudou a natureza, então o natural, a naturalidade que trás tudo o conforto e faz com que tudo hai prosperidade né, num é verdade, se tá entendeno? (Entrevista Sebastião Coelho, 1996)

A formação que recebeu, embora sem letramento algum, fez com que se tornasse um bom observador, e tal característica permite que faça uma análise da economia, mesmo sem saber, quando fala sobre as mudanças pelas quais o Pantanal passou e as consequências de tais mudanças para a criação de gado, comprometendo a saúde animal, bem como a introdução de espécies/raças que não estão habituadas com as características climáticas, resultando em prejuízo para o criador e conseqüentemente para os trabalhadores das fazendas, após as mais variadas mudanças.

É o Pantanal ele, anterior ele tem grande deferença prá agora (...), muito antes de mim ainda já era toda, inda era mais natural ainda né, o gado natural, o cavalo natural, aí depois que evoluiu com trabaio e a ciência, foi entrando, mudo tudo a, a classe do animar, a raça do animar, a raça do gado tudo e esse veio trazendo prejuízo pro pantanal né, e tanto prejuízo no animar, como prejuízo no próprio campo, porque muitos, muitos ele... punha muito excesso de animar no campo, por causa da raça do animar, e aonde veio prejudicando o próprio campo, (espraguejano) o campo, mudano o crima do campo tudo né, o jeito de, de pasto, du, Pantanal foi mudado né, espraia, como diz o povo, fala espraguejano muito o campo, [...] porque num tem mais o animar natural, que o natural era bastante, representava que num era porque, ele se alimenta de tudo quanto é tipo de..., de, de erva do, do campo, e otros animar que é de raça não, chega ali ele num vai custuma, [...] ele passa a se prejudicado né (Entrevista Sebastião Coelho, 1996).

Ao ser perguntado a quem atribuía tais mudanças, quem julgava ser o responsável pelas alterações provocadas na natureza, surpreende novamente com uma análise sucinta; pontua que chegamos numa época muito difícil, tudo muda, tudo mudou, mudou a geração, as dificuldades não são as mesmas e que “no seu tempo” não havia conforto ou facilidade com se tem hoje no Pantanal, têm-se maquinários, transporte para ir e vir nas fazendas e para a cidade sem precisar viajar por 4 dias em carro de boi para fazer o trajeto da fazenda até Corumbá. Ainda assim, a dificuldade era uma alegria, passar dias viajando para chegar à cidade; para ele, hoje em tudo se põe dificuldade e finaliza que “está mudando o Pantanal e tem diferença na evolução do trabalho”, perdeu-se o sentido das coisas. Pondera que faltam muita atenção e habilidade no trabalho e que tanto o fazendeiro como o administrador, o capataz e o peão da fazenda não devem chegar de qualquer jeito para fazer um serviço, que no seu tempo de peão, primeiro se pensava sobre o serviço; quem vai fazer e como fazer, esse planejamento era feito nas rodas de conversas à noite e pela manhã a tarefa era executada, sem problema ou dificuldade. Era nas rodas de conversa que se conheciam as habilidades de cada homem, seu conhecimento do Pantanal, sua

facilidade em executar tarefas que exigem senso de direção, de distâncias, do movimento das águas, suas necessidades, sua família e o jeito de tratar esse homem.

Sobre a identidade do pantaneiro, do condutor de boiadas, sujeito às intempéries, suas observações recaem sobre a roupa que ao seu modo de ver está associada com as atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Estereótipos? Quiçá apenas considerações sobre modismos que esbarram em termos como roupa natural e vaidade. Assim, instigado a falar mais sobre o vestuário, seus comentários trazem elementos da cultura pantaneira ainda preservados por muitos habitantes e que são, na medida do possível, transmitidos por gerações. Além da calça e da camisa de mangas compridas, saia de couro, chapéu de palha, incluem-se no vestuário as chamadas tralhas do peão de boiadeiro¹³⁵: a corda feita com couro engraxado, amaciado com gordura animal e tingido com a tinta da casca de angico – para se ter mais resistência que o couro natural; da argola, do pelego de carneiro.

Desse modo, classifica como uma tralha segura e diferente das utilizadas em outros locais para o manejo do gado, pois “no estilo nosso do pantanal, que geralmente uma corda de nailo pro cê puxa um cavalo brabo, um toro brabo, vai dá dificurdade na mão pro cê segura”. O mesmo cuidado se estendia no preparo das atividades que antecediam à doma, ou seja, conhecer o lugar e o animal era fundamental para o êxito da doma; detalhes que aos poucos foram relegados ao esquecimento.

Em seus comentários, em suas narrativas sobre a cidade, ou melhor, as diferenças que observou na cidade e nos pantanais, as explicações que ele pode dar, seja no passado quanto no presente, pondera que existe uma grande diferença entre o que foi e é agora. O Pantanal da sua meninice

ele inda era totalmente deferente, ele num era tão movimentado, cumo é agora, num era tão movimentado de trânsito de povo, por todo pantanal, então era totalmente deferente, as crina dos animar, dos vivente, dos animar servage, todo se contemprrava, andava pelo meio deles, se contemplava eles assim, mas hoje em dia se num contemprra mais... (Entrevista Sebastião Coelho, 1996).

Ponderações que levam ao entendimento de uma natureza menos agredida, que ainda não apresentava as cicatrizes das mudanças tão intensas; contemplar a natureza era hábito integrante do cotidiano para todos e as referências e os limites,

¹³⁵ Ler a respeito em LEITE, E. F. Marchas na História: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003. (Coleção Centro-Oeste de estudos e pesquisas).

cuidadosamente, registrados na memória auxiliavam nos deslocamentos e nos referenciais no período das enchentes. O aumento no rebanho bovino abriu precedentes para maiores investimentos e a limpeza de áreas cada vez maiores, o que inviabilizou a permanência de muitos proprietários de menor poder aquisitivo nos pantanais, alterando além da natureza, também o *modus operandi* das pessoas que venderam suas propriedades e buscaram trabalho e moradia nos centros urbanos.

Algumas raças de animais e espécies de plantas não se adaptaram bem ao clima e o resultado foi prejuízo em muitas fazendas e especialmente para a natureza pantaneira que herdou vários tipos de ervas daninhas e pragas que se espalhavam pelos campos. E finaliza:

Tudo aconteceu assim como tô dizendo memo, toda parte do pantanal, ele, ele teve um impacto muito grande né, teve uma deferença, já tá teno muito grande a deferença no pantanal todo, por causo disso que houve muita modificação, muito movimento, mudou muito o clima dos animar, que gerarmente o animar que é servage, ele num..., ele num, nunca concorda, num gosta de fica no movimento da criatura humana, vão abri, vão abrindo, gerarmente no meio desse, de muito poco tão (...) tem arguns que possa ataca também, é que acontece que muitos vai ao poldre, vai a, abri no, dum lado prá otro, vão pereceno também, vão perdendo, caindo muitos (Entrevista Sebastião Coelho, 1996).

Como entender e, mais ainda, como tentar explicar a relação do homem com a natureza quando esta esbarra em questões pontuais como sua luta pela sobrevivência? Esse é o caso do Senhor Agrícola que foi criado sem pai desde os oito anos de idade, depois afastado da mãe para trabalhar em um saladeiro. Sobre sua infância e os primeiros anos de juventude ele diz: “eu vi o que o diabo amassou... eu fui criado como escravo”. Ficando no saladeiro até entrar no quartel, não frequentou escola, não sabe ler nem escrever e pesaroso diz que o afastaram da mãe para que ele não visse o que faziam com ela. Quando deu baixa, retornou a fazenda, iniciando sua prática como caçador de onças.

Sobre como eram as caçadas, ele diz:

As onças... Porque o homem que vinha... nesse tempo não tinha lei que não podia mata. Então ele matava e pra leva o coro e o firme lá pro Estados Unidos, e o coro esse tempo não era proibido eles levavam também para dá de presente pra aqueles amigo deles lá nos Estados Unidos, porque meu patrão era americano e minha patroa era russa, então pra aquela cidade deles era uma admiração (Entrevista Agrícola Claro de Souza, 1996).

Em todo o seu relato sobre as caçadas, não apenas de onças, como também de jacarés e capivaras, os animais eram caçados cotidianamente. O que mais chamava sua atenção era a filmagem que era feita para fins comerciais.

Filhotinho levava vivo né? E levava o coro... O interessante era os firme... pra passa porque o firme que dava dinheiro. E são profissional né ? Ficava aqui um ano um ano e pouco. Era tudo safra quando era outra safra eles vinham outra vez. E nós trabalhava junto... Eu como prático dele. É um povo muito bom.

Mediante tais explicações, é possível perceber que atividades como a caça eram tidas como rotineiras tais quais as labutas diárias com suas agruras em que pouco se tinha e muito pouco se podia exigir. Conhecedor da natureza pantaneira, o senhor Agrícola assim descreve um longo período de estiagem:

Tempo da seca senhor passa dia inteiro sem come, não podia come por que o lugar seco. Senhor tinha até o recurso de come uma carne, uma farinha, mas se come a sede é dobrada, naquele mundo de sertão não tinha água só na sede. Cantirzinho poco não aguentava gente. Então isso que acontecia... Passava até fome tendo o que comer, era dureza agora que a situação está modificada tudo quanto é fazendeiro tem tanque tem poço e naquele tempo que estou contando pro senhores era água na sede; se não levava no cantir não bebia. Cavalo chegava arreganhado de sede; dia inteiro correndo atrás de gado sem bebe água, ai ia bebe seis hora, cinco hora que nós chegava na sede, aquele cavalo tava até cambaleando de cansado(Entrevista Agrícola Claro de Souza, 1996).

Na lida com o gado, muito se exigia dos peões no trabalho de campo e, inúmeras vezes, desafiando as intempéries climáticas inerentes ao Pantanal. A safra, conforme classifica o entrevistado se dava entre

Janeiro, fevereiro, março era assim o tempo da força da enchente, por que pra nós noutro tempo a força da seca era agosto e agora agosto tá seco e enchente era janeiro, fevereiro era só de avião ou de canoa e agora também tá modificando por que janeiro, fevereiro nego tá correndo ai adoidado e mês de junho era seca, já tá cheio.

Nesse ponto, chama a atenção, na entrevista, a sua observação da natureza e dos ciclos das águas. Ele pondera que, na fazenda em que foi criado, já no mês de junho toda a família descia para o Pantanal, pois tudo estava seco, mas “hoje em dia já tá modificado as coisas”. Não classifica as cheias e as secas como boas ou ruins; pelo seu ponto de vista, conclui que são necessárias para a manutenção e o equilíbrio,

embora não encontre em seu vocabulário tais palavras para se expressar. Ele diz: “Nenhum dos dois não é bom. Na seca porque prejudica acaba o pasto e acaba a água; e nas águas tem demais o pasto e demais a água, mas não tem o socorro pra dormir, é isso que é a desvantagem nos dois”.

Para Valdenir Vaz Dinote, a sua infância e criação na beira do rio, o que chama de Barranqueira foi de muita dificuldade. Classifica o Mato Grosso como a maior riqueza do mundo em tudo, da piscosidade dos rios como Piquiri, São Lourenço e Paraguai, da fartura de peixe associada à fartura encontrada nos povoados na beira dos rios, das plantações de mandioca, banana e demais produtos considerados como uma vida rica, de fartura, mas de trabalho duro. De acordo com sua narrativa, depois que chegou o turismo tudo mudou. Em suas palavras:

Hoje [1996] veio o turismo, o turismo vocês sabem melhor que eu, que vem aqui pega os barco grande, saí pra passear..., passear, pescar, e foi acabando o povoado que hoje, nós do povoado, nós de beira de rio, como nós tratava, povoado nosso é muito pouco, hoje é só porta de fazenda, já não tem mais moradores na beira do rio, beira do rio quando tem morador é turista que compra, faz aquela..., pega 10, 12 sócio compra um pedaço, aí faz a... faz as casas lá, e aí eles vem com aqueles grupo deles, as veiz de 2 em 2 mês, de 3 em 3 mês vem um grupo, aí já fica lá, já não ocupa mais barco... Aqui é difícil só você de avião ou as veiz eles compram um barco..., barco de motor de polpa, eles fazem aquela... Aquela... Aquela rotina (Entrevista Valdenir Dinote, 1996).

Do local onde mora, viaja de 6 a 10 horas sem encontrar morador na beira dos rios, seja no Cuiabá, seja no Piquiri, somente navegando uma média de 5 a 6 horas para encontrar os primeiros moradores. Ainda, em suas considerações sobre as mudanças que ocorrem no Pantanal, fala da fauna que antigamente (se refere aos anos 1950-1970) encontrava-se facilmente paca, tatu, era “bicho adoidado”, mas hoje é muito raro, e a caça se resume ao jacaré, especialmente nas bordas do Piquiri. Pondera que a capivara teve redução de 50%, o veado, caititu, paca quase “não existe, sumiu tudo” e que em suas andanças já vai para quase 6-8 anos que não encontra muitos desses bichos pelos pantanais. E completa:

Então isso é minha vida..., que eu conheci aí que eu conheço o pantanar; o pantanar é muito bom, agora..., o pantanar tá sendo muito explorado, e se nós for continuar assim acho que nosso pantanar vai... Vai acabar, se num dá um..., uma parada menos uns 3, 4 anos, nosso pantanar vai acabar; pra mim que conheci o pantanar eu vou ser franco, hoje é uma tapera, uma tapera porque, só de fala pra você que eu..., nós não parava lá pra pegar peixe, e hoje as veiz roda..., tem um colega meu aqui de serviço que roda 4 hora e meia as veiz mata um

pacuzinho, uma piranha por muito favor, e nos melhor rio (Entrevista Valdenir Dinote, 1996).

A análise econômica apresentada por Dinote, em palavras simples, mas com muita coerência, vai ao encontro das observações já apresentadas. Segundo ele, parte das mudanças processadas na economia e no sistema de trabalho está associada à pecuária que sofreu prejuízos com a enchente na qual a morte de muito gado comprometeu as finanças de muitas fazendas. No entanto, com a instalação do monitoramento das águas, os fazendeiros eram alertados sobre as enchentes com antecedência, o que ocorreu foi que muitos alertas de enchentes foram negligenciados. E, as perdas foram utilizadas como objeto de barganha junto aos governos estadual e federal para melhores financiamentos e preços, bem como perdão das dívidas para muitos pecuaristas e que investiram em novo plantel melhorado, mais suscetível e resistente ao ambiente pantaneiro e muitas fazendas foram adaptadas para o turismo.

Valdenir Dinote lembra que em 1958 trabalhava como condutor de gado, saindo de Albuquerque para Bauru, Araçatuba embarcando gado nos vagões da NOB, lembra-se da enchente de 1959 que diz ser a maior de todas as enchentes que viu no Pantanal após longos anos de secas. Nessa enchente, pegou uma empreitada para tirar o gado das águas e embarcar o plantel na estação de Albuquerque rumo a São Paulo, trabalhando aproximadamente um mês e veio a enchente que arreventou os trilhos, parando toda a atividade, e em muitos trechos a água interrompendo o trajeto. Para ele, a perda do gado se deu pelo atropelo de retirar o gado a qualquer custo das áreas alagadas, o que gerou uma perda maior do rebanho que se encontrava a caminho do porto de embarque e nos vagões. A avaliação que faz das perdas com essa enchente é que esta ocorreu após aproximadamente 12 anos de seca e que os pecuaristas, tendo aumentado demasiadamente seu rebanho, não se deram conta de que a enchente é inerente aos pantanais e podem vir a qualquer tempo, assim segundo ele, “a ganância foi maior que a prevenção”.

Depois da enchente de 1959, fala da ocorrida em 1977, que não chegou a interromper as estradas, porque os pecuaristas estavam precavidos e a estrada de ferro estava em boas condições para a retirada do rebanho e também após 1959 os povoados nas beiras dos rios, nas chamadas barranqueiras, foram diminuindo, bem como o nível das águas foi diminuindo igualmente. Segundo ele, o tempo da enchente atinge maio, junho e julho, mas que inicialmente era até junho, no entanto em 1977 a enchente cessou em julho, o que levou a descrença em São João. Na crença dos mais

antigos, estes acreditavam que as águas cessavam em 24 de junho, mas quando em 1977 passou para julho o santo perdeu o crédito. Interessante observar que questiona dois pontos significativos no que tange ao fato, o primeiro diz respeito às modificações sofridas pelos pantanais e a segunda é que o “santo ficou preguiçoso”, e que em muitos casos para de encher antes mesmo de São João, mostrando de acordo com suas palavras que ele está certo quando diz que tudo está diferente, tudo se modificou.

Tais ponderações apresentam a leitura que esse homem faz do seu cotidiano, do ambiente em que vive e trabalha e de como a natureza responde à ação antrópica; mesmo que para isso tenha de se utilizar o poder do santo para sustentar seus argumentos.

Para Valdenir Dinote, a enchente de 1977 foi a responsável pelo descrédito em São João e para Natálio de Barros Lima foi a de 1974, considerada como “uma grande enchente e que trouxe muito prejuízo para a pecuária”, pois foi uma surpresa e ninguém mais esperava enchente no Pantanal depois de mais de 10 anos de seca.

Essa enchente de 74 foi uma surpresa pra muitos fazendeiros, que ninguém esperava mais, nós nem acreditava em enchente. Lá, na velha casa, era do lado de cá do rio Paraguai, cê olhava do outro lado tava amarelo de Cervo encontrando lugar na barranca pra atravessar, procurando socorro na nossa casa. Cê escutava batê assim na parede, era tatu liso, caititu, tudo quanto é bicho procuramo, porque nossa casa é num lugar mais arto, né Ali vinha, ficava bom, eu saía com motor de centro nesse mundo aí, lá enchendo, pomo no barco pra trazer pra cá, pra largá aqui, tatu liso, porco monteiro, caititu (Entrevista Natálio Barros, 1996).

Se a enchente veio de repente, tirando os pecuaristas e os moradores dos pantanais, digamos de sua zona de conforto, gerada por um longo período de seca e em virtude do descrédito no ciclo das águas mesmo em uma planície suscetível a inundações, as preocupações com o aumento e a movimentação do rebanho foram relegadas ao esquecimento, o foco estava centrado na reprodução e na comercialização do gado, na aquisição e na melhoria do rebanho e das pastagens e na busca por novas áreas. Com o início das chuvas, as águas desceram rio abaixo encontrando um solo modificado pela inserção de pastagens, compactado pelo pisoteio e de lenta absorção da água. Assim, conforme a fala do senhor Natálio, a chuva

veio de repente. Chuva e a enchente, né? Porque lá na barranca do Rio Paraguai você olhava 500 metros assim, você via água caindo no Rio Paraguai. O Paraguai lá embaixo, essa água vem desse mundo, lá do Rio Negro aí, ele vem, ela não veio pelo... Pela vazante não, ela veio por iguá e trazendo tudo que achava, trazendo pra morrê, né, pra matá. Qué dizer encontrava gado toda hora.

As palavras do Senhor Natálio permitem novamente afirmar que após longos anos de seca e de grandes investimentos na pecuária, o foco das apostas estava centrado no velho sonho de controle ou mesmo no fim das grandes enchentes nos pantanais após 1959, sendo que em 1974 já havia sido instalado o sistema de monitoramento em Ladário, possibilitando o acompanhamento dos níveis máximo e mínimo das águas. Muitos pecuaristas não conheciam a dinâmica das águas e mais, em sua grande maioria, eram proprietários que adquiriram parte de fazendas oriundas do desmembramento dos grandes latifúndios como na Nhecolândia e no Paiaguás e pouco ficavam no Pantanal, fazendo apenas visitas esporádicas nas propriedades.

Fato curioso, pois desde 1968 o DNOS instalou em pontos estratégicos dos pantanais pluviômetros cujos dados coletados eram encaminhados ao Rio de Janeiro e a partir das análises obtidas era feita a previsão para 30 dias (4 semanas mais precisamente). Após o alerta de uma enchente em 1973, muitos fazendeiros se mobilizaram vendendo e transferindo gado, reduzindo o rebanho e os riscos, no entanto a cheia não veio e o sistema caiu em descrédito, mas em 1974 pegou os pecuaristas acomodados com perdas estimadas em 10% do rebanho de 5,5 milhões de reses. Pecuaristas alegaram que tais perdas afetavam a economia do estado por 3 (três) anos.

Após as enchentes, quando as águas começaram a baixar, o gado voltou a pastar e o maior problema era a aftosa, parte dos criadores não tinha vacina suficiente e não dava importância ao problema. Muitos pecuaristas tinham seus rebanhos soltos e os recolhia somente para marcar, acreditando no ditado que “no Pantanal, o boi cria o fazendeiro”. Em contrapartida, muitos criadores admitiam que se a enchente matava em média 25.000 reses, a seca matava 60.000 e a aftosa, o dobro; as enchentes mais violentas são esporádicas, as menores ocorrem todo ano dando fertilidade ao solo, regenera a vegetação¹³⁶, eliminam as pragas do pasto como açapeixe, algodoeiro e pombeiro, por essa razão são sempre bem-vindas.

¹³⁶ Segundo Pott e Pott (2000), a vegetação é adaptada ao aumento ou diminuição de umidade, porque a flora do Pantanal tem espécies xerófilas, mesófilas e hidrófilas, cujas populações e distribuição moldam-se às variações das condições ambientais, no tempo e no espaço. As plantas do Pantanal respondem à água superficial e também à subsuperficial, via de regra

Contradições vêm e vão com as águas e tudo que o fazendeiro queria era a regularização do curso dos rios, estradas, barragens, diques e tudo o que era benéfico para o aumento da produção. E com o PRODEPAN, a pecuária extensiva passou para intensiva, adaptações eram necessárias e deveriam ser seguidas por todos, pois a nova situação do Pantanal era crescer geometricamente o número de fazendas e de rebanhos. Com isso, admitiam que as enchentes estavam causando mais danos em virtude da abertura fazendas, desdobramentos de propriedades, motivos pelos quais muitos pecuaristas ficavam apenas com terras baixas mantendo os mesmos métodos de criação, inclusive no que se refere ao cuidado com o gado nas enchentes, esquecendo que reduziram o número de peões e não tinham para onde conduzir o rebanho que ficava isolado nas partes alagáveis.

Esse fato é, de certa forma, confirmado na entrevista concedida em 1999 por Murilo Mamede de Arruda, na Fazenda Santana em Poconé; fazenda que compreende 11.000 hectares de terras, pertencente à família por gerações. Ele calcula por volta de 100 anos que a propriedade vem passando do bisavô para avô, depois para seu pai e que agora está sob seus cuidados, e que a administra, morando na cidade. A mudança, a saída da fazenda, foi motivada pela enchente de 1974, quando perderam parte do rebanho, aproximadamente umas mil reses, e de acordo com ele,

antigamente, quando vejo meu pai comenta, a última enchente foi em 59, de 59 ele veio a enche em 74, então o que aconteceu nesse período no Pantanal aumento muito o gado, muito rebanho, o gado não era acostumado com água, então hoje pega um gado aqui leva no Pantanal pra essas água, ele vai automaticamente ele vai senti, ele vai morrer, ele vai ter alguma dificuldade, então o que aconteceu de 59 a 74, o gado aumentou, o gado não era acostumado com água e pego as fazenda lotadas de gado, e veio a acontece isso morte né? Na enchente, muito gado e pouco lugar pra aterro, outra coisa, hoje o gado que tem no Pantanal, já ta acostumado, de 74 pra cá, já acostumo com enchentes, já ta acostumado a pasta dentro d água, sair cedo pra pasta volta di tardezinha pro aterro, então o gado já ta ambientado ao Pantanal né. A enchente então é o costume do gado né, porque geralmente é assim, época qui eu vo leva touro, seu eu for leva um toro hoje pra reprodutor lá, mês de janeiro, fevereiro, automaticamente esse toro vai senti, ele vai passa a seca inteira magro, ai ele vai pega uma enchente, ele vai fica assim desinibido, vai emagrecer, então o que acontece, a meta minha aqui de repente eu levo o toro mês de junho, ainda tem um poco de água e vai seca rápido, então ele senti mais, ele

havendo formações arbóreas em relevo não inundável, campo de gramíneas no inundável e plantas aquáticas no inundado. Portanto, alterações na hidrologia refletem-se na distribuição e na composição florística. Essas mudanças geralmente são rápidas para plantas anuais, as quais podem desaparecer ou reaparecer em poucas semanas, e graduais para espécies perenes, principalmente as arbóreas.

acostuma né? Então esse tipo di coisa que tem, metas nossa no Pantanal né (Entrevista Murilo Mamede,1996).

Com relação às famílias e aos trabalhadores que moravam e trabalhavam na fazenda, diz ter apenas três peões na lida com o gado na fazenda, e um empregado na cidade. O costume adotado por ele é contratar um diarista, pela facilidade em encontrá-los. Tem um peão só para “salgar” o gado e, quando o serviço aperta, arruma um vizinho e um diarista para completar as tarefas na fazenda, pois nas grandes fazendas, não há mais o hábito das famílias morarem nelas. Murilo Mamede, assim como o pai, deixou a fazenda e optou por ficar mais próximo da cidade, trazendo com ele toda a família.

Diz ele:

Eu tenho um método que eu falo sempre, até comento com uns amigo, muito assim amigos meu, antigamente o Pantanal criava o pantaneiro, hoje o pantaneiro tem que sabê cria no Pantanal, então é uns tipo de coisa que cê, que cê vai acostumando, se mora hoje no Pantanal lá, como morava meu pai antigamente, então cê perdeu muita coisa, entendeu que de evolução né? Então desde essa vinda pra cá, compra uma propriedade, que antigamente o pessoal num tinha fazenda aqui no firmo, nem num gostava nem de propriedades, geralmente era só Pantanal né? Mais num tinha essa tecnologia que tem hoje, o pasto plantado, é uma coisa então é diferente o Pantanal, então o meu pai hoje ele aceita, as vezes mais ele fala que foi cerrado, mais é diferente de antigamente (Entrevista Murilo Mamede, 1996).

Percebemos que é hábito do fazendeiro no Pantanal a queixa, o fatalismo extremo, como as que foram feitas para obtenção de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), que exigia para a liberação de recursos que o rebanho estivesse todo vacinado contra a aftosa e que 65% do montante dos recursos obtidos fossem utilizados na melhoria de cercas, reparos de maquinário, pastagens, construções de benfeitorias e aguadas, e apenas 35% para a compra de gado para engorda e recria, fato que gerava queixas e reclamações dos pecuaristas. Segundo Afonso Nogueira Simões Corrêa, tal medida era usada pela CONDEP para evitar que todo crédito fosse utilizado na compra de gado entre os pecuaristas, esvaziando os recursos, como vinha acontecendo, depois era prática voltar com o chapéu na mão pedindo mais crédito sem efetuar o pagamento dos créditos anteriormente liberados.

A seca, a enchente e a aftosa causavam a mortalidade dos rebanhos e o pecuarista precisava entender e gerenciar seus recursos sem depender do governo

para tudo, até mesmo para combater praga nas pastagens. Além de que acostumados com as facilidades no trato da pecuária no Pantanal e das inundações que fazem grande parte do serviço na limpeza e renovação das pastagens (POTT, 1988), o fazendeiro além dos bois criou o hábito de reclamar e ficou conhecido pela facilidade da queixa e todo peão sabe que se o patrão receber dinheiro em notas novas vai reclamar porque estão grudadas umas nas outras.

Tais observações nos levam a outra questão que, de quebra, é muito cara e instigante para qualquer pesquisador sobre a construção de uma identidade pantaneira. Para Silvério, Raul, Dinote e Natálio, o homem pantaneiro é aquele que conhece o Pantanal, que foi criado no Pantanal, não é aquele que mora longe e vem para o Pantanal, esse “não conhece o mistério do Pantanal”. Assim, para ele, o pantaneiro, pantaneiro mesmo, é aquele que pega uma boiada, atravessa rios, pois se não for pantaneiro mata o gado, não conhece os caminhos, não chega onde quer, e conforme pontuado por Natálio:

Já atravessei na frente de seiscentas reis, amuntado num cavalo, pra fazê guia pro gado caí n'água. Então, eu num vô tê saudade? Pra hoje eu num fazê nada disso, né? Eu vejo aí o povo aí, porque nem vaquero que presta hoje já tem mais, tá difícil. Eu ganhei vaca pra amansá cavalo. E hoje camarada vende chucro o animar porque não tem quem amansa. O empregado de fazenda tá indo tudo pra cidade (Entrevista Natálio de Barros Lima, 1996).

Ainda, sobre a vida que conheceram e viveram no Pantanal, esses homens reconhecem que a vida aqui é mais gostosa e que as mudanças presenciadas afetaram a natureza. A terra é muito boa para produzir as coisas com facilidade mesmo em tempo seco, mas hoje também tem muitas modificações. Pouco se ouvia falar em plantar e formar pastos e hoje se fala até da qualidade do capim formado, mas ainda assim a vida aqui é gostosa, tem carne da boa sem precisar andar muito se encontra uma rês, um caititu, tatu jacutinga, mutum, pato do mato, veado, porco mateiro que os fazendeiros mandam caçar para evitar que estraguem os campos formados, peixe do bom, mas tudo na medida certa, pois de acordo com ele não precisa estragar.

Memórias de um tempo e de uma história que com saudades recordam e sabem que não pode voltar a fazer tudo que já fizeram no Pantanal, da vida alegre e da fartura que hoje não se tem mais, das mudanças que silenciosamente observam e que não concordam com muitos modismos que estão aos poucos matando o velho

Pantanal. As experiências vividas por esses homens nos permitem entender que “na busca das raízes está a afirmação de suas identidades e de pertença ao território, onde se encontram enraizados, fincados” (FUNES, 2015, p. 11).

Uma análise atenta e minuciosa das entrevistas leva ao entendimento que ocorre uma ruptura, mas não abruptamente. Vai se fragmentando a relação de proximidade e identidade com a natureza, o sentido de pertença não vigora no distanciamento e faz erigir a sensação de que o que parece estar ao alcance das mãos é concreto, mas não mais para o indivíduo inserido nessa relação de ruptura e “o que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas” (SANTOS, 1992, p. 98) de uma natureza fragmentada com a qual não há identificação.

A ação antrópica é, pois, geradora de efeitos modificadores, contínuos e cumulativos, alterando consideravelmente o meio ambiente no qual se insere e dele depende a sobrevivência humana. Não se trata de um processo abrupto e sim de acomodações que não se resumem a um único processo ou de um único modelo onde a cultura atua como principal protagonista, portanto é preciso entender a paisagem pantaneira como portadora de percepções da natureza de maneira que as transformações nas práticas culturais e de utilização de recursos geram maiores impactos.

Com o turismo, muitas fazendas tornaram-se pousadas e recantos ecológicos. Os peões acostumados com a lida do gado atuam como guias turísticos, as comitivas são apresentadas como atrativos. Ocorrem “alterações substanciais nos papéis desempenhados pelas identidades sociais pantaneiras no contexto da estrutura produtiva” (ROSSETO, 2004, s/p). A fim de compreendermos melhor o problema, a autora acrescenta que “as transformações no Pantanal estão relacionadas à dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção e ao processo de globalização como um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial” (op. cit.). Ante esse fato, percebemos que a ação modeladora do homem é tida como substancial para a representatividade do ambiente em questão. A apropriação espacial está estreitamente ligada a uma estrutura organizacional, tanto econômica quanto cultural e social.

Restou, pois, a exposição da vulnerabilidade do Pantanal acompanhada de todo o processo de desenvolvimento implantado dentro de uma exploração imediatista e “modernizadora” com o uso incessante de tecnologias que incluíam os produtos agroquímicos amplamente usados para acelerarem os níveis de produção. As modificações operadas geraram significativas alterações na paisagem pantaneira e incidiram nas práticas cotidianas dos seus moradores, tanto no interior do Pantanal

quanto dos centros urbanos no seu entorno. Em conjunto, tais mudanças erigiram consequências não apenas de curto, mas também as que afloraram em longo prazo de forma mais intensa com a erosão e assoreamento dos rios.

Aliado a isso, o homem que tem no Pantanal seu lócus, habitou-se a circular por um universo de signos e aprendeu a interpretá-los, a codificá-los e/ou a decodificá-los de maneira que estabeleçam laços de comunicação e de respeito com o seu universo particular, com os outros e com o meio ambiente “e, estreitar o relacionamento com os sistemas ecológicos que estruturam seu habitat, aprendendo, por meio da experiência, a realizar a leitura dos fenômenos e/ou eventos naturais e a interpretar os signos transculturais ou míticos” (NOGUEIRA, 1996, p. 26). E essa particularidade ou peculiaridade de fazer a leitura dos indícios da natureza coloca o homem em constante alerta diante dos ciclos plurianuais das águas – cheias/secas – e o habilita a encarar tais fenômenos como naturais e necessários, e a determinar estratégias de permanência no seu lócus, viabilizando maneiras de adaptações e convivência. Até mesmo a prática da marcação do gado, feita duas vezes por ano, é dependente do ciclo das águas quando se inicia a primeira marcação em maio no final das chuvas e a segunda em novembro no início das enchentes, assim como o ato de domar o biguá, um bicho arisco que circula livremente pelos pantanais, um gado que se cria solto. Ação que requer habilidade e conhecimento do vaqueiro, do peão, dela dependendo o sucesso da empreitada e mesmo sua vida. Acompanhar o vento é o primeiro passo, pois a aproximação deve ser feita pelo lado contrário do vento para que o bicho não sinta o cheiro do homem, depois de dominá-lo, domar requer paciência e habilidade. Particularidades que promovem a simbiose do homem com a natureza e ao mesmo tempo o colocam à mercê das configurações pensadas e colocadas em prática para o Pantanal.

Nas entrevistas, avaliamos que na medida em que mudanças são processadas no que tange aos rearranjos espaciais, ocorre também uma migração para os centros urbanos pantaneiros resultando no desenraizamento cultural, de laços afetivos e parentais amalgamados com sentimento de pertença que oscila entre o pertencimento e o afastamento da natureza pantaneira, na necessidade e na resistência em cortar o cordão umbilical que os liga ao Pantanal. A organização dos trabalhos nas fazendas foi o fator que mais contribuiu para isso, pois em sua grande maioria os trabalhadores deixam suas famílias na cidade e, quando nas fazendas seu contato se resume a mais um ou dois trabalhadores, isso quando não são contratados apenas diaristas para as épocas específicas do trato e manejo do gado. Muitos fazendeiros e administradores das fazendas têm pouca ou nenhuma identidade com o Pantanal e suas

peculiaridades, seguem explorando e exercendo um trabalho técnico e pouco participam da “vida costumeira” da planície, centrando suas ações na relação custo/benefício. Mudam as relações de produção e mudam-se as relações socioculturais e conseqüentemente a relação homem e natureza.

A tão sonhada modernização chegou aos pantanais e a partir de meados dos anos 1980 a contabilidade das fazendas passou a ser feita por escritórios especializados, por contadores contratados para o gerenciamento das fazendas e hotéis-pousada, e, em muitos casos, o proprietário não sabe precisar o que tem em suas terras ou mesmo o limite destas. Muitas vendas de bovinos são realizadas por compradores intermediários que sobrevoam as fazendas, razão pela qual em todas se encontra uma pista de pouso, e a ordem de trabalho aos poucos peões é dada através do rádio. É praticamente findo um tempo de trocas de conhecimentos e experiências cotidianas entre patrões e empregados, entre famílias que dividiam os mesmos espaços nas fazendas, estreitando laços de sociabilidade e parentesco.

A reestruturação das fazendas trouxe o desemprego para muitos peões e ribeirinhos e para muitos desses homens e suas famílias, nomes como pacus, pintados, dourados e surubins atizam o ânimo de quem nasceu na planície, e ainda mais para o pescador quando navega pelas margens do rio Paraguai, Taquari, Negro, Coxim e Miranda. Esses peixes são considerados nobres e que no ato da pesca põe à prova a técnica de todo bom pescador, e o sucesso pode estar na qualidade da isca escolhida. Muitos ribeirinhos, peões desempregados e pescadores vivem da arte de catar iscas, um trabalho penoso e pouco rentável. Um trabalho que os torna indesejados, que os rotula. Pesquisa realizada por Banducci aponta que os isqueiros, como são chamados os catadores de iscas, “vivem em condições precárias, acampados sob pontes de concreto ou em barracos de lona, e enfrentando toda sorte de adversidade” (2006, p. 20) e integram o conjunto de trabalhadores que atendem as demandas do turismo, embora em função dos interesses que estão em jogo e são peças de um conflito, pois se o pescador e o turista precisam da isca, o isqueiro é indispensável, mas outros segmentos do turismo não os veem assim, “acontece que a simples presença desses trabalhadores às margens de rodovias e rios, expondo sua pobreza e vida precária, já é suficiente para macular a imagem do Pantanal como “paraíso”, que os empresários se esforçam para vender” (op. cit. p. 20).

As baías e corixos são os locais de trabalho onde se encontram grupos de 12 a 15 catadores que brigam com mosquitos e pernilongos e passam longos dias garimpando iscas no tapete de plantas aquáticas. A preferência recai sobre o cascudo, turvirinha, piramboia e andarilhos que são excelentes iscas para pintados e dourados.

Catando iscas nos aguapés e vendendo aos turistas, escondendo o medo da capitão-do-mato, da sucuri, da boca-de-sapo, evitando e matando jararacas d'água, com idades que variam de 16 a 40 anos, por vezes famílias inteiras se põe a catar e tiram o valor suficiente para custear a alimentação e a reposição de roupas que estão constantemente molhadas, sujas e rasgadas. Para entrar na água, costuma-se usar camadas de roupas, vestir muita roupa, uma peça sobre a outra de forma a se proteger. Muitos não parecem mais pescadores, mas mendigos que se deslocam pelas rodovias e reviram aguapés.

O fracasso da empreitada é certo quando dois grupos passam pelo mesmo corixo e só resta o que “não presta”, ou seja, ninhada de jacarés, cobras, ovos de aves e caramujos. Muitos obtêm ajuda de peões que tangenciam o gado e avisam dos locais onde encontrar boa isca. É hábito de pantaneiro batizar, dar nome a tudo, e os corixos não escapam dessa regra, e todos sabem de qual se fala, qualquer indício é usado para nominar o lugar como biguazeiro, três capões e assim segue, sem se perder, sabendo por onde anda e o que vai encontrar.

Trabalhadores como os catadores de iscas, poderiam ter tido outra sorte se o polder hidroagrícola de Ladário tivesse obtido êxito na sua implantação. A obra integrava o PRODEPAN e foi vista pelos governos estadual e local como uma solução no combate ao desemprego que se instalava na sub-região de Corumbá, o que levava muitos homens a buscarem sustento de suas famílias garimpando iscas e na caça clandestina do jacaré e demais animais cujas peles eram facilmente vendidas. A estimativa do número de desempregados ultrapassava em muito a casa dos mil de acordo com autoridades locais, gerando uma crise social, com uma população ociosa. Para o representante da SUDECO em Corumbá, o médico Moisés Reis do Amaral, a construção do polder era a solução para resolver os casos de desemprego, oferecia grandes vantagens, abastecendo a região com uma produção local, barateando o custo de vida, melhorando as condições alimentares, de higiene e saúde da população com a introdução de verduras na dieta alimentar e a absorção da mão de obra ociosa, gerando empregos.

O projeto foi uma recomendação de técnicos da UNESCO que participaram dos estudos hidrográficos no Pantanal para a elaboração de um relatório para o DNOS entre os anos de 1968-1974. O polder começou a ser construído fugindo das recomendações dos técnicos, cujas sugestões consistiam em estudo experimental do sua viabilidade e eventual construção de um polder piloto de cerca de 300 ha. O DNOS destinou uma verba de 19 milhões de cruzeiros para o projeto experimental que não foi iniciado e o dinheiro foi repassado para a SUDECO que optou pela construção

numa área de 6 (seis) mil ha com custo final de 600 milhões de cruzeiros e não foi concluído.

Com a promessa de modernização no Pantanal, abriu-se a caixa de Pandora espalhando-se promessas vãs de ações e programas ineficazes que esbarram em celeiros de produção cada vez mais crescentes, na pesca predatória, na caça ilegal, nos subterfúgios que justificam investimentos; de águas que contabilizam zeros nas caixas registradoras. Uma natureza construída constantemente revistada por ávidos proprietários que desconhecem a lonjura ou a linha tênue que separa a terra, suas águas ou mesmo o céu que toca sutilmente a terra conforme o ângulo de visão do ribeirinho, do pescador, do indígena, do catador de iscas, do peão, do vaqueiro. Cifras que se sobrepõem em muitos casos à ética ou à legalidade, que são facilmente comercializáveis no momento em que a água geradora de vidas é também geradora de dividendos.

Muitas entrevistas trazem em seu bojo a incerteza na continuidade de práticas culturais, hábitos, causos e lendas que nortearam a vida de muitos homens que dividiram com os pantanais suas experiências de vida, que retiram do seu cotidiano lições que nortearam “o rumo” de muitas gerações que hoje se encontram alijadas do seu lócus, ou vistas apenas como meros protagonistas da história de um tempo, que há muito se findou, dando lugar para novos atores que atuam por detrás dos bastidores.

Talvez, nossos narradores, mesmo sem expressar ou admitir, reconheçam que o Pantanal que têm diante dos olhos é uma resposta à obsessão do bandeirante, dos cientistas e dos desbravadores, que se embrenhavam por seus rios buscando integração e desenvolvimento em nome do progresso, da ciência e do capital, que promoviam deslocamentos e alterações ambientais, limpando seus campos, construindo ferrovias, rodovias, aterros e tecnologias ferindo suas entranhas, resultando numa peleia revanchista entre o homem e a natureza pantaneira que passou a ser vista meramente como um recurso disponível, passível de exploração, perpetuando práticas como o desmatamento e as queimadas, impactando violentamente a cadeia hídrica e os ecossistemas da planície inundável.

Segundo Waren Dean,

O homem reduz o mundo natural a “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou a estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolo

compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações (DEAN, 1996, 23-24).

Sendo o progresso um grande rolo compressor, muitos foram os impactos e as modificações ambientais impingidas ao Pantanal, ora aqui, ora acolá; ações isoladas que no conjunto resultaram em um processo intenso de degradação ambiental, que foi capciosamente disfarçado em obras e programas que gestaram fracassos. Assim, escrever sobre as ameaças e os impactos ambientais no Pantanal soa como notícia velha de folhetins amarelados pelo tempo, mas que nunca foram folheados e lidos pela grande parcela daqueles que a ele se reportam como paraíso de beleza infinda cujas águas banham suas matrizes, gestando novas narrativas e historicidades margeantes da composição dos cenários de um paraíso desnaturalizado.

Gráfico 1 – Níveis Máximos e Mínimos do rio Paraguai – 1900-2000

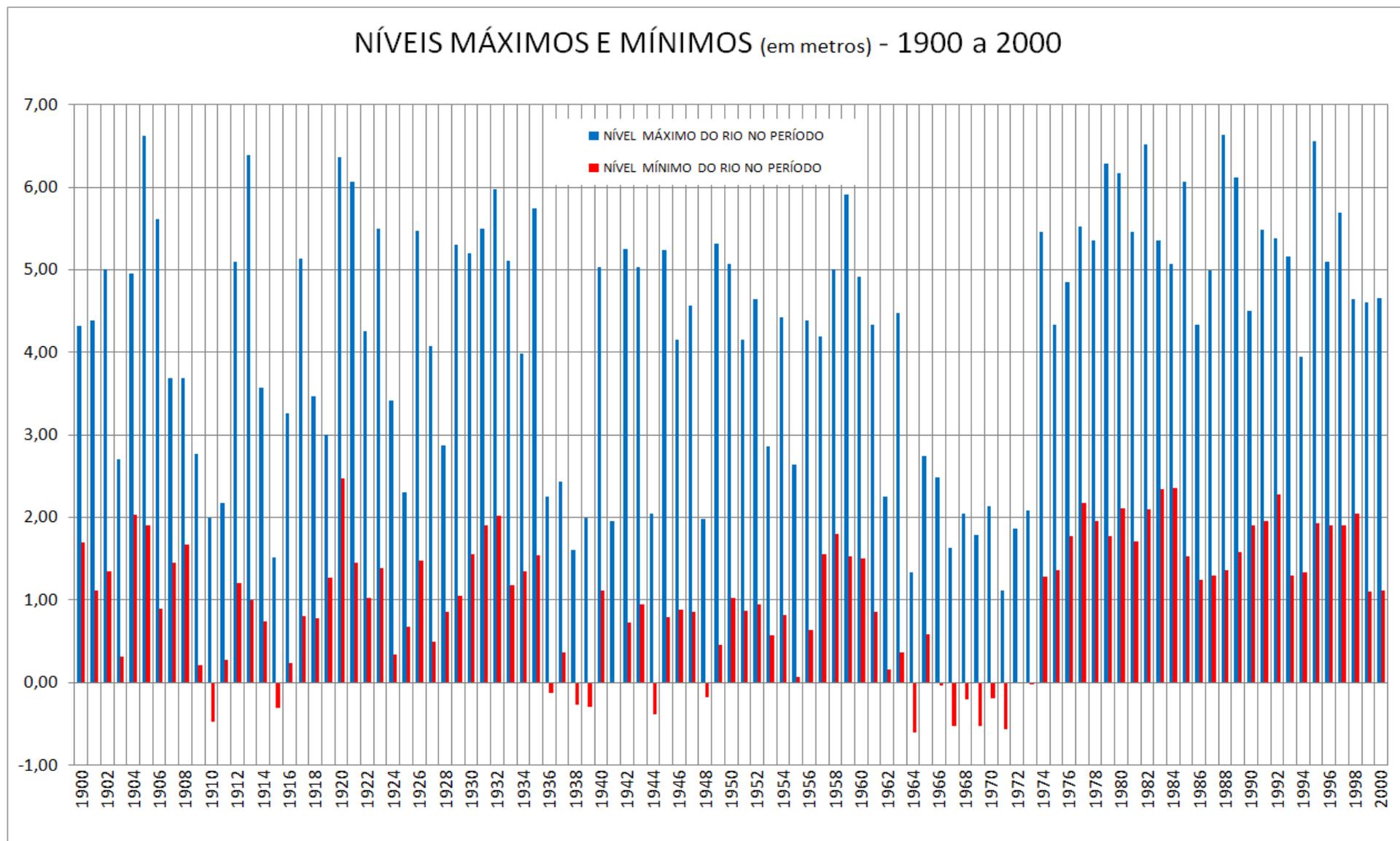


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

Gráfico 2 – Níveis Máximos e Mínimos do rio Paraguai – 1942-1963

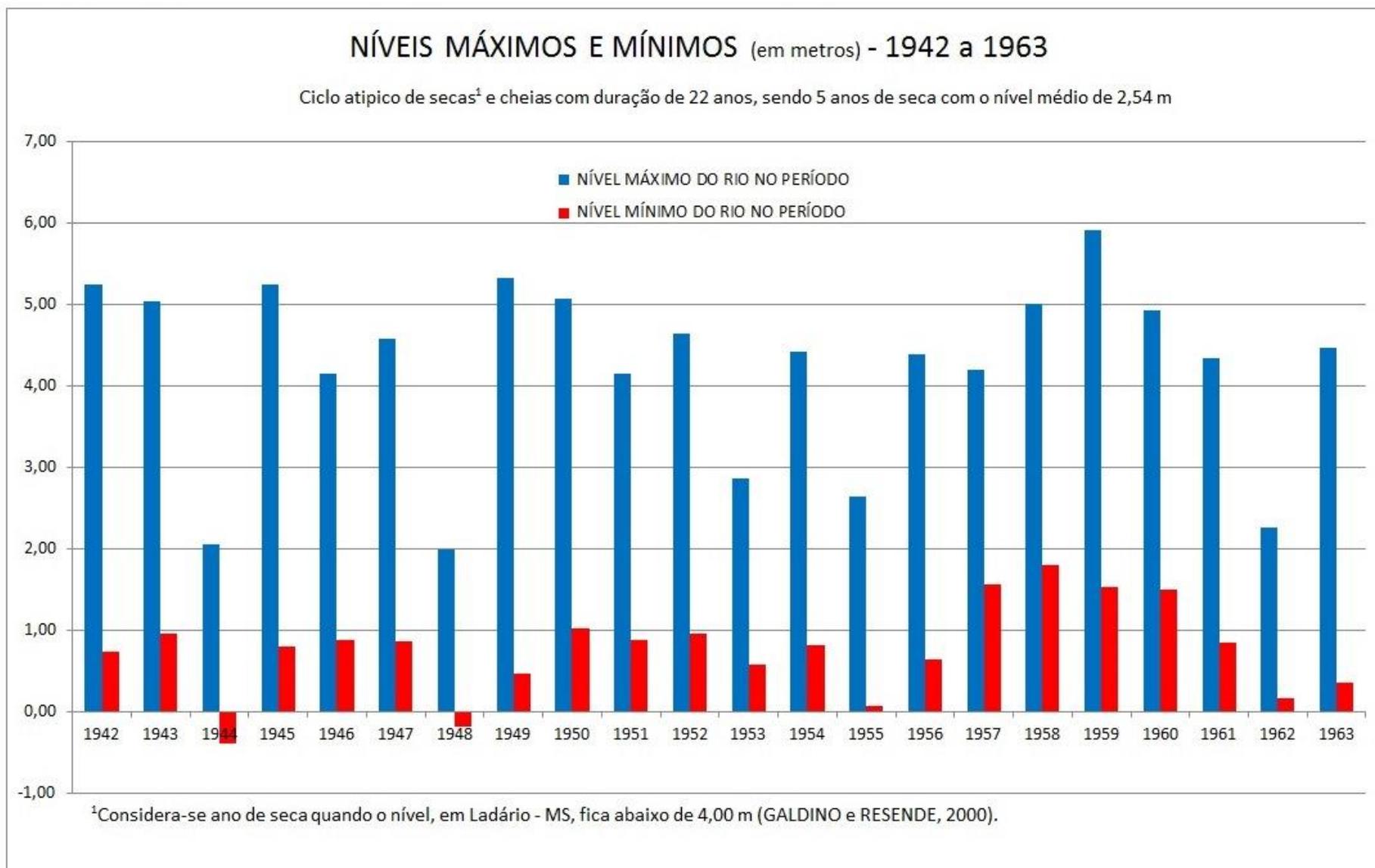


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

Gráfico 3 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai – 1964-1973

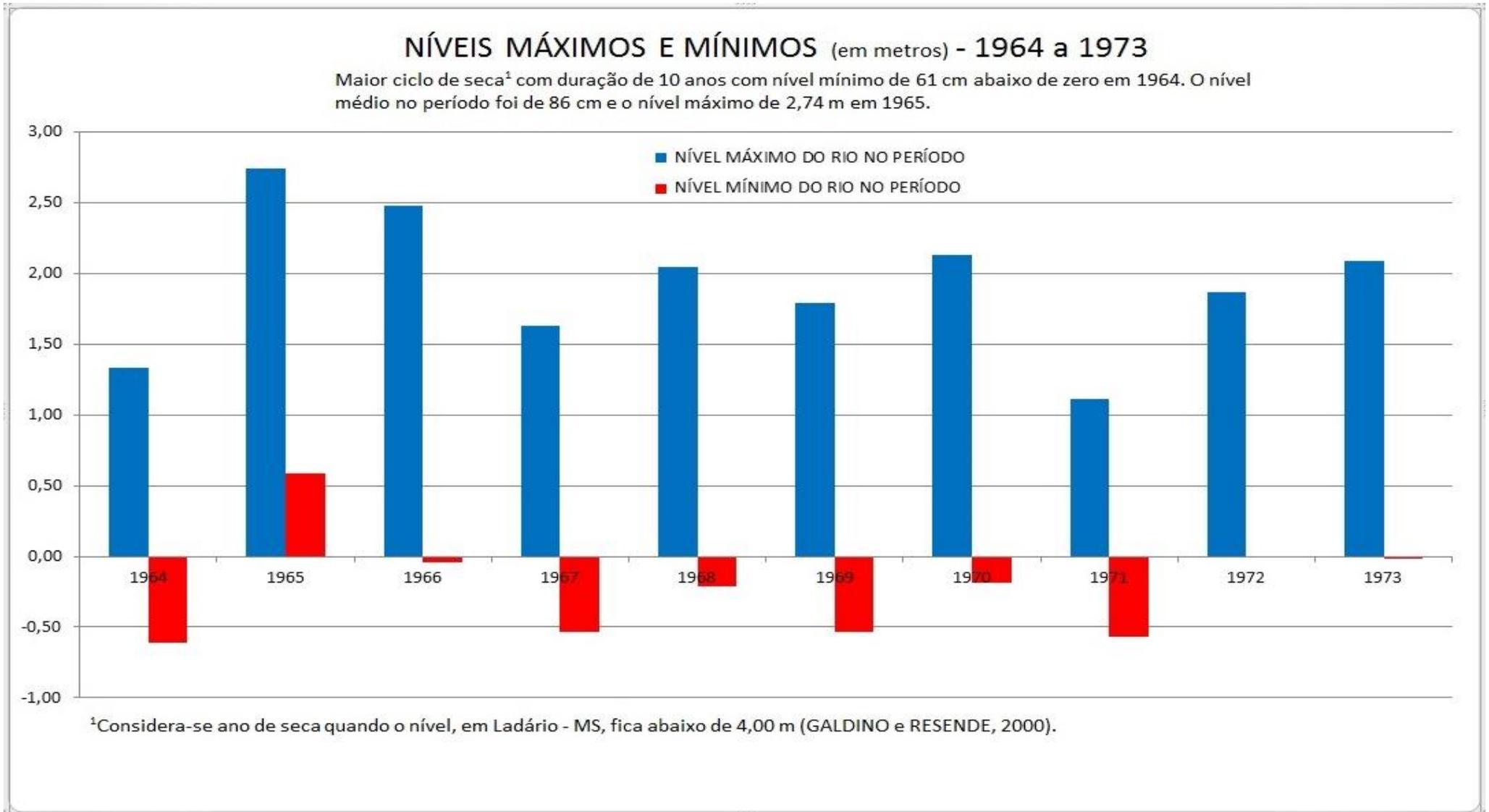


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

Gráfico 4 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai – 1974-2000

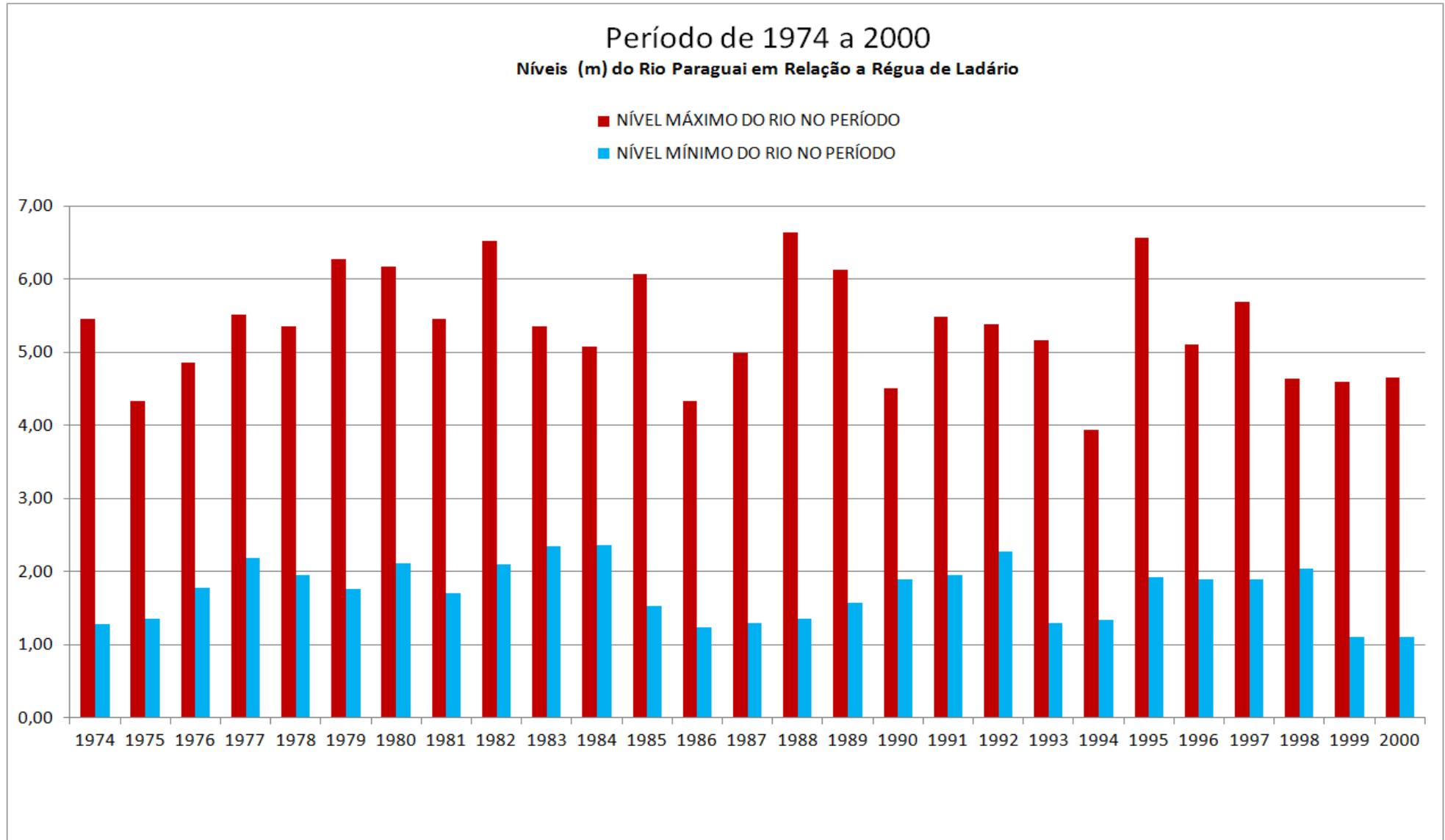


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

Gráfico 5 – Níveis Máximo e Mínimo do rio Paraguai - 1950-2000

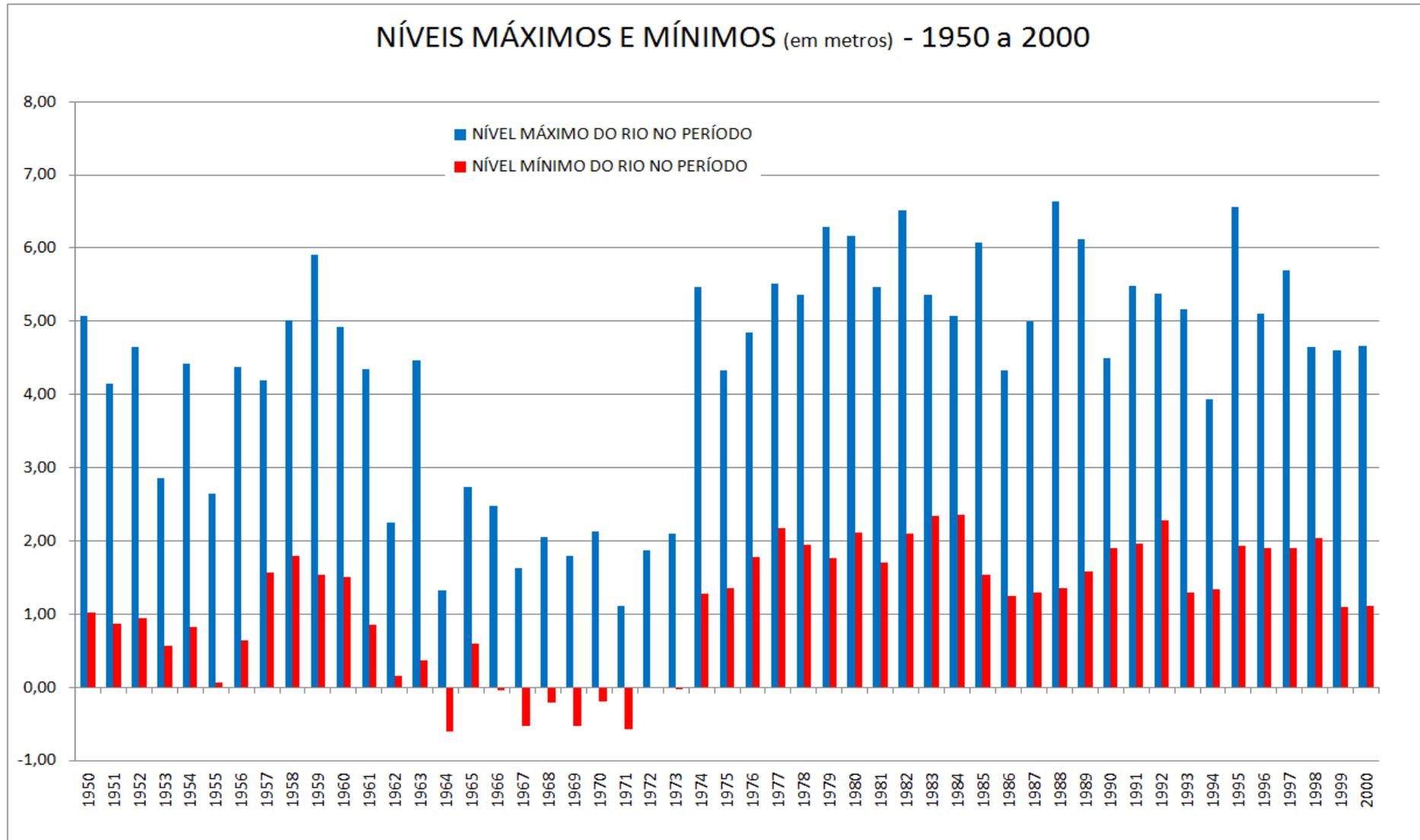


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

Gráfico 6 – Nível Máximo do rio Paraguai – 1900-2000

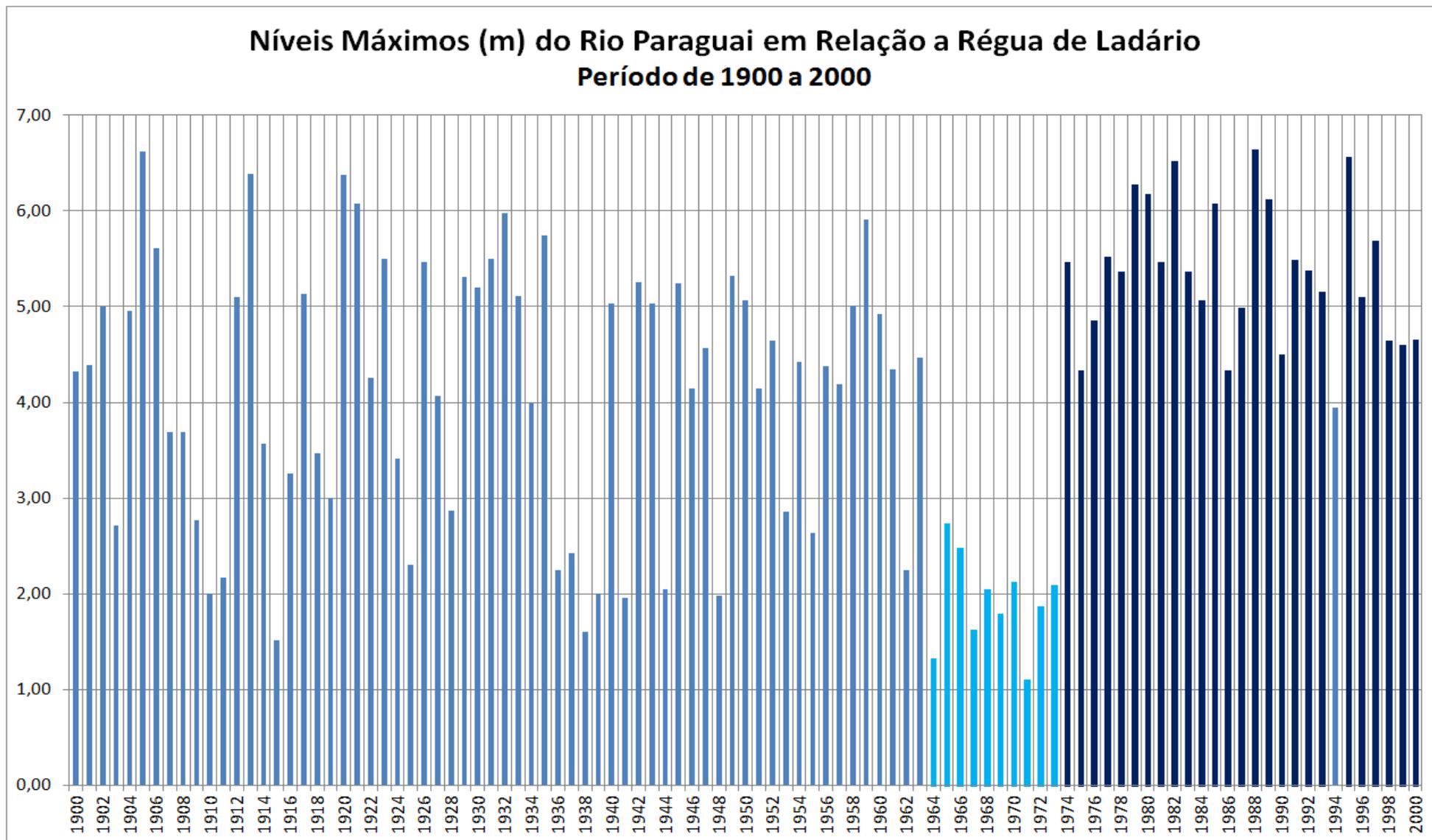


Gráfico elaborado com dados da régua de medição dos níveis máximo e mínimo do rio Paraguai, obtidos no 6º Distrito Naval da Marinha Brasileira, em Ladário, MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora já escrito, repetimos aqui que o Pantanal é um estado de movência, dinâmico, do movimento das águas delineando, lapidando, definindo sua geografia com esmero, sendo o homem partícipe da grandeza da planície, parte integrante e indelével de sua natureza, suas percepções sobre este espaço foram construídas juntamente com as sensibilidades que teimavam em aflorar, permitindo uma relação de respeito e simbiose, que foram gradualmente sendo relegadas a segundo plano, quando sutilmente vai-se assentando o economicismo, alargando juntamente com o domínio da terra, o desejo de controle de sua natureza e de suas águas, de projetar novas paisagens, mais agradáveis, mais comercializáveis.

E a insólita laguna através da metamorfose provocada pela ação humana se transforma no Pantanal, que aos poucos vai se transformando em um paraíso e que perdendo sua exuberância exhibe sem pudor as marcas desse processo gestacional da bravura do homem, da natureza deletéria, do estigma de santuário ecológico portador de uma natureza dessacralizada e de simbologias, ou como descreveu Bartolomé Bossi, nos idos de 1863, viu o homem “a cada passo espetáculos variados que lhe apresenta uma natureza majestosa e primitiva, onde o olho da civilização vai descobrindo tesouros escondidos que serão um dia patrimônio”.

Em que medida podemos afirmar que a construção do paraíso desejado, relegou ao plano do esquecimento o “paraíso natural”, modificou o curso de suas águas, sua natureza, os hábitos e costumes de sua gente em detrimento da construção de um paraíso viável, onde a representação toma corpo e supera o próprio Pantanal?

E eis que o descortinar de um paraíso às avessas se revelou como a construção de um lugar meticulosamente adornado com elementos portadores de um ideal de progresso que estava muito aquém da realidade apresentada, de um ritmo de vida que estabelecia uma relação espaço-tempo que não se configurava apenas como um abreviar da memória. Quanto mais funcionalizado foi se tornando, maiores foram as apropriações, no entanto, inibiu possibilidades e a condição de habitar, experienciar, do conhecer sem limitar, gerou uma historicidade contraditória, de uma lógica que impôs comportamentos limitando espaços e cronometrando o tempo, e que foi ganhando novas dimensões e expressões construídas por sujeitos que buscaram nas representações a permanência das efemérides do paraíso outrora desejado e agora antropizado.

O deslocamento da atenção no que tange à degradação ambiental, ao desequilíbrio ecológico provocado no Pantanal, está na sua comercialização para o turismo, onde as imagens exercem o fascínio ocultando problemas como o lixo, os dejetos e os resíduos deixados pelos barcos, além das práticas abusivas nas atividades turísticas como trilhas e cavalgadas, caçadas e pesca predatória, poluição e contaminação das águas, sem deixar de mencionar a prostituição incentivada por hotéis, barcos pesqueiros e agências de turismo.

Um mundo natural em contínua formação que teve suas arestas aparadas, cujo produto final atendeu a todos os gostos, camuflando os percalços do processo depredatório em curso. E a ideia de obter vantagens econômicas superou desde os mais remotos tempos as ações que visavam a um desenvolvimento com base no princípio de sustentabilidade e no respeito às limitações naturais; e nesse emaranhado, a pecuária se estendeu por toda a planície e o agronegócio pelo planalto, ambos exercendo uma pressão, um desequilíbrio ambiental sem comparativos para um bioma como Pantanal e o preço a pagar está nos índices e estatísticas dos relatórios de exportação que ostentam o crescimento econômico e ocultam o fato que muitas das sub-regiões estão com sua biodiversidade comprometida, mesmo ocorrendo as adaptações naturais pelos processos de resiliência, muito se perdeu e muitas áreas são abandonadas com inundações permanentes.

O desenvolvimento da pecuária está associado à disponibilidade de extensas áreas de vegetação naturalmente recompostas pelas enchentes e, como consequência, tem-se um rebanho que atende uma indústria frigorífica em detrimento da biodiversidade, um turismo que vende uma imagem ideal em detrimento de uma realidade constrangedora de uma indústria sem chaminés, na qual burlar a lei e avançar limites são vistos como grandes possibilidades de lucros e aventuras no paraíso das águas.

Coube a Aníbal Amorim (1913), em sua passagem pelo Pantanal, a descrição do que eram as fazendas, as plantações e suas gentes. Para esse viajante, a contradição residia entre as grandes fazendas de gado e a pequena propriedade que denominou como sítios que tinham pequenas plantações de subsistência e animais domésticos, que diferente do que se podia ver no interior dessas fazendas, eram portadores de uma miserabilidade, de pessoas residindo às margens dos rios, consumindo peixes e trabalhando para si e para os seus, sem condições de desfrutar de mais espaços para promover sua sobrevivência, ficando reféns dos fazendeiros e submetidos às mais cruéis jornadas de trabalho. Quadro esse que pouca alteração

apresentou no que se refere às diferenças na propriedade de terras, embora apresente consideráveis diferenças na qualidade de vida do morador da planície, nas relações de trabalho e na paisagem pantaneira.

No final da década de 1960, a degradação ambiental tornou-se um problema grave nos ambientes político, social, econômico e ecológico em nível internacional, em contrapartida foi a partir de 1960 que o Pantanal passa por ações mais agressivas aos seus ecossistemas. A enchente de 1959 que integra o período atípico de cheias (1942-1963) basicamente prepara o Pantanal para as interferências ambientais posteriores, em potencial nos anos de 1963-1974, quando se deu toda a reestruturação das propriedades, o aumento considerável das benfeitorias e rebanhos, intensificando os impactos ambientais com ações como a perfuração deliberada de poços artesianos e a construção de currais como o do tipo australiano. Nas décadas de 1960 e 1970, constataram-se os efeitos da degradação ambiental e de políticas governamentais que visavam a promover a modernização e o desenvolvimento econômico com maior aproveitamento das terras na planície e adjacências. A área de desmatamento, associada aos índices de produção, só fez aumentar apesar das justificativas de preservação. O manejo de pastagens provocou alterações e contribuiu ainda mais na degradação ambiental. Diferente da vegetação nativa, da regeneração das pastagens após as enchentes, a retirada dessa vegetação natural é uma violenta interferência na planície e conseqüentemente afeta o chamado ciclo das águas (cheia-vazante-seca).

As enchentes extraordinárias, como as de 1905, 1913, 1920, 1932, 1959, 1974, 1979, 1980, 1982 e 1988 e 1995, são raras. Ocorrem quando todos os rios são atingidos e pelo transbordamento do rio Paraguai suas margens alagam, para além de espaços entre 25 e 40 km, saturando a capacidade de absorção da água. Salvo as exceções, as enchentes são reguladas e atingem apenas partes do Pantanal, não sendo consideradas danosas ou calamitosas para a planície. Por razões evidentes, conforme apresentadas no decorrer dos capítulos, as enchentes passaram a ser descritas como danosas para a pecuária, para a manutenção e o controle dos rebanhos à medida que intensificaram as alterações ambientais tornando crescentes as áreas de alcance das águas.

Ressaltamos que há uma distinção em relação às cheias. Além da variação interanual, o Pantanal apresenta uma variação plurianual, ocorrendo uma alternância entre anos demasiadamente secos ou inversamente chuvosos, sendo possível distinguir dois tipos de inundações: as pluviais que são as enchentes ocasionadas pelas chuvas, atingindo áreas que não são afetadas pelos rios; e as inundações fluviais, que ocorrem quando os leitos rasos e indefinidos dos rios descarregam água

como vertedouro através de defluentes e seguem se alastrando pelos campos. No período das inundações, a velocidade das águas se altera sendo capaz de remover obstáculos criados pela vegetação e à medida que atinge canais maiores essa velocidade tende a aumentar. O nível das águas, das inundações anuais nos principais rios é determinante para o número de depressões e canais que vão se tornar ativos e espalhar água por toda a planície inundável.

Fatores que nos levam a concluir que até os anos de 1974 as águas seguiam um curso de inundação regular, próprio dos pantanais e, que mesmo nas grandes enchentes, a planície pantaneira não ficava totalmente encoberta pelas águas. A partir do momento que se projetam e efetuam alterações na rede hídrica, esse panorama se altera e, mesmo seguindo um ritmo regular na ocorrência das inundações, as áreas atingidas pelas águas tendem a aumentar, alterando o espraiamento e o nível das águas nas áreas atingidas. Não é tão somente um processo de subir e baixar das águas; trata-se de um fenômeno que mexe com a vida de toda uma população, desde os que moram nas fazendas e nas áreas ribeirinhas até aqueles que residem nas cidades localizadas em toda a região pantaneira.

Os registros apontam que os índices em um século (1900-2000), pouco se alteram, no entanto as transformações ambientais promovidas em meio século (1950-2000) com a compactação do solo, o desmatamento na planície e adjacências, o assoreamento e o desvio do curso de rios interferiram no espraiar das águas e em rios como o Paraguai e o Taquari o assoreamento tendeu a permanecer ficando suas margens alargadas e arrombadas aumentando ainda mais as áreas de alcance das águas frente à compactação do solo que dificulta a absorção em tempo habitual.

Como o rio Paraguai tem seus principais afluentes que escoam do Planalto para a região plana – Pantanal, cuja declividade de escoamento é demasiadamente pequena, sendo seus principais tributários o Jauru, o Cuiabá, o São Lourenço, o Piquiri, o Taquari, o Negro, o Aquidauana, o Miranda, o Sepotuba e o Apa, a quantidade de material carregado pelas águas no período das enchentes segue comprometendo ainda mais o escoamento destas. A título de exemplo, se pegarmos apenas a Bacia do Apa, nos últimos 20 anos (1980-2000), constataremos a ocorrência de um incremento substancial do uso do solo para o cultivo da soja com pastagens produzindo uma alteração da geração de sedimentos que se deslocam pelos cursos de água até o Pantanal, lembrando que 78% da Bacia do Apa fica no Mato Grosso do Sul. Assim, ao adentrarem no Pantanal esses rios sofrem uma redução na velocidade das águas pela mudança na declividade, associado a esse fator ocorre a deposição de

sedimentos e o assoreamento do leito, como também a perda do poder erosivo em seção transversal menor.

Durante as enchentes assim como as secas, a jusante do Pantanal tem maior capacidade de escoamento que a montante, ocorrendo o extravasamento do volume para um leito maior atingindo maiores e menores extensões, dependendo do fluxo das águas e da capacidade de absorção do solo. Como a compactação pelo pisoteio do rebanho bovino está em grau acelerado, a absorção é mais lenta e o espraiamento é maior, causando maiores danos e atingindo áreas periféricas urbanas.

A enchente nos pantanais, no entanto, é essencial, pois contribui para a manutenção das características geomorfológicas, climáticas e geológicas para a retenção das águas nas lagoas e corixos, na retenção de nutrientes e de sedimentos que compõem a depressão. Em seu ciclo regular, não causa grandes impactos e não compromete a recomposição dos ecossistemas bióticos e abióticos onde as extensas áreas inundáveis têm a função de reter e repor nutrientes para o solo. A planície inundável permanece alagada por 6 meses, tornando-se um campo fértil em vários sentidos: revigora a vegetação tanto quanto a simbologia, e em ambos o homem atua na intenção de entender e desvendar seus mistérios estabelecendo uma relação de simbiose com a natureza. Se alheios a esse ambiente, tanto a vegetação quanto o homem não conseguem processar satisfatoriamente essa relação na qual emergem lacunas e suscitam estratégias que se constituem em verdadeiros desafios para o homem e para o Pantanal. Em muitas delas, o homem que habita os pantanais é alijado do seu papel de protagonista passando a coadjuvante da sua história, ficando à mercê de ajustes e políticas e programas governamentais.

A sensibilidade no estilo de vida é fator predominante no cotidiano do vaqueiro, do peão, do pescador, do ribeirinho, dos sitiantes, dos isqueiros, dos trabalhadores das fazendas, dos indígenas. Estabelecer um limite entre a imensidão da planície e as formas de ocupação resultou em formas peculiares de vida e os saberes pantaneiros são portadores dessas relações sociais e indenitárias, de uma sabedoria coletiva que ultrapassa os estereótipos atribuídos ao Pantanal. Aspectos específicos da cultura material que entrelaçados com um universo mítico foi estabelecendo uma teia cultural que permitiu sua continuidade e sua adaptação, conhecimentos construídos a partir e sobre as paisagens tão dinâmicas quanto à águas e portadora de significados, valores, crenças, formando uma dimensão transcendental que é traduzida em causos e lendas, mitos e utopias que margeiam as estratégias de sobrevivência e o sentimento de pertença. É na visão de mundo e na concepção de natureza pantaneira, que muitos elementos desta são atribuídos como valores para o homem, auxiliando na

constituição de uma identidade pantaneira, onde fatores como a formação dos espaços, figuram como elementos decisivos para que os homens deem sentido ao seu universo particular estabelecendo um sentido de pertença.

A visão de homens simples como a apresentada nas entrevistas, não é de lamento, e sim de alerta embalado pelo conhecimento empírico e pela preocupação para com o Pantanal, com sua permanência no habitat, da simbiose com o meio natural e das relações entre os grupos sociais nos quais se insere. As mudanças significativas apontadas pelos que ali habitam não podem ser ignoradas. A ruptura, o distanciamento e as apropriações entre o tradicional e o novo forneceram elementos que exigiram práticas mais agressivas, por isso a visão de natureza muda seu foco ou como escreveu Rondon (1972) “os primeiros civilizadores navegavam pela planície inundável e julgavam-se descobridores de um mar de água-doce”. E, posteriormente, todos que ali chegaram julgaram essas águas com ambiguidade, ora gestando um paraíso, ora deletéria, e nessa incerteza foi-se descortinando um paraíso às avessas que gestava uma relação também ambígua entre o progresso e sua natureza, entre o homem e o Pantanal.

Sendo a cultura de um indivíduo ou grupo social a base sobre a qual o mesmo se desenvolve ao longo de um processo histórico, atua a cultura como a mola propulsora que possibilita que o homem, o meio e a sociedade se complementem garantindo sua realização seja no aspecto moral norteador desse processo evolutivo de aprimoramentos, de buscas e realizações, seja na medida em que este se revela capaz de inovar, de provocar transformações, de instaurar o novo, inserindo-o na sua experiência histórica (CANCLINI, 2008). Portanto, as experiências vividas norteiam as percepções do homem e sua relação com o meio ambiente e da leitura que este faz da natureza no Pantanal, contudo toda ação humana passa por um entendimento e revela uma estrutura, uma consciência reflexiva que traduz as percepções do presente, sendo capaz de transformar ao longo do tempo a construção de representações a partir da vivência.

A atração pela beleza do Pantanal, por suas riquezas naturais, pela fauna e pela flora; pela fertilidade de seus campos, de suas terras; pela condição climática; pela abundância da água; pelas pastagens e pelo tucuru que corria livre pelos campos desafiando o homem, atraindo aqueles que se pretendiam donos e reféns de seus caprichos, ora vistos com audácia e bravura, ora despídos de suas tradições constituem-se nos fatores moderadores dessa relação de simbiose, de pertença e estranhamento.

Tornou-se comum transitar pelas rodovias e encontrar animais que integram a fauna pantaneira atropelados, mortos em decorrência da destruição e expulsão de seu habitat. A maior contradição está no fato de que representações artísticas desses animais são exibidas em grandes portais de entrada das muitas cidades do estado, dando boas vindas aos passantes. Cidades que espalham em suas ruas e avenidas réplicas de animais da fauna pantaneira, dos mesmos que são cruelmente esmagados, caçados e contrabandeados. Réplicas em miniaturas que são comercializadas em feiras, ostentando coloridos e representações. E, contraditoriamente, de um governo estadual que teima em gastar uma infindável soma de recursos na construção de um “aquário do Pantanal”, ao invés de utilizar tais recursos em programas que efetivamente promovam a preservação, evitando ações depredatórias nos pantanais.

Concluimos que escrever sobre os acontecimentos que envolveram a planície pantaneira é ler nas entrelinhas e entretecer elementos que compõem um mosaico de experiências vividas que norteiam a própria história do Pantanal, que permanece um ilustre desconhecido, mas que aos poucos vai sendo vestido com os adereços do progresso e, em concomitância, vai se despindo pela antropização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ABREU, S. de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense, contexto, propósitos e contradições**, 2001, 328f. Tese (doutorado em geografia) Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **Intervenção e gerenciamento espacial: o caso do PRODEPAN**. In: II Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Os desafios do novo milênio. **Anais...** Corumbá, MS: Embrapa, 2000.

_____. **Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-oeste brasileiro: o espaço Mato-grossense e a integração nacional**. IN: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. (ORGS.). **História, região e identidades**. CAMPO GRANDE: ED. UFMS, 2003

AB'SABER, A. N. **O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento**. Brasília: **Revista do Serviço Público**, n.111, p.41-55. 1983.

_____, **O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios**. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. esp., p. 9-57, 1988.

_____. **O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios e redutos**. In: **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ADÂMOLI, J. **O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados: discussão sobre o conceito "Complexo do Pantanal"**. In: Congresso Nacional de Botânica, 32, 1981, Teresina. **Anais...** Teresina: Sociedade Botânica do Brasil, 1982. P. 109-119.

_____. **A dinâmica das inundações no Pantanal**. In: **Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal**, 1., 1984, Corumbá, MS. Anais, Brasília: EMBRAPA-DDT, 1986 a. p.51-61. (EMBRAPA-CPAP. Documentos, 5).

Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras** – Edição Especial. -- Brasília: ANA, 2015.

ALBERTI, V. **Fontes Orais. Histórias dentro da História**. In: **Fontes Históricas**. PINSKI, C. B. (Org.). São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUM Graphico do Estado de Matto-Grosso. Org. S.C. Ayala e F. Simon. Corumbá, Hamburgo, 1914.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar** - vol. 3, Cortez Editora; 2007.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. Ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. **Revista Fronteiras**, Dourados: UFGD, v. 10, n.17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALHO, C. J. R. LACHER, T. E. Jr. GONÇALVES, H. C. **Degradação ambiental no ecossistema Pantanal**: BioScience, 38: 164-171 1988.

ALMEIDA, F. F.M. e LIMA, M.A. **Planalto Centro Ocidental e Pantanal Mato-Grossense**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 1959.

ALVES, G. L. **Pantanal da Nhecolândia e modernização tecnológica**: estudo das expectativas dos pecuaristas colhidas em suas memórias. Campo Grande, MS: UNIDERP – UFMS, 2004.

AMARAL FILHO, Z. P. do. Solos do Pantanal Mato-grossense. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, 1., 1984. Corumbá, MS. **Anais...** Brasília, Embrapa-DDT, 1986, p.91-104. (EMBRAPA-CPAP. Documentos, 5).

AMARAL FILHO, Z. P. do. Ecologia da Savana nas regiões Amazônica e centro-oeste do Brasil. IN: Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. **Relatório Interno RADAMBRASIL**, 36-V. Goiânia, 1983. 33p.

AMORIM, A. **Viagens pelo Brasil**: do Rio de Janeiro ao Acre. Aspectos da Amazônia, do Rio a Mato Grosso. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

ARAÚJO, V. de S. **Da pecuária ao turismo**: transformações no viver pantaneiro, no entorno da Transpantaneira, em Poconé, MT. Cuiabá: UFMT, Agosto de 2005. Dissertação (Mestrado em História).

ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. (Org.) **Natureza, fronteiras e territórios** [livro eletrônico]: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2013. Livro digital.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 202p (coleção tópicos).

BAÉZ, R. **Corumbá**: reportagens e pesquisas. Corumbá, 1965.

_____. **Corumbá**: reminiscências e impressões. Corumbá, 1975.

BANDUCCI JÚNIOR, A. **A Natureza do Pantaneiro**: Relações Sociais e representação do mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2007.

BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. (Orgs.). **Qual paraíso?**: Turismo e ambiente em bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS, 2001.

BARROS, J. de. **Lembranças**: para os meus filhos e descendentes. Nota introdutória de José Fragelli. 2ª Ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BARROS NETTO, J. de. **A Criação empírica de bovinos no Pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

BARROZO, J. C. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense**. 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

BECKER, B. K. e EGLER, A. G. C. **Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENEVIDES, M. V de M. **O governo Kubitschek.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

BERTELLI, A. de P. **O Paraíso das espécies vivas no Pantanal de Mato Grosso.** São Paulo: Cefira Editora, 1984.

_____. **O Pantanal, mar dos Xaraiés.** São Paulo: Siciliano, 1988.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado, vol. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado, vol. 2: poder político e elites dirigentes Sul-matogrossense.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BORGES, F. T. M. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930).** 2. Ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, 4 (1/2), p. 277-284, 1993.

_____. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos.** 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSI, B. El C. **Viagem pitoresco por lós rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyaba yel Arino tributário del grande Amazonas com la descripcion de La Provincia de Mato Grosso: bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico e sus producciones naturales.** Paris. Libreria Parisiense – Dupray de La Mahérie 14.1863.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALHEIROS, D. F. et al. Conhecimento Empírico de uma comunidade Ribeirinha do Rio Paraguai sobre o fenômeno natural de mortandade de peixes no Pantanal. In: **Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e sócio-econômicos do Pantanal – Manejo e conservação.** EMBRAPA/CPAP. Corumbá, 1996. P. 457-466

CALHEIROS, D. F.; ARNDT, E.; RODRIGUEZ ORTEGA, E.; SILVA, M. C. A. Influência de usinas hidrelétricas no funcionamento hidro-ecológico do Pantanal Matogrossense - Recomendações. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009. **Série Documentos (DOC 102).** 21 p. Disponível em:

<<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC102.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo; Ed. USP, 2008.

CANDIDO, A. "O significado de Raízes do Brasil". In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

_____. Duas vezes a passagem do dois ao três. In: CANDIDO, A. **Textos de Intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

CARVALHO, F. L. de. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CASTAÑEDA, Germán Palacio (Ed.). **Historia ambiental de Bogotá y La Sabana**. Bogotá, Nomos S.A., 2008.

CASTELLS, M. **A era da informação – Economia, sociedade e cultura**: o poder da Identidade. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUQUELIN, A. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. "O mundo como representação". In: **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-79.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. de Cristina Antunes. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CIDADE, F. de Paula. Aspectos Geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano V, N. 2. Abril-Junho de 1943.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R.L & ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA, M. de F. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1990.

CORRÊA FILHO, V. **Pantanaís mato-grossenses** (Devassamento e Ocupação). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A: "Livros", Publicação, vol. 3.

_____. **Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense**. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1955.

CROSBY, A. W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

D'ALESSIO, M. M. **Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Robérioux**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

D'ALINCOURT, L. Memória a cerca da Fronteira da Província de Mato Grosso. Org. Cuiabá, 1826. In: **Memória sobre a viagem de Porto de Santos a cidade de Cuiabá**. São Paulo: Martins, 1953

DARNTON, R. **O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. – São Paulo: Graal, 2011.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, L de A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DECONSI, C. Seleção social nos projetos de colonização privados- entre a necessidade e dispensabilidade de migrantes. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3 n.2 Jul/Dez 2010.

DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. 4ª. ed. São Paulo: Record, 2006.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA. São Paulo: USP, 2001.

_____. (Org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2002.

DUARTE, R. H. **A biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R.L & ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estão do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, ano 2, n. 3-4, p. 127-149, 1998-1999.

_____. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. v. 4, n. 8, p. 177-197. Rio de Janeiro, 1991.

ESSELIN, P. M. **A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento do Pantanal Sul-mato-grossense (1830-1910)**. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 2003.

FALCON, Francisco J. C. **História Cultural**: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, M. de M. (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Osvaldo Cruz/CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FIGUEIREDO, A. **A propósito do boi**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1994.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. De Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FURTADO, C. 1974. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**: 1825 a 1829. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977.

GALDINO, S. **Impactos ambientais e socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari - Pantanal** / Sérgio Galdino, Luiz Marques Vieira, Luiz Alberto Pellegrin, editores técnicos. - Corumbá: Embrapa Pantanal, 2006.

GALDINO, S.; CLARKE, R. T. **Probabilidade de ocorrência de cheia no rio Paraguai, em Ladário, MS - Pantanal**. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1997. 58p. (EMBRAPA-CPAP. Circular Técnica, 23).

GALDINO, S.; CLARKE, R.T. **Levantamento e estatística descritiva dos níveis hidrométricos do rio Paraguai em Ladário, MS – Pantanal**. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1995. 72p. (EMBRAPA-CPAP. Documentos, 14).

GALDINO, S. ; RESENDE, E.K. de. **Previsão de cheias e secas da Embrapa auxilia pantaneiros**. ADM- Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 4, p.1-5. Maio. 2000.

GALDINO, S.; PADOVANI, C.R.; SORIANO, B.M.A. VIEIRA, L.M. **Mudanças no regime hidrológico da bacia hidrográfica do Rio Taquari - Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002. 24p.

GALLETI, L. da S. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. Textos de História. Brasília: **Revista da Pós-Graduação em História da UNB**, 1995 v. 3 n. 2, p. 48-75.

_____. **Nos Confins da Civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2000.

GANDÍA, E. de. **Historia Critica de los Mitos de La Conquista Americana**. Buenos Aires; Madrid: Juan Roldan y Compañía Editores, 1946.

GARRIDO, J de A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Rev. Bras. de História**. São Paulo: v.13 n. 25/26 set.92/ago/93.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GODOI FILHO, J. D. de. Aspectos geológicos do Pantanal Mato-Grossense e de sua área de influência. Anais do **1º Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal**, Corumbá, MS, 28 de novembro a 4 de dezembro, 1984, 63-90, 1986.

GOMES, A. de C. (Orgs.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CENENA, A. E. (Orgs.). **La Guerra Infinita**: hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: Clacso. 2002.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (orgs). **Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec./Edusp, 2001. Volume II. p. 969-975.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 323.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D.J. (Org.), **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: NEPO/Unicamp/PRONEX, 2002.

GRUZINSKI, S. **A Guerra das Imagens**: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019). Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA R. L. (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336 p.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. **Caminhos e Fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

_____. **Monções**. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

JUNK, W. J. & DA SILVA, C. J. O Conceito de Pulso Inundação e Suas Implicações Para o Pantanal de Mato Grosso. In: **Anais II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, Manejo e Conservação** 18 a 22 de novembro de 1996 (Corumbá, MT).

KUHLMANN, E. A vegetação de Mato Grosso. Seus reflexos na economia do Estado. In: **Rev. Bras. de Geografia**. n.1, janeiro-março, 1954.p. 73-120

KUYUMJIAN, M. de M. M. (Org.) O espaço/mundo do sertão moderno. In: **Semeando cidades e sertões: Brasília e o Centro-Oeste**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

LEFF, E. **Vetas y Vertientes de la Historia Ambiental Latinoamericana* Una nota metodológica y epistemológica** Rich Seams and Perspectives in Latin American Environmental History An epistemological and metodological view**. VARIA HISTORIA, nº 33 janeiro, 2005, p. 17-31.

_____. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 4ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, E. F. **Marchas na história: comitivas de peões – boiadeiros no Pantanal**. Campo Grande, Editora UFMS, 2003.

_____. Anotações sobre cultura e natureza nos Pantanaís. **Revista Diálogos DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2005.

_____. **Do Éden ao Pantanal: considerações sobre a construção de uma representação**. Espaço Plural. Ano IX. n. 18. 1º sem. 2008. p. 145-151.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Edunicamp, 1992.

LE GOFF, J. **Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

LEOPOLDI, M. A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

_____. **Crise e mudança na Frente Oeste de Colonização**. Cuiabá: Imprensa da Universidade, POEDI, UFMT, 1982.

_____. A terra para quem nela trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.6, n.12. p. 47-64, mar/ago 1986.

LEVERGER, A. [1975]. **Vias de comunicação de Mato Grosso**. 2. ed. Fac-símile da edição de 1905.

LIMA, N. T. de. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

LUCCA, T. R. de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinski (Org.). São Paulo: Contexto, 2005.

LUCIDIO, J. A. B. **Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois**: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993.

MAGALHÃES, N. W. de. **Conheça o Pantanal**. São Paulo; Terragraph, 1992.

MANIZER, G. G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)**. In: *Brasiliana eletrônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARTINS, J. de S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINEZ, P. H. **História ambiental no Brasil**: Pesquisa e ensino. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

MELO, H. P. de; OLIVEIRA, A. de; ARAÚJO, J. L. de. O sonho Nacional: petróleo e eletricidade. In: GOMES, Â. M. de C. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MONTEIRO, C. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 159-176, jan.-jun. 2007.

MONTENEGRO, A. C. **História oral, caminhos e descaminhos**. Rev. Bras. de História. São Paulo: v.13, n.25/26, set 92/ago.93. p. 55.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla, 1892-1992. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Ed. UFMT, 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NEVES, J. **Um porto para o Pantanal**: a fundação de Aquidauana: civilização e dependência. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é Pantanal**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (col. Primeiros passos). O estado de Mato Grosso. Cuiabá 28 de outubro de 1973.

_____. **A linguagem do homem Pantaneiro**. São Paulo, 1989. 385p. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Mackenzie, 1989.

_____. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2002.

_____. **Universo natural pantaneiro: uma leitura semiótica**. Revista MS Cultura. Ano III, n. 1, 1º semestre de 1996, p. 25-27. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul, 1996.

OLIVEIRA, B. C. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis, 1999.

OLIVEIRA, J. E. de. **A hidrovia Paraguai-Paraná e o patrimônio arqueológico brasileiro: análise de um diagnóstico** 1er Congresso virtual de Antropologia y arqueologia, ciberespacio, octubre de 1998. Disponível em: www.naya.org.ar/congreso/ponencia3-14.htm. Acesso em: 03 jul. 2013.

_____. A Ocupação Indígena das Áreas Inundáveis do Pantanal. In: **II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Manejo e Conservação**. UFMS. Embrapa/Pantanal: 507-516, 1996.

_____. **Guató: argonautas do pantanal**. Porto Alegre: Edipucrs (Coleção Arqueologia, 2), 1996.

_____. **Da pré-história à história indígena**. Tese (Doutorado). Porto Alegre, PUCRS, 2002.

_____. Ambiente e Cultura no Contexto da Ocupação Indígena da Planície de Inundação do Pantanal. In: **Fronteiras: Revista de História**, Campo Grande: EDUFMS. Vol. 3, nº 6, 1999.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar. Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

PÁDUA, J. A. Produção, consumo e sustentabilidade: O Brasil e o contexto planetário. In: PARREIRA, C. e ALIMONDA, H. (orgs.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: FLACSO - Sede Brasil: ABARE. 2005.

_____. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), 2010, p. 81-101.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 318 p.

_____. Cultura esgotadora: Agricultura y destrucción ambiental em las últimas décadas Del Brasil monárquico. In: Bernardo Garcia Martínez & Maria Del Rosario Prieto (comp). **Estudios sobre historia y ambiente em América II: Norteamérica, Sudamérica, y el Pacífico**. México; El Colegio de México, 2002: 283-310.

_____. (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Petrópolis, 2009.

PARREIRA, C. e ALIMONDA H. (orgs.). **As instituições Financeiras Públicas e o Meio Ambiente no Brasil e na América Latina**. Brasília: Flacso-Brasil, Abaré, 2005.

- PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2^o. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. (Org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- _____. **Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador**. In: PESAVENTO, S. J.; PATRIOTA, R.; RAMOS, Alcides Freire (org.). *Imagens na História*. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo: EDUC, vol. 15, abr. 1997.
- _____. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Vozes, 2010. (Coleção Ideias)
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- POTT, A. Pastagens no Pantanal. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**, Corumbá, MS, 1988.
- POTT, V. J.; POTT, A. **Plantas Aquáticas do Pantanal**. Brasília: Embrapa, 2000. 404. p. il.
- PÓVOAS, L. C. **Mato Grosso: um convite à fortuna**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1977.
- PROENÇA, A. C. **Pantanal: Gente, tradição e história**. 3^a Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.
- QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1^a metade do século XX**. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- _____. “Caminhos e Fronteiras”: Vias de transporte no Extremo Oeste do Brasil. In: **Transportes e formação regional. Contribuições à história dos transportes no Brasil**. GOULARTI FILHO, A e QUEIROZ, P. R. C. (orgs.). Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.
- _____. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. **Fronteiras: Revista de História** – UFMS, Campo Grande, MS, 1(2): 113-136. Jul/dez, 1997.
- _____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. (orgs.). **História, região e identidades**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

_____. Vias de transporte e comunicação no sul do Mato Grosso colonial: **Projetos e realidades**, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, R. A. **Taboco – 150 anos**; Balaio de recordações. Campo Grande, MS, 1984. (Impresso na PROL Editora Gráfica Ltda.).

RIEDER, A.; MAQUÊA, V. L. da R.; CASTRILLON, S. A. I. A Visão do homem pantaneiro sobre o Pantanal. **III Simpósio sobre recursos naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**. Os Desafios do Novo Milênio. Corumbá, MS. Novembro /2000

REIS, J. C. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. (Série História)

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, A. R. **A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp, 2007.

ROSSETTO, O. C. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 12, nº. 15 pp. 88-105 Jul-dez./2009

_____. Vivendo e mudando junto com o “Pantandar”: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. **Anais do 4. Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal – Sustentabilidade Regional**. Corumbá – MS de 23 a 26 de novembro de 2004.

ROSETTO, O. C; BRASIL JUNIOR, A. C. P. Cultura e desenvolvimento sustentável no Pantanal Mato-Grossense: entre a tradição e a modernidade. **Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 18, n. ½, p. 155-175, jan/dez de 2003.

ROOSEVELT, T. **Nas selvas do Brasil**. 2ª edição. Trad. Luiz Guimarães Júnior. Serviço de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1948.

ROCHA, J. C. de C. (org.). **Roger Chartier; a força das representações**: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011.

RONDON, J. L. N. **Tipos e aspectos do Pantanal**. Mato Grosso. Gráfica Urupês. São Paulo, 1972.

_____. **Recursos Econômicos de Mato Grosso**. Cuiabá, 1972.

_____. **No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso**. Cuiabá, 1971.

ROSSI, P. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios sobre a história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza**. Estudos Avançados, vol. 6 n. 14, p. 95-106, 1992.

SILVA, E. N da. A modernização da agricultura: uma aproximação histórica do caso brasileiro e mexicano (1970-1980). **Revista Territórios e Fronteiras**. V. 3, n. 1 Jan./jun. 2010. ICHS/UFMT

SILVA, C. J. **No ritmo das águas do pantanal**. Por Carolina Joana da Silva & J. A. F. Silva. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

_____ & SILVA, J. **Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Mato-Grossense**: relatório preliminar. São Paulo: NUPAUB-USP, 1992. (Estudos de Caso; 5).

SILVA, D. G. B. da (org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

SILVA, F. C. T. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216

SILVA, J. S. V. da; ABDON, M. de M. **Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões**. Pesq. Agropec. Bras., Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998.

SILVA, J. S. V. da; ABDON, M. de M.; SILVA, M. P., da; ROMERO, H. R. **Levantamento do desmatamento no Pantanal Brasileiro até 1990/91**. Pesq. Agropecuária. Bras., Brasília, v.33, Número Especial, p.1739-1745, out. 1998.

SILVA, M. P.; MOURÃO, G. M.; MAURO, R. A.; COUTINHO, M. E.; TOMÁS, W. M. Situação do desmatamento no pantanal. In: **II Congresso Latino-americano de Ecologia; I Congresso de Ecologia do Brasil**. 1992, Caxambú. Resumos. Caxambú: [s.ed.], 1992. p.381-382.

SOUZA, C. V. e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento brasileiro**. Goiânia: EdUFG, 1997

SOUZA, L. G. de. **História de uma região: Pantanal e Corumbá**. Editora Resenha Tributária Ltda. São Paulo, 1973.

_____. **Retrospectiva histórica do Pantanal**. EMBRAPA Pantanal. Corumbá, 1984, p. 199-204.

SOUZA, J.C de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHUCH, M. E. J. **Xaray e Chané: Índios frente à Expansão Portuguesa e Espanhola no Alto Paraguai**. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 1995.

- TAUNAY, A. **Relatos monçoeiros**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- TELES, G. M. O Lu(g)ar dos Sertões. In: FERNADES, Rinaldo (Org.). **O Clarim e a Oração: cem anos de Os Sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- TOMMASI, L. R. **A degradação do meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1996.
- TUAN, YI-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial, 1980.
- _____. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- _____. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo, DIFEL, 1983.
- TURNER, F. **O espírito ocidental contra a natureza**: mito, história e terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo Cia das Letras, 1988.
- VALVERDE, O. **Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá**. Revista Brasileira de Geografia, 34 (jan.-mar. 1972) p. 49-144.
- VARGAS, I. A. O desenvolvimento territorial rural do Pantanal Mato-grossense no contexto da sensibilização ambiental. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Soc. Rural**. Quito, nov/2006. P. 1-18
- VELOSO, M. P. **Triunfo às ondas do mar**: Linguagens e espaços urbanos no Rio de Janeiro. In: PESAVENTO. S. J. (org.). Escritas, Linguagem, objetos: leituras da História Cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ZARRILLI, A. Transformacion ecológica y precariedad econômica em uma economia marginal. El Grann Chaco Argentino, 1980-1950. **Revista THEOMAI**, n. 1 (primeiro semestre, 2000).
- ZORZATO, O. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.
- WEGNER, R. **A conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- WILCOX, R.W. La ley del menor esfuerzo: El médio ambiente y la industria da ganado em Mato Grosso, Brasil 1870-1980, In: ARRUDA, Gilmar, et.al, eds. **Natureza: Apropriações e Representações na América** (Londrina- Brasil: Universidade Estadual de Londrina, 2001). 2001
- WHITE, H. **Trópicos do discurso; ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

WORSTER, D. **Para fazer história ambiental. Estudos Históricos.** v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Fontes

BRASIL/MINTER/SUDECO. **Estudo de desenvolvimento integrado da Bacia do Alto Araguaia** - EDIBAP (relatório da 1ª fase – Tomo I) Brasília, DF, nov./1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai** – PCBAP. Análise Integrada e Prognóstica da Bacia do Alto Paraguai. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente- PNMA, 1997-c. v. II, tomo III.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção de vegetação nativa. Brasília (DF): 2012

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras e Saneamento. **Estudos hidrológicos da bacia do Alto Paraguai.** Rio de Janeiro, 1974. v.1, il.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. 2001. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - Programa Pantanal.** Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. Sumário Executivo. 32 p.

Disponível:

<<http://yyy.rsmas.miami.edu/IAI/Inst2001/miniprojects/pantanal/backgr/panprog/PP-Port.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BRASIL. Ministério do Interior. **Estudos de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai** (EDIBAP): relatório 1ª fase. Descrição física e recursos naturais. Brasília, 1979. TOMO II.

BRASIL. Ministério do Interior. **EDIBAP.** Relatório da 1ª fase - TOMO I. Resumo do Diagnóstico e Estratégias e Desenvolvimento. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO. Convenio: Governo Brasileiro - UNDP-OEA. Brasília: novembro/1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (Brasília, DF). **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal) – PCBAP:** Análise integrada e prognóstica da Bacia do Alto Paraguai. Brasília, 369 p. 1997.

BRASIL. Instituto do Planejamento Econômico e Social. Instituto do Planejamento-IPLAN. Setor de Desenvolvimento Regional. **Características e Potencialidades do Pantanal Matogrossense**, por Demóstenes F. Silvestre Filho e Nilton Romeu. Brasília, 1973.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Contrato nº. 207034/2007. Observatório da Sustentabilidade do Pantanal. Relatório técnico. **Inventário e diagnóstico das instituições produtoras de informações e da disponibilidade de dados sobre o Pantanal.** FAPEMS. Fevereiro de 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Quarto relatório para a convenção sobre diversidade biológica**. Brasil. Brasília, 2011.

BRASIL. LEIS E DECRETOS. **Política Nacional do Meio Ambiente**. SEMA. Brasília, 1984 / 1986.

Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois/Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Mauro Antônio Moraes Victor... [et al.]. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. Resolução n° 32 de 15 de outubro de 2003 – **Institui a divisão hidrográfica nacional**. Brasília (DF), 2003

EMBRAPA. **Meio Ambiente & desenvolvimento**. Agropecuária e desenvolvimento sustentado. Brasília, 1992.

Mapeamento das unidades de paisagem das sub-regiões da Nhecolândia e Poconé, Pantanal Mato-Grossense [recurso eletrônico] / Adriana Gamarra Ravaglia [et al]... - Dados eletrônicos - Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011. 15 p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Pantanal, ISSN 1981-7215; 105).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico preliminar de oportunidades de investimento em Mato Grosso do Sul**: relatório final. Campo Grande, MS, 1981. v. 2.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório de qualidade das águas interiores da bacia do Taquari**. – 1994. Campo Grande, MS. 1995.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Planejamento e Coordenação Geral FIPLAN/MS. **Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento Nacional**. Proposições de Mato Grosso do Sul ao I PND/NR. Julho/1985.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Instituto de Meio Ambiente Pantanal. Gerência de Recursos Hídricos. Projeto GEF Pantanal /Alto Paraguai-Implementação de práticas de gerenciamento integrado da Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA). Subprojeto 1.6/MS- Gerenciamento de recursos hídricos nas vizinhanças da cidade de Corumbá (MS). **Relatório de avaliação e tendências de qualidade das águas superficiais da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul** – Período 1994-2004. Campo Grande, MS, 2005.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: Departamento Nacional de Obras e Saneamento. **Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai**. Brasília: MINTER, vol. 1, 1974.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Primeiro Relatório Nacional para Convenção sobre Biodiversidade Biológica**. Brasília: Ministério Do Meio Ambiente, 1998, cap. V.

MONITORAMENTO. 2009. **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai - Porção Brasileira**, Período de Análise: 2002 a 2008. Brasília: CI – Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundação AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF- Brasil. Relatório Técnico. Disponível em:

<<http://www.wwf.org.br/informacoes/bliblioteca/?25181/Monitoramento-das-alteracoes-da-cobertura-vegetal-e-uso-do-solo-na-Bacia-do-Alto-Paraguai>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

MMA/PNUD. **Agricultura sustentável. Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Programa das Nações Unidas par o Desenvolvimento, 2000.

Nascentes do Brasil: estratégias para a proteção de cabeceiras em bacias hidrográficas / [Coordenação Samuel Roiphe Barreto, Sergio Augusto Ribeiro, Mônica Pilz Borba] – São Paulo: WWF - Brasil: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

PRODEPAN I, Corumbá, 22 a 27 de julho, 1974. **Pantanal nova fronteira econômica: conferências, proposições e subsídios**. [Cuiabá]: Governo do Estado do Mato Grosso. Secretária de Agricultura, Corumbá, 1974.

Projeto PANTANAL - **Taquari: ferramentas para tomada de decisão na gestão integrada dos recursos hídricos**. Realização: Embrapa Pantanal em parceria com o Instituto Alterra (Holanda). Pesquisadores responsáveis: Carlos Padovani (Embrapa Pantanal) e Rob Jongman.

PROJETO Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. ANA/GEF/PNUMA/OEA. Subprojeto 13- **Avaliação dos Recursos Hídricos da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa** – Mato Grosso do Sul. Relatório Final. 2003.

Revista BRASIL OESTE. Ano IV, nº. 39, agosto de 1959; n. 03, 1964; 1965; Ano III, n. 25, maio de 1958; Ano IV, n. 43, dezembro de 1959; Ano V, n. 48, maio de 1960; Ano VIII, n. 48, março de 1967.

Revista INTERIOR. Edição de setembro/outubro de 1983. CDR/UFGD

Revista MS Cultura. Ano III, nº. 1 – 1º semestre de 1996. Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

Revista REALIDADE. Editora Abril. nº 88. Ano VIII, jun., 1973.

Revista REPÓRTER AJB. Ano 1, n. 1, outubro de 1990. Impressão Gráfica JB. Rio de Janeiro.

Revista VEJA. Edição especial: “**Pantanal Mato-Grossense: a descoberta do paraíso**”. São Paulo: Ed. Abril. Ano 32, n. 22 de 02 de junho de 1999

Secretaria do Estado do Meio Ambiente – SEMA/MS. **Congresso Internacional sobre Conservação do Pantanal**, 1, Campo Grande, 1989. Anais do I INTERPAN... Campo Grande, 1989, SEMA-MS, 1989.

Zoneamento agroecológico do município de São Gabriel do Oeste, MS: referencial para o planejamento, gestão e monitoramento ambiental / Déa Sousa Assis... [et al.]. - Rio de Janeiro: Embrapa Solos: IBGE, 2003.

Jornais

Folha da Tarde. Corumbá, MT, 18 de junho de 1970. Ano XII; nº 3347.
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 20 de agosto de 1973. Ano VX; nº 4255
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 07 de dezembro de 1973. Ano XV; nº 4342
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 31 de outubro de 1973. Ano XV; nº 4314.
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 12 de fevereiro de 1974.
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 22 de fevereiro de 1974. Ano XV; nº 4.395.
Folha da Tarde, Corumbá, MT, 25 de março de 1974. Ano XV; nº 4.416.
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 26 de março de 1974. Ano XV; nº 4.417.
Folha da Tarde, Corumbá, MT, segunda-feira, 22 de julho de 1974.
Folha da Tarde. Corumbá, MT, 04 de abril de 1975. Ano XVI; nº 5.676.
Diário de Corumbá. Corumbá, MT, 22 de janeiro de 1975. Ano VI, nº 1630.
Diário de Corumbá. Corumbá, MT, 30 de dezembro de 1977.
Correio de Corumbá, Corumbá, MT, 19 de julho de 1977. Ano I; nº 263.
Jornal da Manhã. Campo Grande, MS, 01 de fevereiro de 1979. Ano VI; nº 1445.
O Estado de São Paulo. 03 de janeiro de 1973. Geral, p. 9.
O Estado de São Paulo. 15 de junho de 1979. Caderno Turismo, p.39.
O Estado de São Paulo, terça-feira, 11 de junho de 1974.
O Estado de São Paulo, domingo, 21 de setembro de 1980.
O Estado de São Paulo, terça-feira 10 de abril de 1979.
O Estado de São Paulo, suplemento turismo, 07 de agosto de 1981.

Entrevistas

Agrícola Claro de Souza. (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 90min (aprox.), color., son., VHSc.

Murilo Mamede de Arruda (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 90min (aprox.), color., son., VHSc.

Natálio de Barros Lima (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 60min (aprox.). color., son., VHSc.

Raul de Medeiros (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 300min (aprox.), color.,son.,VHSc.

Roberto dos Santos Rondon (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 90min (aprox.), color., son.,VHSc.

Sebastião Coelho da Silva (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 270min (aprox.), color., son., VHSc.

Silvério Gonçalves Narciso (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 90min (aprox.), color., son.,VHSc.

Valdenir Vaz Dinote (filme-vídeo). Produção Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá-MS: Ceuc/UFMS, 1996. 90min (aprox.), color., son.,VHSc.